

MAISVALIA

DEZEMBRO 2008 — MARÇO 2009 ANO II Nº 4

© Copyright 2008 by Týkhe Editora

MAISVALIA Nº 4
ISSN 1982-6761
DEZEMBRO 2008 – MARÇO 2009
SÃO PAULO – BRASIL

MAISVALIA é uma publicação quadrimestral

CONSELHO EDITORIAL

Aldo Xavier Monteiro
Carlos Alves do Nascimento
Eliéser Spereta
Fábio Sobral
Fernando Dillenburg
Gilson Dantas
Hector Benoit
Julio Mariutti
Jadir Antunes
Jair Antunes
José de Lima Soares
Luiz Renato Martins
Marcela Souza
Ricardo Melo
Rodrigo Brancher
Rodnei Nascimento

www.maisvalia.org
fale@maisvalia.org

“Das Kapital ist verstorbene Arbeit, die sich nur vampyrmässig belebt durch Einsaugnung lebendiger Arbeit, und um so mehr lebt, je mehr sie davon einsaugt.”

(Marx, *Das Kapital*, MEW, livro I, “Der Arbeitstag”, p. 247)

“O capital é trabalho morto que, como vampiro, somente vive sugando trabalho vivo, e vive mais quanto mais trabalho vivo suga.”

(Marx, *O capital*, livro I, “A jornada de trabalho”, p.247 da edição alemã)

ÍNDICE

- 6 EDITORIAL**
Revista *MAISVALIA* completa um ano de combate!
- 8 GANGSTERISMO NA VOLKS ANCHIETA**
Fábrica e sindicato unidos para demitir trabalhador que lutou contra o banco de horas
Entrevista com Ailton Gomes, metalúrgico demitido
- 16 “É MEU EMPREGO, EU NÃO SEI FAZER OUTRA COISA, EU SOU POLÍCIA”**
Entrevista com Policial Civil de SP sobre a greve da categoria
- 20 CORREIOS**
A luta dos carteiros contra o avanço do mais-trabalho
Entrevista com três carteiros de São Paulo
- 24 CONGRESSO DA UMES:**
“Festa bancada pelo PT para juntar estudantes e ganhar votos”
Entrevista com duas estudantes do Ensino Médio de São Paulo
- 28 1968: A GREVE GERAL E A REVOLTA ESTUDANTIL NA FRANÇA**
Peter Schwarz
- 40 O COLAPSO CAPITALISTA E A PERSPECTIVA REVOLUCIONÁRIA DA IV INTERNACIONAL**
Nick Beams
- 52 O CASTRISMO E A POLÍTICA DO NACIONALISMO PEQUENO-BURGUÊS**
Bill Van Auken
- 66 GRAMSCI E O PROGRAMA REVOLUCIONÁRIO DE MARX**
Fernando Dillenburg
- 76 MARX E A ANTROPOLOGIA**
Hector Benoit
- 80 O MARXISMO E O PAPEL DOS CAMPONESES NA REVOLUÇÃO SOCIALISTA**
Jadir Antunes
- 90 TRISTE NOITE SEM FIM**
Eldorado, parte 3
Alexandre Bemoit



EDITORIAL

Revista *MAISVALIA* completa um ano de combate!

A revista *MAISVALIA* completa um ano. Um ano de combate contra o vampiro capital, esse vampiro que suga o sangue e se apropria do tempo de vida dos trabalhadores. Nesta sociedade irracional dominada pelo capital, a maior parte da humanidade é forçada a dedicar sua vida a suprir a fome desse vampiro.

Através da revista *MAISVALIA*, milhares de leitores tiveram acesso no último ano às experiências de luta contra as duras condições de trabalho, as arbitrariedades e a corrupção existentes nas fábricas, nos Correios, nas escolas e nas universidades brasileiras, relatadas pelos próprios protagonistas dessas lutas. Os leitores tiveram acesso também a uma severa crítica teórica àqueles que traíram a luta da classe trabalhadora, além da crítica à cultura burguesa, com artigos sobre Rimbaud, Brecht, Manet e uma trilogia em quadrinhos.

Para que a revista chegasse às mãos dos leitores, contamos com a valorosa colaboração de metalúrgicos, ex-metalúrgicos, guardas, ambulantes, carteiros, professores, arquitetos, estudantes e intelectuais, além de textos de dirigentes revolucionários de vários países e, evidentemente, a contribuição indispensável daqueles que trabalharam na produção e na distribuição da revista. Todos contribuíram decisivamente para a construção e consolidação deste importante instrumento de denúncia e reflexão a respeito das mazelas impostas pelo vampiro capital aos trabalhadores e estudantes do Brasil e de todo o mundo.

A crise econômica se alastra pelo mundo

Como já havíamos anunciado no editorial do segundo número da revista *MAISVALIA*, a crise econômica chegou

ao Brasil e se alastrou por todo o planeta. Marx e Engels já diziam no século XIX que, durante as crises, “uma epidemia, que em qualquer outra época teria parecido um paradoxo, desaba sobre a sociedade — a epidemia da superprodução”. A crise expõe abertamente as profundas contradições de classes próprias ao modo de produção capitalista: de um lado, o excesso de mercadorias que não encontram compradores; de outro, um número cada vez maior de famintos, descalços, maltrapilhos, sem-teto, todos expulsos do mínimo acesso ao processo de produção de suas próprias vidas.

Se as condições de existência já eram insustentáveis para a classe trabalhadora antes da crise econômica, com a sua erupção a situação se tornará catastrófica. O sistema capitalista, em sua época de agonia, mostra-se totalmente incapaz de garantir a manutenção das condições de vida da maioria da população mundial.

A convicção comum a todos aqueles que trabalham na construção da revista *MAISVALIA* é de que ainda é possível superar a barbárie capitalista, de que os trabalhadores ainda são capazes de construir uma nova sociedade, uma sociedade, como dizia Marx em *O capital*, “de homens livremente socializados”, na qual “o processo de produção social da vida estará sob seu controle consciente e planejado”.

São Paulo, 30 de novembro de 2008.



GANGSTERISMO NA VOLKS ANCHIETA

Fábrica e sindicato unidos para demitir trabalhador que lutou contra o banco de horas

Entrevista com Ailton Gomes, metalúrgico demitido

Em setembro de 2008, o metalúrgico Ailton Gomes foi demitido da Volkswagen Anchieta. Mesmo tendo sido eleito para a comissão de fábrica pela terceira vez em novembro de 2007 e possuindo mandato até 2011, foi demitido por justa causa depois de organizar os trabalhadores para rejeitar o banco de horas.

Trabalhador da ala 14, onde é feita a montagem final com cerca de 2.000 metalúrgicos, Ailton entrou na Volks em 1994 e, desde então, começou a trabalhar na comissão de fábrica. Apesar de ter trabalhado durante vários anos junto com a Chapa 1 (CUT), em março de 2008 ele iniciou um processo de oposição e formou a Chapa 3, com objetivo de disputar a eleição do comitê sindical. Ficaram em segundo lugar, na frente da Chapa 2, que representa, historicamente, a oposição dentro da Volks.

Desde então, vem sendo perseguido sistematicamente até que, em setembro de 2008, chegou sua demissão: justa causa por “insubordinação”.

Eleições pra comissão de fábrica: a formação da Chapa 3

MAISVALIA Você foi um dos responsáveis por formar a Chapa 3. Por que resolveu fazer isso?

AILTON GOMES Primeiro, é necessário dizer que, por falta de conversa, não foi possível unir com a Chapa 2 para banir os pelegos que estão na Chapa 1.

Eu estava na Chapa 1 por uma questão de eleição, mas meu posicionamento na fábrica nunca foi de Chapa 1, sempre foi de quebrar o pau. Eu já fui suspenso por 30 dias em 2001, e o Feijó já chegou na minha frente e eu perguntei: “Eu vou entrar na fábrica ou não?” E ele falou: “Você quem sabe, já tá fodido mesmo...”

Quando que o presidente de um sindicato, gostando ou não da pessoa, pode falar isso pra um representante? E outras coisas que a gente sempre fica sabendo depois, como a demissão de 3.000 pessoas em 2003 do CFE (Centro de Formação e Estudo). Mas tem boato que o sindicato só aceitaria essas demissões se a fábrica continuasse bancando a contribuição sindical de todo mundo que fosse embora durante 6 anos. Isso eu ouvi de pessoas que participaram da reunião, pessoas da coordenação que saíram da fábrica.

Que tem desvio de dinheiro do sindicato, isso não precisa nem falar. Era só ver na eleição aí. É carro do sindicato todo adesivado com a foto do Marinho [candidato eleito pelo PT para a prefeitura de São Bernardo do Campo]. Eu não concordo com isso aí. Lá [no sindicato] parecia comitê político. A *Tribuna Metalúrgica*, eu guardei todos os exemplares da eleição, porque era só campanha!

Alí é uma briga danada, foi o sindicato que elegeu o presidente. São 42 milhões de arrecadação por ano. Só pra você ter uma idéia, Rio Grande da Serra tem 50 mil habitantes e a arrecadação é de 30 milhões. Pra onde vai o dinheiro?

MV E como foram as eleições?

AG De lá pra cá, eu sofri ameaça de morte e tem até boletim de ocorrência no 3ºDP e no 6ºDP de São Bernardo. Durante a eleição, eu fui ameaçado, nós colocamos a Chapa 3 na eleição e as



Ailton Gomes



peças me identificaram como liderança. Então eu comecei a sofrer ameaça, que iam me pegar, que isso não ia ficar assim, que eu não ia ter muito sucesso pela frente.

Até que, em julho, passando o processo eleitoral, a Chapa 1 combinou com a fábrica quando seria a eleição. No mesmo dia da eleição do comitê sindical, a fábrica deu férias coletivas da linha do Polo. E, nas atas que eu tive acesso, está lá, a coordenação da comissão perguntando pra fábrica em qual data seriam as férias coletivas. E pra quê? Pra combinar certinho o dia das eleições com o dia das férias coletivas, pois teriam 2.000 trabalhadores horistas a menos, que provavelmente votariam na Chapa 2 ou na Chapa 3. Faltou 3% ou 4% pra gente fazer os 33%, pra ter a maioria, conseguir a coordenação do comitê sindical e mudar um pouco o rumo da história lá dentro [da fábrica] e também do sindicato.

mv Você foi demitido em setembro. Você acha que a formação da Chapa 3 pode ser um dos motivos da sua demissão?

AG Em julho, começou a discussão dos dias adicionais de produção. A fábrica querendo renovar o banco de horas, querendo flexibilizar a jornada, e nós

batendo duro. Trabalhador na linha de montagem dizendo pra nós que não, que não e não, e a gente indo pra cima, resistindo. Os trabalhadores diziam que não queriam mais banco de horas. No final de julho, o acordo foi rejeitado com 70% em assembleia e o sindicato não se conformou, a fábrica não se conformou. E atribuiu isso a quem? A mim, porque, como um dos representantes mais velhos na montagem final, no terceiro mandato, eu tava falando pros trabalhadores: "Se vocês querem que eu faça, eu vou até o final".

Na assembleia, a derrubada do banco de horas

AG A oposição sempre foi proibida de falar em assembleia, mas na assembleia interna eu coloquei em votação se iam me apoiar pra falar no carro de som pra defender contra o banco de horas. E o pessoal todo me apoiou. Quando cheguei no pátio, eu subi no caminhão e o sindicato tentou me tirar, mas não conseguiu, tinha o apoio dos trabalhadores. Eu falei na assembleia, defendi contra a

proposta deles. Teve a votação e a maioria rejeitou.

Depois, o sindicato fez uma manobra pra jogar a votação pro plebiscito. Foram feitas plenárias no sindicato e numa dessas saiu briga, eu fui agredido, fui ameaçado, foi quebrado vidro do sindicato e a diretoria do sindicato não se manifestou nas plenárias. Na última, no dia 1º de agosto, eu fui agredido novamente, foi até viatura de polícia lá. Eu não agredi ninguém, apenas discurssei para os trabalhadores, dizendo que aquilo tava errado.

Eles chegaram até a fazer manipulação com pessoas de outras empresas, dizendo: "Nós estamos aqui e vamos ter que decidir se lá vai ter plebiscito ou se vai ser por assembleia". E a própria lei trabalhista fala que o acordo coletivo só é válido se tiver anuência dos trabalhadores em assembleia. Pelo menos isso a CLT ainda garante, mesmo que os pelegos queiram manipular.

Eles fizeram isso, colocaram na plenária se os trabalhadores queriam que se rediscutisse o banco de horas e se seria em plebiscito ou assembleia. Colocaram em votação, mas tinha pessoas de outras empresas e lá não tem como você saber quem é da Volks e quem não é... São 10 mil trabalhadores. Foi feita a votação, quem queria plebiscito, quem queria assembleia. Venceu plebiscito.

MV As plenárias tinham a mesma representatividade que as assembleias?

AG Não, nas plenárias não tinha nem 200 pessoas, mas eles tiravam a discussão de dentro da fábrica pra levar pro sindicato e ter maior controle. E ainda diziam o seguinte: “Todo mundo foi avisado, não veio porque não quis, porque não tava interessado”.

Só que os trabalhadores questionavam: “Por que não decide aqui na portaria da fábrica?” Aí, a gente vinha com a incumbência de dizer o que tinha acontecido no sindicato com o trabalhador: “Ó, fizeram sacanagem lá etc. Eu não concordo”. Então resolvemos ir pra cima.

A fábrica fez o plebiscito no nome dela. Tem 12 mil trabalhadores, ela imprimiu 11.700 papéis com a proposta. Ela fez o plebiscito, o sindicato só falou: “Pode fazer que eu dou aval”. Eu to esperando o acordo sair pra contestar isso no Ministério Público do Trabalho. Até agora, o acordo não tá pronto, ainda não está assinado no DRT.

Na assembleia foi rejeitado com 70%, no plebiscito passou com 70%. É muito estranho, mas por quê? O sindicato fez uma manobra com os mensalistas, que não fazem jornada de 42 horas, que não têm nada a ver com a proposta. A fábrica fez o plebiscito pra todo mundo, só que você ia votar num assunto que não tinha nada a ver com você, ou seja, mensalista votando em jornada de 42 horas pra horista, ou seja, claro que vai ganhar. Dois mil mensalistas votando junto com a fábrica e o sindicato, mesmo porque não ia influir em nada na vida dele. E ainda existe uma certa rivalidade, que eles acham que mensalista não participa de nada.

MV E como vocês responderam a isso?

AG Durante o plebiscito, nós fizemos uma oposição a isso. No dia do plebiscito, a fábrica proibiu qualquer coisa. Eu tinha marcado assembleia, ela cancelou todas as assembleias na fábrica, porque ela disse que o sindicato já tinha pedido caminhão de som pra vim no pátio da fábrica, pra falar sobre a campanha salarial. Só que no dia do plebiscito o sindicato não foi na portaria, ou seja, deixou tudo armado com a fábrica para não ter nenhum tipo de mobilização. Só que mesmo assim nós fomos pra cima, colocamos som no refeitório e falamos que aquilo era sacanagem, que não era pra votar no plebiscito, que aquilo era uma armação, que o trabalhador ia sentir o peso disso. E agora tá sentindo.

Só que os trabalhadores da montagem final foram os mais penalizados, porque eles ficariam 24 minutos a mais na linha de produção. E eles falaram:

“Ailton, a gente não aguenta”. Eu falei, “vamos pra cima, então”. Fiz assembleia de mobilização na ala e no dia 28 de agosto eu propus a paralisação contra o sindicato e contra a fábrica pelo resultado do plebiscito. Parou duas horas cada turno, saiu no jornal *Diário do Grande ABC*. Só que as outras alas não pararam, porque os representantes estavam com medo. Tinha ala que não ia trabalhar 42 horas, tinha ala com representante suspenso que não dava pra fazer um debate dentro da ala.

O dia da demissão

MV Foi aí que veio a demissão?

AG Após essa paralisação no dia 28, no dia primeiro de setembro eu tinha chegado às 6 horas da manhã e já havia uns 10 seguranças patrimoniais me cercando, dizendo que, como eu tinha sofrido ameaças, eles estavam garantindo a minha integridade. Parece piada, né? Por volta de 7h30 chegou o gerente das relações trabalhistas, me chamou e disse: “Estou entregando a sua justa causa, você tá sendo demitido e a gente quer que você saia da empresa agora”. Eu respondi: “Então pode chamar a polícia que eu não saio daqui, vou continuar aqui até um horário em que eu consiga conversar com todos os trabalhadores”. Aí fiquei. Fiz uma assembleia por volta das 11 horas, no horário de almoço dos trabalhadores, mas até aí todo o pessoal já tava sabendo que eu tinha sido demitido. O pessoal estava revoltado, mas também não tiveram coragem de parar.

Estavam com medo, até pela ameaça, que depois eu fiquei sabendo que a fábrica tinha soltado um documento pra todo mundo, dizendo que se qualquer trabalhador ou representante parasse pela questão da minha demissão também iria junto.

Foi um velório dentro da fábrica. Segurança me filmando, não deixaram eu almoçar e ficaram andando atrás de mim. O pessoal da oposição tava junto comigo: o Wagner, o Tico, o Kiko. Aí eu falei: “Não saio daqui enquanto não falar com todos os trabalhadores”. E vinte seguranças patrimoniais andando atrás de mim, me filmando, cada movimento que eu dava eles registravam. Quando deu 15 horas, o segundo turno chegou e parou todo mundo. Eu falei: “To sendo demitido por acreditar, e não me arrependo de nada. Só que aqui se encerra um ciclo e começa outro. Encerra o ciclo do sindicalismo pelego, que hoje vocês estão vendo o fim. E hoje eu tô colocando pra vocês o que a gente já

vinha fazendo, e o pessoal da oposição já vinha falando, que é de tentar mudar, que é de eles estarem combinados com a fábrica, de terem combinado a minha demissão”.

A coordenação da comissão e o sindicato foram comunicados da minha demissão, a fábrica não manda um representante pra rua sem antes ligar pra comissão. No domingo que teve assembleia da campanha salarial, no dia 30, falaram que o pessoal do sindicato já estava comemorando a minha demissão, pois eles já sabiam. O Nilton Junior, que é diretor de relações trabalhistas, é muito próximo do Helinho, do Vagnão. Em uma comemoração, o Feijó chegou a chamar ele de companheiro: “Agradeço aos companheiros da comissão e ao companheiro Nilton Junior”. Aí a relação já tá forte demais.

MV No dia da sua demissão, como era a reação da Chapa 1 dentro da fábrica? Não havia pressão dos trabalhadores?

AG Na verdade, eles nem estavam na fábrica, porque estavam em campanha, pegaram o “tempo livre” deles pra fazer campanha pro Marinho. A maioria deles nem estava lá, mas no dia anterior eles já estavam sabendo.

O que aconteceu mesmo foi que eles se omitiram. Um ou outro ligou falando: “Pô, não precisava ser assim, você foi muito duro, não dá pra fazer a discussão sozinho...” Mas eu não fiz sozinho, fiz com o trabalhador! E assumo todo o risco. É o cúmulo do absurdo o sindicato não defender um representante. Usou toda estrutura pra campanha eleitoral [do Marinho], mas pra defender o representante... Nada. O que tá em jogo é a organização do trabalhador.

O silêncio do sindicato

MV E o sindicato? Como reagiu à sua demissão?

AG Não falou nada. Eu pensei: “É obrigação do sindicato acompanhar a minha demissão e eu quero ver qual vai ser a resposta deles”. Procurei o Sergio Nobre, liguei no celular dele e disse: “Me demitiram hoje por justa causa”. Mesmo assim, não saiu nada na *Tribuna*, até porque eles estavam mais preocupados com a eleição do Marinho. O Sindicato deu estrutura pra eleição do Marinho.

Estava até avaliando a questão de adulação civil, contra o sindicato por dano moral pela questão de não ter feito nada. No estatuto do sindicato está

claro: o sindicato tem que tratar o sócio numa relação de consumidor —e eu não fui atendido na minha prerrogativa, que era do sindicato me defender.

Então a minha ação trabalhista já foi aberta e até o final do ano eu vou ter uma audiência pedindo minha reintegração. E eu não abri a ação com o sindicato, porque é a direção que manda nos advogados e o que eles iriam negociar? “Vai lá e negocia com o Ailton os direitos dele com a fábrica, fala que é isso só e acabou”.

Não, eu não quero indenização milionária, quero o direito de cumprir o meu mandato e defender o trabalhador. E o sindicato até agora não se manifestou, já fui lá duas vezes, já falei com o Sergio Nobre, com o Wagner, que é Secretário-geral, e nada.

Agora eu já protocolei perda de mandato de dois diretores que me agrediram dentro do sindicato, naquela plenária. Foi feito o boletim de ocorrência, então eu to pedindo a perda do mandato do Marcelão, que era da oposição, e do Chalita, que tá lá atualmente sem ninguém eleger. Parece cargo biônico, ele é o vice-presidente do Comitê Mundial dos Trabalhadores da Volks, mas ninguém vota no cara, as pessoas se acertam e colocam ele lá, pra ficar viajando pra Alemanha. Era o Wagnão e ele preparou pro Chalita. Lá é assim: se você come na mão dos caras, tem tudo.

mv Pela lei, sua demissão não poderia ter acontecido?

AG Foi justa causa, que quebra o fato de eu ser representante. Porque eles colocaram a linha A, F e G, alguma coisa assim, do artigo 682 da CLT, que fala sobre insubordinação. Mas representante não tem subordinação, eu não tenho chefe. Sou um representante, trabalhador, e como é que eu vou ser subordinado a alguém? Se o trabalhador quer parar, vai parar e acabou. Mas, o problema é que não era mais vantagem pra fábrica nem pro sindicato a oposição que a gente estava fazendo lá dentro, que é tentar esclarecer o trabalhador, falar que a PLR estava errada e mais um monte de coisas que a gente não concorda.

Empresa e pelegos unidos para destruir a oposição

mv E agora, como ficou sua relação com a fábrica e os trabalhadores?

AG O pessoal sempre me liga e a gente tá sempre conversando, mas eu não vou mais lá. Esses dias eu fui na fábrica, entregar um manifesto que eu fiz, e a fábrica chamou viatura de polícia! Quando os PMs chegaram lá, eu falei na cara deles: “Vocês vieram aqui? Vocês vem comer aqui todo dia, aí toca o telefone lá e vocês vêm aqui rapidinho!”

mv E como você acha que ficou a oposição, agora, dentro da fábrica? O Rogerinho era um líder importante, você era um líder importante... Você acha que eles estão conseguindo minar a oposição?

AG O que eu tenho ouvido, tanto dos colegas quanto de conversas com alguns representantes, da oposição e da Chapa 3, é que acabou tudo. Não que eu fosse o último dos moicanos, mas a gente tava com vontade de mudar. E quando você perde uma peça, fosse eu, fosse outro, perdeu-se... A saída do Rogerinho também foi uma perda.

Eu acho que, daqui pra frente, se não houver uma conversa com o pessoal que está lá, pra se organizar... Porque eles [o sindicato] vão tentar cooptar, não digo com dinheiro, mas vão fazer que nem fizeram com o Marcelão.

E aí? O Wagner tá se sentindo fragilizado, porque o braço direito dele lá era o Eder e também tá com problemas de saúde, ele colocou prótese na perna... Então é assim, até que ponto ele vai agüentar a pressão? Aí o cara pensa na família... Eu não pensei! Pensei naquilo que eu tava vendo lá na frente, que era o trabalhador, e disse: “É isso que vocês querem, então eu vou”. Eu já tinha avisado minha mulher: “Não sei se até o fim do ano eu continuo na fábrica ou vivo até”. Não me sinto mais seguro nem pra ficar em lugar público. Saio da faculdade olhando pra todos os lados.

mv Desde a demissão do Rogerinho, você vê um processo de desmonte da oposição dentro da Volks?

AG O que está lá dentro instalado é o seguinte: qualquer um lá dentro que se opuser para defender o trabalhador, do jeito que deve ser, a fábrica vai pra cima —com a anuência do sindicato. Junto com a minha agressão e a minha demissão, a fábrica suspendeu também outro representante, que é da Chapa 3, por 15 dias.

Mas o sindicato tá apreensivo. Tem outra ação também para pedir a perda de mandato de quatro diretores do sindicato, todos de São Bernardo. Eles foram obrigados a colocar na *Tribuna* que eu entrei com a perda de mandato. Eles não queriam receber, mas eu tirei uma cópia do estatuto, onde fala da perda de mandato e de agressão a qualquer membro, protocolei no DRT e enviei,

por AR. Então, eles foram obrigados a receber e publicar na *Tribuna*. Publicaram meio disfarçado, escrito: “A quem possa interessar”. Não falaram em perda de mandato. Era assim: “Eu, Sergio Nobre, tal e tal...” Eles ficaram putos da vida de receber o pedido de perda de mandato de dois diretores. O Sérgio Nobre pulou da mesa e falou: “Você tá louco? Hoje você acordou, não tá fazendo nada em casa mesmo... Você acordou pensando o seguinte: hoje eu vou encher o saco do Sergio Nobre.” Eu respondi: “É mais um motivo pra eu pensar que você é o pior presidente que o sindicato já teve”.

Mas, se você tá na estrutura do sindicato e nega publicar a demissão de um representante, tá servindo aos interesses de quem? Eu entrei no site do sindicato esses dias e tinha a propaganda: “Gol, o mais vendido”. No site do sindicato?!

O trabalhador fica indignado, querem deixar de ser sócios do sindicato, mas a gente orienta pra não fazer isso. Se não, na próxima lista de demissões eles pegam todo mundo que deu baixa no sindicato e são demitidos assim que possível. Eu conheço essa gente.

E eu não tenho medo, agora vou até o fim. Tenho que tornar público, pra mais pessoas saberem, até porque é uma forma de proteção, caso eles pensem em fazer alguma coisa pior... Eu tenho família.

A importância da Volks Anchieta

mv Como você acha que afeta a organização dos trabalhadores esse tipo de demissão?

AG Esse assunto não é só meu, tem também o Rogerinho... Todas as entidades têm que saber disso, porque é uma afronta das empresas, e tudo começa na Volks. O banco de horas começa na Volks e depois vai pra todas as outras. A Volkswagen é uma escola, é uma experiência. Se dá certo, se o sindicato fica calado quando a Volkswagen, que é uma empresa mundial, manda embora um representante, que dirá nas fabriquetas aí, que têm 100 funcionários? O diretor do sindicato vai fazer o quê? Vai comer na mão do sindicato. Tem diretor que é alienado do jeito que é porque tem medo, porque sabe que se ele se voltar contra o sindicato o próprio sindicato liga lá e fala: “Manda esse cara embora, porque ele tá enchendo o saco”. Eles combinam com a fábrica.

A própria estrutura que está montada, e isso eu sei que a gente ainda vai conseguir mudar, é que hoje você não consegue montar uma Chapa do comitê



Protesto em frente à empresa

sindical e disputar presidente do sindicato. Porque lá na Volks são 25, mas pra você montar Chapa pra disputar a executiva são 27, então, mesmo que você ganhe todo o comitê sindical dentro da fábrica, tem que juntar com mais duas pessoas de outra empresa, pra juntar os 27 e conseguir montar Chapa.

mv E a Volks é o único lugar que a oposição resistiu...

AG Enrustida tem também na Mercedes, mas nunca aparece nada, porque eles têm medo. Tinha na Scania, mas o sindicato acertou com a empresa e mandou todo mundo embora.

Até li o Corneta e fiquei sabendo que o pessoal foi levar o jornal e quase foram agredidos. Às vezes, é a mando da própria fábrica, com o sindicato junto. Outras vezes nem é a fábrica que chama

a polícia, é o próprio sindicato. Eles têm ligação com o pessoal da polícia de São Bernardo.

Pra você ter idéia, desse pessoal novo que entrou na Volks, muitos diretores do sindicato colocaram 2, 3 parentes lá dentro, gente da comissão de fábrica. Representantes que são omissos a tudo, da área mensalista... Colocou a mulher pra trabalhar na fábrica. E a que preço foi isso? "Deixa eles se arrebentarem e a gente faz tudo na base da barganha". Eu não concordo com isso.

mv Por que você acha que não existe oposição nas outras fábricas e existe na Volks?

AG Eu acredito que nas outras empresas eles foram pra cima, pra tentar derrubar a oposição, e conseguiram. Combinando com a fábrica, é claro. Mas na Volks

eles não conseguiram, porque teve resistência do próprio trabalhador. Eles diziam: "A gente não quer isso, a gente quer que tenha oposição". Até porque, se não tiver oposição, o pessoal relaxa. E é verdade. Tem que existir um grupo, ligado a qualquer partido ou instituição social, mas que tenha o objetivo, no momento certo, de somar energia pra defender o trabalhador. Mas isso não é o que acontece, e na Volks ainda existe isso, só que estão tentando acabar. Tentaram com o Rogerinho, agora eu, o Éder... Quem mais falta de liderança lá dentro agora é o Reginaldo na ala 5, que se aposenta em dezembro e provavelmente vai sair, mais o Wagner na ala 4 e o Alemão na ala 13. Os outros representantes que também são da oposição são mais novos e talvez ainda não estejam dispostos a se doar que nem a gente fez.

MV Como é o histórico da oposição?

AG Até o Vicentinho, pode ser que eu esteja enganado, mas acho que até na presidência dele no sindicato tinha uma questão mais aguerrida, o sindicato não fazia isso de querer acabar com a oposição. Mas isso é o que eu vejo acompanhando de fora, pode ser também que tenham pessoas da oposição daquela época que digam que não é verdade. Mas de lá pra cá é só articulação com a fábrica.

MV A oposição perdeu força depois que o Marinho entrou na presidência?

AG É, o Marinho foi pra acabar com a oposição. A partir dele que a aliança com a fábrica ficou mais clara e foi aprovado o banco de horas. De lá pra cá a tendência é piorar, porque o Sergio Nobre é um presidente frouxo que não está preocupado com o trabalhador. Tá preocupado com outras questões, como lançar livro aqui no ABC e ficar dando autógrafa. As preocupações são de status social, não de ver as necessidades do trabalhador, como a reforma da previdência, o imposto de renda, alta programada...

Esses dias eu escrevi na "Palavra ao Leitor", no *Diário*, sobre a rama de dinheiro que o governo tá dando agora para as montadoras. Mas, hoje, a TRW [autopeças] tá mandando 80 embora, outras empresas também estão demitindo. E qual é o pré-requisito pra pegar dinheiro do BNDES ou qualquer instituição? Não dever pro INSS, não dever pro Fundo de Garantia, não ter dívida com essas instituições. Mas a Volks deve 170 milhões pro INSS. E como fica esse dinheiro que o governo tá dando agora?

Você tem coisa muito maior. Quem que apoiou Marinho no segundo turno aqui em São Bernardo? O Fernando Tadeu Peres. Na época que Marinho era presidente, ele era vice-presidente de RH da Volks, é o cara que implantou o banco de horas!

A intenção é muito maior do que a gente imagina... E esse medo eu tenho, porque se você é uma pedra no sapato, eles falam: "Peraí, fecha o cara aí na Anchieta, o cara tá atrapalhando a gente. Vamos primeiro tirar ele da fábrica". Uma semana antes da minha demissão, o Marinho foi na Volks. Foi acertar minha demissão? Não sei. Eu não duvido de mais nada. Dentro daquela fábrica, eu não duvido de mais nada.

MV Agora tem a crise. Como o sindicato vai reagir a essa crise?

AG Passou o segundo turno, veio a segunda-feira. Aí sim chegou a crise pra eles. Com a crise, abre o PDV, a fábrica não vai ficar mantendo o trabalhador lá,

pagando um salário de R\$ 3.000,00 pra um, sendo que ela pode contratar por R\$ 1.200,00 o outro. Então ela abre o PDV. Eles estão discutindo isso.

MV E o sindicato, vai apoiar?

AG Vai bater palma! Eles estão pagando com o quê? Com o meu dinheiro, com o nosso dinheiro público. É isso que eu questionei. Por que o sindicato não questiona isso? Por que o BNDES ou o governo do estado tá dando dinheiro pras montadoras? As auto-peças tão demitindo agora, e aí? O sindicato está fazendo assim: primeiro estão demitindo, depois o sindicato se manifesta no jornal.

A Dura, em Rio Grande da Serra, demitiu 200 pessoas de uma vez só. Mas, eles não vão soltar no jornal porque eles querem passar uma impressão de como se nada tivesse acontecendo, como se tudo tivesse correndo bem na categoria, está tudo sob controle.

Lula diz para os sindicatos: "Agora vocês seguram a base"

MV Esse posicionamento, você acha que tem alguma relação com o fato de Lula, ex-presidente do Sindicato, ser presidente do Brasil?

AG Isso eu coloquei bem claro em março deste ano, quando o *Diário* fez uma entrevista comigo, com o Rogerinho e com o Vagner, que era um de cada chapa. Eu fui bem claro e taxativo.

Eu deixei bem claro meu posicionamento, que o sindicato se acomodou e as lideranças se acomodaram com a eleição do Lula. Para dar sustentabilidade para a eleição dele, todas as centrais sindicais tão no colo do governo. Eu até, essa semana, escrevi falando da UNE. Cadê a UNE? A UNE tá sentada no colo do governo também. Por que não tá se manifestando também com relação a essa questão do projeto que acaba com a meia entrada. Cadê a UNE nessa discussão?

E a gente tem informações do pessoal de dentro. Porque assim: o governo foi muito esperto, ele cooptou todas as lideranças dos movimentos, e colocou lá... O Meneguelli tá no governo, o Guimba, o Grama, o Marinho mesmo, que era presidente da CUT. Então pegou todo esse pessoal e falou: "Agora você segura a base".

Só que na Volks, especificamente, a base não quer isso, a base reagi.

Tanto que, na categoria, o patinho feio onde que é? É na Volks. Então o pessoal não aceita esse tipo de coisa, cercear um direito que é do trabalhador. O pessoal brinca e fala: "Pô, então em 2010, se o Serra ganhar, a gente vai fechar a Anchieta pra manifestar imposto de renda? Agora não pode, mas em 2010 pode?" Então o pessoal tira um sarro dos diretores de sindicato. E quem vai ganhar com isso é a fábrica. Tão deixando de exercer aquilo que é mais primordial para o trabalhador, que é o direito de se manifestar. O berço do sindicalismo no ABC sempre foi manifestação, reivindicação... Aqui que é o berço. Acabou porque agora inverteu. Por um projeto político que na visão deles é o melhor, mas o trabalhador não sente isso. O trabalhador fala: "Tô pagando mais imposto, se eu trabalho um dia a mais na semana, esse dia é pro governo..."

MV Como você acha que é a reação dos trabalhadores?

AG É de desânimo. A ponto de achar que nada mais vale a pena. Eu falo isso porque conversei com pessoas de outras empresas também, não é só da Volks. Você vê hoje que a classe trabalhadora tá sozinha, não tem ninguém mais que defende. O sindicato, primeiro ele espera demitir pra depois ir na empresa e falar que foram demitido 80 na TRW, como saiu no *Diário do Grande ABC* e não saiu na *Tribuna*.

Você pode ir na *Tribuna Metalúrgica* hoje: ela sonega tudo. Tem acidente diariamente nas empresas. Tinha que falar: "A empresa tal fez isso, isso e isso... Não investe em segurança..." Mas não sai nada. Agora, sai o quê? Que o Kassab é gay, que o Serra é aquilo... Tem só as questões de interesse político. Então, o que eu vejo hoje é isso: com a eleição do Lula, acabou. O movimento sindical tá dormindo.

Hoje, o trabalhador não vê saída. O trabalhador, hoje, o que ele vê é o seguinte: o trabalhador hoje tá tentando ver pelo lado dele. Ele fala: "Pô, se o sindicato não tá me defendendo, o que eu vou fazer?"

MV E que caminho você vê para a mudança do que está aí?

AG Num plano amplo, acho que todos os segmentos da sociedade sobrevivem fazendo oposição construtiva e apontando caminhos, acho que tem que se conversar mais. Porque ficar no sindicato, pega a CUT, pega a Força Sindical, todas as centrais sindicais estão com o dinheiro do governo, por isso que eles também estão quietos. Estão recebendo dinheiro do governo federal. E o governo falou: "Se vocês forem contra mim, eu tiro o dinheiro que repasso pra vocês". E pra sobreviver um movimento,

se não tiver uma estrutura por trás dele, não sobrevive...

Com a eleição do Lula, o movimento sindical tá engessado. E eu coloquei uma matéria no jornal falando da crise, nesse trecho da “Palavra do Leitor” do *Diário*, segunda-feira, bem crítico nessa questão. Eu falei: “Ainda bem que 2010 está chegando, os movimentos sindicais, sociais, vão acordar”.

O pessoal do sindicato lê isso aí lá e fica puto da vida, não concordam com isso. “Não, mas o nosso projeto...” É o projeto de quem? É projeto de um que quer ser deputado... Eu sou filiado a um partido político, sou filiado ao PT. Sou filiado ao PT. Mas dentro do partido eu discuto as coisas não tentando detonar o outro, não! Tanto que o pessoal falou: “Você é meio independente...” Nessa última eleição, agora, que teve pra prefeito, eu não fiz campanha nenhuma, eu me anulei da discussão porque eu não concordo com isso aí que eles estão fazendo. Não concordo! Se quiserem me expulsar do partido, não tem problema nenhum.

Acho que com a eleição do Lula acabou o movimento. O movimento sindical só vai voltar... Talvez essa crise agora vai ter que obrigar o sindicato a ter um posicionamento mais duro. Não vai dar pra ele ver trabalhador sendo demitido e ficar quieto, o próprio trabalhador vai obrigar uma reação.

Antes diziam que a crise é lá fora. Agora não, ela tá aqui. Tá na GM de São Caetano, que agora vai falir nos Estados Unidos, a Opel também lá da Europa tá quebrando... A Volks logo logo vai chegar nisso. A Volks lá na Alemanha tem um déficit milionário também, porque ela banca o diretor do sindicato. O diretor do sindicato lá do IGMetal tem um salário de 30 mil reais, o cara é executivo lá. Uma hora, essa conta vai ser paga por alguém. E por quem que vai ser paga? Pelo coitado da base lá, o trabalhador daqui do Brasil. Vem a ordem de lá, os caras vêm pra cá: “Viemos cortar tantos pra poder manter os diretores do sindicato lá do IGMetal”.

MV O que você acha que tem que fazer frente a crise?

AG Tem que ser independente do sindicato, porque ele vai fazer o que o governo mandar. Se o governo falar: “Vai pra rua, porque vamos precisar de vocês pros bancos liberarem créditos”, aí a CUT vai. Aí a Força Sindical vai.

Acho que a relação que você tem que ter numa negociação no dia-a-dia de uma fábrica é a relação de saber que você tem um lado, que é a base, e a fábrica está defendendo o seu próprio interesse. Porque o sindicato, você pode ter certeza, está negociando o PDV agora e não vão sair perdendo nada. Você pode ter certeza, não vão perder um real

de arrecadação. Da mesma forma que foi feito lá trás, eles falam: “Se sai mil, esses mil eu sei que vocês continuam pagando...” A fábrica não quer ter problemas com o sindicato.

MV A fábrica arrumou uma forma de lidar com o sindicato...

AG E qual que é a forma? É essa: “quem tentar atravessar, a gente elimina, a gente põe pra fora.” É assim. ■



“É MEU EMPREGO, EU NÃO SEI FAZER OUTRA COISA, EU SOU POLÍCIA”

Entrevista com Policial Civil de SP sobre a greve da categoria

Entre setembro e novembro de 2008, os policiais civis de São Paulo realizaram um movimento histórico. Durante a greve de quase 2 meses, os policiais civis tomaram as ruas da capital por diversas vezes, chegando a entrar em conflito aberto com a tropa de choque quando marchavam em direção ao Palácio do Governo.

Em novembro, a greve foi estrangulada por uma ação coordenada do STF e do Governo do Estado. O ministro Eros Grau, o mesmo que havia julgado a legalidade da greve, voltou atrás na sua decisão e decretou, no dia 12 de novembro, a pedido do governo, a ilegalidade do movimento. Na decisão, Grau alegou “a insubsistência do direito de greve no que concerne aos policiais civis”. Segundo ele, contrariando seu parecer anterior, a Constituição proíbe a paralisação a grupos armados, como os militares e policiais militares e civis.

Na mesma semana, quase na mesma hora em que o STF emitiu seu novo parecer sobre a greve, os deputados da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo apressaram-se para aprovar, em caráter de urgência, os projetos de lei que tratavam da reestruturação das carreiras dos policiais civis e concediam um aumento salarial de 6,5% para a categoria, colocando um ponto final na greve.

A categoria reivindicava aumentos de 15% em 2008, 12% em 2009 e 12% em 2010, entre várias outras reivindicações que mal entraram na negociação. Algumas lideranças sindicais ainda falavam em recorrer da decisão do STF, enquanto outras já comemoravam o “saldo positivo da greve”: a promessa do Governo de retomar as negociações em 2009.

Durante a greve, a reportagem da MAISVALIA entrevistou um policial civil que está há 16 anos na profissão e que

participou ativamente das manifestações. Ele nos contou um pouco sobre sua experiência no movimento e sobre o cotidiano da polícia. Usamos aqui um nome fictício para preservar a identidade do entrevistado.

O conflito com a PM durante a greve

MAISVALIA Você participou da manifestação em que ocorreu o conflito com a PM? Como foi o conflito?

PAULO Participei sim, eu estava lá. O conflito ocorreu porque é o seguinte: existiam duas barreiras, a primeira era formada pelos PMs da área, tinha uma segunda e, na terceira, estava o choque. As duas primeiras a gente passou sem muita resistência deles, não que eles tenham liberado, mas eles viram que a massa estava chegando. Então o que os caras fizeram? Eles falaram, “pô, não vai dar pra segurar”. Então nós ultrapassamos e fomos seguindo. A segunda também era composta pelos policiais da área, junto com o pessoal da tática e tal, mas também deu pra romper e seguir em frente.

Agora, o CHOQUE, quando percebeu que as duas barreiras já tinham sido rompidas, o que eles fizeram? “Não, aqui é área de segurança”. O governador falou “olha se chegar até vocês, pode usar de força”. E foi aí que os caras começaram a falar “meu, aqui não vai... Aqui não vai”.

Alguns colegas do GARRA e também do GOE chegaram com a viatura na frente deles e falaram: “Meu, vamo liberá, vamo liberá! A briga é pra todos, a briga é pra nós e pra vocês também”.

Tropa de Choque da Polícia Militar ataca policiais civis em greve, que faziam ato em direção ao Palácio dos Bandeirantes.

E os caras do CHOQUE já começaram a sentar bala, dar tiro de borracha e o caramba.

MV Havia uma direção centralizada, ou foi meio no “cada um por si”?

PAULO Havia sim uma direção. Tinha direção dos nossos sindicatos, sindicato dos escrivões, sindicato dos investigadores, dos agentes policiais, dos carcereiros. Todos esses sindicatos estavam no comando com aquele presidente lá, o Rebouças, encabeçando. Tinha uma direção, tudo programado e tudo foi organizado bem antes de chegar no Palácio do Governo. O comando, que é do sindicato nosso, não tem nada a ver com política que está aí, nada a ver com o sindicato dos metalúrgicos, nada a ver! Foi o sindicato nosso, através de panfletos e etc., o pessoal falando: “Meu, vamos na calma, vamos negociar, vamos conversar, tudo na calma. Tudo na calma, tudo organizado, nada desse negócio de baderna que o Governador está falando, isso é uma mentira mesmo, não existiu isso”.

Meu, foi um ato pensado sim. Agora, o problema é o seguinte, chegando lá, tinha a primeira barreira, foi até que tranquilo porque os caras viram que a massa estava chegando e não dava, então rompemos. Segunda, a mesma coisa. Na terceira, onde estava o choque, já não dava mais pra passar.

Uma indignação nossa, que eu quero deixar claro aí, uma indignação dos policiais civis, é que, primeiro, a briga não é só da polícia civil, porque se a polícia civil tem um aumento, a militar tem um aumento. Porque são instituições diferentes, como a minha, por exemplo, que é do judiciário, uma polícia mais de investigação, sendo que a PM é uma polícia de prevenção, que tem que estar na rua. Mas, mesmo sendo funções diferentes, a base é a base da segurança pública. Ou seja, o aumento que vem pra nós vai pra eles também. Então, a indignação foi que realmente eles poderiam estar lá, falar: “Olha gente, aqui é área de segurança e nós sabemos disso também, mas não serem tão agressivos como foram, porque não precisava de tudo aquilo”. Os caras jogaram muita bomba, é muita bomba, os caras deram muito tiro.

MV Trataram vocês como qualquer outro movimento social?

PAULO Sem dúvida. Essa é a indignação, foi muito tiro que eles deram, muito tiro mesmo! Sem nem ver quem estava do outro lado e sem nem identificar. Como se fosse uma polícia totalmente diferente da nossa. Como se fosse uma polícia que não fosse beneficiada pela nossa briga. Ou seja, estamos brigando pelo nosso aumento e pelo aumento deles.

MV Qual é a reivindicação do movimento?

PAULO O que eu acho interessante frisar é que não é só o aumento do recurso financeiro, não estamos falando só do capital, só de dinheiro. A briga nossa não é só dinheiro, a briga nossa é uma reestruturação, melhores condições de trabalho.

Você pega delegacias aí, cara, tipo 7º DP da Lapa, 15º DP aqui no Itaim Bibi, você entra dentro dessas delegacias, parece que são delegacias de outro mundo. Nós, que moramos na periferia, não estamos acostumados com esse padrão de delegacia. São delegacias que você entra dentro, cara, é uma delegacia bonita, o espaço pro público, tem bancos confortáveis, televisões de não sei quantas polegadas, é um conforto pro pessoal. Mas por que isso? Porque a nata mora ali, é a elite que mora nesses locais, é um conforto pra esse pessoal. Mas mesmo dentro dessas delegacias, que tem todo esse conforto pra atender essa população de classe alta, mesmo dentro dessas delegacias está difícil pra gente trabalhar, falta papel! Falta papel pro escrivão. Falta papel pra você pôr na impressora e imprimir um B.O.! Isso não pode acontecer, falta papel higiênico, falta água, faltam as condições mínimas. E o povo não sabe disso.

A briga nossa, além do salário, é de desvincular a polícia civil da política. O que acontece hoje? Hoje funciona assim: o governador pega um delegado (amigo) e coloca lá: “Este aqui vai ser o delegado geral da polícia”. Só que ele é amigo do governador! E aí vem toda aquela ramificação, o amigo, que traz o amigo, que traz o amigo, que traz o amigo. Essa é a política dos caras. Então, que nem eu, eu tenho 16 anos de polícia, chega um delegado pra trabalhar na delegacia que eu estou, ele olha assim e fala: “Não gostei desse cara”. Ele me manda embora pra outra delegacia e traz o amigo dele. Ou seja, o delegado geral está vinculado diretamente ao governador e são muitos amigos que ele tem. Essa é uma outra briga nossa, nós não queremos mais esse vínculo direto, nós queremos eleger o nosso próprio delegado geral. Totalmente democrático. Esse processo que existe hoje não é nada democrático.

Então, eu quero deixar isso bem claro, a gente sempre tenta falar nos plantões, eu e alguns parceiros, alguns colegas lá, a gente tenta deixar o público bem esclarecido que nós não estamos brigando só pelo dinheiro.

MV A imprensa não fala muito sobre isso, né?

PAULO São dois mil e quinhentos homens na rua, não tem como você não causar um impacto na vida da população, você vai parar o trânsito, você vai causar, fazer

barulho, sempre tem um ou outro colega mais exaltado...

Então, é claro que o Governo não mostra qual é a verdadeira intenção dessa mobilização, ele só fala de salário e não é só salário. Ele só mostra o impacto negativo que uma greve dessas tem pra população. O governo usa da mídia pra jogar a população contra nós. O que você vê na TV? Você não vê as condições de trabalho nas delegacias, o trabalho que a polícia civil faz no dia-a-dia etc. A televisão só mostra o conflito com os motoqueiros, os caras tão vendendo que são 2.500 homens, o cara quer passar, mas aí o cara aproveita pra aparecer, para provocar, o cara sabe que a mídia tá ali e a mídia gosta disso também. E é só isso que é mostrado pela mídia, é só isso e pronto. Quer dizer, o que o governo mostra? “Os caras querem dinheiro”, é só isso que eles colocam pra população. E aí tenta desqualificar, fala que são baderneiros etc.

A polícia de Minas Gerais sempre reivindicou de parar mesmo. Subir em cima de viatura, os caras vão mesmo! Outra, a de Alagoas, lá não só a civil como a militar, sempre na história os caras pararam mesmo, 30 dias, 2 meses. A única polícia que nunca fez uma paralisação mesmo, e eu falo porque eu tenho 16 anos na polícia, foi a Polícia Civil. E esta paralisação entrou para a história, não só de São Paulo, mas pra história do Brasil. Isso foi notícia internacional. Foi a primeira vez na história da Polícia Civil que teve um movimento mesmo que enfrentou o governo e deu a cara pra bater. E o Governo não acreditava que nós íamos fazer um movimento dessa proporção. O governo subestimou politicamente a Polícia Civil, ele não esperava isso.

MV E vocês, esperavam essa atitude da PM ou do Governo?

PAULO É lógico que a gente não esperava ser bem recebido. Só que a idéia era que na hora que o homem, na hora em que o governador visse aquela massa, tinha quase uns 3 mil policiais lá! Tudo bem, a gente não precisava chegar na porta do palácio, mas qual era a idéia? O governador mandar algum representante e falar: “Sobe cinco aqui pra negociar, eu vou aceitar 5 representantes da massa aí”.

MV Ele não recebeu nem a comissão?

PAULO Ele não aceitou nada! Tudo isso gerou a revolta, a gente sabia que não ia ser fácil, mas o cara se recusar a receber cinco pessoas pra conversar? E esse negócio dele falar: “Eu não vou negociar com a faca no pescoço”... Isso também é mentira. Porque entre o dia 14 e 16 de setembro o nosso sindicato falou: “Suspende a greve, que é uma greve autorizada por lei, suspende a

greve porque o governador não negocia com grevista”. Aí, todo mundo voltou a trabalhar normal, dois dias, e ele não sentou pra negociar, não recebeu ninguém. Por que que ele não recebeu ninguém pra negociar? Ele não falou que não negociava com a faca no pescoço? Paramos, ficamos dois dias sem greve e ele não quis negociar. Então, não teve acordo.

Chegou aonde chegou, porque o governo quis chegar. Se ele nos tratasse como seres humanos, porque a polícia Civil de São Paulo é a melhor Polícia do Brasil sim, cara, essa é a realidade. É a melhor polícia, é bem preparada etc. Então, se ele reconhecesse o trabalho do policial, não chegava nessa situação, não chegava mesmo. Agora, o cara é um déspota mesmo, ele é autoritário e está agindo como os militares agiram no passado, logo ele, que diz que foi exilado e tal. Ele está agindo igual os caras, usando a mídia pra fazer uma propaganda, pra queimar a polícia, pra jogar uma polícia contra a outra. São esses métodos que o cara usa.

A repercussão do conflito entre os soldados da PM

MV Como você acha que a PM ficou depois do que aconteceu?

PAULO Isso é interessante falar, cara. Onde eu trabalho, na delegacia onde eu trabalho, tem uma companhia da PM. Muitos PMs chegam na delegacia como se estivessem pedindo desculpas. Isso é interessante falar. O CHOQUE você vê que realmente é aquela situação, os caras são preparados para aquilo e parece que os caras não vêem mais nada, meu. Os caras não vão racionar, eles vão fazer o que eles foram mandados pra fazer. Mas a maioria dos policiais, nos batalhões, os caras chegam, conversam meio tristes e tal. Muitos falam que se estivessem lá queriam ter aderido, lutado do nosso lado.

Mas é claro que tem uma diferença aí, que nós não podemos esquecer. A nossa lei orgânica permite, entre aspas, uma greve, uma certa reivindicação. Na PM não, com esse regime militar deles, se o PM chegar lá e disser que vai fazer uma greve, ele vai pra rua. Eles são punidos de uma forma bem radical mesmo. Então, talvez isso tenha impedido muitos ali de terem aderido. Mas a relação agora... Eu falo porque estou na rua com a viatura direto, a gente vê uma viatura da PM, os caras já buzina e falam: “Ô irmão, tudo bem?” e tal. Eu acredito que em cada batalhão existe esse lance de

evitar que isso se transforme numa inimizada declarada.

MV Você acha que o fato deles terem que reprimir a própria polícia causou uma revolta entre os soldados?

PAULO É como eu disse, a maioria não se sentiu bem. Acho que até é interessante relatar: houve uma greve em 82, eu acho, ou 86, não lembro direito, houve uma greve de proporção bem menor, mas da PM. Essa greve foi encabeçada pelas mulheres das famílias dos PMs. Essas mulheres, esposas, mães, irmãs etc. que foram lá bater panela, fazer um panelaço, elas também foram reprimidas pelos próprios PMs. Então, é uma situação complicada pra eles. Alguns PMs, já naquela época, que aderiram à família, à família deles que estava lá presente, fizeram corpo mole, foram lá e falaram: “Não, não vamos bater, é isso mesmo”, esses caras foram expulsos da PM. Eu conheço colegas que foram expulsos da PM. Então, é uma situação delicada. O Governo amarra o cara de um jeito, através de punições etc., que o cara que está do outro lado fala: “Pô, mas esse é meu emprego, eu não sei fazer outra coisa, eu sou polícia”. Esse lance da sobrevivência do cara é complicado. Então, são vários episódios passados que pesam na hora do cara tomar uma decisão, especialmente nesse regime militar da PM.

Salários baixos e jornadas estressantes

MV Você pode falar um pouco do dia-a-dia do policial?

PAULO Putz, o dia-a-dia é conflitante, mesmo pra quem tá de plantão em delegacia e tal, é um dia-a-dia de stress. O Governo não dá condições mínimas de trabalho, como eu sempre vou repetir: não é só de salário que a gente precisa. Existem vários problemas de administração que deixam o funcionário completamente louco. Por exemplo, faltam policiais! Isso gera um acúmulo de trabalho, gera um acúmulo de férias, por exemplo. Eu mesmo tenho 2 anos de férias pra tirar. Você vai pedir férias e tem que segurar, porque já tem um colega de licença, aí você tem que esperar o cara voltar, mas aí, como eu, existem vários outros...

MV Quando vocês tiveram o último aumento salarial?

PAULO O último aumento significativo que eu tive, que na época foi dividido

também em três vezes, foi no governo do Fleury! Você sabe o que é isso? Os salários estavam bem mais defasados e ele deu um aumento na época. Acho que foi uns 35%, dividido em 3 ou 4 vezes, mas deu.

Depois disso, vieram só aqueles abonos. Nós que estamos na ativa, nós recebemos, tudo bem, abono de cem reais! Mas, mesmo assim, nós que estamos na ativa recebemos esse abono, só que o aposentado não recebe. Essa é uma outra briga, incorporar esses abonos nos salários e os aposentados também passarem a receber.

Depois disso, o único abono mais significativo que a gente recebeu foi um abono de R\$500,00 que só veio naquela época dos ataques do PCC. Na hora que começou a ter aqueles ataques, começou tudo de novo aquela polêmica, né? “Pô, o policial ganha pouco, o crime está organizado” e tal. Aí, o governador chegou e falou: “Ah, vamos dar um abono aí”. Como se fosse: “Ah, dá um abono de R\$ 500,00 pra eles, pra incentivar, pra eles combaterem o crime”. Quinhentos reais de abono! Só que aí ficou aquela briga pela incorporação no salário, porque, a partir do momento em que eles dão o abono, fica a título de uma gratificação, mas eles podem tirar a qualquer momento. Na verdade, o problema salarial nosso aí é que o piso é baixo, o piso é muito baixo. O que dá o montante geral são as gratificações, mas o piso é muito baixo. Hoje, se não me engano, está perto de R\$ 600,00.

MV Fala um pouco como é a relação com o comando?

PAULO Dentro da polícia civil você tem os grupos, o GOE, o GARRA, o DENARC etc. A pressão que existe em cima desses grupos é aquela cobrança pra você apresentar números, a cobrança de produção mesmo, número de abordagens, de prisões etc. Eu acredito que o Governo só cobra desses grupos quando tem um caso que aparece muito na imprensa. Aí, eles cobram, enchem o saco, cobram resultados. Só que isso cai naquela questão que eu tinha falado, volta na política dos cargos. Você pega um caso de repercussão nacional ou internacional e eles cobram da polícia. Mas, é claro que ele não vai dar a mesma ênfase se esse caso ocorre na zona sul, por exemplo. Porque a Maria morre direto na zona sul. Todo dia, na zona sul, está morrendo uma. Então, quando é um caso que repercute nacionalmente, como o caso aí da Eloá, que põe em xeque a imagem do governo, aí há uma cobrança da polícia. ■



CCS DE DEVE NA LUTA
ADORES
SINTECT-SP - FENTECT

AADC ARAPUCA ARMADA
P/ DIREÇÃO DO CORREIO NÃO
SINTECT-SP - FENTECT

CDD VILA STA. CATARINA
LUTA
PRESENTE
CT-SP

ADICIONAL PARA T
SEM EXCLUSÃO
SINT

NA
UNIDO
SINT

REF

Estamos em
GREVE

CORREIOS

A luta dos carteiros contra o avanço do mais-trabalho

Entrevista com três carteiros de São Paulo

A revista MAISVALIA entrevistou três carteiros. Seus depoimentos comprovam aquilo que Marx já anunciava em O capital: uma das maiores preocupações dos capitalistas é tentar reduzir os poros mortos no interior da jornada de trabalho, ou seja, os intervalos de tempo em que o trabalhador não produz valor. Para isso, já dizia Marx, há o permanente aprimoramento das formas de controle do processo de trabalho. Estas formas de controle servem para submeter a subjetividade do trabalhador ao impulso voraz do capital por mais-valia.

Os carteiros falaram do lucro que geram para os Correios a cada dia, do excesso de horas extras em algumas regiões, da pressão feita pelos chefes para aumentar o ritmo de trabalho, do rebaixamento dos salários e do papel do sindicato.

Utilizamos nomes fictícios para preservar a identidade dos carteiros.

Em apenas um dia de trabalho, nós pagamos nosso salário do mês inteiro!

MAISVALIA **Você tem uma idéia do valor pago aos Correios para a circulação das mercadorias manuseadas por você em um dia de trabalho?**

PEDRO Eu carrego muito sedex. Só num dos grandes clientes, a Editora Abril, eu entrego, por baixo, uma média 50 ou 70 sedex por dia.

MV Quanto custa um sedex?

PEDRO Um Sedex de 200g para a mesma cidade custa em torno de 10 reais mais ou menos.

MV Vamos supor que você entregue 50 sedex a 10 reais, dá 500 reais pagos pela Editora Abril em apenas um dia?

PEDRO Mas eu entrego para outros grandes usuários, como Unibanco, DSV, CET, Subprefeitura. Isso no período da manhã. De tarde eu carrego algumas encomendas e uns 150 registrados.

MV Quanto custa cada um?

PEDRO Alí tem de 5, 7, 10 e 15 reais, é variável.

MV Se considerar uma média de 10 reais, você entrega 150 registrados a 10 reais, daria 1.500 reais por dia. Então só de sedex para a Editora Abril e registrado você faz circular, em média, 2.000 reais por dia.

PEDRO Alí tem mais as encomendas simples e registradas, além das cartas comerciais e simples. Acho que minha produção média por dia passa de 3.000 reais.

MV É muito dinheiro!

PEDRO Tá certo que, pra chegar na minha mão, passa por quatro colegas antes. Silva, o cara da agência; o da van que leva pro CTC pra triar; o OTT que faz a triagem; e o da cara da van que traz até o CDD. Mas, mesmo assim! Nos 3.000 reais eu considero só o sedex da Editora Abril. Se contar tudo que passa na nossa mão, um dia de serviço nosso paga o salário do mês inteiro de nós cinco brincando. Imagina então a grana que nós cinco produzimos num mês. E se pegar os 110.000 trabalhadores do Correio em todo o Brasil?

**O chefeta ameaça:
“Olha, com a greve, muitas empresas cancelaram o contrato. vai ter demissão.”**



SILVA Quando eu entrei no Correio, os chefetas falavam: “Com a internet, com a evolução tecnológica chegando aí, o emprego de vocês está ameaçado. Então, antes de entrar numa greve, vocês têm que pensar duas vezes”. Era essa a ideologia que eles jogavam. Mas na verdade o que ocorreu foi o aumento da carga de trabalho. Na última greve (julho/2008) voltou a mesma conversa: “Olha, vai ter demissão. Muitas empresas cancelaram o contrato por causa da greve”. Mas não é o que a gente tá vendo. O serviço aumentou.

PEDRO Isso é lavagem cerebral. Fale com um carteiro que tem 10 ou 15 anos de Correio, ele vai dizer que naquela época a percorrida era muito maior. E por que diminuiu o trecho? Porque a carga aumentou! É visível.

MV Agora vocês são obrigados a passar o cartão na máquina quando saem e quando retornam da rua. Qual o objetivo disso?

PEDRO Antes, quando era manual (o que chamavam de 242), a gente podia lançar o peso real da bolsa. Se você tava levando excesso de peso, você colocava lá. Tava no papel. Agora, com o sistema informatizado (SGDO), o sistema não aceita mais do que 10 quilos na bolsa, que é o limite. Se você levar mais, o problema é seu. Você vai marcar só 10 quilos lá. Antigamente, se a gente saísse com 15 quilos, marcava os 15 quilos. Se depois, lá pra frente, tivesse algum desvio de coluna, tinha como recorrer e ganhar. Era uma causa ganha. Hoje, não tem mais isso.

DUDU Se você pegar um CDD que trabalha com grandes usuários, tem dia que a bolsa do cara parece um balão, cara.

Quando o controle era manual, você podia marcar o peso real que você carregava. Hoje não.

MV O chefe faz alguma pressão se você não levar o peso excedente? Pode não levar o excedente hoje e deixar pra amanhã?

SILVA O que entra hoje, tem que sair hoje.

DUDU Se você falar que tem excesso de peso, e pedir um “DA”, que é um Depósito Auxiliar, você pode repartir o conteúdo de uma bolsa em duas bolsas e o cara da van leva uma delas até um ponto extra no meio da percorrida. O problema é que o chefe, quando vê que tem muita carga naquele dia, pressiona pra você chegar dentro do horário: “Não pode fazer hora-extra!” Então, tem muito carteiro que não pede DA pra não ter que ouvir a ladainha do chefe.

PEDRO É o mesmo caso do cara da Volkswagen que falou na última MAIS-VALIA. O caso do painel de luz que ascende quando o ritmo de trabalho diminuiu um pouco. Aí, o chefeta já vem lá encher o saco. O Correio também tá controlando cada minuto nosso. Da Volks pro Correio, muda a sopa, mas as moscas são as mesmas. É como se tivesse um painel luminoso atrás da gente na rua, ordenando: “Anda, carteiro, mais rápido!”

MV Quanto à questão da sobrecarga de trabalho, o que vocês têm a dizer?

DUDU Não tá dando tempo pra fazer o serviço dentro do horário normal.

MV À que horas vocês devem chegar?

SILVA O horário é cinco e meia da tarde, mas dificilmente a gente consegue chegar no horário. Estamos chegando seis e meia, sete horas. Isso tá bem constante.

O chefe pensa: “Se, dos 30 carteiros, 10 correrem e não fizerem hora extra, já é lucro pra empresa.”

MV Por que em alguns CDDs têm muita hora-extra e alguns setores não?

PEDRO Geralmente, nas unidades da periferia, onde os usuários têm um poder aquisitivo menor, dá mais hora-extra. Lá, onde tem classe média e gente rica, o Correio se preocupa em entregar o quanto antes. Por isso, põe mais carteiro e não dá tanta hora-extra.

DUDU Se o chefe quer ganhar nome, ele empresta carteiro pra outro CDD, mesmo que a gente esteja sobrecarregado. Ele ganha nome em cima de quem? Do peão, é claro.

SILVA A gente reclama que tá faltando funcionário e, de repente, quando chega aquele funcionário sobrando, a gente pensa: “Opa, hoje vai tá bom, vão usar esse funcionário pra beneficiar a gente”. Nada. Aí o chefe empresta o cara pra outra unidade.

MV Se há essa quantidade enorme de hora-extra, por que vocês acham que eles não contratam mais carteiros?

SILVA Vamos supor que tem trinta carteiros no CDD. O chefe considera que dez desses carteiros podem entrar na onda dele, aceitar a pressão. Ele pensa: “Se alguns carteiros correrem, diminuirmos a hora de almoço e conseguirmos terminar o serviço dentro do horário, sem fazer hora-extra, já é lucro”. Então, a empresa já ganhou em cima desses dez peões e valeu a pena não contratar.

PEDRO Na certa, muita hora-extra não é feita porque é tirada dos direitos do

trabalhador. O cara começa a trabalhar mais cedo, não almoça direito.

DUDU Além disso, se contratassem mais carteiros, eles teriam que colocar mais armários, teriam que criar mais postos. Isso é custo pra eles. Então eles só vão contratar quando não tiver jeito mesmo, porque enquanto der pra segurar as contratações com base na hora-extra, eles vão segurar.

PEDRO No fundo, eles precisam que você faça hora-extra pra não contratar mais carteiros, mas reclamam quando você faz.

SILVA Tem um cara lá que, por maior que for o distrito que ele pegar, ele consegue fazer tudo e às duas horas da tarde tá chegando na unidade. Mas o cara é um alucinado, tá sempre na maior correria. Aí, um tempo atrás, logo quando ele entrou na unidade, foram basear um distrito no trabalho dele. Foi um outro carteiro fazer esse distrito e não conseguia chegar no horário. Aí, o chefeta cobrou porque o Fulano chegava antes do horário e ele não. É essa pressão que eles fazem.

O preço do selo subiu muito mais que o nosso salário

MV Vocês acham que compravam mais com o salário que vocês ganhavam há alguns anos do que compram com o salário de hoje?

PEDRO Um colega que tem doze anos de empresa comparou o aumento do salário dele com o aumento do preço do selo de uma carta comercial. Ele ganha, hoje, contando os benefícios, 1.500 reais. Ele disse que, se considerar o que subiu o selo nesses 12 anos, era pra ele tá ganhando em média uns 2.500 reais. É uma sacada bem bacana que ele teve: calcular a perda salarial em relação ao aumento do selo.

SILVA É, hoje a gente acaba comprando menos, a inflação corrói tudo, as contas aumentam. Hoje tá bem mais apertado.

MV E o sindicato, o que tem feito em relação a todas essas questões?

PEDRO Acho que o sindicato tá muito devagar. Essa campanha salarial tava pouco inflamada. Fomos pra assembléia e os caras nem falaram em greve! Cadê a pressão? Sem pressão, a gente não vai arrancar nada! Fica só na proposta inicial da empresa! E foi isso o que aconteceu mesmo. Não conquistamos nada além do que a empresa quis dar.

DUDU Esse reajuste do salário não dá pra nada. As coisas subiram muito mais. Acho que o sindicato pelegou. Eles

tavam todos envolvidos com as campanhas dos candidatos a vereador. Isso é um absurdo!

SILVA Você não viu aí? Saiu na *IstoÉ* que o chefe do departamento pessoal organizou cinco jantares na casa dele pra negociar com os sindicalistas. E aí os caras abriram as pernas. Aceitaram qualquer coisa. Eles decidiram o nosso salário com a cara cheia, com a barriga cheia de uísque e vinho! ■



CONGRESSO DA UMES:

“Festa bancada pelo PT para juntar estudantes e ganhar votos”

Entrevista com duas estudantes do Ensino Médio de São Paulo

No último mês de junho, a UMES (União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo) realizou seu 20º Congresso. Antes disso, passou por várias escolas chamando estudantes para participar do congresso. Em agosto, realizou um ato reunindo estudantes de toda a cidade para protestar contra o fechamento de algumas escolas técnicas municipais. Estaria a UMES voltando a articular uma união municipal de estudantes secundaristas? Estaria a UMES articulando uma resposta ao processo de destruição que avança nas escolas e que se torna cada dia mais visível, expresso tanto nos jornais burgueses quanto na revolta dos estudantes?

Entrevistamos duas estudantes de uma escola estadual em São Paulo que participaram do período de pré-Congresso, do Congresso e do ato da UMES. Uma delas entrou para a entidade no período de pré-Congresso e foi “eleita” Diretora Qualificada. A outra apenas participou das atividades. Elas contam a seguir como foi todo esse processo e, decepcionadas com a entidade, contam como a UMES é, hoje, apenas aparelho de alguns partidos políticos (PT, PCdoB e PMDB) para conseguir votos em época de eleição e que, além desses momentos, não reúne estudantes, não aparece nas escolas e não diz nada sobre elas.

Os nomes são fictícios, para evitar processos de repressão às estudantes.

JULIANA Pra UMES, a diretora abriu as portas. Abriu as portas da escola pra resgatarem delegados para o Congresso. Foi aí que eu entrei na UMES. Fui eleita delegada e comecei a ir na sede pra resgatar o pessoal para o Congresso.

MAISVALIA **Você foi eleita por quem?**

JU Pelos alunos. Na verdade, os professores bateram na sala e falaram: “O

melhor aluno vai pra sala da diretora”. Aí, por acaso, me empurraram. Eu e mais dois. Aí, eu fui eleita. E, pra mim, aquilo era uma novidade, né? Aí, eu comecei a ir na sede.

mv **O que você tinha que fazer lá?**

JU Eles davam um cartão telefônico na minha mão, uma lista de pessoas, a gente ia lá na Telefônica e ficava ligando pro pessoal confirmar se eles iam ou não no Congresso. Era assim, eu perguntava: “Ah, você lembra do pessoal da UMES que foi na sua escola e você foi eleito suplente?” Eles falavam: “Lembro, lembro, sim”. E eu falava: “Você vai no Congresso?” “Ah, eu vou.” “Então eu posso confirmar com você? Posso marcar seu nome aqui?” “Pode”. “Me dá seu celular”. Aí, eu pegava o celular dele, anotava e falava: “Então, tal horário, na sua escola, ou na escola mais próxima, o ônibus vai passar e vai pegar você”.

mv **Isso tudo sem discussão alguma sobre o que seria discutido no Congresso?**

JU Isso. E depois foram 3 dias de Congresso. A etapa regional no dia 05 de junho e a municipal nos dias 27 e 28 de junho. A regional até que foi legal. A gente foi lá no palco, debateu, todo mundo com as mesmas idéias e tal. E no fim teve um cara lá que se pronunciou contra tudo e contra todos. Aí, ficou mais empolgado, né? A gente ficou estimulado para ir para a segunda etapa.

mv **Como foi a segunda etapa?**

JU No primeiro dia, se pronunciaram várias autoridades: a Presidente da Federação de Mulheres Paulistas, o Presidente da Federação dos Negros, um monte de presidentes, a Presidente da UMES,

que no caso era a Michele. E, na minha opinião, foi uma palhaçada, né? Mas, aí, eu ainda vou chegar no segundo dia da segunda etapa.

mv O que aconteceu no segundo dia?

JU A UMES sempre se disse não partidária, mas a Marta [Suplicy] se pronunciou nesse dia. Foi onde eu fiquei revoltada. Foi minha primeira controvérsia.

CLARISSA Nós achávamos que iam ter discussões, que os estudantes iam debater, mas nesse segundo dia, simplesmente, quem foi discursar lá? Marta Suplicy. Então, ao meu ver, foi o quê? Foi assim: “Vamos juntar os estudantes, porque eu preciso de votos dos jovens pra minha campanha”. Parecia um acordo com o PT, porque ninguém sabia que a Marta ia estar lá. Inclusive, um monte de gente se revoltou.

JU E nesse dia também teve a votação da nova diretoria da UMES, que foi outra grande palhaçada. A gente pensava que ia ser uma eleição que nem de Grêmio... Montaria as chapas, as pessoas iam falar, a gente ia votar na melhor proposta. Mas, depois de um monte de enrolação, começou a votação. E, de repente, eu ouço: “Juliana, vai pro palco”. E eles chamaram fulano de tal, fulano de tal... E eu fui pro palco e fiquei lá, com cara de “ué, mas e a votação?”

CLA Aí, começaram as batucadas e o processo de eleição foi assim. Não teve votação! Tinha até um DJ pra entreter o pessoal. Não era um congresso de estudantes, era uma festa, entendeu? Uma festa bancada pelo PT para conseguir votos, sabe?

JU E assim eu fui eleita Diretora Qualificada.

mv Como são os cargos na UMES?

JU São 3 tipos de diretores em cada sede: Diretor Executivo, que tem bolsa-auxílio de R\$ 400,00 por mês, Diretor Qualificado, que recebe R\$ 100,00 e Diretor de Base, que não recebe nada, mas que são os que mais trabalham porque são os que querem começar a receber.

mv E esse dinheiro, vem de onde?

JU Boa pergunta, boa pergunta!

mv Depois do Congresso, o que têm feito os Diretores da UMES?

JU Ultimamente, o que a gente tem que fazer na UMES é mesmo fazer militância para o PT, pra Lídia Corrêa, que é a vereadora do PMDB que eles estão apoiando. E olha, eu fui uma vez só pra nunca mais e não vou mais mesmo. Eles vão,



Michelle com o Ministro Fernando Haddad (Educação).

soitam a gente lá em um bairro e a gente tem que fazer propaganda política pra mulher. No dia que eu fui, foi assim. Tem que bater de porta em porta, falar da Lídia Corrêa, entregar o material. Então a UMES foi uma decepção.

mv E você entrou na UMES imaginando o quê?

JU Eu estava com esperança, achando que era um movimento sério, que ia falar dos problemas da escola, juntar estudantes, fazer uma greve. Até que, no dia do 11 de agosto, eu ainda estava iludida...

mv O que aconteceu no dia do 11 de Agosto?

CLA Dia 11 de agosto é o Dia do Estudante. Aí, no dia 15, uma sexta-feira, a UMES organizou uma passeata como aquela que aconteceu na greve dos professores. A gente saiu do MASP [Museu de Arte de São Paulo], na avenida Paulista e foi até a Praça da República. Eles falavam que era para comemorar o Dia do Estudante e para protestar contra o fechamento de algumas escolas técnicas municipais. Mas, chegando lá, estava a cúpula inteira do PT: vereador, pessoal do partido, a juventude do partido estava toda, em peso, eles falaram pra caramba. Aí, de repente, pára uma kombi da Marta e começa a distribuir bandeirinha pra todo mundo, começa a colar adesivo com o 13 da Marta em todo mundo. Aí, tinha umas pessoas que começaram a vaiar eles. A Ana Letícia [presidente atual da UMES-SP], no meio do pânico todo, e porque estavam os vereadores todos e ela querendo fazendo uma média, pegou o microfone e começou a cantar uma musiquinha da UMES para abafar o som dos estudantes.

JU E isso já era na Praça da República, no fim da manifestação. Mas, logo no começo, saindo do MASP, eu e a Clarissa, a gente falou: “Que é isso? Duas faixas da Paulista e todo mundo amontado na calçada? Vamos fechar a Paulista inteira”. Eu comecei a puxar o pessoal e a Diretora da UMES veio assim: “Ah, não, vamos pra lá, que a polícia vai bater na gente.” E eu falei: “Espera aí, isso aqui não é uma passeata? Não é isso que tem que acontecer?”

CLA Eles são todos politicamente corretos, na maior amizade com os policiais. Lá na Consolação, chegando na Praça da República, eles deram a maior volta só para não atrapalhar o trânsito. Que ridículo. E outra coisa, o interesse deles com Grêmio é só para entrarem na escola e mandarem e desmandarem, porque o interesse deles é só agora. O ano que vem eles vão esquecer. Vão aparecer só no começo do ano por causa das carteirinhas, para ganharem uma verba e tal, e só. Depois, não vão nem aparecer. Mas muita gente já percebe isso. Nessa passeata, foram uns 50 estudantes pela nossa escola e muitos foram pra ver como era. Depois, a gente perguntou o que o pessoal tinha achado e todos disseram que eles só fizeram isso porque é ano de eleição e eles querem atacar o Serra, o Kassab e o Alckmin. E uns falaram: “Nunca mais eu vou, eu fui usado para fazer uma campanha partidária, pro PT”. Isso porque eles saíram colando adesivo da Marta em todo mundo.

mv E mesmo a UMES sendo hoje apenas um braço do PT (e PCdoB e PMDB) nas campanhas eleitorais, as diretorias continuam a receber a entidade de braços abertos nas escolas?

CLA É, a UMES tem um acesso muito



A então presidente da UMES com Orestes Quéricia em 2006. Atrrelamento total da entidade ao PT, PCdoB e PMDB.

fácil na escola. Em geral, o estudante não pode sair pra nada, mas no dia da passeata da UMES, no dia 15 de agosto, a escola simplesmente abriu os braços, não teve aula para que todos os estudantes pudessem ir ao ato. E, no dia do ato da greve dos professores [greve que durou 3 semanas e reuniu mais de 60.000 professores nas ruas de São Paulo], a gente foi proibido de sair e a escola fez um escândalo para que ninguém fosse pro ato.

JU A gente teve que entrar no ônibus da Apeoesp escondido, porque ela proibiu.

CLA E, no dia dessa passeata, ela simplesmente liberou todo mundo. Por que a UMES consegue esse acesso e outros movimentos não?

JU Que nem hoje, a gente foi barrada de deixar vocês conhecerem a nossa escola porque ela disse que a Secretaria da Educação tinha que estar presente pra acompanhar a entrevista, porque é uma questão de mídia, uma coisa assim. Tanto é que eu entrei em conflito com a diretora. Porque a nossa diretora é ditadora, não adianta. Então tudo tem que passar por ela. É terrível. É uma repressão. ■



PORT AUTONOME DE ROUEN

FIN EN GOUVERNEMENT SCOLAIRE
ET D'UNION DEMOCRATIQUE

VIVE LA
DES OUVRIERS, ETUDIANTS ET ENSEIGNANTS

PTT SYNDICALES

KODAK

CGT
Syndicat PTT

1968: A GREVE GERAL E A REVOLTA ESTUDANTIL NA FRANÇA

Peter Schwarz

Publicamos nesta edição o terceiro e o quarto artigos sobre os eventos de maio/junho de 1968 na França.

As partes 1 e 2 foram publicadas na revista MAISVALIA 3. A primeira parte tratou do desenvolvimento da revolta estudantil e da greve geral até o seu ápice, ao final de maio.

A segunda parte analisou como o Partido Comunista Francês (PCF) e a central sindical controlada por ele, a CGT, possibilitaram que o presidente Charles de Gaulle retomasse o controle do país.

As partes 3 e 4 tratam do papel protagonizado pelos Pablistas.

PARTE 3 Como a JCR de Alain Krivine acobertou as traições do stalinismo

O presidente de Gaulle e sua Quinta República deveriam sua sobrevivência política em Maio de 1968 ao Partido Comunista Francês (PCF), stalinista, e ao seu braço sindical—a Confederação Geral do Trabalho (CGT). Entretanto, a influência do PCF diminuiu visivelmente entre 1945 e 1968. A fim de sufocar a greve geral, os stalinistas contaram com o apoio de outras forças políticas—que atingiam uma camada mais radicalizada, mas, ao mesmo tempo, asseguraram seu domínio político sobre o movimento de massas.

A esse respeito, um papel importante foi protagonizado pelo

Secretariado Unificado (SU) pablista, dirigido por Ernest Mandel, com seus apoiadores franceses: a Juventude Comunista Revolucionária (JCR), dirigida por Alain Krivine, e o Partido Comunista Internacionalista (PCI), encabeçado por Pierre Frank. Eles evitaram que a radicalização da juventude se desenvolvesse até uma alternativa revolucionária séria e, assim, ajudaram os stalinistas a manter a greve geral sob controle.

No final da Segunda Guerra Mundial, o PCF adquiriu autoridade política considerável, devido à vitória do Exército Vermelho Soviético sobre a Alemanha nazista e o papel do próprio partido no movimento antifascista da *Résistance*. A burguesia francesa, na forma do Regime de Vichy, descreditou a si própria por meio de colaborações com os nazistas. Havia, também, um poderoso anseio da classe trabalhadora por uma sociedade socialista, que estendeu-se aos membros do PCF. Entretanto, o líder do PCF naquele tempo, Maurice Thorez, usou toda sua autoridade política para reestabelecer o domínio burguês. Thorez participou pessoalmente do primeiro governo pós-guerra estabelecido por de Gaulle e foi essencial para assegurar o desarmamento da *Résistance*.

O apoio ao PCF diminuiu gradualmente, devido ao seu papel na reestabilização da sociedade burguesa do pós-guerra. O partido concedeu seu apoio às guerras coloniais contra o Vietnã e a Argélia e foi ainda mais descreditado com as revelações dos crimes de Stalin, em 1956, no discurso feito por Nikita Khrushchev (seguido pela repressão sangrenta das tropas stalinistas às revoltas populares na Hungria e Polônia). Ao mesmo tempo em que o PCF, em 1968, era o maior partido, com membros da classe trabalhadora, perdeu

grandemente sua autoridade entre os estudantes e a juventude.

Particularmente, a UEC (Union des Étudiants Communistes—União dos Estudantes Comunistas) estava em crise profunda. De 1963 em diante, várias frações emergiram na UEC—a “Italiana” (apoiadores de Gramsci e do Partido Comunista Italiano), a “Marxista-Leninista” (apoiadores de Mao Tsé-Tung) e a “Trotskista”—todas foram, então, expulsas, e estabeleceram suas próprias organizações. Esse foi o período do surgimento da chamada “extrema esquerda”, cujo aparecimento no cenário político marcou “o início da ruptura de uma parte dos militantes ativos da juventude com o PCF”, de acordo com a historiadora Michelle Zancarini-Fournel em seu livro sobre o movimento de 1968.

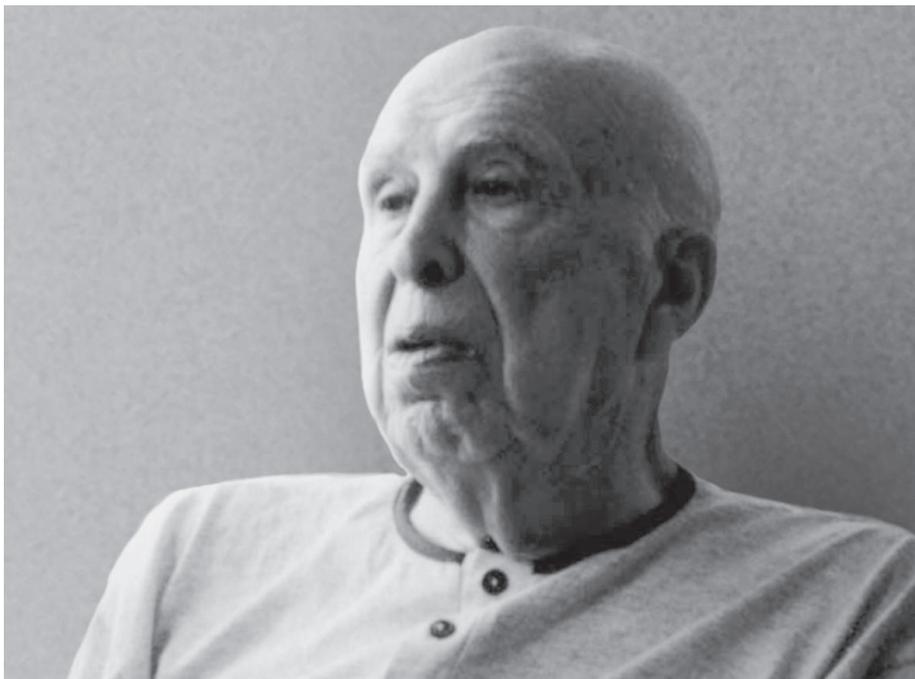
A autoridade da CGT também estava sob pressão crescente em 1968. Sindicatos rivais—como a Force Ouvrière e a CFDT, naquele tempo sob influência de um partido esquerdista-reformista, o PSU (Parti Socialiste Unifié—Partido Socialista Unificado)—fortaleceram seus militantes e desafiaram a CGT. A CFDT, particularmente, recebia apoio do setor de serviços e do funcionalismo público.

Sob essas circunstâncias, os pablistas, organizados no Secretariado Unificado, protagonizaram um papel muito importante, defendendo a autoridade dos stalinistas e preparando a liquidação da possível greve geral.

As origens do Pablismo

O pablismo surgiu no início dos anos 50, como resultado de um ataque político ao programa da Quarta Internacional. O secretário da Internacional, Michel Pablo, rejeitou todas análises do stalinismo que formaram a base para a fundação da Quarta Internacional por Leon Trotsky em 1938.

Analisando a derrota do proletariado alemão em 1933, Trotsky concluiu que a dimensão da degeneração stalinista da Internacional Comunista (III Internacional) tornava insustentável qualquer política baseada na reforma da Internacional. Desde a traição política do Partido Comunista Alemão, que possibilitou a ascensão de Hitler ao poder, e a subsequente recusa da Internacional Comunista de tirar qualquer lição do desastre alemão, Trotsky concluiu que os partidos Comunistas tinham passado, definitivamente, para o lado da burguesia. Ele insistiu que o futuro da luta revolucionária dependia da construção de uma nova direção proletária. Assim escreveu no programa de



Michel Pablo, revisionista grego que atacou a Quarta Internacional propondo a conciliação com o Stalinismo.

fundação da Quarta Internacional: “A crise da direção do proletariado, que se transformou na crise da civilização humana, só pode ser resolvida pela Quarta Internacional”.

Pablo rejeitou essa concepção. Ele concluiu, a partir do aparecimento de novos estados operários deformados na Europa Ocidental, que o Stalinismo poderia representar um papel historicamente progressista no futuro. Tal perspectiva levou à liquidação da Quarta Internacional. Segundo Pablo, não havia razão para construir seções da Quarta Internacional independentemente das organizações stalinistas de massa. Ao invés disso, a tarefa dos trotskistas se reduzia ao entrismo nos partidos stalinistas existentes e ao apoio aos supostos elementos esquerdistas dentro de suas direções.

Pablo rejeitou toda a concepção marxista a respeito do partido proletário, que consiste na necessidade de uma vanguarda consciente política e teoricamente. Para Pablo, o papel da direção poderia ser representado por forças não-marxistas e não-proletárias, como sindicalistas, reformistas de esquerda, nacionalistas pequeno-burgueses e movimentos de libertação nacional em países coloniais ou semi-coloniais, que poderiam ser levados à esquerda sob a pressão das forças objetivas. Pablo, pessoalmente, colocou-se a serviço da Frente de Libertação Nacional da Argélia, a FLN, e, após sua vitória, participou do governo da Argélia por um período de três anos.

O ataque de Pablo cindiu a Quarta Internacional. A maioria da seção francesa rejeitou suas revisões e foi expulsa burocraticamente pela minoria dirigida por Pierre Frank. Em 1953, o SWP (Socialist Workers Party—Partido Socialista dos Trabalhadores), dos EUA, respondeu

às revisões pablistas com uma crítica devastadora e emitiu uma *Carta Aberta*, chamando a unificação internacional de todos os trotskistas ortodoxos. Isso criou a base para surgimento do Comitê Internacional da Quarta Internacional (CIQI—1953), que incluía a maioria francesa.¹

Entretanto, o SWP não manteve sua oposição ao pablismo por muito tempo. No transcorrer dos dez anos seguintes, deixou de lado suas diferenças com os pablistas e se uniu a eles para formar o Secretariado Unificado, em 1963. Nesse meio tempo, a liderança do SU foi mantida por Ernest Mandel. Pablo cumpriu um papel cada vez mais secundário e deixou o Secretariado Unificado logo depois. A base para a unificação em 1963 foi, sem dúvida, o apoio a Fidel Castro e seu movimento nacionalista e pequeno-burguês, o “Movimento 26 de Julho”. Segundo o Secretariado Unificado, a tomada do poder por Castro em Cuba a transformou em um Estado Operário, com Castro, Ernesto “Che” Guevara e outros líderes cubanos protagonizando o papel de “marxistas por natureza”.²

Essa perspectiva serviu não apenas para desarmar a classe trabalhadora cubana—que nunca teve seus próprios organismos de poder—ela

1. *A Letter to Trotskyists Throughout the World (Uma Carta Aberta aos Trotskistas do Mundo Inteiro)*. A carta foi publicada em 16 de novembro de 1953, no *The Militant*. Ficou conhecida como “A carta de Cannon de 1953”. Pode ser lida na revista *MAISVALIA* 3.

2. Sobre a “Unificação” de 1963, ver texto do mesmo ano *Oportunism and Empiricism (Oportunismo e Empirismo)*, onde Gerry Healy, então dirigente da seção Inglesa do CI, refuta as posições do SWP e dos pablistas, mostrando como suas posições se baseavam no empirismo metodológico e no oportunismo político. Pode ser lido na revista *MAISVALIA* 3.



O pablista Alain Krivine, dirigente da JCR —hoje LCR—, em uma manifestação em 1975.

também desarmou a classe trabalhadora internacional ao dar apoio indiscriminado ao stalinismo e às organizações nacionalistas pequeno-burguesas, que, assim, aumentaram sua influência sobre as massas. Dessa forma, portanto, o Pablismo emergiu como uma agência secundária do imperialismo, cujo papel tornou-se cada vez mais importante nas condições onde os mais velhos aparelhos burocráticos eram desacreditados aos olhos da classe trabalhadora e da juventude.

Isso foi confirmado no Sri Lanka apenas um ano depois da unificação entre o SWP e os pablistas. Em 1964, um partido trotskista com influência de massas, o Partido Lanka Sama Samaja (LSSP), formou um governo burguês de coalizão com um partido nacionalista, o Partido da Liberdade do Sri Lanka. O preço pago pelo LSSP por entrar no

governo foi abandonar à minoria tâmil do país em favor do chauvinismo dos sínhala (cingaleses). O país continua a sofrer, ainda hoje, as conseqüências dessa traição, que reforçou a discriminação da minoria tâmil e conduziu à sangrenta guerra civil que o atormenta há três décadas.

Os pablistas também protagonizaram um papel crucial na França, ajudando a manutenção do estado burguês em 1968. Quando alguém analisa seu papel em eventos decisivos, duas coisas ficam evidentes: sua postura apologética em relação ao stalinismo e suas adaptações indiscriminadas às teorias anti-marxistas da “Nova Esquerda” (“New Left”), que predominaram no meio estudantil.

Alain Krivine e a JCR

A Quarta Internacional teve influência considerável na França ao final da Segunda Guerra Mundial. Em 1944, o movimento trotskista francês, que se fragmentou durante a guerra, reuniu-se para formar o PCI (Parti Communiste Internationaliste—Partido Comunista Internacionalista). Dois anos depois, o PCI tinha aproximadamente 1.000 membros e alcançou 11 candidatos nas eleições parlamentares, que receberam cerca de 2 a 5% dos votos. O jornal da organização, *La Vérité*, era vendido nas bancas e desfrutava de um grupo amplo de leitores. Sua influência estendeu-se a outras organizações; a liderança da maioria das organizações socialistas da juventude, com um total de 20.000 membros, apoiava os trotskistas. Membros do PCI cumpriram uma importante função no movimento de greve que abalou o país e forçou o PCF a deixar o governo em 1947.

Nos anos seguintes, no entanto, a orientação revolucionária do PCI sofreu repetidos ataques de elementos de suas próprias fileiras. Em 1947, a socialdemocrata SFIO (Section Française de l’Internationale Ouvrière—Seção Francesa da Internacional Operária) passou abertamente para a direita e dissolveu sua organização da juventude, expulsando seu líder trotskista. A ala direita do PCI, liderada por Yvan Craipeau, secretário do partido na época, respondeu com o abandono de qualquer perspectiva revolucionária. Um ano depois, essa mesma ala foi expulsa por defender a dissolução do PCI em um movimento amplo de esquerda liderado pelo filósofo francês Jean-Paul Sartre, a RDR (Rassemblement Démocratique Révolutionnaire—Aliança Democrática Revolucionária). Muitas das figuras da direção da ala expulsa, incluindo o próprio Craipeau, ressurgiram mais tarde no PSU.

No mesmo ano, 1948, outro grupo—*Socialisme ou Barbarie* (Socialismo ou Barbárie), encabeçado por Cornelius Castoriadis e Claude Lefort—deixa o PCI. Esse grupo, diante do início da Guerra Fria, rejeitou as análises de Trotsky sobre a União Soviética, como sendo um Estado Operário Degenerado, argumentando que o stalinismo representava uma nova classe dentro de um sistema de “capitalismo burocrático”. Baseado nesse ponto de vista, o grupo desenvolveu inúmeras posições hostis ao marxismo. Os textos do “Socialisme ou Barbarie” tinham influência considerável no movimento estudantil. Um de seus membros, Jean François Lyotard, mais tarde desempenhou um



O anarquista Daniel Cohn-Bendit (com o megafone), ao lado do maoísta Alain Geismar, início de maio de 1968.

papel fundamental no desenvolvimento de ideologias associadas ao pós-modernismo.

O maior golpe no movimento trotskista francês, no entanto, foi dado pelo pablismo. O PCI foi enfraquecido organizativa e politicamente pela política liquidacionista de Michel Pablo, bem como pela subsequente expulsão da maioria da seção pela minoria pablista. A maioria do PCI foi dirigida por Pierre Lambert. A minoria pablista, dirigida por Pierre Frank, centrou-se, após o racha, no apoio prático e logístico ao movimento de libertação nacional da Argélia, a FLN. Durante a década de 1960, o PCI teve uma grande perda de influência dentro das fábricas. Entretanto, era apoiado por círculos estudantis e desempenhou uma função importante entre essas camadas em 1968. Seu membro dirigente, Alain Krivine, foi uma das caras mais conhecidas na revolta estudantil, lado a lado com o anarquista Daniel Cohn-Bendit e o maoísta Alain Geismar.

Krivine se juntou à juventude stalinista em 1955, com 14 anos e, em 1957, já fazia parte da delegação oficial que cuidaria de um festival da juventude em Moscou. Segundo sua autobiografia, lá ele conheceu membros da FLN argelina e desenvolveu uma atitude crítica das políticas do Partido Comunista em relação à Argélia. Um ano depois, começou a colaborar com o PCI pablista sobre a questão argelina. Krivine alega que desconhecia inicialmente o fundamento do PCI, o que é bastante improvável, uma vez que dois de seus irmãos faziam parte da direção da organização. De qualquer forma, ele se uniu ao PCI, o mais tardar em 1961, ao mesmo tempo em que oficialmente continuou a trabalhar na organização stalinista estudantil, a UEC.

Krivine ascendeu rapidamente à direção do PCI e do Secretariado Unificado. Com 24 anos, em 1965, já estava no topo da liderança do partido, o Bureau Político, juntamente de Pierre Frank e Michel Lequenne. No mesmo ano, foi nomeado ao comitê executivo do Secretariado Unificado como substituto de Lequenne.

Em 1966, a seção de Krivine da UEC na Universidade de Paris (La Sorbonne) foi expulsa pela liderança stalinista, por se recusar a apoiar a aliança ao candidato presidencial da esquerda, François Mitterrand. Junto a outras seções rebeldes da UEC, Krivine construiu a JCR (Jeunesse Communiste Révolutionnaire—Juventude Comunista Revolucionária), composta quase exclusivamente de estudantes e, diferentemente do PCI, não se demonstrava comprometida com o Trotskismo. A JCR e o PCI, em abril de 1969, um ano depois de serem dissolvidas pelo Ministro do Interior, uniram-se para formar a Liga Comunista (Ligue Communiste). Esta, a partir de 1974, passa a se chamar LCR (Ligue Communiste Révolutionnaire—Liga Comunista Revolucionária).

Olhando para o passado, Krivine tenta apresentar a JCR de 1968 como uma organização nova e inocente, caracterizada pelo grande entusiasmo e pela pouca experiência política:

Nós éramos uma organização de algumas centenas de membros, onde a média de idade correspondia à maioria da época: 21 anos. É importante salientar que, impulsionados pelas tarefas mais importantes, de um encontro e de uma manifestação a outra, nós não tínhamos tempo para considerar todos os aspectos das coisas. Em vista das nossas modestas forças, nos sentíamos em casa nas universidades, greves e ruas.

A solução do problema governamental ocorreu em outro nível, onde tínhamos apenas uma pequena influência.³

Na verdade, tais alegações não se sustentam. Com 27 anos em 1968, Alain Krivine continuava relativamente jovem, mas já tinha adquirido experiência política considerável. Tinha conhecimento das organizações stalinistas e, como membro do Secretariado Unificado, estava totalmente familiarizado com os conflitos internacionais dentro do movimento trotskista. Nessa época, já havia deixado a universidade, mas retornou para liderar as atividades da JCR.

A atividade política da JCR não era guiada, em Maio-Junho de 1968, pela inexperiência juvenil, mas, muito pelo contrário, pela linha política pablista, desenvolvida em anos de luta contra o trotskismo ortodoxo. Quinze anos após sua ruptura com a Quarta Internacional, o Secretariado Unificado não mudou somente sua orientação política, mas também sua orientação social. Não era mais um movimento proletário, mas um movimento pequeno-burguês. Por uma década e meia, os pablistas pediram favores aos carreiristas dos aparelhos stalinistas e reformistas, assim como flertaram com diversos movimentos nacionalistas. A orientação social desses movimentos tornou-se uma segunda natureza dos próprios pablistas. O que começou como uma revisão teórica do Marxismo tornou-se parte orgânica de sua fisionomia.

Marx, ao elaborar as lições da derrota das revoluções europeias de 1848, distinguiu a perspectiva da pequena-burguesia daquela da classe trabalhadora. Disse ele: “Os pequeno-burgueses democratas, muito longe de pretendem transformar toda a sociedade em benefício dos proletários revolucionários, aspiram a uma alteração das condições sociais que lhes torne a sociedade existente tão suportável e cômoda quanto possível”.⁴ Essa caracterização aplicou-se integralmente aos pablistas em 1968. Isso ficou evidente em suas atitudes acríicas em relação aos anarquistas e outros movimentos da pequena-burguesia, movimentos que combateram de forma intransigente a Marx e Engels. Também ficou evidente na forma com que se prendiam—e ainda se prendem—às questões de raça, gênero e orientação sexual. Por fim, também ficou evidente em seu entusiasmo diante dos líderes dos movimentos nacionalistas, líderes que desprezavam a classe trabalhadora e—como era o caso dos populistas russos, combatidos por Lênin—a orientava em direção à pequena-burguesia rural.

3. Daniel Bensaid e Alain Krivine, *Mai 68-1968: Rebelles et repentis*, Montreuil: 1988, p. 39.

4. Karl Marx e Friedrich Engels, *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas*, 1850.



Cohn-Bendit, Henri Weber e Daniel Bensaïd, em maio de 1968.



Maurice Thorez, líder do stalinista PCF.

“Mais Guevarista do que Trotskista”

Acima de tudo, a JCR de Krivine era caracterizada por seu completo e acrítico apoio à liderança cubana—cerne da unificação de 1963. O autor de uma história da LCR, Jean-Paul Salles, refere-se à “identidade de uma organização que, antes de Maio de 68, aparentava ser, em muitos aspectos, mais guevarista do que trotskista”.⁵

No dia 19 de outubro de 1967, dez dias após o assassinato de Che Guevara na Bolívia, a JCR organizou um encontro-comemoração em sua homenagem, na *Paris Mutualité*. O retrato de Guevara era difundido nos encontros da JCR. Em sua autobiografia de 2006, Alain Krivine escreveu: “Nosso mais importante ponto de referência em relação às lutas de libertação nos países do terceiro mundo era, sem dúvida, a revolução cubana, o que fez com que fossemos chamados de ‘trotskistas-guevaristas’... Particularmente, Che Guevara incorporou em nossos olhos o ideal do combatente revolucionário”.⁶

Com sua glorificação de Che Guevara, a LCR esquivou-se de problemas urgentes, ligados à construção da direção da classe trabalhadora. Se um único denominador comum pode ser encontrado na agitada vida do revolucionário argentino-cubano, certamente é sua resoluta hostilidade à independência política da classe trabalhadora. Em vez disso, defendeu que uma minoria

armada—um foco guerrilheiro operando em áreas rurais—poderia dirigir uma revolução socialista, independentemente da classe trabalhadora. Para isso, não seria necessária uma perspectiva política ou teórica. A ação e o desejo de um pequeno grupo seriam cruciais. Era negada, dessa forma, a capacidade da classe trabalhadora e das massas oprimidas em atingir consciência política e conduzir a sua própria luta pela emancipação.

Em janeiro de 1968, o jornal da JCR, *Avant-Garde Jeunesse* (*Vanguarda Jovem*), propagandeou as concepções de Guevara da forma como segue: “Independentemente das circunstâncias atuais, os guerrilheiros são convocados a desenvolverem-se, até que, depois de um período mais longo ou mais curto, sejam capazes de atrair toda a massa dos explorados para uma luta frontal contra o regime”.

Entretanto, a estratégia de guerrilha defendida por Guevara na América Latina não poderia ser tão facilmente transferida para a França. Frank e Krivine, ao contrário de Mandel, atribuíram o papel de vanguarda aos estudantes. Eles glorificaram as atividades espontâneas dos estudantes e suas batalhas de rua com a polícia. As concepções de Guevara serviram para justificar o ativismo cego, livre de qualquer orientação política séria. Para isso, os pablistas adaptaram-se completamente às teorias anti-marxistas da Nova Esquerda, que influenciaram enormemente os estudantes, bloqueando, assim, o caminho para uma verdadeira orientação marxista.

Em poucos momentos seria possível distinguir politicamente o “trotskista” Alain Krivine, o anarquista Daniel Cohn-Bendit, o maoísta Alain Geismar e outros líderes estudantis que se sobressaíram

nos eventos de 1968. Eles aparecem lado a lado nos conflitos de rua que tomaram o *Quartier Latin*. Como escreve Jean-Paul Salles: “Durante a segunda semana de maio, membros da JCR, ao lado de Cohn-Bendit e os anarquistas, estavam na linha de frente e participaram de todas as manifestações—incluindo a Noite das Barricadas”. No dia 9 de maio, a JCR presidiu um encontro—preparado muito antes na *Mutualité*—que ocorreu no *Quartier Latin*, cenário dos mais violentos conflitos de rua no momento. Mais de 3.000 participaram do encontro, um dos principais oradores foi Daniel Cohn-Bendit.

No mesmo período, na América Latina, o Secretariado Unificado apoiou incondicionalmente a estratégia de guerrilha de Che Guevara. Em seu 9º Congresso Mundial, realizado em maio de 1969, na Itália, o SU instruiu suas seções sul-americanas a seguir o exemplo de Che Guevara e unirem-se a seus apoiadores. Isso significou o abandono da base urbana da classe trabalhadora em favor da guerrilha armada, com a defesa de que a luta seria levada para a cidade através da base rural. Ernest Mandel, Pierre Frank e Alain Krivine estavam entre a maioria dos delegados do congresso que aprovaram essa estratégia. Eles a mantiveram resolutamente por nada menos que dez anos, embora tenha sido fonte de controvérsias dentro do Secretariado Unificado—na medida em que suas consequências catastróficas tornavam-se cada vez mais claras. Milhares de jovens que assumiram essa orientação e tomaram o caminho da luta de guerrilha sacrificaram suas vidas. Ao mesmo tempo, a ação das guerrilhas—seqüestros, raptos e violentos ataques contra o exército—serviu apenas para desorientar politicamente a classe trabalhadora.

5. Jean-Paul Salles, *La Ligue communiste révolutionnaire*, Rennes: 2005, p. 49.

6. Alain Krivine, *Ça te passera avec l'âge*, Flammarion: 2006, pp. 93-94.

Os estudantes como “vanguarda revolucionária”

Um longo artigo escrito por Pierre Frank no começo de junho de 1968—pouco antes da dissolução da JCR pelo governo—evidencia a postura totalmente acrítica dos pablistas em relação ao papel protagonizado pelos estudantes nos eventos de maio:

A vanguarda revolucionária em maio é atribuída geralmente à juventude, escreveu Frank, e acrescentou: A vanguarda, que era politicamente heterogênea e onde somente as minorias eram organizadas, tinha, sobretudo, um alto nível político. Ela reconheceu que o objetivo do movimento era a derrubada do capitalismo e a construção de uma sociedade socialista. Reconheceu, também, que as políticas de “caminhos passivos e parlamentares ao socialismo” e de “coexistência pacífica” eram a traição do socialismo. Rejeitou todo o nacionalismo pequeno-burguês e expressou seu internacionalismo da forma mais notável. Tinha uma consciência anti-burocrática forte e uma feroz determinação da democracia em suas fileiras.⁷

Frank foi longe o suficiente ao descrever a Sorbonne como a “forma mais desenvolvida de dualidade de poder”, bem como “o primeiro território livre da República Socialista da França”. Ele continuou:

A ideologia que inspira a oposição dos estudantes à sociedade de consumo neo-capitalista, os métodos que usaram em suas lutas, como também os lugares que ocuparam e ocuparão na sociedade (que fará, da maioria deles, empregados de ‘colarinho branco’ do Estado ou dos capitalistas) deram a essa luta uma eminência socialista, revolucionária e um caráter internacionalista.

Assim, a luta dos estudantes demonstrou ter “um alto nível político e um senso marxista revolucionário”.

Na realidade, nem havia traço de consciência revolucionária no senso marxista de boa parte dos estudantes. As concepções políticas que prevaleceram entre os estudantes tinham sua origem no arsenal teórico da então chamada “Nova Esquerda” e foram desenvolvidas durante muitos anos em oposição ao marxismo.

A historiadora Ingrid Gilcher-Holte

7. Pierre Frank, *Mai 68: première phase de la révolution socialiste française*, pode ser lido em: <http://www.lcr-rouge.org/spip.php?article1609>



Operário na manifestação do PCF e da CGT em 29 de maio de 1968.

escreve o seguinte sobre o movimento de 68 francês:

Os grupos estudantis que dirigiam o processo se baseavam expressamente nos mentores intelectuais da Nova Esquerda—ou eram influenciados por seus temas e suas críticas —, particularmente pelos escritos da ‘Internacional Situacionista’, do grupo em torno do Socialisme ou Barbarie e do Arguments. Sua dupla estratégia de ação (direta e provocadora) e sua própria concepção (anti-dogmática, anti-burocrática, anti-organizativa, anti-autoritária) inseriram-se no sistema de orientações da nova esquerda.

Ao invés de caracterizar a classe trabalhadora como classe revolucionária, a Nova Esquerda viu os trabalhadores como uma massa atrasada, completamente

integrados à sociedade burguesa via consumo e mídia. Ao invés da exploração capitalista, a Nova Esquerda dava ênfase ao papel da alienação em suas análises sociais—interpretando-a num restrito senso psicológico e existencialista. A “revolução” seria dirigida não pela classe trabalhadora, mas por uma vanguarda intelectual e grupos à margem da sociedade. Para a Nova Esquerda, as forças motrizes não eram as contradições entre as classes da sociedade capitalista, mas “o pensamento crítico” e as atividades de uma elite esclarecida. O objetivo da revolução não era a transformação das relações de propriedade e de poder, mas mudanças sociais e culturais, assim como alterações nas relações sexuais. Segundo representantes da Nova Esquerda, tais mudanças culturais eram o pré-requisito para uma revolução social.



"Chega de promessas, chega de migalhas —poder aos trabalhadores".



Encontro da União Nacional dos Estudantes da França no estádio Charléty, 27 de maio de 1968.

Dois dos mais conhecidos líderes estudantis na França e Alemanha, Daniel Cohn-Bendit e Rudi Dutschke, eram ambos influenciados pela "Internacional Situacionista", que propagandeava a mudança de consciência através de ações provocativas. Originalmente um grupo de artistas com raízes nas tradições do Dadaísmo e do Surrealismo, os situacionistas enfatizaram a importância de atividades práticas. Como afirmou um recente artigo sobre os situacionistas: "Rompimento ativista, radicalização, crueldade, valorização e reproduções humoradas das situações concretas do dia-a-dia, esses são os meios para elevar e revolucionar permanentemente a consciência daqueles que estão na segurança do profundo e onipotente sono que resulta de todo o tédio difundido".⁸

Tais pontos de vistas estão anos-luz distantes do Marxismo. Negam o papel revolucionário da classe trabalhadora, papel enraizado em suas posições numa sociedade caracterizada por intransponíveis conflitos de classes. A força motriz da revolução é a luta de classes, que está objetivamente posta. Conseqüentemente, a tarefa dos revolucionários marxistas não é a de chocar a classe trabalhadora com atividades provocativas, mas a de elevar sua consciência política, oferecendo uma direção revolucionária capaz de habilitá-los a assumir a responsabilidade pelo seu próprio destino.

Os pablistas não apenas declararam que os grupos anarquistas, maoístas e pequeno-burgueses que desempenharam um papel de liderança

no *Quartier Latin* tinham "um alto nível político e um senso marxista revolucionário" (Pierre Frank), eles defenderam seus pontos-de-vista e tomaram parte, com entusiasmo, em suas atividades aventureiras.

Os conflitos de rua inspirados pelos anarquistas no *Quartier Latin* em nada contribuíram para a educação política dos trabalhadores e dos estudantes, assim como nunca foram uma séria ameaça ao Estado francês. Em 1968, o Estado tinha um moderno aparato policial e um exército forjado no curso de duas guerras coloniais e poderia, também, contar com o apoio da OTAN. Não seria derrubado pelo tipo de tática revolucionária usada no século XIX—a construção de barricadas nas ruas da capital. Embora as forças de segurança fossem responsáveis pelos gigantescos níveis de violência que caracterizavam os conflitos de rua no *Quartier Latin*, havia um inegável elemento de infantilidade revolucionária e romântica no modo como os estudantes montavam ansiosamente suas barricadas e brincavam de gato e rato com a polícia.

PARTE 4

Acobertando o stalinismo

Os stalinistas do Partido Comunista Francês e da CGT, apesar de odiarem o espírito rebelde da juventude e, conseqüentemente, dos grupos estudantis de esquerda—aos quais chamavam de *gauchistes* (radicais de esquerda) e provocadores —, não eram incapazes de conviver politicamente com eles. As ações anarquistas de Daniel Cohn-Bendit mal ameaçavam a dominação dos stalinistas dentro da classe trabalhadora. O mesmo pode ser dito em relação aos maoístas e seu entusiasmo pela Revolução Cultural Chinesa e a luta armada.

Já os pablistas, evitaram cuidadosamente entrar em conflito com os stalinistas. Eles se abstiveram de qualquer ação política que tencionasse a relação entre a classe trabalhadora e a direção stalinista, o que poderia precipitar uma crise para estes. No ápice da crise de 1968, quando os trabalhadores rejeitaram o acordo de Grenelle e a questão da tomada do poder estava na ordem do dia, a JCR deu cobertura aos stalinistas. Vinte anos após esses eventos, Alain Krivine e Daniel Bensaid publicaram uma retrospectiva de 1968 que, mesmo esforçando-se em apresentar a JCR com cores favoráveis, expõe claramente seu verdadeiro papel.⁹

8. Archplus 183, *Zeitschrift für Architektur und Städtebau*, maio de 2007.

9. Alain Krivine e Daniel Bensaid, *Mai s'il! 1968-1988: Rebelles et repentis*, Montreuil: 1988.

A JCR participou das duas grandes marchas convocadas pelos social-democratas e stalinistas no auge do movimento de massas: o encontro massivo de 27 de maio, no estádio Charléty, organizado pela UNEF (Union Nationale des Étudiants de France—União Nacional dos Estudantes da França), pela central sindical CFTD e pelo PSU; e o ato de massas do PCF e da CGT em 29 de maio.

O objetivo do encontro no estádio Charléty era preparar o terreno para um governo transitório sob controle do experiente político burguês Pierre Mendès-France, então membro do PSU. A tarefa a ser cumprida por este governo seria a de controlar a greve, restaurar a ordem e preparar uma nova eleição.

Sobre isso, até setores da imprensa de direita estavam convencidos de que somente um governo de “esquerda” seria capaz de salvar a ordem existente. Conforme escreveu o jornal financeiro *Les Echos* em 28 de maio, a única escolha era entre reforma e revolução, ou a “anarquia”. Tendo como manchete “Uma saída deve ser encontrada”, o jornal comentou:

Ninguém mais está disposto a ouvir ou acreditar em alguém. Até agora, parecia que a CGT era um bastião da ordem e da disciplina. Mas, neste momento, ela foi desestabilizada por um bando de populares revoltosos, cuja rebelião ela havia subestimado. Os dirigentes sindicais foram desbancados por grevistas que não acreditam mais em nenhuma promessa, independentemente de quem a faça. Isso sem falar do governo... ‘Sim à reforma, não à desordem’ foi dito pelo General (de Gaulle) recentemente, de forma infeliz. Hoje temos tanto a reforma quanto a anarquia, sob condições nas quais não fica claro qual delas sairá vitoriosa.

Naquele momento, o PCF estava bem preparado para fazer parte de um governo burguês. Seu secretário-geral, Waldeck Rochet, propôs, no dia 27 de maio, que ele e François Mitterrand se encontrassem imediatamente a fim de discutir as condições para uma “substituição do regime Gaullista por um governo popular de unidade democrática, erguido sobre a base de um programa comum”. Para aqueles acostumados com a terminologia stalinista, não poderia haver dúvida que o significado de um “governo popular de unidade democrática” seria um governo burguês dedicado a defender a propriedade capitalista.

O PCF temia, porém, que Mitterrand e Mendès-France formassem um governo sem ele. Assim, em conjunto com a CGT, organizou sua própria manifestação de massas para o dia 29 de maio, sob a bandeira de um “Governo

Popular”. Essa reivindicação adaptava-se ao estado de espírito revolucionário das massas, ainda que o PCF nunca sonhasse em tomar o poder pela derrubada do capitalismo e somente aspirasse a um governo de coalizão com Mitterrand ou algum outro político burguês.

A JCR participou da manifestação do PCF-CGT com a palavra de ordem: “Governo Popular sim! Mitterrand, Mendès-France, não!”, apoiando, assim, a manobra do PCF. Em seu ensaio retrospectivo, Krivine e Bensaid escreveram o seguinte sobre esta palavra de ordem:

A formulação jogava com ambigüidades. Contrapunha um governo popular, que poderia ser interpretado como a expressão mais combativa da greve, juntamente com seus organismos, a um governo de figuras políticas. Sem rejeitar por completo um governo de coalizão dos partidos de esquerda, atacava as figuras que eram desprovidas de qualquer ligação direta com a classe trabalhadora e estavam suscetíveis a usar sua autonomia institucional existente como base para a colaboração de classes... Apesar de sua proposital falta de clareza, a formulação ‘governo popular’ apontava para um governo de partidos de esquerda, sem entrar em mais detalhes.

Em outras palavras: a formulação utilizada pela JCR tinha como objetivo fazer com que os “setores mais combativos” da classe trabalhadora acreditassem que um governo de esquerda burguês, que incluísse o PCF, seria o “resultado da greve e de sua organização”. Essa é uma confissão reveladora. Em um momento em que a crise revolucionária havia chegado ao seu ápice, com a CGT tendo perdido sua autoridade e de Gaulle desaparecido do mapa; isto é, em um momento em que era necessário tomar uma posição de forma aberta e decisiva, a JCR jogava com “ambigüidades” e continuava sendo propositalmente vaga. Assim, ela escapou da questão decisiva: quem tomará o poder no país?

A reivindicação de um “governo popular”, tomada dos stalinistas pela JCR, recebeu apoio considerável da população. Porém, a reivindicação permaneceu imprecisa e evasiva. O Partido Comunista a interpretava como sendo por um governo de coalizão com os social-democratas e pequenos-burgueses radicais, cuja tarefa mais importante seria a de manter a ordem existente. Nada era mais distante do pensamento do PCF do que a tomada revolucionária do poder. Os pablistas, por sua vez, nunca questionaram essa posição e foram parar atrás das fileiras dos stalinistas.

O que a JCR deveria ter feito?

É claro que a JCR não possuía apoio suficiente para assumir o poder por si própria. No entanto, há inúmeros precedentes históricos que demonstram como os marxistas, mesmo em minoria, podem lutar por seu programa e ganhar a maioria dos trabalhadores para o seu lado.

No início de 1917, na Rússia, a base de Lênin com os bolcheviques era consideravelmente menor do que a dos mencheviques e a dos Socialistas-revolucionários (SR). No entanto, usando uma política principista e habilidosa, os bolcheviques trabalharam para conquistar o apoio da classe trabalhadora e tomar o poder em outubro. Trotsky, quando esteve exilado na França entre 1933 e 1935, se interessou intensamente pelas atividades da seção e apresentou propostas detalhadas de como ela poderia lutar por um programa revolucionário, mesmo sendo minoria. A questão central sempre foi a da independência política da classe trabalhadora em relação aos aparatos reformistas (e mais tarde também aos stalinistas) e a construção de um partido revolucionário independente.

Quando Lênin voltou à Rússia em 1917, após o exílio, atacou a atitude centrista dos bolcheviques diante do governo provisório, onde os mencheviques e socialistas-revolucionários haviam assumido postos ministeriais. Ele insistiu numa oposição resoluta, assim como em um programa que se dirigisse à tomada do poder através dos soviets.

Baseados nesse programa, os bolcheviques usavam a tática de aumentar a distância entre os trabalhadores e seus líderes reformistas, direcionada, em última instância, a separá-los. Os bolcheviques exigiam que os SR e os mencheviques rompessem com a burguesia liberal e tomassem o poder em suas próprias mãos, mesmo sabendo que estes eram incapazes de formar um governo independente da burguesia. Trotsky comenta essa experiência, tempos depois, no *Programa de Transição*, quando escreve:

A reivindicação dos bolcheviques endereçada aos mencheviques e socialistas-revolucionários—‘rompam com a burguesia, tomem em suas mãos o poder’—tinha, para as massas, um enorme valor educativo. A recusa obstinada dos mencheviques e socialistas-revolucionários de tomar o poder, que se revelou tão tragicamente nas jornadas de julho, perdeu-os definitivamente no espírito do povo e preparou a vitória dos bolcheviques.

Em 1968, a JCR se encontrou na posição de exigir que o PCF e a CGT tomassem



Operários e soldados marcham com as palavras-de ordem bolcheviques contra o governo provisório em julho de 1917 na Rússia: “abaixo os 10 ministros capitalistas”.

o poder, baseados nas mobilizações da greve geral. Junto com uma agitação sistemática contrária à atitude conciliadora dos stalinistas em relação aos partidos burgueses, essa reivindicação teria tido um enorme peso político. Ela teria acirrado o conflito entre a classe trabalhadora e a direção stalinista, ajudando os trabalhadores a romper politicamente com eles. No entanto, nada estava mais distante da mente dos pablistas do que colocar os stalinistas numa situação difícil. Tendo a crise revolucionária atingido seu ápice, provaram ser um sustentáculo confiável para a burocracia stalinista.

No entanto, os pablistas não podiam simplesmente ignorar o papel contra-revolucionário cumprido pelos stalinistas num momento em que isso era discutido abertamente pela imprensa burguesa. Em junho de 1968, Pierre Frank acusou o PCF e a CGT de terem “traído 10 milhões de trabalhadores em troca de 5 milhões de votos”. Ele chegou a comparar essa “traição da direção do PCF” à traição histórica do Partido Social-Democrata Alemão: “Se esta liderança até agora não agiu da mesma forma como os Noskes e os Eberts agiram contra a revolução alemã de 1918-1919, é simplesmente porque a burguesia não teve necessidade disso. Mas sua atitude em relação aos ‘ultra-esquerdistas’ não deixa dúvidas de que estão prontos para

fazê-lo caso seja necessário”.¹⁰

Porém, a JCR, ao concentrar toda sua energia política em ações aventureiras e ao defender os estudantes como vanguarda revolucionária, evitava, assim, a questão mais importante: a construção de uma nova direção revolucionária na forma de uma seção da Quarta Internacional. Eles se recusaram, deliberadamente, a questionar a dominação dos stalinistas. A perspectiva liquidacionista de entrismo nos partidos stalinistas, que levou ao racha de 1953 na Quarta Internacional, também constituía a base da política pablista em 1968.

Eles não chamaram a ruptura com o stalinismo e tampouco lutaram pela construção da Quarta Internacional. Ao invés disso, sua política baseava-se na convicção de que as movimentações dos estudantes e da juventude poderiam superar espontaneamente a traição stalinista e resolver a crise de direção da classe trabalhadora. Assim, a própria JCR se transformou no pior obstáculo ao desenvolvimento da verdadeira vanguarda revolucionária.

Em 1935, Leon Trotsky incentivou a construção de comitês de ação na França, para se oporem à frente popular, caracterizada por ele como uma “coalizão

entre o proletariado e a burguesia imperialista na forma de um Partido Radical”.

“Em dias de luta, cada duzentos, quinhentos ou mil cidadãos que aderem à Frente Popular em uma dada cidade, distrito, fábrica, quartel e vila elegem seus delegados ao comitê de ação local”, escreveu ele. Dentre aqueles que podem fazer parte das eleições dos comitês de ação, incluem-se não somente operários, “mas também servidores públicos, funcionários, veteranos de guerra, artesãos, pequenos comerciantes e camponeses. Assim, os comitês de ação estão em harmonia com as tarefas da luta do proletariado por mais influência sobre a pequena burguesia. Eles dificultam ao máximo, dessa forma, a colaboração entre a burocracia operária e a burguesia”. Trotsky ressaltou que “não é a representação *democrática formal* de todos e quaisquer setores das massas, mas sim a representação das massas *em luta*. O comitê de ação é um aparato de luta”. É a “*única maneira de quebrar a oposição contra-revolucionária de partido e aparelho sindical*” (ênfase no original).¹¹

Em 1968, os pablistas adotaram a reivindicação por comitês de ação. No dia 21 de maio, por exemplo, a JCR distribuiu um panfleto que fazia um

10. Pierre Frank, *Mai 68 : première phase de la révolution socialiste française*.

11. Leon Trotsky, *Frente Popular e Comitês de Ação*, em *Aonde Vai a França?*, 26 de Novembro de 1935.

chamado à construção de comitês de ação nas universidades e nos subúrbios. O panfleto chamava a construção de um governo operário e enfatizava: “O poder que queremos deve advir dos comitês de greve e de ação de trabalhadores e estudantes”. No entanto, a adaptação dos pablistas aos stalinistas e aos radicais pequeno-burgueses esvaziou essa reivindicação de qualquer conteúdo revolucionário. Ela, isolada da construção de uma nova direção revolucionária, quando levantada pelos pablistas somente fazia ressoar os ruídos daquilo que, na realidade, eram suas posições políticas totalmente oportunistas.¹²

Trotsky versus Pierre Frank

Essa não foi a primeira vez que Pierre Frank cumpriu tal papel na política. Trotsky o havia criticado ferozmente em 1935 por razões semelhantes, quando acabou sendo expulso do movimento trotskista. Naquela época, ele liderava um grupo junto com Raymond Molinier em torno da revista *La Commune*, que, em nome da “ação revolucionária”, propôs a unificação com movimentos centristas—em particular com a Esquerda Revolucionária, liderada por Marceau Pivert. Pivert era um centrista incorrigível. Ao mesmo tempo em que tendia a usar uma fraseologia revolucionária, era, na prática, a ala esquerda do governo de Frente Popular liderado por Leon Blum, governo que estrangulou a greve geral de 1936.

Trotsky se opunha resolutamente ao centrismo de Pivert e às manobras de Molinier e Frank. “A essência da tendência de Pivert é somente esta: aceitar slogans ‘revolucionários’, mas sem tirar deles as conclusões necessárias, que são: romper com Blum e Zyromsky [um social-democrata de direita] e criar um novo partido e uma nova internacional. Sem isso, todos os slogans ‘revolucionários’ tornam-se nulos e vazios”. Ele acusou Molinier e Frank de tentarem “conquistar a simpatia da Esquerda Revolucionária através de manobras pessoais, lobbismo e, acima de tudo, abandono dos nossos slogans e da crítica aos centristas”.¹³

Em artigo posterior, Trotsky descreveu a postura adotada por Molinier e Frank como crime político. Ele os acusou de esconderem o programa e submeterem aos trabalhadores “falsos



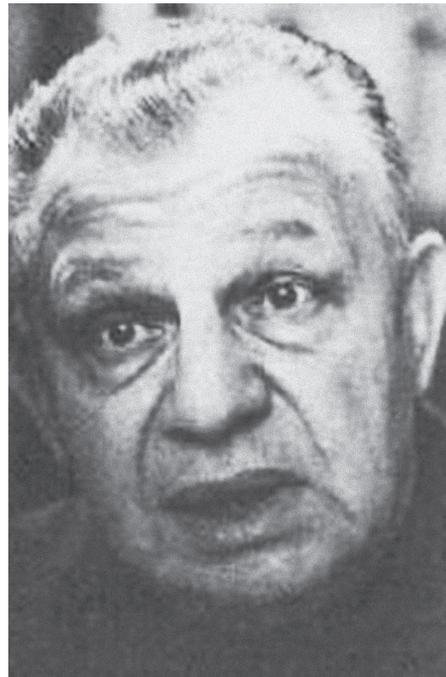
Leon Trotsky

passaportes. Isso é um crime!” Ele insistiu que a defesa de um programa revolucionário tinha prioridade sobre a atividade prática unificada. “‘Papel de massas’? Ação revolucionária? Comunas em todos os lugares?... Muito bem, muito bem... Mas o programa em primeiro lugar!”¹⁴

“Sem um partido revolucionário, o proletariado francês está fadado à catástrofe”, prosseguiu.

O partido do proletariado somente pode ser internacional. A Segunda e a Terceira Internacional se tornaram o maior obstáculo à revolução. É necessário criar uma nova Internacional—a Quarta. Devemos proclamar isso abertamente. Eles são centristas pequeno-burgueses que vacilam a cada passo antes de sofrer as conseqüências de suas próprias idéias. O trabalhador revolucionário pode ser paralisado por sua ligação tradicional com a Segunda ou Terceira Internacional, mas, assim que ele compreender a verdade, passará diretamente à bandeira da Quarta Internacional. É por isso que devemos apresentar às massas um programa completo. Através de fórmulas ambíguas só poderemos servir Molinier, que, por sua vez, serve Pivert, que dá cobertura a Leon Blum. Este último depende todas as suas energias apoiando o [fascista] de la Rocque...

Três décadas depois, Pierre Frank não havia aprendido nada desse conflito com Trotsky. Na verdade, se posicionou mais à direita em 1968 do que em 1935. Dessa vez, não somente buscou a unidade com centristas como Marceau Pivert, mas também com os anarquistas, os maoístas e outras tendências anti-



Pierre Frank

marxistas. A reprovação de Trotsky ao “crime político” de 1935 era ainda mais justificável em 1968. Os pablistas constituíram o obstáculo crucial que impediu os trabalhadores e a juventude de voltarem-se ao marxismo revolucionário.

Assim, eles jogaram nas costas da classe trabalhadora a responsabilidade pela traição dos stalinistas e seu próprio fracasso. Cerca de 20 anos depois, Krivine e Bensaid escreveram:

Pode-se atribuir a fraqueza das forças revolucionárias no início do movimento aos crimes do stalinismo e da social-democracia. Mas, se não queremos nos perder em idealismos insanos, temos de ver que, na verdade—e de forma distorcida—isso também é a expressão de uma condição mais geral da própria classe trabalhadora, de suas correntes combativas e de sua vanguarda natural nas fábricas e sindicatos.

Escreveram eles, também, que havia contradições entre a dinâmica da luta e a do Partido Comunista, “porém, elas continuavam em segundo plano... A massa de grevistas queria equilibrar o conflito social e se livrar do jugo de um regime autoritário. Deste ponto até uma revolução ainda havia um longo caminho a ser percorrido”.

Passados mais 20 anos, Krivine é ainda mais claro. Em sua autobiografia de 2006 escreveu: “Certamente, na direção da JCR nós não sabíamos quão longe iria o movimento. Era uma revolta de tamanho sem igual, mas não era uma revolução. Não havia nem um programa nem organizações confiáveis preparadas para tomar o poder”.¹⁵

Essa linha de argumentação é

12. Jeunesse Communiste Revolutionnaire, *Travailleurs, Étudiants*, 21 de maio de 1968. Versão em inglês pode ser lida em: <http://marxists.org/history/france/may-1968/workers-students.htm>

13. Leon Trotsky, *What is a 'Mass Paper'?* in *The Crisis of the French section (1935-36)*, New York: 1977, pp. 98, 101.

14. Leon Trotsky, *Against False Passports in Politics*, ibid, pp. 115, 119.

15. Alain Krivine, *Ça te passera avec l'âge*, Flammarion: 2006, pp. 103-104.



Alain Krivine e, ao fundo, Olivier Besancenot, em foto recente.

típica do oportunismo pablista. Em sua polêmica com o POUM, Trotsky certa vez descreveu-a como uma “filosofia impotente que procura resignar-se diante das derrotas, como um elo necessário na cadeia da evolução cósmica, sendo completamente incapaz de reconhecer—e se nega a fazê-lo—que fatores concretos, tais como programas, partidos e personalidades, foram os organizadores da derrota”.¹⁶

A LCR hoje

O Ministro do Interior francês, Raymond Marcellin, banuiu a JCR e sua organização sucessora, a LCR, em não menos de duas ocasiões: em 12 de junho de 1968, quando dissolveu um total de 12 organizações de esquerda; e em 28 de junho de 1973, logo após violentos confrontos com a polícia em um ato contra o fascismo, em Paris. No entanto, após 1968 os elementos mais visionários da elite governante estavam certos de que a LCR não representava ameaça alguma à ordem burguesa e de que eles poderiam contar com ela em tempos de crise.

Após a ressaca da maré revolucionária de 1968, a LCR e as organizações com que trabalhava tornaram-se um campo fértil de recrutamento para os partidos estabelecidos, para a mídia burguesa, universidades e aparatos estatais. Antigos membros da LCR podem ser encontrados na direção do Partido Socialista (Henri Weber, Julien Dray, Gérard Filoche, etc.), ocupando cadeiras de filósofos (Daniel Bensaid) e em conselhos editoriais dos principais jornais burgueses.

16. Leon Trotsky, *Classe – Partido – Direção*, Agosto de 1940.

Edwy Plenel, que ascendeu das fileiras da LCR a chefe do conselho editorial do renomado diário *Le Monde*, escreve em suas memórias: “Eu não fui o único: éramos certamente dezenas de milhares—aqueles que, após terem sido militantes da extrema esquerda (trotskista ou não-trotskista)—rejeitaram as lições da militância e se voltaram de forma parcialmente crítica às nossas ilusões daquele período, sem deixar de manter certa lealdade ao nosso ódio original e sem esconder nossas dívidas ao treinamento que recebemos”.¹⁷

O anarquista Daniel Cohn-Bendit tornou-se o mentor político e amigo íntimo de Joschka Fischer, ministro do exterior alemão de 1998 a 2005. Cohn-Bendit é atualmente o líder do Partido Verde (PV) no Parlamento Europeu e pertence à ala à direita daquele que é hoje um partido completamente de direita.

Em 1990, o maoísta Alain Geismar tomou posse como chefe da *Inspection générale de l’administration de l’éducation nationale et de la recherche* (importante órgão do Ministério de Educação Nacional do Governo Francês) e prosseguiu preenchendo inúmeras vagas de subsecretariado estatal em diversos ministérios comandados pelo Partido Socialista. A fundação do diário *Libération* também tinha suas raízes no maoísmo. Ele foi criado originalmente em 1973 como sendo uma publicação maoísta, tendo como editor-chefe Jean-Paul Sartre.

O grande número de radicais de 68 que tiveram chance de subir de carreira na França não pode ser explicado somente como “o retorno dos filhos pródigos”. É muito mais o resultado da perspectiva dos pablistas e seus aliados, que, apesar de sua retórica radical,

17. Edwy Plenel, *Secrets de jeunesse*, Editions Stock: 2001, pp. 21-22.

sempre almejavam a políticas oportunistas compatíveis com a ordem burguesa.

Diante da crise econômica e política que está muito mais grave hoje do que em 1968, os serviços da LCR são mais necessários do que nunca. A globalização da produção, a crise financeira mundial e o aumento do preço do petróleo destruíram as bases dos compromissos sociais na França, assim como em todos os países. Nesse meio tempo, o PCF e a CGT são apenas a sombra do que foram e somente 7% da força de trabalho está organizada em sindicatos. O Partido Socialista, fundado em resposta aos eventos de 1968, o mais importante pilar de apoio da dominação burguesa nas últimas três décadas, está destroçado por suas divergências internas e rapidamente perdendo apoio. Conflitos sociais estão a ponto de irromper e, nos últimos 12 anos, o país tem sido abalado por uma onda de greves e manifestações.

Sob tais circunstâncias, a elite governante precisa de um novo sustentáculo de esquerda que seja capaz de desorientar o crescente número de trabalhadores e jovens que perderam a fé em uma solução reformista para a crise social, impedindo-os de optar por uma alternativa revolucionária. Para este papel, precisamente, está sendo criado o NPA (Nouveau Parti Anticapitaliste—Novo Partido Anticapitalista), partido que a LCR planeja fundar no fim do ano. Seu porta-voz, Olivier Besancenot (um apadrinhado de Alain Krivine), foi recebido positivamente pela mídia após a última eleição presidencial, na qual obteve 1,5 milhão de votos.

Os paralelos entre a JCR de 1968 e o NPA da LCR de hoje são perceptíveis, a começar pela glorificação de Che Guevara, reconhecido por Besancenot como um importante modelo a ser seguido. Besancenot chegou a escrever um livro sobre Che Guevara no ano passado. Outros paralelos incluem a adaptação acrítica a diversas correntes radicais pequeno-burguesas. De acordo com Besancenot, seu novo partido está aberto a “ex-membros de partidos políticos, ativistas do movimento sindical, feministas, opositores do liberalismo, anarquistas, comunistas ou anti-neoliberais”. Além disso, rejeita explicitamente qualquer ligação histórica com o trotskismo. Tal partido eclético e sem princípios, sem qualquer programa claro, pode ser facilmente manipulado e ajustado para servir aos interesses da classe dominante.

As lições que podemos tirar de 1968 não são de mero interesse histórico. Com a ajuda dos stalinistas e dos pablistas, a classe dominante foi capaz de retomar o controle e estabilizar sua dominação durante um período de crise revolucionária. A classe trabalhadora não permitirá ser enganada pela segunda vez. ■



O COLAPSO CAPITALISTA E A PERSPECTIVA REVOLUCIONÁRIA DA IV INTERNACIONAL

Nick Beams

Publicamos abaixo relato feito em 28 de setembro por Nick Beams em um encontro realizado em Sydney sobre o aniversário de 70 anos da Quarta Internacional. Beams é membro do comitê editorial internacional do wsws.org e secretário nacional do SEP (Socialist Equality Party—Partido da Igualdade Socialista) da Austrália.

A significância histórica da fundação da Quarta Internacional em 1938 e a luta de 70 anos em defesa do programa do trotskismo —liderada desde 1953 pelo Comitê Internacional da Quarta Internacional (CIQI-1953)— é agora ressaltada pelos eventos tumultuosos que se desenrolam na arena da economia mundial.

Cada dia que passa traz uma nova notícia de desastre e crise no sistema financeiro. Torna-se praticamente impossível acompanhar as centenas de bilhões de dólares, que agora já chegam aos trilhões, injetados de diferentes formas por bancos centrais e autoridades financeiras para tentarem manter o sistema financeiro mundial em operação.

Nas últimas duas semanas, assistimos à falência do Lehman Brothers, instituição financeira de 158 anos, a aquisição do banco de investimentos e corretora Merrill Lynch e a mudança do status da Goldman Sachs e do Morgan Stanley para “bancos de investimentos” para que, assim, possam receber proteção contra falência. Durante o mesmo período, os quatro bancos de investimento restantes em Wall Street, após a transferência do Bear Stearns em março, desabaram inevitavelmente. Além disso, a gigante de seguros AIG teve que ser resgatada com US\$ 85 bilhões. Na última quinta, com US\$ 307 bilhões em ativos, US\$ 188 em depósitos e mais de 220 filiais, o Washington Mutual quebrou—a maior quebra bancária da história.

O governo Bush, com apoio estratégico dos Democratas, está colocando em

prática uma operação de resgate a Wall Street de US\$ 700 bilhões, comprando seus ativos desvalorizados.

Já se tornou lugar-comum entre os comentaristas e especialistas em economia dizer que o sistema capitalista mundial entrou na maior crise financeira desde os acontecimentos de 1929, que levaram à Grande Depressão.

Pessoas no mundo todo começam a recordar o que se seguiu à crise: a chegada ao poder dos nazistas na Alemanha em 1933, desemprego em massa, a divisão do mundo em dois blocos e impérios rivais e, uma década após a quebra de Wall Street, o irrompimento da Segunda Guerra Mundial.

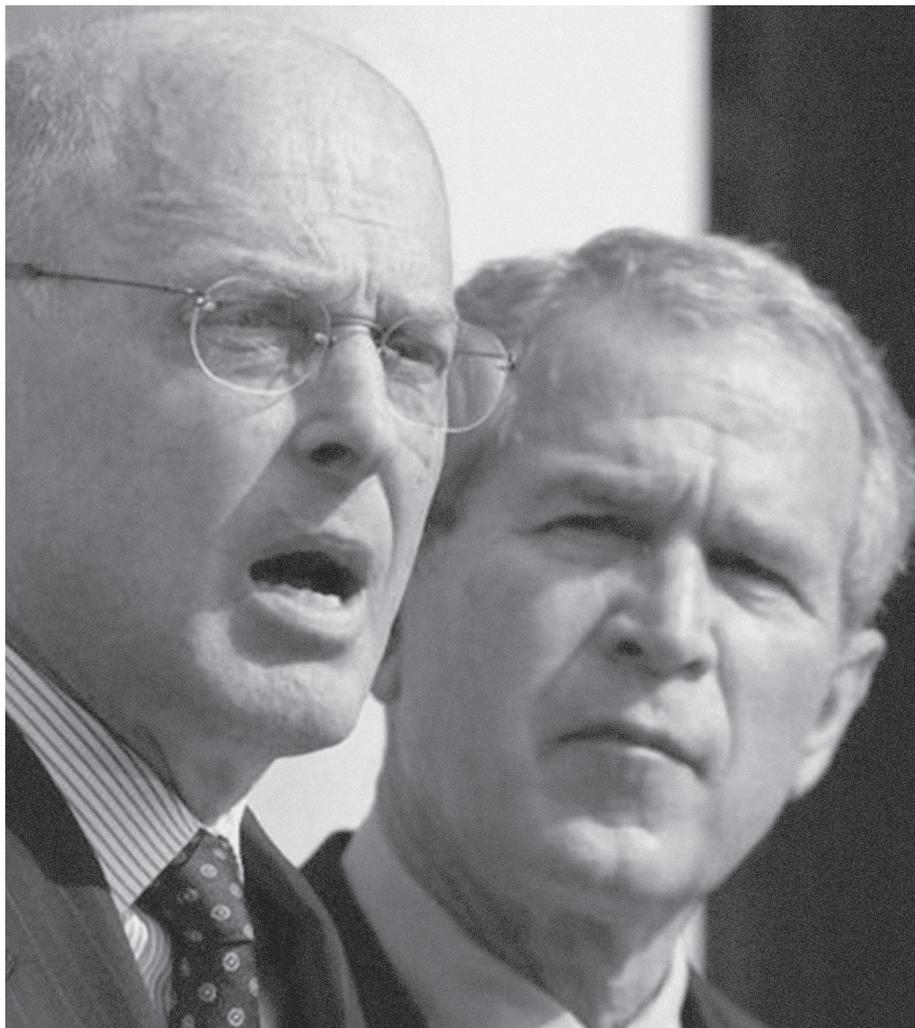
Especialistas e jornalistas, assim como políticos, nos asseguram que o mundo não acabou e que a crise de 1930 não se repetirá, porque os governos e autoridades financeiras estão conscientes dos problemas e possuem os meios de detê-los.

Tais afirmações poderiam até ter relevância, caso não fossem pronunciadas pelas mesmas pessoas que, ontem mesmo, enalteciam as virtudes do novo sistema financeiro.

Para o movimento marxista, esta crise não surgiu do nada. Ela é decorrente das profundas contradições que, como explicou nosso movimento, levam invariavelmente à crise do sistema capitalista.

Quando falamos de uma “crise”, não nos referimos a um único acontecimento, um ponto no qual o capitalismo se congela de repente e pára de funcionar, mas a um processo histórico. As amplas mudanças nas estruturas do capitalismo mundial—a implosão do sistema financeiro, o colapso dos créditos e mercados financeiros e a falência dos grandes bancos e dos bancos de investimento—são resultado das mudanças que vêm ocorrendo por baixo da superfície econômica por anos e até mesmo décadas.

A destruição do centro de Dresden, na Alemanha em fevereiro de 1945.



O secretário do tesouro, Henry Paulson, e George Bush. Um governo com medidas típicas de uma ditadura.

Um colapso não significa que o capitalismo chega a parar. Significa a abertura de um novo período histórico, no qual velhas estruturas, tanto econômicas como políticas, assim como ideologias e formas de pensamento, cedem lugar ao desenvolvimento de novas formas de luta política, em nome das quais o próprio destino da sociedade é posto em questão.

Marx referiu-se à luta de classes “ora aberta, ora encoberta”. Neste último período ela esteve um tanto encoberta, no sentido de que a classe trabalhadora não têm sido capaz de desenvolver uma resposta aos intermináveis ataques ao seu nível de vida e às condições sociais. Mas, agora, nos Estados Unidos, ela emerge à superfície numa grande explosão de raiva contra o plano de resgate a Wall Street. Essa raiva significa o início de uma nova era política.

A desintegração do mundo capitalista em processo significa que a classe trabalhadora será confrontada com a necessidade da tomada do poder político e a necessidade de reorganizar a sociedade sobre novas bases sociais, econômicas, políticas e morais. Como demonstra a história sangrenta do século XX, dessa tarefa depende nada mais do que o futuro da própria humanidade.

O resgate a Wall Street

A necessidade de uma reorganização fundamental da sociedade emerge da crise atual de forma bem independente das reivindicações ou agitações dos socialistas. Ela é colocada bem objetivamente.

A oligarquia financeira americana e seus representantes políticos em ambos os partidos do grande capital possuem um plano econômico que se esforçam em impor: os recursos sociais, advindos do trabalho de milhões, devem ser mobilizados para manter a riqueza dos ricos e milionários. Essa camada vem lucrando com as operações financeiras especulativas e altamente duvidosas que, sob a bandeira do “livre mercado”, provocaram uma enorme redistribuição de riquezas que fez aumentar a escala de renda dos últimos 25 anos.

Apesar da confusão política persistente, criada por todos os ramos da mídia de massas, esse plano começa a ser reconhecido pelo que realmente é: o resgate de Wall Street, da minúscula camada mais rica da sociedade, a custo da maioria avassaladora.

As eleições presidenciais de 2008

já perderam seu sentido, uma vez que qualquer esperança de algum programa social foi engavetada. Pelo contrário, um total equivalente a US\$ 2.300 de cada homem, mulher e criança dos EUA será transferido aos mais ricos. Uma das primeiras perguntas feitas pelo mediador do debate entre os presidenciáveis foi: “Qual programa de governo você advoga que seja cortado em vista do plano de resgate?” Todos concordaram que deveria haver cortes, o que já era tomado como dado.

A classe dominante americana não pode cumprir seu programa democraticamente. Por isso, vemos nas medidas propostas pelo secretário do tesouro, Henry Paulson, elementos típicos de uma ditadura.

O primeiro texto enviado ao congresso, supostamente o órgão legislativo que teria controle sobre os gastos, mal possuía três páginas—como disse um comentarista do *New York Times*, menos papelada do que o requerido em uma hipoteca subprime!

De acordo com o texto inicial, dentre os poderes dispostos ao secretário do tesouro, há o de “apontar as instituições financeiras e agentes financeiros do governo” capazes de cumprir com “todas as responsabilidades razoáveis relacionadas a esta lei”. Isso significa que as mesmas instituições que estiveram envolvidas com as atividades especulativas e, em alguns casos, abertamente criminosas, que levaram à crise, serão convocadas a ajudar o tesouro na organização do resgate. Como dizia um artigo recente do WSWS, o termo “conflito de interesses” nem sequer descreve o que está acontecendo.

Além disso, o plano garante imunidade legal ao tesouro. “Decisões do secretário em conformidade com a autoridade não podem ser examinadas... nenhum tribunal ou agência governamental poderá examinar as decisões do secretário”.

Como apontou um artigo do *New York Times* de 23 de setembro: “O secretário do tesouro—quem quer que o seja nos próximos meses—será investido dos poderes mais inacreditáveis já antes concedidos a uma pessoa em relação à vida econômica e financeira dos Estados Unidos. É o equivalente financeiro do Patriot Act (‘Lei Patriota’), depois do 11 de setembro”. O *Times* descreveu a legislação proposta por Paulson como “o mais incrível rapto de poder na história da economia americana”.

Um velho axioma de economia e política diz que, em uma crise, as verdadeiras relações são colocadas a nu, enquanto despe-se o acidental e o supérfluo. Esse é o caso nesta crise. Não um governo do povo, pelo povo e para o povo; não o “livre mercado”, onde as decisões de milhões de pessoas determinam os resultados econômicos; mas



Ação americana no Iraque.

um governo dos ricos, pelos ricos e para os ricos. Não uma democracia e uma terra de leis, mas uma ditadura do capital financeiro.

As guerras de pilhagem lançadas pelo imperialismo americano no Afeganistão e Iraque, cujo objetivo é controlar o petróleo e outros recursos do interesse do capital financeiro americano, estão sendo agora abertamente travadas no front natal. Elas serão acompanhadas de um aprofundamento no ataque aos direitos democráticos, iniciados com a assim chamada “guerra ao terror”.

À medida que a crise financeira se desenrola, ouvimos a seguinte frase com cada vez mais frequência: “Privatização dos lucros e a socialização das perdas.” Ela não é apenas um resumo eficiente do que está acontecendo, mas aponta de forma mais ampla para as questões políticas que serão disputadas no próximo período.

A pergunta inevitável é: no interesse de quem será feita a reorganização econômica da sociedade? Por que os recursos sociais devem ser utilizados para resgatar a pequena minoria de milionários, aqueles que se beneficiam das operações do sistema financeiro?

Se é necessário haver socialização das perdas—se os custos devem ser bancados pela sociedade como um todo—então por que não socializar os

lucros também? Ou, dizendo de outra forma, por que não transformar todo o sistema financeiro e bancário em propriedade pública, para ser controlado e organizado nos interesses da sociedade como um todo?

A razão por trás da imensa operação de resgate é que sem ela um colapso econômico de proporções verdadeiramente inéditas ocorreria. O investidor bilionário Warren Buffet, por exemplo, alertou sobre “a maior catástrofe da história americana”.

Assim, argumenta-se que não se trata do resgate dos super-ricos, mas da defesa dos interesses econômicos da população como um todo. Um artigo do *Wall Street Journal* descreveu uma cena do dia 17 de setembro, quando o governo tomou a decisão de comprar os ativos podres do sistema financeiro.

Aconchegado em seu escritório com seus maiores assessores, o secretário do tesouro, Henry Paulson, assistia com alarme a seu terminal de informações financeiras, enquanto um mercado após outro começava a ficar desordenado. Investidores fugiam dos fundos mútuos do mercado monetário, há tempos considerados ultra-seguros. O mercado congelou para os empréstimos a curto prazo, nos quais os bancos apoiavam-se para financiar seus negócios diários.

Sem tais mecanismos, a economia se destroçaria até a estagnação. Em breve, os consumidores entrariam em pânico. [Wall Street Journal, 20 de setembro de 2008].

Na quinta-feira, 18 de setembro, uma catástrofe financeira estava a caminho. Mas isso apenas levanta de forma mais aguda a questão colocada por nós: por quanto tempo é possível continuarmos com a atual ordem econômica? Já é certamente tempo de pôr um fim ao sistema econômico e social cujas operações, baseadas no mercado capitalista e na busca cruel pelo lucro, ameaçam causar a devastação econômica sobre a classe trabalhadora de todo o mundo.

Se é necessário que todos os recursos disponíveis sejam mobilizados para prevenir uma catástrofe, então certamente é duas vezes mais necessário que estes recursos sejam tirados das mãos daqueles que criaram primeiramente o desastre, e que sejam colocados sob o controle democrático da classe trabalhadora, cujo trabalho—intelectual e braçal—os criou.

A crise financeira americana certamente balançou os mitos e mantras do mercado, que cumpriram tal papel ideológico para a classe capitalista nas últimas três décadas.

Assim que reivindicações por



O magnata Americano Roosevelt



Falência do Banco dos Estados Unidos

melhorias nos serviços públicos, saúde, educação, infra-estrutura e outras exigências da vida moderna surgiram, foi levantado o seguinte palavrório: o Estado forte não é a solução! Os problemas não podem ser resolvidos injetando dinheiro neles! Os recursos não estão disponíveis para atender tais necessidades! O pagamento dos usuários, e não o fornecimento de serviços e facilidades públicas, é o único programa econômico viável para o futuro.

Esses chavões já estão bem destruídos e o interesse de classe ao qual eles servem foram expostos. Um Estado forte? O céu é o limite quando se trata da defesa dos interesses da plutocracia.

O declínio histórico do capitalismo americano

Esta crise, no entanto, fez muito mais do que destruir os fundamentos ideológicos do “livre mercado” das últimas três décadas. Ela deixou claro que os fundamentos econômicos sobre os quais o capitalismo mundial se apoiou desde o pós Segunda Guerra Mundial —à qual se seguiram quase quatro décadas de reviravolta política e econômica— atingiram um estágio bem avançado de desintegração.

Se revirmos o século XX como um todo, principalmente os últimos 60 anos, fica claro que o principal fator objetivo na sobrevivência do capitalismo até este ponto tem sido a força do capitalismo americano.

Nosso movimento, a Quarta Internacional, expôs o papel político crucial

desempenhado pelas velhas lideranças da classe trabalhadora—os partidos comunistas stalinistas, os partidos social-democratas e trabalhistas e as direções sindicais, juntamente com seus epígonos e defensores entre os grupos radicais da pequena-burguesia—na sustentação da classe dominante.

O programa de fundação da Quarta Internacional começa da seguinte forma:

A situação política mundial no seu conjunto caracteriza-se, antes de mais nada, pela crise histórica da direção do proletariado (...). As premissas objetivas da revolução proletária não estão somente maduras: elas começam a apodrecer. Sem a vitória da revolução socialista no próximo período histórico, toda a civilização humana está ameaçada de ser conduzida a uma catástrofe. Tudo depende do proletariado, ou seja, antes de mais nada, de sua vanguarda revolucionária. A crise histórica da humanidade reduz-se à crise da direção revolucionária.

Essas palavras permanecem tão verdadeiras hoje quanto há 70 anos atrás, quando foram escritas. Sendo assim, o que explica a sobrevivência do capitalismo desde então? Nosso movimento foi fundado sobre a mais profunda análise do papel do “fator subjetivo”—o papel da direção revolucionária no processo histórico. Não há dúvidas de que o capitalismo apenas sobreviveu devido às traições das direções da classe trabalhadora.

Não somos, no entanto, subjetivistas históricos. Revoluções só se tornam possíveis sob certas condições objetivas definidas, as quais são produzidas pelo desenvolvimento histórico do capitalismo e pela relação das contradições internas a ele.

Não há dúvidas de que os poderosos processos objetivos tornaram possível a sobrevivência do capitalismo após a Segunda Guerra Mundial. O principal dentre esses fatores tem sido a força do capitalismo americano, que providenciou o fundamento econômico essencial para a estabilidade da ordem capitalista mundial nas últimas seis décadas.

É por isso que esta crise tem tamanhas implicações revolucionárias: ela significa o declínio histórico, a decadência e a desintegração do capitalismo americano. Ela significa a abertura de uma nova época revolucionária, para a qual tanto a IV Internacional quanto a classe trabalhadora devem preparar-se.

Os defensores ideológicos da ordem capitalista compreendem de maneira quase instintiva, semi-consciente, o significado do papel do capitalismo americano. Essa é a razão pela qual eles insistem que, apesar de ser a maior crise desde a Grande Depressão, “o mundo não acabou”.

Deixe-me ilustrar este ponto fazendo referência a um artigo recente, escrito por um dos editores e principal comentarista econômico do *Times* de Londres, Anatole Kaletsky, publicado no *Australian* em 9 de setembro, dois ou três dias após a divulgação do plano de US\$ 85 bilhões para resgatar as gigantes hipotecárias, Freddie Mac e Fannie Mae.

Kaletsky abre seu artigo dizendo:

Será esta, então, a ‘grande’, a monstruosa reviravolta, geralmente acompanhada de algum tipo de ajuda governamental que normalmente delimita o ponto mais baixo de cada grande crise financeira? Em termos de escala não podem haver dúvidas. O resgate da Fannie Mae e Freddie Mac (...) é dez vezes maior do



Encontro de Bretton Woods

que qualquer intervenção governamental anterior sobre qualquer mercado financeiro em qualquer lugar do mundo.

Sua conclusão foi:

Se este programa não é suficiente para colocar a economia americana e o sistema financeiro sobre seus pés novamente, é difícil imaginar o que poderia. Qualquer um que aposte contra esse pacote está, portanto, apostando que a economia americana está condenada ao declínio irreversível e inevitável. Tal aposta sempre deu errado no passado e é provável que também dê errado desta vez. A de domingo foi provavelmente a 'grande' reviravolta—e a recuperação econômica americana está assegurada.

O mínimo que se pode dizer é que as afirmações do sr. Kaletsky eram um pouco prematuras, dado o que se passou nas duas semanas seguintes. Se o resgate Fannie-Freddie era dez vezes maior do que qualquer um já feito antes, então as operações atuais são no mínimo 90 vezes isso!

O importante aqui não é tanto a previsão em si, mas a razão pela qual ela estava tão longe do acerto. O sr. Kaletsky tomou como dada a permanência do capitalismo americano e sua dominação global. O crucial para o cenário econômico e político dos últimos 60 anos—um período que engloba a vida da maioria da população atual e, de fato, uma proporção considerável das pessoas que já viveram sobre este planeta—é que nada mais é impensável. Como sempre, o pensamento está uma boa distância atrasado em relação aos processos objetivos.

O colapso do capitalismo americano—como isso poderia ser possível? Porém, está acontecendo e significa a

abertura de uma nova época histórica, onde muitas instituições antigas e aparentemente eternas, tanto da esfera econômica quanto política, passarão por mudanças inimagináveis. A partir disso, novas relações e possibilidades políticas surgirão.

Nixon e Bretton Woods

Antes de deixarmos o sr. Kaletsky e seus companheiros especialistas, precisamos analisar um pouco mais as suas observações. Assim, esclarecemos como chegamos a esse ponto. Kaletsky defende que qualquer aposta na derrota dos EUA teria sido errada no passado e está errada agora.

Deixe-nos examinar essa questão historicamente, a começar pela Grande Depressão. Como ela foi superada? Não pelas atividades do governo americano de Roosevelt e seu *New Deal* em 1930. As medidas que Roosevelt implementou falharam e, em 1937-38, o capitalismo americano se movia para o buraco tão rapidamente quanto em 1932.

A falência das medidas do *New Deal* levou parte dos principais setores da elite política americana a certas conclusões de longo alcance. Ao final da década de 30, haviam chegado à conclusão de que a única forma de superar a crise seria reconstruir a economia mundial.

As velhas divisões, os velhos impérios e blocos deveriam ser quebrados para criarem as condições necessárias para o reavivamento do mercado mundial, assim como o fluxo livre de produtos e capital, tão essenciais para a expansão do capitalismo americano e

mundial. No sentido mais fundamental, esse foi o programa com o qual os Estados Unidos lutaram na guerra. Como explicou Leon Trotsky em 1934: “O capitalismo americano enfrenta os mesmos problemas que empurraram a Alemanha ao caminho da guerra em 1914. O mundo está dividido? Ele deve ser redividido. Para a Alemanha era uma questão de ‘organizar a Europa’. Os Estados Unidos devem ‘organizar’ o mundo.”

Após a guerra, as traições do stalinismo na Europa (quando os partidos comunistas juntaram-se aos governos na Itália e França) criaram as condições para os EUA estabelecerem sua hegemonia e reorganizarem o capitalismo mundial sobre novas bases. O acordo de Bretton Woods de 1944 estabeleceu um novo sistema monetário internacional e lançou as bases para uma expansão no comércio mundial. O Plano Marshall de 1947 reconstruiu as economias européias e lançou as bases para o desenvolvimento dos sistemas de produção de linha de montagem na Europa. Juntas, essas medidas estabeleceram os fundamentos para o crescimento da economia capitalista do pós-guerra.

Esta reestruturação no pós-guerra sob hegemonia dos EUA abriu caminho para um novo ascenso capitalista. Parecia a aurora de uma era de ouro. Os ideólogos da burguesia, em coro com os políticos trabalhistas, social-democratas e as burocracias sindicais proclamaram que as lições da Grande Depressão haviam sido tiradas. Era possível, insistiam eles, regular o sistema capitalista. Os marxistas apocalípticos estavam errados: não havia quaisquer contradições sem solução que afundavam o sistema capitalista.

A história, no entanto, mostraria rapidamente que tais contradições de



Centro de Nuremberg, Alemanha, em 1945.

fato existiam e que estavam longe de serem superadas. Elas manifestaram-se na crescente turbulência econômica que começou a desenvolver-se nos anos 60. Ao final daquela década, os EUA já trabalhavam com uma balança de défcits cada vez maior e, em 1971, pela primeira vez após a Primeira Guerra Mundial, com uma balança comercial deficitária.

Sob o sistema monetário de Bretton Woods, os valores das maiores moedas mundiais foram fixados em relação ao dólar americano, que tinha, por sua vez, lastro no ouro, resgatável em US\$ 35 por onça. Mas, no começo da década de 70, a quantia de dólares em circulação no resto do mundo era muito maior do que os estoques de ouro guardados nos EUA. A própria expansão do comércio mundial havia minado o sistema monetário sobre o qual havia se desenvolvido.

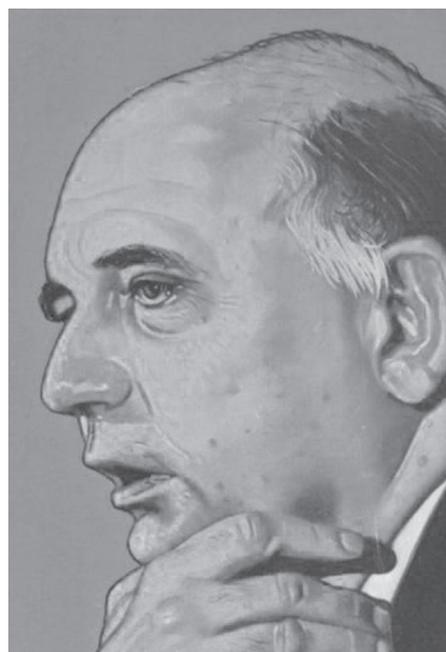
Para preservar o sistema Bretton Woods seria necessária uma redução nos gastos americanos no exterior, tanto de investimento quanto militares—a guerra no Vietnã estava em seu auge—e a imposição de condições de recessão dentro do país. O governo americano não estava preparado para tomar nenhuma dessas medidas. Outra alternativa seria forjar um novo sistema de relações monetárias internacionais que

reconhecesse a redução do poder econômico dos EUA, assim como o ressurgimento do Japão e Europa—o que também foi rejeitado.

O governo Nixon decidiu tomar um outro curso, destinado a preservar a supremacia dos EUA. Em agosto de 1971 acabou com o lastro-ouro do dólar americano. Em 1973, o sistema de relações cambiais fixadas foi abandonado e, no ano seguinte, mecanismos que haviam sido postos em prática para regular o movimento internacional do capital financeiro foram também abandonados.

As medidas adotadas pelo governo Nixon em 1971-73 foram pensadas para fortalecer a posição dos EUA à custa de seus rivais. Mas, ao longo dos anos 70, a situação econômica do capitalismo americano continuou a piorar. Tentativas feitas pelo governo Carter de iniciar uma recuperação mundial falharam e, no fim da década, as economias americana e mundial passavam por uma estagflação (combinação de inflação e desemprego crescentes).

Em 1979, em meio a uma crise que se expandia e refletia-se na queda abismal do dólar americano, mais uma grande virada ocorreu sob orientação de Paul Volcker, então presidente do Federal Reserve. As “medidas Volcker”, baseadas em taxas de juros recordistas e na criação da maior recessão desde a



Paul Volcker

Grande Depressão eram voltadas para a reestruturação do capitalismo americano, portanto, para manter sua dominação global.

A ascensão dos EUA ao poder desde o período após a conclusão da Guerra Civil, em 1865, havia baseado-se no desenvolvimento de suas capacidades industriais e manufatureiras. As “medidas Volcker”, que destruíram

setores inteiros de capital industrial, anunciaram o início de um novo modo de acumulação, baseado no capital financeiro. O começo dessa nova era pode ser datado de 1982, quando a bolsa de valores americana começou sua escalada.

O índice Dow Jones ainda estava abaixo de 1.000 pontos em 1982. Dobrou nos próximos cinco anos até chegar a 2.000 em janeiro de 1987. Enquanto isso, nos primeiros cinco anos da década de 80, a indústria americana sofreu a mais profunda recessão do período do pós-guerra.

No entanto, a posição do capitalismo americano não era, de forma alguma, segura. Em Outubro de 1987, a bolsa de valores sofreu sua maior queda em um dia, fato que tornou necessária uma grande intervenção por parte do Federal Reserve e de outros bancos centrais para prevenir um colapso mundial. Este fato foi seguido pelo desastre das poupanças e empréstimos, levando a um enorme resgate por parte do governo que, por sua vez, foi seguido de uma recessão em 1990-92.

O momento decisivo para a sorte do capitalismo americano veio com a liquidação da União Soviética em 1991, seguida da abertura da China e de outras regiões ao capital global. É estimado que, desde a queda do muro de Berlim em 1989 até os dias atuais, cerca de um bilhão de trabalhadores foram adicionados ao mercado de trabalho disponível ao capital. O capitalismo mundial nunca havia visto tal fluxo de mão-de-obra barata na história. Foi esse processo que tornou possível o novo modo capitalista de acumulação de riquezas, baseado na financeirização.

Os dados da companhia Apple dão uma idéia dos valores envolvidos. É estimado que, de cada iPod vendido a US\$ 299 nos EUA, apenas US\$ 4 vão para as companhias na China que o manufaturaram, enquanto que US\$ 160 vão para as companhias americanas envolvidas no design, transporte e vendas do produto.

A abertura da China e de outras regiões de mão-de-obra barata teve um impacto de duas mãos. Por um lado, fez aumentar a acumulação de mais-valia—a fonte de toda acumulação de riqueza no modo de produção capitalista. Assim, o barateamento das mercadorias tornou possível o rebaixamento das taxas de juros nos EUA e em outros países capitalistas centrais ao longo dos anos 90 dessa maneira, crédito barato. Isto, por sua vez, alimentou os sucessivos booms econômicos—a bolha das bolsas de valores, a bolha da Internet e da tecnologia dos anos 90 e o boom imobiliário que decolou depois de 2002.

O capitalismo mundial experimentou certa ascensão a partir do começo dos anos 90, apesar de balançado pelas tempestades e turbulências financeiras:



Rio na China totalmente inviabilizado pela poluição

a crise da libra esterlina e dos sistemas bancários escandinavos em 1992; o resgate de US\$ 50 bilhões aos bancos americanos pegos pela crise do peso mexicano em 1994; a crise econômica asiática de 1997; a moratória russa em 1998; a quebra do *hedge fund* dos EUA, o Long Term Capital Management, em 1998.

Nos EUA, o caminho da acumulação de riquezas não era mais a indústria manufatureira ou a oferta de serviços financeiros associados a ela, mas a compra e venda de ativos usando fundos de empréstimo visando o lucro.

Um simples cálculo nos indicará quanto havia para ser acumulado. Se um ativo é comprado por US\$ 100 milhões, com US\$ 10 de participação e US\$ 90 bilhões de fundos emprestados, a juros de 8% e valorização do ativo em apenas 10% ao ano, então ao final do ano ele valerá US\$ 110 milhões. Destes, US\$ 7,2 milhões devem ser pagos em juros, deixando US\$ 2,8 milhões de lucro. Isto representa uma taxa de retorno de 28%. Com uma valorização mais rápida em valores de ativos, a taxa de retorno será ainda maior. Por exemplo, se o valor do ativo sobe 15%, o lucro sobre US\$ 10 milhões será de US\$ 7,8 milhões ou 78%.

Este exemplo simples também fornece uma visão do impacto devastador

(sobre um sistema altamente endividado) de uma queda nos preços dos ativos. Imaginemos que, ao invés de aumentar 10%, o valor do ativo caia 2%, valendo US\$ 98 milhões ao final do ano. O banco ainda terá que receber US\$ 7,2 milhões, deixando apenas US\$ 0,8 milhões de capital líquido. Isto é, US\$ 9,2 milhões ou 92% do capital inicial terão desaparecido.

A questão crucial é: o que mantém o preço dos ativos subindo? Isto depende de um fluxo crescente de crédito.

A significância desta forma de acumulação de riqueza foi descrita em um ensaio publicado no *Foreign Policy* em 1996 intitulado “A nova máquina de riquezas”. O ensaio apontava que esses novos instrumentos financeiros eram os principais componentes e os geradores de crescimento mais rápido da riqueza global, e que a securitização estava alterando fundamentalmente o sistema econômico internacional.

O artigo apontou que a nova abordagem de criação de riquezas “requer que o Estado encontre formas de aumentar o valor de mercado de seu estoque de ativos produtivos” e que tal estratégia deve ser implementada por uma política pública que almeje atingir crescimento e criação de riquezas e que, portanto, não tente aumentar a produção de bens e serviços, exceto como

objetivo secundário”. O caminho para o valor crescente dos ativos foi a injeção de mais crédito no sistema financeiro.

A compra e venda de títulos baseados em ativos tornou-se o novo caminho da acumulação de riquezas. Em 1995, o valor em dólar dos títulos garantidos por ativos ficou em US\$ 108 bilhões. No ano 2000, no ápice da bolha do mercado de ações, era US\$ 1,07 trilhões. O valor do dólar chegou a \$ 1,1 trilhões em 2005 e \$ 1,23 trilhões em 2006. Em outras palavras, no intervalo de uma década o valor desses títulos havia aumentado 10 vezes. Agora, o castelo de cartas começa a cair.

O tamanho deste castelo é indicado pelos números a seguir. Em 1980, a proporção da dívida americana em relação ao PIB era de 163%. Em 1987 ela havia subido para 346%. Mais espetacular ainda foi o aumento do endividamento do setor financeiro. Este subiu de 21% do PIB em 1980 para 83% em 2000 e 116% em 2007.

Mesmo essa breve retrospectiva deixa claro porque a fé do sr. Kaletsky e de outros na estabilidade e proeminência do capitalismo americano está tão fora de lugar.

A crise que agora engole a economia americana não surgiu do nada. Ela é resultado de processos que se estendem a mais de três décadas, de medidas que se iniciaram dentro dos EUA para superar a crise de 1970 e manterem sua posição de dominação global. E, não bastando o argumento da “segregação entra as economias” e o boom chinês, esta é uma crise do sistema capitalista como um todo. O pilar no qual o capitalismo têm se apoiado pela maior parte do século XX, e principalmente nos últimos 60 anos, está se desintegrando sob nossos olhos.

Há um forte significado no fato desta crise ter atingido o coração da economia capitalista mundial, assim como seu sistema circulatório, o sistema de crédito, que desempenhou papel tão central na acumulação de lucros nos últimos 25 anos.

No volume III de *O capital*, Marx aponta a importância crucial do sistema de crédito, tanto em ampliar o escopo da economia capitalista quanto em lançar as bases para a transição a uma forma mais alta de sociedade, o socialismo.

Em primeiro lugar, o crédito facilita uma tremenda expansão das forças produtivas, uma vez que a produção não se organiza mais sobre a base do capital individual, mas do capital social. Ao mesmo tempo, destrói todas as justificativas ideológicas da ordem capitalista baseada na noção de que a apropriação privada é justificada pelo risco que o indivíduo assume, ou de que a acumulação de capital resulta da capacidade de poupar dinheiro. O indivíduo não arrisca suas próprias economias ou recursos,



Campanha para salvar a Ford em Detroit, 1980.

mas, através do sistema de crédito, as economias de outros—a vasta acumulação da riqueza social.

O crédito eleva a um novo ápice de intensidade a contradição existente entre o caráter social da produção e a apropriação privada de riqueza nas formas precisas que testemunhamos na crise atual. O sistema de crédito, escreveu Marx, “reproduz uma nova aristocracia financeira, uma nova variedade de parasitas, na forma de promotores, especuladores e mesmo diretores nominais; todo um sistema de fraudes e trapaças referente à promoção corporativa, assuntos de ações e negociações de ações.”

Marx só viveu o suficiente para ver o começo deste processo, mas expressou sua significância histórica em palavras que resumem a situação atual:

O sistema de crédito, escreveu, acelera o desenvolvimento material das forças produtivas e a criação do mercado mundial, o qual deve ser levado, até certo nível de desenvolvimento, como tarefa do modo de produção capitalista, como base material para a nova forma de produção. Ao mesmo tempo, o crédito acelera as explosões violentas desta contradição e suas crises e, com elas, os elementos de dissolução do antigo modo de produção.

O sistema de crédito tem em si um caráter dual imanente: por um lado desenvolve a causa da produção capitalista: enriquecimento e exploração do trabalho alheio até a forma mais pura e colossal de jogatina e fraudes, e restringe ainda mais o já pequeno número de exploradores da riqueza social; por outro lado, porém, constitui a forma de transição para um novo modo de produção.

A atual crise põe em foco problemas políticos fundamentais com os quais se enfrenta a classe trabalhadora. Que plano, que programa, representando os interesses da massa do povo mundial, pode prevenir a catástrofe que coloca em xeque toda a cultura da humanidade: crise econômica, ameaça de guerra e uma destruição cada vez mais profunda da natureza? Que tipo de partido político precisa ser construído para dirigir a luta para implementá-lo? Essas são as questões candentes do nosso momento.

Na elaboração da perspectiva da Quarta Internacional, em 1938, Trotsky explicou que ela deveria ser chamada de Partido Mundial da Revolução Socialista, em concordância com sua natureza e tarefa históricas. A erupção da Primeira Guerra Mundial, em 1914, encerrou permanentemente a viabilidade de perspectivas e programas políticos nacionais.



Ruínas da fábrica Packard em Detroit, 2008.

O partido mundial, explicava Trotsky, corporificava um programa, isto é, um sistema de idéias muito bem tecido, que elaborava as tarefas essenciais. Um programa não era meramente um conjunto de políticas e reivindicações imediatas, mas estava baseado numa avaliação das experiências históricas e estratégicas da classe trabalhadora internacional. Somente sobre a base de tal concepção seria possível educar e treinar uma direção revolucionária. Não era o partido que fazia o programa, mas o programa que fazia o partido, insistia Trotsky.

Tal concepção era negada por todas as várias tendências e organizações centradas da época—muitas delas maiores que as seções da Quarta Internacional—que afirmavam que a insistência em aprender lições da história e dos princípios era algo dogmático e sectário. Seria necessário juntar todas as tendências e agrupamentos de oposição para criar uma nova e ampla organização. Mas foi a perspectiva de Trotsky que se confirmou com os eventos subsequentes. Nenhum dos outros partidos foi capaz de sobreviver à Segunda Guerra Mundial.

O pós-guerra levantou novos desafios e problemas para a Quarta Internacional. O restabelecimento da ordem política burguesa, tornado possível graças

às traições dos partidos stalinistas, junto com a revitalização econômica que veio em seguida, aparentemente invalidava as perspectivas sobre as quais a Quarta Internacional havia sido fundada. Além disso, as conquistas da burocracia stalinista no Leste Europeu e a vitória das revoluções chinesa e iugoslava pareciam refutar a tese de que o socialismo só poderia ser realizado pela construção da Quarta Internacional, enquanto nova liderança revolucionária da classe trabalhadora.

A situação inédita criava tremendas pressões políticas no interior da Quarta Internacional. Essas pressões se manifestaram pelo desenvolvimento de teorias revisionistas, que defendiam, essencialmente, que as burocracias stalinista e trabalhista, assim como as lideranças pequeno-burguesas e nacionalistas burguesas, sob várias formas, ao invés de serem obstáculos ao socialismo, poderiam tornar-se, diante da pressão das massas, verdadeiros veículos para a realização da revolução. Essa perspectiva revisionista começou a ser desenvolvida pelos dois mais proeminentes dirigentes europeus da Quarta Internacional, Michel Pablo e Ernest Mandel.

Num documento intitulado “Where are we going?”, [Aonde vamos?], emitido em 1951, Pablo escreveu:

Para o nosso movimento, a realidade objetiva consiste essencialmente no regime capitalista e no mundo stalinista. Além do mais, gostemos ou não, esses dois elementos são os que mais predominantemente constituem a realidade objetiva social, pois a grande maioria das forças de oposição ao capitalismo estão agora sob a liderança ou influência da burocracia soviética.

Essa passagem resume o método impressionista que seria o coração da perspectiva revisionista no pós-guerra. O mundo estava simplesmente dividido entre EUA e seus aliados de um lado, e a burocracia soviética de outro. A classe trabalhadora não tinha qualquer papel independente a cumprir e, conseqüentemente, a Quarta Internacional também não. Tornava-se uma espécie de grupo de pressão, agindo no interior das grandes burocracias que dominavam a classe trabalhadora.

No Terceiro Congresso da Quarta Internacional, em 1951, Pablo defendeu a sua nova perspectiva. Era necessário, segundo ele, subordinar todas as questões de independência da Quarta Internacional à “real integração no movimento de massas” de todos os países.

Isto significava nada menos que a liquidação da Quarta Internacional. Era essa perspectiva que levou James P. Cannon, o dirigente do SWP (Socialist



Leon Trotsky



James P. Cannon



Gerry Healy

Workers Party—Partido Socialista dos Trabalhadores), o partido trotskista americano, a escrever a “Carta Aberta” à Quarta Internacional. Foi a “Carta Aberta” —que reafirmou os princípios sobre os quais a Quarta Internacional tinha sido estabelecida em 1938— e que em 1953 levou à fundação do Comitê Internacional da Quarta Internacional (CIQI).

Numa carta escrita em março de 1954, Cannon sintetizou os problemas que surgiram da cisão, insistindo que a teoria leninista-trotskyista do partido revolucionário e seu papel como direção da luta revolucionária dominava todas as outras na época presente. Sustentar que uma transformação socialista poderia ser levada adiante de uma forma quase automática era abandonar completamente o marxismo.

Não, só pode ser uma operação consciente e requer imperativamente a liderança do partido marxista, que representa o elemento consciente no processo histórico. Nenhum outro partido servirá. Nenhuma outra tendência no movimento trabalhista pode ser reconhecida como substituta satisfatória. Por essa razão, nossa atitude em relação a todos os outros partidos é irreconciliavelmente hostil.

A fundação do CIQI em 1953 significou a abertura do que se tornaria uma luta

prolongada contra o oportunismo dentro da Quarta Internacional. Em 1963, o SWP se reunificou com os pablistas, sobre a base de uma suposta solução dos problemas que uma década atrás os havia separado. A reunificação partia de uma avaliação comum sobre os eventos em Cuba —defendiam que o movimento nacionalista pequeno-burguês de Castro havia estabelecido um Estado Operário e que o próprio Castro se tornara um “marxista inconsciente”. Todos os problemas de 1953 vinham à tona novamente, sob uma outra forma. Se o socialismo poderia ser alcançado em Cuba com a liderança das forças nacionalistas pequeno-burguesas de Castro, então para que serviria a Quarta Internacional?

O regime cubano, entretanto, tinha seu caráter simbolizado no fato de Che Guevara —ícone da luta revolucionária para todos os grupos radicais de classe média— ter recebido entusiasticamente Ramón Mercader, o assassino de Leon Trotsky, quando libertado da prisão.

O repúdio contra a perspectiva liquidacionista do SWP foi liderado pelos trotskistas britânicos, Healy, Banda e Slaughter, que acirraram a luta contra o pablismo. Sua posição foi confirmada historicamente em 1964, quando o LSSP, seção do movimento pablista no Sri Lanka, entrou para o governo burguês de coalizão do Sr. Bandaranaike.

Todos os problemas históricos e teóricos que emergiram da luta contra o pablismo culminaram na cisão do CIQI em 1985-86, produzida pela degeneração nacional-oportunista da seção britânica, o WRP.

Em 1982 a WL (Workers League— Liga dos Trabalhadores) levantou diferenças com a linha política do WRP e sua sempre crescente guinada em direção ao oportunismo, especialmente em relação aos movimentos nacionalistas pequeno-burgueses do Oriente Médio. Essas críticas foram suprimidas pelos dirigentes Healy-Banda-Slaughter.

Mas, em 1985, quando o oportunismo do WRP causou uma explosão no partido, as críticas do secretário nacional da Workers League, David North, ganharam o suporte da maioria das seções do Comitê Internacional e de uma tendência interna ao próprio WRP.

No transcorrer da cisão, Gerry Healy resumiu a perspectiva de todos os oponentes oportunistas do trotskismo. Ele denunciou o Comitê Internacional por buscar “o mais cristalino socialismo, da água mais pura e do menor número [de militantes]”. Em outras palavras, segundo ele, a aderência ao princípio, ao programa do trotskismo, só poderia produzir o isolamento. Como no caso de Pablo e sua chamada pela integração da Quarta Internacional ao “verdadeiro

movimento de massas”, a orientação de Healy e de várias tendências que romperam com o Comitê Internacional era em direção à burocracia stalinista.

A luta contra os oportunistas do WRP marcou um ponto de virada na difícil e prolongada luta do movimento trotskista dos anos do pós-guerra.

Todas as tendências oportunistas que atacaram a Quarta Internacional ao longo do pós-guerra tinham, em última análise, o fundamento de seus ataques na dominação das burocracias stalinistas sobre a classe trabalhadora. Mas, em 1985-86, enormes guinadas na economia mundial desencadearam um processo de quebra da estrutura política global. As burocracias stalinistas, sobre as quais os oportunistas se baseavam, estavam à beira do colapso.

Em suma, a crise do WRP era o resultado de vastas mudanças na economia mundial—como a globalização da produção, que viu a decadência e desintegração de todos os partidos e organizações focadas numa perspectiva nacionalista.

A vitória do Comitê Internacional sobre os oportunistas nacionais do WRP em 1985-86 foi o anúncio de uma histórica guinada política. A globalização da produção, a integração da economia mundial e, acima de tudo, a integração da classe trabalhadora internacional criaram hoje as condições objetivas para a realização da perspectiva da Quarta Internacional—a construção do Partido Mundial da Revolução Socialista.

Numa carta a James P. Cannon, Trotsky uma vez escreveu: “Nós trabalhamos com as idéias mais corretas e mais poderosas do mundo, mas com forças numéricas e meios materiais inadequados. Entretanto, idéias corretas sempre conquistam e tornam disponíveis os meios e forças materiais necessárias para si mesmas”. A perspectiva de Trotsky está agora se provando verdadeira.

De um ponto de vista superficial, os últimos 20 anos que se seguiram ao colapso da União Soviética foram difíceis. Aparentava a milhões de pessoas que a perspectiva do socialismo havia perdido todo o valor. Eles não entenderam que a desintegração da URSS, longe de representar a morte do socialismo, era o produto final de décadas de traição da Revolução de Outubro pela burocracia stalinista. A análise do Comitê Internacional, de que o colapso da URSS era resultado de processos sócio-econômicos que iriam, cedo ou tarde, quebrar as fundações do capitalismo mundial e da ordem política do pós-guerra, estava longe de ser aparente. De fato, o oposto aparentava ser o caso—o capitalismo estava entrando em uma nova fase de sua vida. Era o fim da história, de acordo com alguns.

Mas, a análise do CIQI foi verificada pelo colapso da ordem mundial capitalista que ocorre hoje—um colapso que

definitivamente recolocou a perspectiva do socialismo mundial na agenda da história.

Esses desenvolvimentos sublinham a importância crítica da luta de mais de 50 anos conduzida pelo CIQI para defender o programa do trotskismo contra todas as formas de revisionismo e oportunismo.

Em 1903, a cisão entre os bolcheviques e os mencheviques foi tomada por muitos do movimento socialista como um produto da imaturidade do movimento revolucionário russo, ou foi simplesmente rebaixada ao nível de “querelas russas”. Mas, em 1917, os mencheviques formaram o principal ponto de apoio do governo burguês, deposto sob a liderança dos bolcheviques na Revolução de Outubro.

Estamos entrando novamente em um período similar. A luta do movimento revolucionário contra o oportunismo assumirá importância decisiva no desenvolvimento das lutas da classe trabalhadora e milhões terão a clareza de que o conflito entre marxismo e oportunismo equivale ao conflito entre revolução e contra-revolução.

Permita-me comentar os desenvolvimentos na França—país onde já se disse que a luta de classes é sempre disputada até a conclusão.

Lá, a LCR (Ligue Communiste Revolutionnaire—Liga Comunista Revolucionária), o partido pablista, se prepara para fundar o NPA (Nouveau Parti Anticapitaliste—Novo Partido Anticapitalista) no começo do ano que vem. Numa entrevista em março passado, o líder da LCR, Olivier Besancenot, evidenciou a base explicitamente oportunista sobre a qual essa nova organização será construída.

O NPA pretende se integrar às correntes de várias tradições da esquerda radical. Terá como condição para essa integração uma discussão explícita sobre o legado dessas tradições, que também poderá ser feita através da prática e da convergência nas lutas concretas. A discussão sobre os vários ‘legados’ ideológicos e históricos pode ser interessante. Certamente, também será longa. Mas não podemos começar com isso! Especialmente agora, quando é nosso objetivo a unificação de homens e mulheres que, com direito, não têm um longo histórico de comprometimento político com partidos e não se identificam com nenhuma dessas tradições em particular.

Não há engano algum no significado político dessa rejeição da história e dos princípios. Trata-se de uma declaração de Besancenot à classe dominante francesa, afirmando que sob condições onde seus principais aliados —o Partido Socialista e, acima de tudo, o Partido Comunista, que tiveram um papel tão crucial em resgatar o capitalismo francês em 1936, em 1944-45 e novamente

em 1968— falharem, o NPA estará pronto para preencher a lacuna. Com a abertura de uma crise revolucionária, entrará em um governo burguês para preservar a ordem capitalista.

E a burguesia respondeu: “mensagem compreendida”. Por isso Besancenot é o queridinho dos noticiários, *talk shows* e do circuito dos comentários políticos. Parece que a mensagem também foi recebida do outro lado do Atlântico. O *New York Times* de 13 de setembro incluiu um artigo extremamente favorável a Besancenot, baseado numa entrevista extensa. Descreve-o como um “líder extremamente adepto da esquerda dura, um farol-guia para jovens membros insatisfeitos do Partido Socialista e para os remanescentes dos outrora poderosos Comunistas”. Que direção esse farol proporciona! A manchete do artigo a resume: “Luz na esquerda guia seus camaradas em direção ao *mainstream* francês”.

Setenta anos atrás, comemorando a fundação da Quarta Internacional, Leon Trotsky escreveu:

Nós não somos um partido como os outros partidos. (...) Nosso objetivo é a total libertação material e espiritual dos oprimidos e explorados através da revolução socialista. Isso ninguém preparará ou conduzirá em nosso lugar.

Os velhos partidos, continuou Trotsky, estão inteiramente apodrecidos. Os “grandes eventos que precipitam sobre a humanidade” não deixarão pedra sobre pedra dessas organizações caducas. Apenas a Quarta Internacional olha com confiança para o futuro. É o Partido Mundial da Revolução Socialista. Nunca houve maior tarefa na terra. Sob cada um de nós está uma tremenda responsabilidade histórica.

No contexto dos eventos que agora se desenrolam, tais palavras adquirem uma significância ainda maior. ■



O CASTRISMO E A POLÍTICA DO NACIONALISMO PEQUENO-BURGUÊS

Bill Van Auken

Esta palestra foi proferida no dia 7 de Janeiro de 1998 para o curso internacional de verão sobre Marxismo e os Problemas Fundamentais do Século XX, organizado pelo SEP (Socialist Equality Party—Partido da Igualdade Socialista) da Austrália, em Sydney, de 3 a 10 de janeiro de 1998.

Bill Van é o editor internacional do Site Socialista de Interligação Mundial (wsws.org) e autor de diversas obras críticas sobre a luta das populações oprimidas da América Latina, África do Sul e Oriente Médio em todo o pós-guerra.

Introdução

O castrismo é motivo de muita confusão, e boa parte dela foi criada pela tendência revisionista pablista¹ que emergiu de dentro da Quarta Internacional. Os pablistas apresentaram o castrismo —e alguns ainda apresentam— como uma nova via para o socialismo, como confirmação de que a revolução socialista poderia ser realizada (e um Estado Operário poderia ser estabelecido) sem a participação consciente da classe trabalhadora.

Liderados por Joseph Hansen nos EUA e Ernest Mandel na Europa, os revisionistas pablistas abandonaram a luta pela direção revolucionária da classe operária e cederam as tarefas históricas do proletariado dos países atrasados aos nacionalistas pequeno-burgueses.

Ao fazê-lo, ajudaram a preparar algumas das piores derrotas sofridas pela

classe trabalhadora na segunda metade do século XX.

O Comitê Internacional da Quarta Internacional (CIQI) travou uma batalha implacável contra essa perspectiva, defendendo e desenvolvendo as armas teóricas e políticas forjadas pelo marxismo em todo o período precedente. Essa luta continha as questões mais essenciais em relação às tarefas dos marxistas.

Nosso movimento lutou contra aqueles que viam o marxismo meramente como um meio de descobrir, descrever e adaptar-se às forças objetivas inevitáveis que empurravam outras forças (que não as da classe operária) a dirigir a luta pelo socialismo. Ele defendeu a posição de que a única via para o socialismo se encontrava na construção de partidos revolucionários apoiados no proletariado internacional, numa luta incansável contra as burocracias dominantes e as direções pequeno-burguesas, independentemente de quão poderosas ou populares elas possam parecer.

Ao lidarmos com o castrismo 35 anos após 1963², nos encontramos no direito de perguntar: quem estava certo nessa discussão? O castrismo forneceu algum novo caminho para o socialismo ou se tornou, muito mais, um beco sem saída e uma armadilha para a classe trabalhadora? Quais foram as consequências da renúncia dos pablistas ao papel da classe operária e sua vanguarda revolucionária? Aproveitaremos a oportunidade nesta palestra para rever essa experiência estratégica e suas lições para o movimento da classe operária.

1. Referência a Michel Pablo, revisionista do trotskismo que levou ao racha de 1953 dentro da Quarta Internacional. Sobre isso, ver *Uma Carta Aberta aos Trotskistas do Mundo Inteiro*, publicada na Revista MAISVALIA 3.

2. Ano da unificação de alguns setores do movimento trotskista, em cima dos “novos fatos da Revolução Cubana”. Sobre isso, ver *A questão de Cuba e a “unificação” de 1963*, de Gerry Healy, publicada na Revista MAISVALIA 3.

O renascimento de Che

Um ponto adequado para iniciarmos nossa análise está nas recentes comemorações do 30º aniversário da execução de Ernesto “Che” Guevara, o maior expoente e adepto da atuação através de focos de guerrilha, com o qual o castrismo se identifica. Nos últimos meses, vimos um verdadeiro “renascimento” de Che, apesar de não ser o tipo que o guerrilheiro argentino teria previsto, mesmo que em seu pior pesadelo.

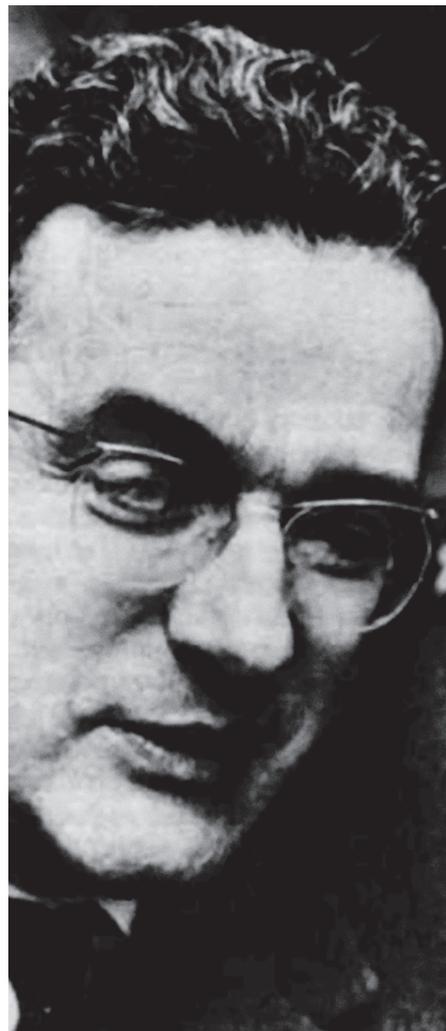
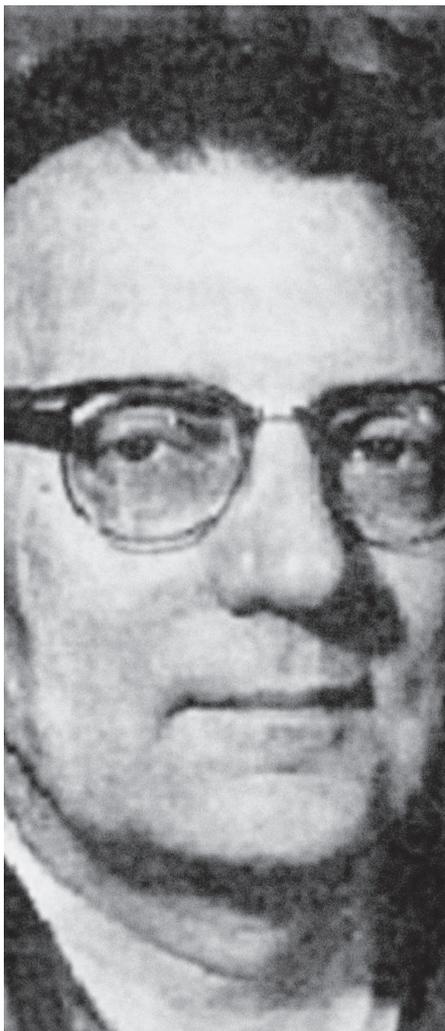
Che se transformou em um artigo de comercialização, de tal forma que parece incompatível com sua reputação radical. Sua própria imagem transformou-se em uma mercadoria. A marca de relógios suíços Swatch lançou um modelo “revolução” com o rosto do guerrilheiro. Seu rosto também já foi usado para fazer propaganda de skis, adornar capas de CDs de rock e até mesmo para vender cerveja.

Na Argentina, o governo de Carlos Menem, o favorito de Washington por abraçar a causa do FMI e por seu apoio entusiástico à Guerra do Golfo Pérsico, lançou até um selo comemorativo honrando Che como um grande argentino.

O regime de Castro também entrou na dança, comprando da Bolívia recentemente os restos mortais de Che e levando-os de volta a Cuba com cerimônia e pompas. O governo cubano organizou passeios turísticos e temáticos para ex-radicais e agora comercializa camisetas e bugigangas de Che, providenciando uma nova fonte de dinheiro vivo para a economia cubana em crise.

O que é que Che tem que o faz tão suscetível a ser transformado em um ícone inofensivo e ao mesmo tempo lucrativo? As qualidades citadas por seus admiradores são bem conhecidas: bravura física, auto-sacrifício, devoção e a capacidade de entregar sua vida a uma causa. Todas essas podem ser características admiráveis e sem dúvida apresentam um contraste absoluto em relação à ética prevalente, na qual o valor de um homem é medido pelo tamanho de sua carteira de ações. Mas essas qualidades, em si e por si próprias, não são de forma alguma indicadoras da posição de classe daquele que as possui. Seitas religiosas e até mesmo movimentos fascistas podem se gabar de terem produzido mártires de qualidades semelhantes em suas próprias lutas por fins reacionários.

Uma análise cuidadosa da carreira de Che demonstra que suas



Os pablistas revisionistas Joseph Leroy Hansen (EUA) e Ernest Mandel (Alemanha).

concepções políticas não tinham nada a ver com o marxismo e que as panacéias da guerrilha armada, com as quais ele se identificava, eram fundamentalmente contrárias à luta revolucionária da classe trabalhadora.

Em meio ao recente renascimento da imagem de Che, aparecem diversas biografias novas sobre o líder guerrilheiro. Aquelas do autor mexicano Jorge Castañeda e do americano John Lee Anderson, por mais que não ofereçam nenhuma análise política marxista, nos fornecem algumas opiniões úteis sobre a trajetória de Guevara e da revolução cubana.

O que chama atenção nos relatos detalhados da carreira de Che nesses livros é a completa superficialidade e os resultados trágicos de sua posição política.

Juntamente a essas narrativas factuais, há uma nova tentativa por parte de diversas tendências pequeno-burguesas de esquerda de retratar Che Guevara como um líder e teórico revolucionário, cujo exemplo e análises continuam a fornecer uma importante perspectiva para a luta contra o capitalismo. Diferente dos biógrafos, esses grupos não nos providenciam nenhuma informação ou análise nova. Eles combinam uma nostalgia doentia dos gloriosos dias de radicalismo da

pequeno-bruguesia com o que só se pode descrever como uma falsificação das verdadeiras análises de Che e suas conseqüências políticas.

Uns, como o SWP (Socialist Workers Party—Partido Socialista dos Trabalhadores) dos EUA, ecoaram de forma acrítica as comemorações oficiais do governo cubano. Outros, como o velho pablista e oportunista Livio Maitan na Itália ou o morenista MAS na Argentina, tentaram retratar Che Guevara como uma alternativa revolucionária tanto ao stalinismo quanto ao próprio regime castrista.

Em recente pronunciamento sobre a questão cubana, os morenistas saudaram a palavra de ordem de Che de criar “um, dois... muitos Vietnãs”, e declararam: “Mesmo que com métodos desastrosos focos de guerrilha, isolamento do movimento de massas, oposição à construção de partidos operários revolucionários —a palavra de ordem expressava a necessidade de se espalhar a revolução a nível internacional.

Como pode uma perspectiva necessária e revolucionária se expressar através de métodos desastrosos? Isso os morenistas não se preocupam em responder. Essa tendência, como todas as facções pablistas, fez sua carreira tentando explicar como as mais

variadas forças (peronismo, stalinismo, guerrilheirismo) expressam a luta pelo socialismo.

De fato, os morenistas, anteriormente, chegaram ao ponto de encontrar essa expressão no próprio ditador derrubado por Castro, Fulgêncio Batista. Proclamando-o “Perón de Cuba”, eles saudaram a classe trabalhadora cubana por não terem seguido o chamado de greve do Movimento 26 de julho de Fidel Castro. Após a vitória de Castro, no entanto, colocaram seu retrato ao lado daquele do General Perón no cabeçalho de seu jornal.

Apesar da alquimia política dos morenistas, os métodos desastrosos de Che Guevara eram a expressão fiel da concepção política, ou melhor, da falta de qualquer concepção política verdadeira, que os fundamentava.

Nem os morenistas ou qualquer outra tendência pablista se importaram em fazer uma análise de classe do castrismo e do guevarismo, traçar suas origens históricas e seu desenvolvimento, ou ainda, fazer um balanço da experiência das guerrilhas na América Latina.

Tal tarefa crítica só pode ser realizada por nosso movimento, com base na luta empreendida por ele desde aquela época pela independência política e unidade internacional da classe trabalhadora.



Nahuel Moreno

Socialismo proletário versus nacionalismo pequeno-burguês

Os revisionistas pablistas, assim como os ex-radicais pequeno-burgueses em geral, são hostis a tal abordagem. Eles esperam com fervor por uma volta do castrismo. Todos se entusiasmarão com a aparição do Exército Zapatista de Libertação Nacional em Chiapas (EZLN), México, assim como aplaudiram as ações do Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA) quando este capturou a embaixada do Japão em Lima há pouco mais de um ano.

Nosso movimento não se juntou às comemorações desse aparente ressurgimento do guevarismo e da esvaziada fórmula política da “luta armada”. Temos um longo histórico de luta contra tais posições, reconhecendo que elas não são portadoras dos esforços socialistas revolucionários do proletariado, mas da política do nacionalismo pequeno-burguês. Elas não se dirigem à resolução dos problemas fundamentais da direção revolucionária da classe trabalhadora, mas sim à negação do papel revolucionário desta classe como um todo e à dispersão de camadas radicais de estudantes, assim como de trabalhadores e camponeses, para longe da luta pelo socialismo.

Elas servem não para iluminar, mas para obscurecer os problemas estratégicos da revolução socialista formulados por Trotsky em sua Teoria da Revolução Permanente. Palavras de ordem como “a responsabilidade do revolucionário é fazer a revolução”, “luta armada” e “guerra popular prolongada” deixam de responder às questões sobre qual classe cumprirá o papel principal na revolução, qual a conexão existente entre a revolução em um só país e a revolução mundial e qual a relação entre a luta dos trabalhadores e oprimidos em países atrasados, conjuntamente com a classe trabalhadora dos países capitalistas avançados.

Por trás dessa retórica radical, esses movimentos possuem concepções firmadas sobre todas essas questões. Invariavelmente, eles se dirigem a suprimir a luta revolucionária independente do proletariado e a subordinar as massas oprimidas como um todo às necessidades da burguesia nacional.

Nesse sentido, não importa o quão radical aparentem ser esses movimentos, são sempre, em última análise, os derradeiros bastiões do imperialismo contra a revolução socialista.

É a essência da natureza do nacionalismo pequeno-burguês que nos permite compreender a facilidade com que o capitalismo se apropria, em proveito próprio, da imagem de Che.

Se examinarmos cuidadosamente as políticas do MRTA peruano e dos zapatistas mexicanos, elas não passam de manifestações diferentes da acomodação com o imperialismo, posta em prática por todos os regimes e movimentos nacionalistas burgueses. O grupo Tupac Amaru capturou a residência do embaixador japonês com o intuito de pressionar o imperialismo japonês a exercer influência sobre o regime de Fujimori para que abrandasse sua política. O objetivo final do grupo, comunicado a alguns dos seqüestrados, era forçar um acordo de negociação pelo qual ele deixaria de ser um movimento armado para tornar-se um partido político legal pequeno-burguês.

Já em relação ao movimento zapatista, é universalmente reconhecido justamente por ter, desde o princípio, renunciado a qualquer objetivo revolucionário. As vagas reivindicações que têm sido feitas pelo Subcomandante Marcos são de democratização, fim à corrupção e mais direitos culturais para a população indígena. Tais reivindicações poderiam ser e têm sido adotadas não só pela esquerda pequeno-burguesa, mas também por setores do partido da situação, o PRI, e até mesmo pelo partido de oposição de direita, o PAN. Marcos e os zapatistas, ao invés de apontar o caminho revolucionário aos trabalhadores mexicanos e ao campesinato oprimido, converteram-se em novo instrumento para fechar acordos com a burguesia mexicana.

O papel político da pequena burguesia

O que exatamente queremos dizer quando descrevemos esses diferentes movimentos como “nacionalistas pequeno-burgueses”? Este não é só um epíteto político lançado por marxistas a seus adversários. É uma definição científica dos interesses e métodos de classes que caracterizam tais movimentos. Marx, ao basear-se na experiência da revolução de 1848, e Trotsky, em sua Teoria da Revolução Permanente, demonstram que a pequena-burguesia é incapaz de uma ação política consistente e independente. Sua inconsistência é o reflexo de sua posição social intermediária. Presa entre as duas principais classes da sociedade e constantemente sendo diferenciada em exploradora e explorada, ela

está suscetível a seguir uma dessas classes, o proletariado ou a burguesia.

No período do pós-guerra, o imperialismo criou e veio a depender de uma nova camada social identificada como classe média. Em países capitalistas avançados, consistia em funcionários da burocracia governamental e escritórios corporativos, aqueles que administravam serviços públicos de bem estar social recém-criados e os que dirigiam a mídia de massas em crescimento.

Um estrato social análogo surgiu nos países oprimidos e foi a essa camada que o imperialismo entregou o poder durante o período de descolonização. Na América Latina, assim como em outras regiões do globo oprimidas pelo imperialismo, as oportunidades apresentadas a essa camada social eram infinitamente mais limitadas do que as apresentadas aos seus equivalentes dos países capitalistas avançados. Milhares de estudantes se formavam na universidade sem perspectiva de uma carreira profissional. Em vários casos, aqueles que buscavam uma profissão ou tentavam sobreviver de um pequeno-negócio desfrutavam de pouco mais, em termos de qualidade de vida, do que um trabalhador comum. Foi esse estrato social que proveu a principal base às políticas nacionalistas pequeno-burguesas.

Portanto, havia uma base de classe objetiva para a emergência das teorias pablistas de uma “nova realidade mundial”, na qual a luta pelo socialismo poderia ser levada não pela classe trabalhadora e sua vanguarda revolucionária consciente, mas pela pequena-burguesia radicalizada. Em última instância, essas formulações revisionistas refletiam tanto as aspirações dessa camada particular da, assim como a necessidade do imperialismo de criar um amortecedor, colocado entre si e a ameaça da revolução proletária.

As raízes da revolução cubana

Como qualquer grande acontecimento, a revolução dirigida por Fidel Castro em 1959 tinha suas raízes em desenvolvimentos históricos precedentes. Essas raízes históricas, normalmente ignoradas pelos bajuladores pablistas de Fidel e pela esquerda pequeno-burguesa em geral, precisam ser melhor examinadas para entendermos o significado político e o conteúdo de classe do castrismo.

A história cubana foi moldada principalmente pelo caráter precoce de sua luta pela independência, a qual transferiu efetivamente sua condição de posse colonial do moribundo colonialismo espanhol para uma condição de semi-colônia política e econômica do poder imperialista em formação, os Estados Unidos.



Estudantes Russos protestam contra o embargo em Cuba, 1962

Os EUA intervieram em Cuba em 1898 após uma guerra de 30 anos pela independência cubana. A intervenção foi curta e decisiva. Os espanhóis perderam suas colônias no Tratado de Paris, um acordo do qual os próprios cubanos não participaram.

Esse acordo gerou o que ficou conhecido como a República da Emenda Platt. Nomeada por causa do senador que a redigiu, a legislação foi aprovada em Washington e imposta como emenda à primeira constituição cubana. Ela proibia a “independente” república cubana de fazer parte de qualquer tratado internacional considerado prejudicial aos interesses dos EUA.

Também garantia aos EUA o direito de intervir militarmente “para a preservação da independência cubana, manutenção de um governo adequado à proteção da vida, propriedade e liberdade individual, pelo fim das obrigações que dizem respeito a Cuba no Tratado de Paris”. Os EUA viriam a fazer uso repetidamente desse direito durante a primeira parte do século XX.

A dependência de Cuba do imperialismo Americano não era só formal, corporificada na Emenda Platt, mas baseava-se nas exportações cubanas de açúcar ao mercado americano. Somente esse plantio era responsável pela grande maioria dos ganhos de exportação e era transportado quase que exclusivamente para os Estados Unidos. A monocultura açucareira condenou a maioria da população ao atraso, à pobreza e ao desemprego crônico.

As relações sociais e políticas que vieram a prevalecer em Cuba estavam relacionadas ao caráter inacabado de sua luta democrático-burguesa pela independência nacional. Enquanto a condição de semi-colônia de Cuba estava entre as mais gritantes do mundo, ela não era, de forma alguma, única.

Como previa a Quarta Internacional antes da Segunda Guerra Mundial: “Estados nacionais atrasados não podem mais contar com seu desenvolvimento democrático. Cercados pelo capitalismo decadente e capturados pelas contradições do imperialismo, a independência de um país atrasado será inevitavelmente semi-fictícia e o regime político, sob a influência de contradições de classe internas e pressões externas, inevitavelmente cairá em uma ditadura contra a população”.³

Outra declaração, escrita no mesmo ano, salientava que não havia possibilidade de acabar com a opressão capitalista por fora da revolução socialista: “As esperanças de libertação dos povos coloniais estão, portanto, entrelaçadas ainda mais do que antes à emancipação dos trabalhadores de todo o mundo. As colônias serão libertadas política, econômica e culturalmente somente quando os trabalhadores dos países adiantados colocarem um fim ao domínio capitalista e se lançarem, juntamente com os povos dos países atrasados, na reorganização da economia mundial como um todo em um nível superior, adequando-a às necessidades sociais e não aos lucros monopolistas.”⁴

Como veremos, a história cubana ulterior provou essa tese, ainda que negativamente. Sem uma luta unificada e internacional da classe trabalhadora, a verdadeira libertação econômica, política e cultural provou-se impossível.

A relação entre os EUA e Cuba deu vazão a uma organização política burguesa notável por sua impotência,

3. Leon Trotsky, *Writings of Leon Trotsky 1939-40*, (New York: Pathfinder Press, 1973), p. 202

4. *Documents of the Fourth International: The Formative Years 1933-40* (New York: Pathfinder, 1973), p. 394



Castro em retorno a Havana.

extrema corrupção e freqüentes ondas de violência. A dominação americana da economia, combinada com a predominância de imigrantes estrangeiros tanto nos negócios como nas classes proprietárias de terra, também fez surgir um nacionalismo cubano caracterizado por um extremo anti-americanismo, até mesmo com caráter xenofóbico.

Outra perspectiva, no entanto, surgiu em Cuba. Em 1925, o Partido Comunista Cubano foi formado, afiliando-se à Terceira Internacional. Sua figura principal era Julio Antonio Mella, um estudante de direito que se tornou líder de um movimento pela reforma universitária no início dos anos 20 e buscava levar os estudantes à classe trabalhadora.

Mella e seus camaradas dirigiram a luta contra a ditadura de Gerardo Machado, que ele descreveu como um “Mussolini tropical”. Aprisionado pela ditadura, foi solto sob pressão popular e fugiu do país, viajando à União Soviética, Europa e finalmente ao México.

Mella rompeu com o Partido Comunista no México em 1929, declarando seu apoio à luta de Trotsky contra a burocracia stalinista. Logo depois, foi assassinado.

Mella emergiu de um amplo movimento de estudantes e intelectuais cubanos que buscavam mudar o sistema político corrupto e sua dominação pelo imperialismo americano. Mas renunciou às concepções nacionalistas dominantes e adotou a perspectiva do internacionalismo socialista.

O stalinismo acabou impedindo que a classe trabalhadora providenciasse sua própria saída aos problemas históricos de Cuba, baseada em tal perspectiva. Pode-se dizer, desse modo, que o stalinismo ajudou a preparar a ascensão de Fidel ao poder muito antes de o Partido Comunista Cubano sequer pensar em

juntar forças. Ao suprimir a perspectiva pela qual Mella e a primeira geração de marxistas cubanos haviam lutado, o stalinismo promoveu o crescimento do nacionalismo pequeno-burguês radical.

Na primeira palestra deste curso, David North tratou até certo ponto de como a história consiste não meramente em “o que aconteceu” ou “quem ganhou”, mas, ao invés disso, em quais alternativas existem e quais as conseqüências daquelas que foram tomadas e daquelas que não foram. O que teria acontecido se a Oposição de Esquerda tivesse prevalecido? A mesma pergunta pode ser feita em relação a Cuba, em menor escala.

Há limites, é claro, em relação a especulação sobre o que poderia ter sido. Por exemplo, não se pode afirmar com segurança, que, se tivesse havido um verdadeiro partido comunista em Cuba, uma revolução socialista teria acontecido em tal ano. Porém podemos dizer com segurança que, se tivesse havido um verdadeiro partido revolucionário da classe trabalhadora, diferente do aparato político e corrupto do stalinismo cubano, o surgimento de uma tendência específica conhecida como castrismo teria sido impossível.

Às vésperas da degeneração stalinista do Partido Comunista Cubano, o país passou por uma profunda crise revolucionária. Uma insurreição nacional irrompeu em 1933, forçando o ditador Machado a fugir do país. O ponto culminante desse movimento foi uma greve geral da classe trabalhadora, que presenciou o fechamento de fábricas, engenhos de açúcar e propriedades.

Enquanto a greve geral crescia em intensidade e caráter, o Partido Comunista stalinista cubano, que controlava os sindicatos, lançou uma ordem de “volta ao trabalho”, argumentando que a greve ameaçava provocar uma intervenção

americana. Enquanto a ampla maioria de trabalhadores ignorava a ordem, o PC entrava em negociações secretas com Machado, obtendo concessões ao partido em troca do seu papel de responsabilidade em acabar com a greve.

Este acordo, que somente teve curta duração porque Machado fugiu para o exílio, veio a estabelecer um padrão de atuação seguido pelo PC nos 25 anos seguintes. Os stalinistas mantiveram sua dominação sobre o movimento operário enquanto forjavam uma série de alianças com partidos conservadores e até mesmo regimes militares. Nos anos 40, os stalinistas entraram no governo do homem forte dos EUA, Fulgêncio Batista.

Castro e castrismo

Com o Stalinismo relegado por conta de sua colaboração com partidos de direita e ditaduras, a retórica do anti-imperialismo e da revolução social foi, aos poucos, sendo monopolizada por elementos nacionalistas da classe média radicalizada, centrada particularmente entre os estudantes da Universidade de Havana. Foi nesse ambiente que surgiu Fidel Castro.

Nascido em uma família espanhola dona de terras, o despertar de Castro para a vida política começou como estudante de um colégio Jesuíta. Lá, ele foi influenciado por padres espanhóis que apoiavam o fascismo de Franco. Leu todas as obras de Jose Antonio Primo de Rivera, o fundador da Falange Espanhola⁵ e era, de acordo com seus colegas de classe, fortemente atraído pela ideologia fascista.

No final da década de 40 e início da década de 50, Castro foi envolvido em atividades de grupos armados estudantis que dominavam a universidade. A ideologia desses grupos era, ao mesmo tempo, nacionalista e explicitamente anti-comunista.

Castro começou sua luta contra Batista como membro de um partido burguês, o Partido Ortodoxo. Ele lançou-se a candidato para o poder Legislativo cubano em 1952, mas o golpe de Batista naquele ano frustrou suas ambições parlamentares. Então, começou a organizar um pequeno grupo de seguidores da ação armada. Liderou um ataque ao acampamento do exército de Moncada, em julho de 1953. Todos os 200 participantes foram mortos ou presos.

As ações de Castro não eram únicas. Durante esse período, seguidores de vários partidos e facções da

5. Falange Espanhola foi o único partido político legalmente reconhecido durante a ditadura de Francisco Franco, na Espanha.

pequeno-burguesia realizaram ataques à guarnições militares, tentativas de assassinato e até mesmo de tomada do palácio de Batista. Suas declarações políticas durante o período que antecedeu a revolução de 1959 pouco o diferenciavam das políticas ordinárias do nacionalismo cubano anti-Batista. Seu mais famoso discurso, “A História me Absolverá”, preparado em sua defesa no julgamento do ataque à Moncada, consiste em denúncias da repressão ditatorial e numa lista de reformas democráticas bastante moderadas.

Após uma curta sentença de prisão, Castro foi ao México, de onde, no fim de 1956, organizou um desembarque de aproximadamente 80 homens armados. Assim como Moncada, o desembarque foi uma catástrofe, e só uma dúzia dos guerrilheiros sobreviveu ao primeiro encontro com as forças repressivas de Batista. Ainda assim, Castro subiu ao poder apenas dois anos depois.

O poder só caiu, literalmente, nas mãos das guerrilhas de Castro porque não existia outra força política crível na ilha.

Esse vazio político tinha a função, acima de tudo, de abafar qualquer direção revolucionária da classe trabalhadora cubana. Apesar de todas as limitações do reformismo de Castro, suas políticas sociais eram muito mais radicais que aquelas apresentadas pelos stalinistas. Além disso, suas ações armadas, apesar de limitadas, ganharam um apoio popular amplo no momento em que os stalinistas cubanos foram vistos como cúmplices da ditadura de Batista.

A intenção original de Castro era alcançar uma reconciliação com os EUA. Na sua primeira viagem aos Estados Unidos, depois de quatro meses no poder, Castro declarou o seguinte: “Eu proclamei de maneira clara e definitiva que nós não somos comunistas. As portas estão abertas aos investimentos privados que contribuam com o desenvolvimento industrial de Cuba. É absolutamente impossível progredirmos se não alcançarmos um entendimento com os Estados Unidos.”

O movimento de Castro, entretanto, comprometeu-se com uma limitada reforma agrária e limitadas medidas sociais em benefício do povo cubano. Nos seus primeiros meses, decretou a redistribuição de terras improdutivas, uma redução nos arrendamentos, aumentos de salário e várias medidas de expansão da educação e da saúde.

Cuba e a URSS

Os Estados Unidos tentaram disciplinar Castro com uma frágil pressão econômica. Num conflito ascendente, os EUA cortaram a quota de exportação

do açúcar cubano, sua mais vital atividade econômica, e então interromperam o fornecimento de petróleo.

O regime cubano respondeu com nacionalizações —primeiramente de propriedades estadunidenses, depois de empresas cubanas— buscando a assistência da burocracia soviética.

A política estrangeira dos EUA era rigidamente ideológica e vingativa. A Inglaterra lidou com desenvolvimentos similares de uma forma bem diferente. Líderes africanos como Nkrumah, Kwan- da e Kenyatta eram tolerados, apesar de sua retórica radical e até socialista. Com isso, os ingleses preservaram a influência do imperialismo britânico e seus interesses na região.

Ironicamente, a arrogância e estupidéz dos EUA provaram ser os pilares centrais da manutenção do poder de Castro ao longo dos últimos 40 anos. Eles permitiram-no posar como a personificação do nacionalismo cubano e fazer qualquer oposição ser considerada ferramenta do imperialismo Yankee.

Juntamente com a aproximação com Moscou, Castro forjou uma aliança com os stalinistas cubanos. Essa iniciativa foi saudada pelos pablistas, pela pequena-burguesia e pela esquerda em geral como mais uma indicação da radicalização da revolução e de seu caráter socialista. Na verdade, não era nada disso. Como vimos, os stalinistas, então conhecidos como Partido Socialista Popular (PSP) de Cuba, eram uma força política profundamente reacionária e desacreditada. Eram parte da estrutura política burguesa existente em Cuba, tendo servido fielmente até mesmo ao regime de Batista.

Tendo encontrado de repente a si mesmo lançado no poder, Castro voltou-se ao PSP. Ele não tinha um partido, um programa, ou mesmo um exército real. Os stalinistas cubanos o abasteceram com um aparato e uma ideologia que permitiu que governasse.

Castro reinterpretaria, mais tarde, seu próprio passado político, declarando que havia se tornado um “Marxista-Leninista” muito antes do golpe de Batista, embora “não muito” um comunista. Todas as aventuras políticas —dos seus dias em grupos armados anti-comunistas na universidade, até sua campanha como candidato ao Congresso por um partido burguês— foram reformuladas como meras táticas iniciais destinadas a preparar as condições para uma revolução socialista.

O que Castro, assim como outros nacionalistas burgueses de esquerda, encontrou no “Marxismo-Leninismo”? Claramente, não buscava uma perspectiva científica para guiar a luta da classe trabalhadora para sua própria emancipação social e política. Ao mesmo tempo, isso era mais do que um mero pretexto para conseguir o apoio de Moscou.

Eles conheciam o “Marxismo-Leninismo” que aprenderam dos stalinistas como uma política que promoveria o uso do Estado para efetuar mudanças desejadas na ordem social. Encontraram nele uma justificativa para seu próprio controle irrestrito do Estado, governado por um onipotente “partido revolucionário” e dirigido por um infalível e insubstituível líder nacional. Devemos nos recordar que Chiang kai shek também modelou seu partido, o Kuomintang, com o que aprendeu do stalinismo.

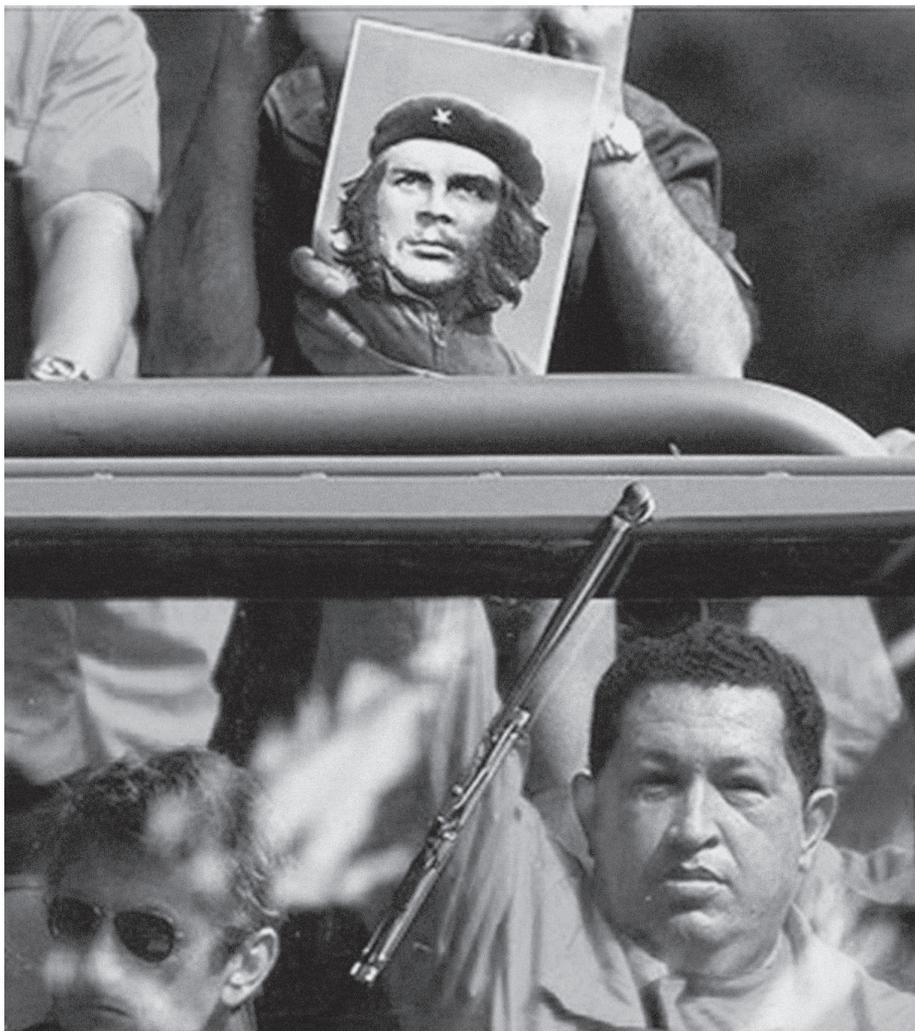
O mito do guerrilheirismo

Como praticamente todos os regimes nacionalistas e tendências que surgiram no período do pós-guerra, o castroismo baseia-se num conjunto de mitos em relação à sua própria origem e desenvolvimento. Tal mitificação é necessária, dado o caráter de classe desses regimes e tendências, uma vez que se apóiam na pequena-burguesia e na burguesia nacional enquanto declaram representar os interesses das massas oprimidas.

Após tomar o poder, Castro e seus seguidores retrataram sua vitória como o resultado exclusivo de uma luta armada travada pelos guerrilheiros nas montanhas de Sierra Maestra: uma vitória militar sobre o imperialismo e a burguesia nacional, realizada por uma pequena força através da pura vontade e determinação. Como escreveu Che Guevara apenas um mês após a derrubada da ditadura de Batista:

Nós demonstramos que um grupo pequeno de homens determinados, apoiados pelo povo e sem medo de morrer pode superar um exército normal... Trouxemos outra lição para nossos irmãos na América [Latina], economicamente na mesma situação agrária que nós, onde se deve fazer revoluções agrárias, lutar nos campos, nas montanhas, e delas levar a revolução para as cidades, e não tentar fazê-la mais tarde...

Essa concepção, que se tornou a explicação oficial da revolução cubana, representa uma distorção radical dos fatos. Durante os seis anos de poder de Batista, cerca de 20.000 cubanos perderam suas vidas nas mãos do regime. Desses, 19.000 foram mortos nas cidades de Cuba. Ato de sabotagem, ataques políticos e outras formas de resistência, a maioria delas fora do controle do Movimento 26 de Julho de Castro, foram generalizados e, em última instância, foram o principal impulso para a queda do regime.



Chavez sustentando o mito pequeno burguês.

A guerrilha de Castro atingiu, no máximo, alguns milhares de homens. Não houve batalhas militares conclusivas e o maior compromisso envolveu não mais que 200 guerrilheiros. Batista perdeu tanto o apoio da burguesia cubana —uma parte significativa dela apoiou Castro— quanto de Washington, que impôs um embargo de armas ao seu regime. Desprovido desse apoio, o governo Batista rapidamente se desintegrou.

Dentro de Cuba o mito dos guerrilheiros de Castro, que teriam derrotado tanto o imperialismo dos Estados Unidos quanto as classes dominantes nacionais através da pura audácia e valentia militar, satisfaz um propósito político muito definido. Justificou a consolidação de um regime que colocou toda a soberania do poder estatal nas mãos de Castro.

O mito desenvolvido por Castro e Guevara seria exportado com resultados catastróficos. A assim chamada “Via Cubana” foi promovida por toda América Latina como a única forma viável de luta revolucionária. Milhares de jovens latino-americanos foram massacrados e mortos pela promessa de que tudo o que precisavam para derrubar governos e findar a opressão social era coragem e poucas armas.

O livro mais famoso de Guevara, *Guerra de Guerrilhas*, serviu como um manual para essa estratégia nefasta. O

seguinte resume o que descreveu como as três grandes lições da experiência cubana para a “mecânica dos movimentos revolucionários na América”:

1. *Forças populares podem vencer uma guerra contra o exército;*
2. *Não é necessário que todas as condições estejam dadas para fazer uma revolução; o foco de insurreição [termo para a unidade de guerrilha] pode criá-las;*
3. *Nas Américas subdesenvolvidas, a área da luta armada é primordialmente o campo.*

As mediócras análises contidas nesses escritos eram radicalmente falsas. O caminho de desenvolvimento da América Latina era capitalista há muitos anos. A base da exploração na América Latina não era, como Guevara afirmava, latifundiária —concentração de terra nas mãos de uma pequena minoria— mas sim, essencialmente, de relações capitalistas de trabalho assalariado e lucro. Mesmo com essas obras sendo escritas, o continente passava por importantes mudanças estruturais que proletarizavam ainda mais a população e levavam à migração maciça das zonas rurais para as cidades.

Nada disso foi analisado. A preparação revolucionária foi reduzida ao processo impressionista de escolher a arena rural mais apropriada para a guerra de guerrilha. Aqueles que seguiram esse conselho terminaram em armadilhas nas

florestas e sertões, onde foram condenados à morte em combate direto com os exércitos latino-americanos.

O que a todo o momento sobrevém na política de Guevara é sua rejeição da classe trabalhadora como classe revolucionária e seu desprezo pela habilidade dos trabalhadores e das massas oprimidas em tornarem-se conscientes politicamente e conduzirem sua própria luta emancipatória.

Embora Guevara propusesse o interior do país como único lugar possível para uma luta armada, no caso dos camponeses, a via para a mobilização era outra. Ao contrário, a concepção de Che se assentava na utilização da violência, buscando “obrigar a ditadura a recorrer à violência para desmascarar, assim, sua verdadeira natureza como ditadura das classes sociais reacionárias.” Em outras palavras, o objetivo do grupo de guerrilha era provocar repressão do governo contra os camponeses que, assim, supostamente, responderiam apoiando a luta das guerrilhas contra o governo.

Para tal luta, nem teoria nem política eram exigidas, e muito menos uma intervenção ativa nas lutas da classe trabalhadora ou das massas oprimidas. Conforme Guevara começava a construir grupos de guerrilha na América Latina, ele insistia que estavam excluídas todas as discussões e controvérsias políticas. A unidade deveria ser baseada exclusivamente no acordo sobre a tática da “luta armada”.

O fiasco do guevarismo

Os resultados foram previsivelmente desastrosos. Foi em sua nativa Argentina que Che formou um dos primeiros grupos de guerrilha, sob direção do jornalista Jorge Masetti. Em sua biografia de Che, Anderson fornece uma fria exposição desse fiasco. Os guerrilheiros nunca viram combate. Alguns perderam-se e outros morreram de fome na floresta. Outros caíram nas mãos da polícia. Antes da dizimação do grupo, entretanto, Masetti mandou executar três de seus membros alegando infrações disciplinares. O autor cita que um dos sobreviventes desse desastre notou que os três homens condenados eram judeus. Descobriu-se que Masetti, antes de seu alinhamento com o castrismo, foi membro de uma organização de extrema direita na Argentina, que era nacionalista e anti-semita.

O próprio grupo de Che na Bolívia teve um fim parecido. O que é mais notável sobre suas atividades foi a completa indiferença diante da situação política e social do país. Os mineiros de estanho, a força mais poderosa da revolução boliviana de 1951, estavam engajados em

greves e confrontos contra o exército meses antes da chegada de Che ao país. Em seu diário, ele simplesmente registrou esses fatos como parte do pano de fundo para sua própria atividade. Ele não tinha nenhuma perspectiva política para apresentar aos trabalhadores bolivianos. Com relação ao campesinato boliviano, sua reação diante do início da luta armada não foi a de apoiar os guerrilheiros, mas de entregá-los aos militares.

Na Bolívia, os castristas contaram com o apoio do Partido Comunista pró-Moscou. Esse apoio nunca foi próximo e muitos culpavam os stalinistas e a burocracia de Moscou por condenarem as guerrilhas ao isolamento total e, possivelmente, até por fornecerem à inteligência dos EUA informação sobre onde se encontrava Che. O que é bastante plausível. O secretário-geral do PC boliviano à época, Monje, foi, ao que parece, um agente da KGB— que mudou-se para uma residência fixa em Moscou pouco depois da morte de Guevara.

Outra coisa que ficou clara com a biografia de Castañeda foi o extraordinário controle de todos os principais Partidos Comunistas da América Latina por tais figuras, em muitos casos, homens que tiveram papel direto no assassinato de Trotsky em 1940. Ele também esclareceu, através de documentos secretos oficiais dos arquivos soviéticos, como esses partidos eram financiados diretamente por Moscou. A burocracia soviética financiava verdadeiras agências políticas que tinham como propósito promover sua própria perseguição para a coexistência pacífica com Washington.

Mas, ao final, nos deparamos com o fato de que tamanha traição não era tão necessária. A idéia de que uma revolução seria feita por menos de duas dúzias de homens armados numa região onde eles não tinham antecedentes políticos, sem apoio ou ao menos um programa desenvolvido com perspectiva para ganhar tal apoio, foi condenada desde o início. É perceptível o caráter patético dessa aventura pelo fato de Guevara, em seus dias finais, quando cercado pelo exército boliviano, planejar recorrer a apoio internacional... Escrevendo cartas para Bertrand Russel e Jean Paul Sartre.

Cuba e a Quarta Internacional

A revolução cubana mostrou ser um ponto crucial na história da Quarta Internacional.

O SWP, então seção americana da Quarta Internacional, após dirigir a luta contra o pablismo em 1953, reunificou-se com esta tendência uma década depois, época em que era dirigida por Ernest Mandel. A reunificação foi baseada



Faces da mesma moeda: o fracasso dos guerrilheiros Latino-Americanos e o golpe militar de 1973 no Chile.

principalmente numa avaliação comum sobre o castrismo e o papel do nacionalismo pequeno-burguês. Eles avaliaram, baseados na nacionalização de grande parte das forças produtivas de Cuba, que esta havia se tornado um Estado Operário. Além disso, eles trabalharam com a perspectiva de que o castrismo tornar-se-ia uma tendência internacional, criando uma nova direção revolucionária mundial da classe trabalhadora.

Essa perspectiva tinha implicações que iam muito além de Cuba. Como Trotsky havia salientado sobre a definição do Estado soviético, em 1939-1940, por detrás de cada definição sociológica reside um prognóstico histórico. Aceitar a designação de Cuba como Estado Operário era uma ruptura com toda concepção histórica e teórica da revolução socialista desenvolvida desde Marx.

Em Cuba, o poder caiu nas mãos do exército de guerrilheiros, que tinha nitidamente um caráter nacionalista pequeno-burguês, sem qualquer linha séria para os trabalhadores. Os próprios trabalhadores não desempenharam um papel significativo na formação do novo regime, nem estabeleceram qualquer meio de exercer o controle democrático do Estado quando ele fora formado.

Designar tal regime como um Estado Operário trazia grandes consequências. Significava o abandono de toda

a luta travada pelo movimento marxista para a independência política e organizativa da classe trabalhadora. Indicava, em sentido contrário, que o caminho para o socialismo seria através da subordinação da classe trabalhadora a direções nacionalistas. Seriam os castristas, os exércitos de guerrilheiros e outros nacionalistas enraizados na pequena-burguesia os que dirigiriam a revolução socialista, não a classe trabalhadora instruída e organizada por partidos da Quarta Internacional. Esse foi o prognóstico histórico central que se desdobrou das definições sociológicas feitas pelos pablistas de um Estado Operário em Cuba.

A perspectiva elaborada por Joseph Hansen do SWP em relação a Cuba foi feita sobre uma rude vulgarização do marxismo. Ele tomou como seu ponto de partida uma decisão anterior do movimento trotskista, de usar a definição altamente condicional e bastante temporária de Estado Operário Deformado para a China e os estados-tampão do leste europeu.

Nessas discussões anteriores, o SWP —ainda não degenerado pelo pablismo— enfatizou o adjetivo *deformado*, para indicar que esses Estados eram historicamente inviáveis. Eles opuseram-se a tentativa de Pablo de usar essa definição para atribuir ao stalinismo um potencial revolucionário.



Hansen, no entanto, de forma ainda mais simplista que Pablo, tentava demonstrar como Cuba reunia uma série de critérios abstratos —acima de tudo a nacionalização econômica— que supostamente a colocava na categoria de Estado Operário.

A classe trabalhadora não participou da revolução e não exerceu nenhum controle sobre o aparato do Estado depois dela. Mas esses fatos foram tomados meramente como um critério normativo menor que a revolução cubana ainda não havia desenvolvido, demonstrando que o progresso ainda estava por ser feito e que a defesa incondicional de Cuba, portanto, era ainda mais necessária.

Como escreveu Hansen no momento:

O governo de Cuba ainda não instituiu formas proletárias democráticas de poder como conselhos de trabalhadores, soldados e camponeses. Entretanto, por ter se movido numa direção socialista, provou possuir uma tendência democrática. Não hesita em armar o povo e preparar uma milícia popular. Tem liberdade de expressão garantida a todos os grupos que apóiam a revolução. A esse respeito, se mantém em um contraste positivo diante dos outros estados não-capitalistas, que têm sido contaminados pelo Stalinismo.

Se fosse permitido à revolução cubana desenvolver-se livremente, sua tendência democrática sem dúvida a dirigiria rapidamente à criação de formas democráticas proletárias adaptadas às próprias necessidades de Cuba. Uma das mais fortes razões para apoiar vigorosamente a revolução, portanto, é a de dar a máxima possibilidade para que essa tendência se desenvolva.

A realidade cubana, no entanto, era totalmente diferente do cenário cor-de-rosa pintado por Hansen. Os trotskistas cubanos, por exemplo, foram brutalmente reprimidos, seus líderes presos e sua imprensa destruída. A ilha tem mantido, há muito tempo, um dos mais altos números de prisioneiros políticos de qualquer país no mundo, não poucos deles antigos camaradas de Castro no Movimento 26 de Julho.

De um ponto de vista teórico, o aspecto mais falso da avaliação de Hansen era sua sugestão que, se fosse dada a oportunidade, o regime de Castro “instituiria formas de poder democráticas e proletárias”, isto é: conselhos operários ou, usando o termo forjado na Revolução Russa, soviets.

Tais órgãos de poder operário, entretanto, não são instituídos ou concedidos por um regime criado por pequeno-burgueses nacionalistas. Tais instituições

criadas por Castro, Gaddafi ou Saddam Hussein, são nada mais que uma abertura ao regime bonapartista. Conselhos operários genuínos ou soviets só podem ser criados pelos próprios trabalhadores, como um meio de organizar as massas, derrubando o capitalismo e estabelecendo um novo poder proletário de Estado.

Lenin e os bolcheviques não acabaram com os soviets dos trabalhadores depois de tomar o poder. Particularmente, eles dirigiram a luta pelo poder através desses órgãos que o proletariado russo criou por si só, baseado no desenvolvimento de sua própria luta de classe e do avanço da consciência política de classe produzida pela longa intervenção dos marxistas russos.

Os pablistas adotaram a posição de que as nacionalizações de Castro e sua auto-proclamação como um marxista-leninista constituíram a confirmação da Teoria da Revolução Permanente.

Realmente, Cuba, assim como muito outros países oprimidos no curso das décadas seguidas da Segunda Guerra Mundial, proveu uma confirmação da Revolução Permanente, mas de forma negativa. Ou seja: onde não existia um partido revolucionário para a classe trabalhadora —portanto, as massas de oprimidos não possuíam uma direção—, representantes da burguesia nacional e da pequena-burguesia nacionalista intrometeram-se e impuseram sua própria solução. Nasser, Nehru, Perón, Ben Bella, Skharno, os Baathistas e, posteriormente, os fundamentalistas islâmicos no Irã e os sandinistas na Nicarágua, são todos exemplos desse mesmo processo. Na prática, em todos esses casos foram realizadas nacionalizações.

Num documento enviado pela SLL (Socialist Labour League— Liga Socialista do Trabalho) para o SWP em 1961, os trotskistas ingleses criticaram severamente a adulação de Hansen às lideranças pequeno-burguesas nacionalistas.

Não é o trabalho dos trotskistas auxiliar a função de tais líderes nacionalistas “afirmavam”. Eles somente comandam o apoio das massas por causa da traição da direção social-democrata e, particularmente, da stalinista. Dessa forma, tornam-se um amortecedor entre o imperialismo e as massas de operários e camponeses. A possibilidade de auxílio econômico da União Soviética os permite, muitas vezes, barganhar mais com os imperialistas e até mesmo possibilita que elementos mais radicais da liderança da burguesia e da pequena-burguesia ataquem propriedades imperialistas, conquistando apoio das massas. Mas, para nós, em todos os casos, a questão fundamental é a classe trabalhadora desses países ganhar independência política através de um partido marxista, dirigindo os camponeses pobres para a construção dos soviets

e reconhecendo as ligações necessárias com a revolução socialista internacional. Em nenhum caso, em nossa opinião, os trotskistas deveriam ter esperança de que aquela direção nacionalista tornasse-a socialista.

Aqueles familiarizados mais tarde com a degeneração do WRP (Workers Revolutionary Party—Partido Revolucionário dos Trabalhadores) sabem que essa passagem depõe diretamente contra a linha que Healy, Banda e Slaughter desenvolveram, apenas uma década mais tarde, em relação à OLP (Organização para Libertação da Palestina) e vários regimes árabes. Isso demonstra apenas a sutileza da análise e o fato de que o ataque revisionista à Quarta Internacional estava fundamentado em forças objetivas de classe. Tendo abandonado a luta contra o pablismo, a direção da seção inglesa estava prestes a ser vítima das mesmas forças de classe que fatalmente minaram o SWP.

O desdobramento da definição de Cuba como um Estado Operário e sua revolução como uma nova via para o socialismo foi a renúncia de toda a perspectiva da Revolução Permanente. A classe trabalhadora já não teria mais que desempenhar a função de direção nos países atrasados, nem lutar pelo desenvolvimento de sua consciência socialista. Pelo contrário, grupos de guerrilha, apoiando-se em camponeses, trariam o socialismo sem os trabalhadores e, até mesmo, apesar dos trabalhadores.

Isso marcou a rejeição do mais essencial fundamento do marxismo. A luta pelo socialismo era separada do proletariado. A emancipação da classe trabalhadora já não seria mais obra da própria classe trabalhadora. Ao contrário, esta classe tornava-se muda espectadora das ações de heróicos guerrilheiros.

Analisando desse ponto de vista, é possível compreender claramente a base de classe dessa longa obsessão de toda a esquerda pequeno-burguesa por Fidel Castro. O que eles vêem em Castro é a habilidade da pequena-burguesia dominar a classe trabalhadora e executar uma função aparentemente independente. Cuba, para eles, serviu como prova de que a esquerda intelectual, os estudantes ou a classe média radicalizada não têm de subordinar-se à classe trabalhadora e à longa e dura luta pelo desenvolvimento da consciência socialista entre os trabalhadores. Preferencialmente, eles revolucionariam a sociedade pela sua própria atividade espontânea.

Combatendo esse ataque revisionista ao marxismo, a SLL levou a discussão a respeito de Cuba às questões metodológicas mais fundamentais. Isso demonstrou que o SWP estava engajado naquilo que Trotsky chamou de “culto ao fato consumado”, adaptando-se, assim, à realidade determinada pela estrutura social existente e às formas burguesas

de consciência que prevalecem amplamente entre as massas de trabalhadores e oprimidos. Esses fatores foram tomados como objetivos e determinantes, completamente separados da consciência de luta pelo partido revolucionário do proletariado.

O método do SWP era uma contemplação passiva desses fatos e uma adaptação às direções existentes em busca daquilo que aparentava oferecer a perspectiva mais imediata de sucesso político. Dessa forma, tornaram-se apologistas dessas direções, justificando todas suas ações com o argumento: “O que mais eles poderiam ter feito sob as circunstâncias dadas”? Essas “circunstâncias”, entretanto, sempre excluíram a luta consciente dos trotskistas para mobilizar independentemente a classe trabalhadora baseados em seu próprio programa socialista internacionalista.

A SLL defendeu as conquistas teóricas feitas pelo movimento trotskista na luta contra o Stalinismo. Insistiu que as experiências estratégicas da época imperialista como um todo demonstravam que as lideranças alheias à classe trabalhadora não eram capazes de levar adiante, completamente, a luta pela libertação da opressão imperialista e do atraso nos países coloniais e semi-coloniais.

Essas lutas poderiam ser completadas somente com a conquista do poder pela classe trabalhadora e a extensão da revolução socialista mundial. A principal tarefa que sobrevém desta análise é a construção de partidos revolucionários da classe trabalhadora, baseados na luta contra todas as tendências oportunistas, particularmente a stalinista, que tentou subordinar a classe trabalhadora ao nacionalismo e às direções nacionalistas.

Acima de tudo, o pablismo negou que a realização da revolução socialista requeria o desenvolvimento de um alto nível de consciência política socialista nas seções dirigentes da classe trabalhadora. A consciência política dos trabalhadores era, no plano pablista das coisas, um assunto indiferente. Quando a classe trabalhadora era vista relacionada com a revolução socialista, era meramente como uma força objetiva liderada e manipulada por outros.

A resolução redigida pelos pablistas após a reunificação com o SWP esclarece as implicações políticas das revisões teóricas desenvolvidas sobre a questão cubana. Lá é afirmado o seguinte: “A fraqueza do inimigo permitiu a ascensão ao poder, mesmo com instrumentos enfraquecidos.” Em outras palavras, Estados Operários poderiam ser estabelecidos mesmo sem a construção de partidos da classe trabalhadora.

Nesses países, declararam eles, e particularmente na América Latina, as condições de pobreza abundante e a relativa fraqueza das estruturas do Estado



Nahuel Moreno

burguês “criaram situações nas quais a falta de uma onda revolucionária não dirige automaticamente a uma relativa ou mesmo temporária estabilização social ou econômica. Uma sucessiva luta de massas aparentemente inesgotável continua... A fraqueza do inimigo oferece à revolução muitos meios de recuperação das derrotas temporárias ocorridas nos países imperialistas”.

Essa foi uma distorção grosseira da Teoria da Revolução Permanente de Trotsky. Quando Trotsky apontou a fraqueza da burguesia na Rússia czarista, não o fez tomando uma espécie de vazio atemporal, mas particularmente em relação a dominação do imperialismo por um lado e a força objetiva, por outro, dos poucos, mas concentrados, operários russos. A burguesia nunca foi tão fraca diante da democracia pequeno-burguesa. Era fraca ao confrontar um jovem proletariado guiado por uma direção revolucionária.

Os pablistas, entretanto, rejeitaram o papel do proletariado industrial e delegaram a tarefa da revolução somente às forças pequeno-burguesas.

Suas teorias sobre “instrumentos enfraquecidos” e as lutas inesgotáveis de massas foram elaboradas às vésperas do primeiro golpe —liderado pelo General Castelo Branco, no Brasil— em uma série apoiada pelos EUA, que mergulharia a América Latina numa década de apavorante repressão, cuja sombra ainda paira sobre o continente.

Os pablistas não só falharam na preparação da classe trabalhadora a esses acontecimentos, como também os facilitaram ao insistir que a revolução poderia ser dirigida por outras forças que não a da classe trabalhadora, assim como ao apoiar a perspectiva castrista de ações armadas por grupos de guerrilheiros isolados.

O pablismo e a crise da direção

Por que o castrismo tornou-se tamanho pólo de atração na América Latina? Mesmo tendo se mostrado falsas as condições para a guerra de guerrilha apresentadas por Guevara no continente algo ainda era comum nos países latino-americanos: as lideranças dominantes dentro da classe trabalhadora, particularmente os partidos comunistas stalinistas, não ofereciam qualquer saída sob condições de crescente crise revolucionária.

A “nova realidade” que os pablistas celebravam, a do ascenso de uma tendência radical nacionalista liderada pela pequena-burguesia, como o castrismo, era essencialmente a manifestação da crise não solucionada da direção revolucionária dentro da própria classe trabalhadora. Ainda assim, eles a apresentavam como a solução para essa crise, negando o objetivo estratégico da Quarta Internacional. Abandonando uma orientação independente para a classe trabalhadora e a luta para construir um partido que pudesse esmagar a dominação da burocracia, eles reduziram a Quarta Internacional ao papel de auxiliar dos nacionalistas pequeno-burgueses e stalinistas, os influenciando engenhosamente e os empurrando para a esquerda.

Como essa perspectiva se realizou na prática? Em 1968, os pablistas organizaram seu Nono Congresso, imediatamente após o fiasco de Guevara na Bolívia e às vésperas de grandes embates de classe na América Latina. Eles instruíram, então, os partidos latino-americanos filiados ao Secretariado Unificado a abandonarem a classe trabalhadora e se engajarem na guerra de guerrilha.

Como afirmava o documento do congresso:

Mesmo no caso de países onde podem ocorrer primeiramente grandes mobilizações a partir de conflitos perpetrados pelas classes urbanas, a guerra civil tomará formas variadas, nas quais o principal eixo por todo um período será a guerrilha rural, um termo cujo principal significado é militar-geográfico e que não implica numa composição exclusivamente (ou mesmo predominantemente) camponesa.

A resolução continua:

A única perspectiva realista para a América Latina é aquela da luta armada, que pode durar muitos anos. A preparação técnica não pode ser concebida como mero aspecto do trabalho, mas como o aspecto fundamental em escala internacional e um dos aspectos fundamentais naqueles países onde mesmo as condições mínimas ainda não existem.

Não existem instruções mais explícitas. Caso qualquer um nas seções latino-americanas nutrisse dúvidas sobre a existência de apoio suficiente no campesinato, ou de condições políticas necessárias para ensaiar um levante no campo, a resolução assegurava que não era necessário qualquer apoio camponês e que a situação política era outro assunto. Tudo o que se fazia necessário eram “preparações técnicas” para a luta armada.

O resultado foi a liquidação política e a aniquilação física dos líderes guerrilheiros dirigidos pelos pablistas na América Latina.

Na Argentina, por exemplo, a seção oficial do Secretariado Unificado se reconstituiu como o ERP antes de romper formalmente com os pablistas. Engajou-se no seqüestro de executivos por dinheiro de resgate, simplesmente adicionando a isso reivindicações por maiores salários e melhores condições para os trabalhadores.

Qual foi o efeito de tais ações? Essencialmente, os trabalhadores foram ensinados que não era seu papel levar adiante a luta para pôr fim ao capitalismo.

No Chile, os trabalhadores conduziram uma forte ofensiva, posteriormente estrangulada pelo governo da Unidade Popular de Allende, cujas políticas pavimentaram o caminho para a ditadura de Pinochet. Na Argentina, o “Cordobazo”, de 1969, durante o qual os trabalhadores de Córdoba tomaram o controle da cidade, inaugurou uma ofensiva prolongada que foi suprimida pelos peronistas e aniquilada, em seguida, pela ditadura de Videla. Na Bolívia, os mineiros se levantaram repetidamente apenas para serem subordinados por suas lideranças a uma suposta seção esquerdista e nacionalista dos militares, controlada pelo General Torres. Previsivelmente, Torres logo entregou o poder aos seus colegas mais tradicionais, que conduziram uma impiedosa repressão aos trabalhadores bolivianos.

Os pablistas, com sua virada em direção ao castrismo, abandonaram tanto a classe trabalhadora quanto a luta para libertá-la da dominação das velhas burocracias. Assim como Castro supostamente havia confirmado a Teoria da Revolução Permanente em momento anterior, agora ele tornava tal teoria algo supérfluo.

O SWP de Hansen afirmou essa tese com seu habitual cinismo e aspezeza, proclamando que Castro havia superado o papel contra-revolucionário do stalinismo:

Incapaz de alvejar o obstáculo stalinista, a revolução regrediu uma distância considerável e tomou um desvio. O desvio nos levou a alguns terrenos muito difíceis, incluindo a Sierra Maestra de Cuba, mas, está claro, agora, que o bloqueio stalinista está sendo contornado.

Não é necessário pedir liderança a Moscou. Essa é a principal lição a ser retirada da experiência cubana... Para finalmente quebrar a hipnose do stalinismo, se tornou necessário percorrer de quatro as selvas de Sierra Maestra.

Tal conclusão tinha implicações políticas definidas que se estendiam para muito além de Cuba. Se alguém podia simplesmente “contornar o bloqueio stalinista” pelos meios da guerra de guerrilha liderada por nacionalistas pequeno-burgueses, a difícil e prolongada luta conduzida pela Quarta Internacional para quebrar o estado de choque que o stalinismo mantinha sobre a classe trabalhadora não era apenas supérflua, mas também contra-produtiva.

O resultado final dessa perspectiva não foi quebrar, mas sim fortalecer o controle do stalinismo sobre o movimento dos trabalhadores nos países oprimidos e particularmente na América Latina. Ela ajudou a desviar toda uma geração de jovens latino-americanos do foco da luta com a classe trabalhadora. A virada em direção ao guerrilheirismo representou um favor aos stalinistas e outras direções burocráticas. Isolou os elementos mais revolucionários entre a juventude, assim como parte dos trabalhadores radicalizados e fortaleceu, assim, o próprio controle da burocracia sobre o movimento dos trabalhadores.

Em última instância, a adaptação dos pablistas ao nacionalismo pequeno-burguês ajudou a garantir que a classe trabalhadora não tivesse qualquer liderança revolucionária, ao passo em que entrava em seus principais conflitos de classe no final da década de 1960 e início da de 1970. As aventuras guerrilheiras que promoveram deram aos militares e ao imperialismo o pretexto para impor a ditadura. Dessa maneira, a tendência revisionista atuou com um papel crucial, preparando as mais sangrentas derrotas já sofridas pelos trabalhadores da América Latina.

Balanço do guerrilheirismo

Qual foi o destino dos movimentos guevaristas-castristas que os pablistas proclamaram como os novos instrumentos da revolução socialista? Traçar uma evolução concreta é expor o caráter de classe desses movimentos desde suas origens.

O FALN da Venezuela foi um dos principais movimentos guerrilheiros da década de 1960, formado com suporte cubano. Citemos uma declaração dada por um dos líderes desse movimento durante o período:

Quando falamos da libertação da Venezuela, queremos dizer da libertação

de toda a América Latina; não reconhecemos fronteiras na América Latina. Nossas fronteiras são fronteiras ideológicas. Nós interpretamos a solidariedade internacional de uma maneira verdadeiramente revolucionária e estamos, portanto, comprometidos em lutar, lutar contra o imperialismo até que ele não exista mais; estamos comprometidos em não baixar nossas armas até que o imperialismo norte-americano, em particular, seja reduzido à impotência.

O autor dessas linhas é Teodoro Petkoff. Ele, desde então, não apenas baixou suas armas, como se tornou Ministro do Planejamento da Venezuela e principal quadro responsável pela implementação dos programas de austeridade do FMI. Da proclamação de solidariedade internacional e da luta até a morte contra o imperialismo Yankee, Petkoff se engajou no corte de salários e privatização de empresas estatais, almejando a competição com outras economias capitalistas da região por investimentos transnacionais.

O seu caso é representativo. No Uruguai, a guerrilha Tupamaro é hoje parte da Frente Ampla, uma frente eleitoral burguesa que administra as condições sociais em desintegração na capital Montevideu. O movimento M-19 conseguiu um trato com o governo colombiano, que não só assegurou aos seus líderes cargos no parlamento, mas permitiu que seus membros trocassem suas armas por pequenos empréstimos empresariais.

No começo da década de 1980, o regime de Castro e seus apoiadores afirmava que a América Central, com a tomada de poder pelos sandinistas nicaraguenses e a erupção da guerra civil em El Salvador, oferecia uma nova comprovação de sua perspectiva.

Que se tornaram todos esses movimentos? Os sandinistas, o FMLN de El Salvador, o URNG na Guatemala, todos fizeram pactos com as forças responsáveis pelo assassinato de centenas de milhares de trabalhadores e camponeses. Castro intermediou as negociações dos pactos de Contadora e Esquipulas, que consolidaram o poder nas mãos de facções da burguesia apoiadas pelos EUA, ao mesmo tempo fazendo dos líderes dos assim chamados movimentos de liberação deputados parlamentares, oficiais militares e policiais dos novos regimes. Todos esses grupos se dividiram em diversas facções, denunciando uns aos outros, com grande justificação, por traição política e corrupção financeira.

Enquanto isso, as massas dessas regiões se encontram em condições de pobreza e opressão piores que aquelas que deram sustentação aos levantes revolucionários há vinte anos atrás. O efeito resultante dos movimentos nacionalistas pequeno-burgueses influenciados

pelo castrismo foi o de semear a demoralização na camada mais militante dos trabalhadores, da juventude e dos camponeses.

Cuba hoje

E Cuba? Qual foi o resultado final do novo caminho para o socialismo que o regime de Castro e os revisionistas pa-blistas tanto proclamaram há 35 anos?

Por 30 anos, a ilha sobreviveu graças a grandes subsídios da burocracia de Moscou. Como dizem tanto os apoiadores de Castro quanto as estimativas dos EUA, os subsídios econômicos vindos da União Soviética constituíram um montante entre 3 e 5 bilhões de dólares anuais. O mecanismo dessa ajuda foi a compra, pelo bloco soviético, de produtos agrícolas cubanos, particularmente de açúcar, por preços superiores— em até 12 vezes— aos do mercado, assim como a venda de petróleo por preços inferiores. Com base nesse arranjo, Cuba chegou ao ponto de comprar açúcar da vizinha República Dominicana e revender o petróleo no mercado mundial para obter moeda forte.

A dependência dos subsídios soviéticos teve o efeito de solidificar a monocultura de açúcar em Cuba, a base histórica de seu atraso e opressão. Da mesma forma como antes da revolução de 1959, as exportações de Cuba —uma parcela de 83% delas destinada à URSS e Europa Oriental— consistiam em açúcar, tabaco, níquel, peixe e outras poucas commodities agrícolas. Do bloco soviético, Cuba importava bens de consumo manufaturados e maquinaria, sem mencionar uma grande parte dos seus alimentos.

Nenhum ajuste ou mudança abrupta na política econômica ditada pelo infalível líder máximo, Fidel Castro, mudou essa relação essencial. No final, as reformas substanciais conquistadas pelo povo cubano nas áreas da saúde, educação e nutrição foram sustentadas através desses subsídios. Agora que o regime se volta ao investimento estrangeiro direto, as reformas são sistematicamente retalhadas.

Castro entrou numa barganha faustica com a burocracia soviética, na qual ele funcionou como o peão das relações EUA-URSS em troca de subsídios soviéticos. Inevitavelmente, o diabo veio receber a parte que lhe cabia.

A dissolução da URSS anunciou uma catástrofe econômica para Cuba. A resposta do regime de Castro foi promover maiores investimentos estrangeiros e permitir o ascenso de uma crescente estratificação social dentro da própria Cuba.

O Ministro do Exterior, Roberto Robaina, explicou a política econômica

de Cuba recentemente numa entrevista com o jornal estatal *Granma*:

Em Cuba o que se dá é uma abertura econômica com garantias totais a investidores estrangeiros... a abertura é estratégica e está se alargando e aprofundando a cada dia...

Mitsubishi Motors, Castrol, Unilever, Sherrit Gordon, Grupo Sol, Total, Melia Hotels, Domos, ING Bank, Rolex, DHL, Lloyds, Canon, Bayer, todos esses são nomes de sucesso no universo dos negócios e estão em Cuba. Algumas dessas firmas têm o maior capital do mundo e colocaram sua confiança em nós.

Facilidade de investir capital, segurança e respeito, garantias de repatriação de lucro, disponibilidade de pessoal com um alto nível de excelência, acomodação, desejo de ir em frente, seriedade nas negociações e lealdade de seus parceiros cubanos, estes são alguns dos elementos mais apreciados por aqueles que escolheram se juntar a Cuba...

Apesar dele não dizer no *Granma*, o ponto é indubitavelmente direcionado a esses investidores, que obtêm a mais barata mão-de-obra do hemisfério e têm a garantia de um ambiente livre de greves, graças ao estado policial com treinamento stalinista.

O regime de Castro habitualmente afirma que o investimento capitalista estrangeiro foi procurado com propósito de salvar as “conquististas sociais” da Revolução Cubana. A realidade é que o regime de Castro, assim como regimes burgueses em todo o antigo mundo colonial, está engajado em vender mão-de-obra barata às multinacionais.

No caso de Cuba, isso é feito de forma extremamente direta e centralizada. A força de trabalho cubana é alocada para as corporações estrangeiras em troca de moeda forte paga ao governo cubano. O governo contrata os trabalhadores necessários que recebem uma fração desse montante na forma de pesos, a moeda local. As companhias estrangeiras têm total controle no que concerne à demissão de trabalhadores.

O crescimento da desigualdade social é alimentado pela florescente economia do dólar. A maior fonte de reservas estrangeiras hoje é o dinheiro enviado por exilados, fixados principalmente nos EUA, aos seus parentes em Cuba. Que se pode dizer de uma “revolução” que é economicamente dependente daqueles que ela recentemente chamou de “gusanos” contra-revolucionários, ou vermes?

Outra moeda forte entra no país através do crescimento da indústria turística, que o regime de Castro tornou peça central em seu planejamento econômico. O resultado é aquilo que alguns em Cuba descreveram como apartheid turístico. Novos hotéis, restaurantes e



Fugitivos de Cuba, ou nas palavras de Castro, os *gusanos* (vermes).

lojas foram erguidos, reservados apenas aos estrangeiros, com cubanos comuns barrados. A prostituição vai ao extremo. A imensa maioria da população vive em condições de intensa pobreza.

O regime Castro põe a culpa de todos os problemas econômicos da ilha no embargo dos EUA. Sem dúvida, a política dos EUA é um brutal e irracional exercício de poder imperialista contra um pequeno país oprimido. Mas, essa política esteve em vigor por 35 anos. Nesse tempo, Cuba teve relações econômicas com praticamente todo outro país importante no mundo.

A crise cubana é fundamentalmente o desenrolar do caráter burguês da própria revolução, que falhou em resolver quaisquer problemas históricos da sociedade cubana. Em vez disso, as contradições foram encobertas com grandes subsídios da burocracia soviética.

Poucos países viram tamanho êxodo de refugiados. Nos primeiros anos da revolução, esses consistiam majoritariamente na burguesia e camadas mais privilegiadas da classe média. Mas aqueles que fugiram em jangadas e câmaras pneumáticas em 1980 e 1990 estavam motivados pelas mesmas forças que puseram milhares em fuga do Haiti, México e outros países: o desejo de escapar da fome e opressão.

Sobre essas condições, se baseia um regime que sufoca as aspirações das massas de trabalhadores cubanos. Castro governa através de uma ditadura política organizada em linhas militares. A instituição essencial do estado são as forças armadas, que controlam a maior parte dos empreendimentos econômicos cubanos.

Castro está sacralizado na constituição cubana como presidente pelo resto da vida. Opor-se a ele é, portanto,

não apenas algo contra-revolucionário, mas inconstitucional. Ele é tanto chefe de estado e do governo ao mesmo tempo, quanto primeiro secretário do Partido Comunista e comandante-chefe das forças armadas. Em suma, todo o poder está concentrado em suas mãos e ele impõe seu jugo pessoal sobre cada decisão significativa. Com Castro agora em seus 70 anos, a sucessão começa a se tornar uma questão cada vez mais forte. Seu irmão Raul ocupa todos os postos secundários no governo, forças armadas e partido.

Na medida em que Cuba é identificada com o socialismo —algo que é, por um lado, promovido pelos imperialistas e, por outro, pelo regime de Castro e seus aduladores da esquerda pequeno-burguesa— tem o efeito de desacreditar a concepção de uma alternativa socialista ao capitalismo, particularmente na América Latina.

Sumário

Sob Marx, a Primeira Internacional adotou o slogan “A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”. Ou seja, o socialismo é, em última análise, a autodeterminação da classe trabalhadora. Não pode ser concedido aos trabalhadores ou conquistado para os trabalhadores por outra força de classe agindo em seu nome. Pode somente ser o produto da luta consciente da classe trabalhadora, democraticamente organizada para si mesma enquanto classe, lutando para mudar a sociedade em seu favor e em favor de toda a humanidade.

O Comitê Internacional (CIQI—1953) defendeu tal perspectiva contra todas as teorias da moda em 1960 e

1970, que rejeitavam a classe trabalhadora e afirmavam ter descoberto novos veículos, mais revolucionários, que possibilitariam atalhos convenientes ao socialismo. Trinta ímpares anos depois, nada resta dessas teorias. A luta conduzida pelo Comitê Internacional da Quarta Internacional foi fortemente confirmada pela história.

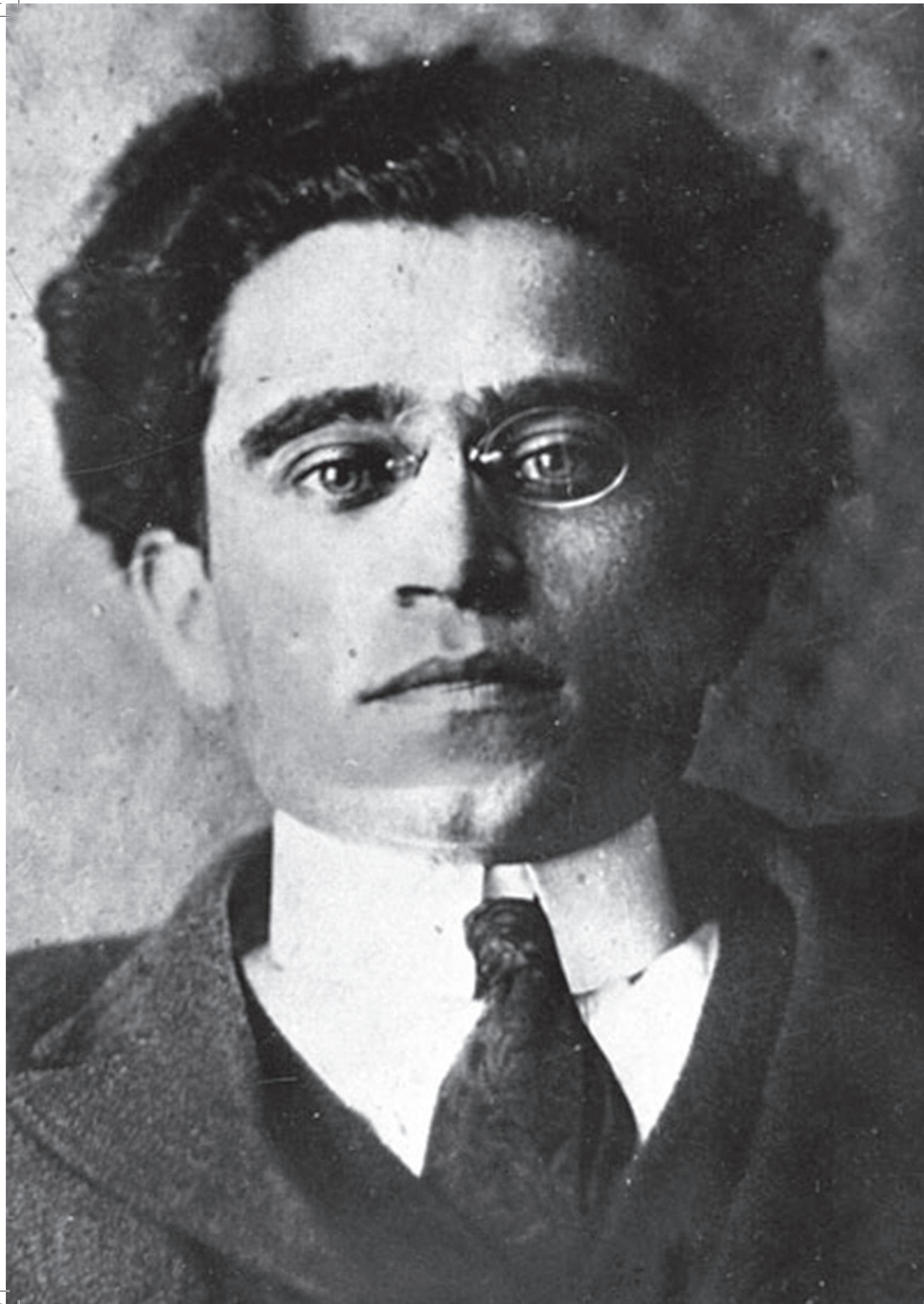
É necessário lembrar o que disse Joseph Hansen sobre a luta intransigente do Comitê Internacional e sua recusa em curvar-se diante do castrismo: tal posição seria “suicídio político na América Latina”. O que realmente aconteceu? O revisionismo pablista, com seu apoio ao castrismo, ajudou a conduzir toda uma geração da juventude radicalizada a aventuras suicidas, pelas quais a classe trabalhadora também pagou um enorme preço.

Qual teria sido o efeito se, em vez de adaptar-se ao castrismo, as forças que caíram sob a influência do pablistismo tivessem submetido as políticas do nacionalismo pequeno-burguês a uma crítica implacável?

É provável que o resultado fosse o isolamento temporário, ao menos em relação aos movimentos dominados pela pequena-burguesia. Mas, no processo, educariam as seções mais avançadas dos trabalhadores e da juventude. Através dessa luta, uma liderança capaz de mobilizar a classe trabalhadora na linha revolucionária teria sido preparada. Em vez de cair na dominação de ditaduras militares que promoveriam uma re-estabilização temporária do capitalismo mundial, a América Latina poderia ter dado um impulso poderoso à revolução socialista mundial.

As lições centrais que precisamos retirar dessa experiência estratégica dizem respeito às mais importantes responsabilidades dos marxistas. Sua tarefa não é a de descobrir e adaptar-se a outras forças que espontaneamente levarão adiante a revolução socialista. É construir partidos revolucionários independentes com a classe trabalhadora; seções do Comitê Internacional da Quarta Internacional, que se baseiem numa resoluta firmeza teórica e digam a verdade à classe trabalhadora.

As condições objetivas na América Latina e internacionalmente estão amadurecendo, ao ponto em que a luta assumida pelo movimento trotskista se cruzará com o movimento revolucionário de milhões. As lições que este movimento assimilou a partir da luta pelo socialismo no século XX são decisivas para sua realização no século XXI. ■



GRAMSCI E O PROGRAMA REVOLUCIONÁRIO DE MARX

Fernando Dillenburg

Introdução

A importância de Antonio Gramsci no interior do marxismo pode ser constatada pelo fato de sua obra ter servido de base para a criação de correntes políticas em diversos países. Os gramscianos disputam a hegemonia de vários partidos no mundo todo.

No Brasil, particularmente, a obra de Gramsci passou a ter uma influência crescente nos setores de esquerda a partir da criação do Partido dos Trabalhadores, no início da década de 1980.¹ Segundo Edmundo Dias, os gramscianos tentaram durante anos introduzir o pensamento de Gramsci no Partido Comunista Brasileiro, sem sucesso. Foi somente com o PT que o gramscismo se alastrou no Brasil. Nesse sentido, a importância atual do PT na política nacional justifica, mais do que nunca, o estudo da obra de Gramsci. Só assim pode-se compreender a trajetória do PT, assim como as posições de algumas correntes internas e de intelectuais ligados ao partido.

A interpretação da obra gramsciana gerou sempre inúmeras controvérsias, estimuladas pela sua forma fragmentada e inacabada. Uma das polêmicas é a existência ou não de uma ruptura no pensamento de Gramsci entre sua obra pré-carcerária e os *Cadernos do cárcere*. O próprio Gramsci indica certa diferenciação. Para ele, os textos escritos para o jornal *L'Ordine Nuovo* antes da prisão tinham um caráter meramente conjuntural, “eram escritos para o dia-a-dia” e deviam, por isso, “morrer no fim do dia”.² Seu obje-

tivo com os *Cadernos*, no entanto, era escrever algo que tivesse uma validade menos datada.

A existência de um corte a partir da prisão é questionada por boa parte dos estudiosos da sua obra. A maioria dos comentadores considera um equívoco tentar encontrar uma ruptura entre os *Escritos Políticos* e os *Cadernos*. Utilizam-se, em geral, os textos pré-carcerários e os dos *Cadernos* sem nenhuma distinção. Este artigo pretende abordar esta questão, considerando, sobretudo, as posições de Gramsci relacionadas ao programa da revolução socialista. Começemos então pelos textos pré-carcerários.

A defesa da dualidade de poder

Nos artigos escritos para o periódico *L'Ordine Nuovo*, entre 1919 e 1920, Gramsci defendia a construção de uma dualidade de poder nos termos propostos por Marx e Engels no célebre texto de 1850³, como uma tática no interior da estratégia da revolução permanente. Num artigo escrito em 23 de agosto de 1919, Gramsci afirma que “o método da revolução comunista é o método da revolução permanente”⁴, que consiste na criação de conselhos de fábrica como

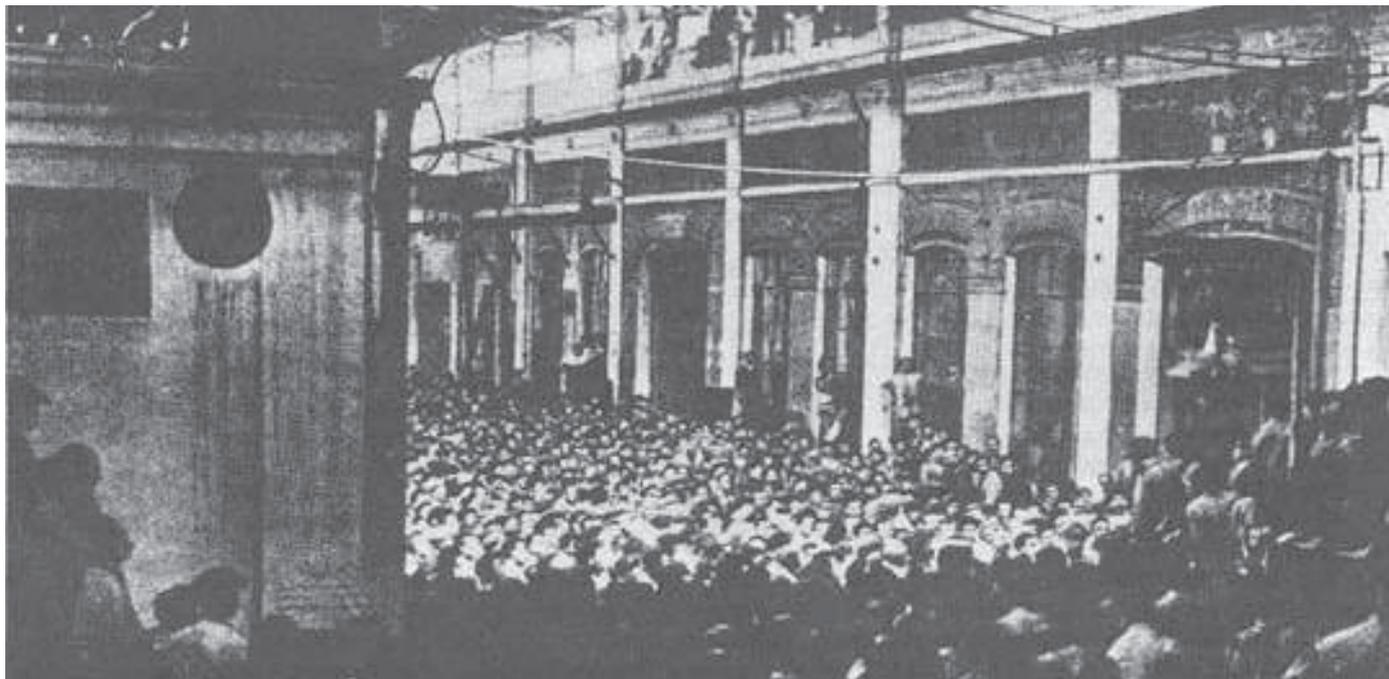
rio, 1996. Citado em GRAMSCI, A. *Escritos Políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, vol. 1, p. 11. (De agora em diante, “EP” seguido do número do volume).

3. MARX, K. & ENGELS, F. “Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas”. In: *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, tomo I, pp. 83-92.

4. EP 1, p. 271.

1. DIAS, E.F. “Gramsci no Brasil: o rabo do diabo”. In: DIAS, E.F. et. al. *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996, p.189.

2. GRAMSCI, A. *Lettere dal cárcere*. Palermo: Seller-



Ocupação da Fiat em março de 1920

organismos embrionários do futuro Estado operário. Afirmava Gramsci que “os conselhos de fábrica foram uma primeira forma destas experiências históricas da classe operária italiana, que têm como meta o auto-governo no Estado operário”.⁵

A construção dos sovietes (ou conselhos) alicerçados nos comitês de fábricas como organismos duais de poder, organismos embrionários do Estado operário em formação ainda durante o regime burguês, além de ter sido a estratégia defendida por Marx e Engels, foi também aquela aplicada pelos bolcheviques em outubro de 1917 e mais tarde transformada em programa por Trotsky.⁶ Vemos então que o Gramsci do *L'Ordine Nuovo* estava muito próximo das posições defendidas por Marx e Engels em 1850 e pelos bolcheviques de outubro de 1917.

Nas primeiras reuniões do conselho do jornal *L'Ordine Nuovo* realizadas em abril de 1919, Gramsci perguntou se era possível dar aos sovietes uma validade universal ou se teria que considerá-los como uma particularidade russa. Ele mesmo respondeu que os sovietes tinham uma validade universal.⁷ Esta afirmação de Gramsci é muito semelhante às posições de Trotsky, que também considerava os sovietes como uma forma de organização universal.

Mas o problema da construção das condições subjetivas da revolução

socialista não se restringe à construção de comitês e de sovietes. O fundamental é dar-lhes um conteúdo de classe proletário. Ou seja, o problema fundamental não é meramente organizacional, mas, acima de tudo, político. Nesse sentido, Trotsky observou que “na Rússia, sovietes conciliadores atacavam em julho de 1917 os operários e soldados. Os sovietes [continua Trotsky] são apenas uma forma de organização, e o problema resolve-se pelo conteúdo de classe da política e não por sua forma”.⁸

Não demorou muito para Gramsci enfrentar este problema. O caráter de classe pequeno-burguês da direção do Partido Socialista Italiano seria decisivo como bloqueio aos comitês de fábrica e, conseqüentemente, como bloqueio à revolução italiana. Percebendo isso, Gramsci passou a criticar a direção do seu partido.

A crítica à direção reformista

A Itália vivia uma situação revolucionária. A força dos comitês de fábrica em Turim era enorme. Gramsci comenta que, reagindo contra a agressão da polícia aos deputados socialistas, as comissões internas na Fiat conseguiram, em dezembro de 1919

obter, em cinco minutos, a suspensão do trabalho de 16 mil operários dispersos em 42 seções da empresa [...] No

8. TROTSKY, L. *Revolução e contra-revolução*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968, p. 113.

*dia 3, os conselhos de fábrica mobilizaram, sem nenhuma preparação prévia, no curso de uma hora, 120 mil operários, enquadrados segundo empresas. Uma hora depois, o exército proletário precipitou-se como uma avalanche em direção ao centro da cidade e varreu das ruas e das praças toda a canalha nacionalista e militarista.*⁹

Gramsci observa que em março de 1920 “Turim havia sido inundada por um exército de policiais; em torno à cidade, em pontos estratégicos, foram instalados canhões e metralhadoras. E quando todo este aparato militar estava pronto, os capitalistas começaram a provocar o proletariado”.¹⁰

No dia 28 de março de 1920, a direção da Fiat modificou os relógios, substituindo a hora solar pela hora legal, sem consultar os comitês. Os comitês convocaram uma greve que, em 13 de abril, transformou-se em greve geral e se estendeu a todo o Piemonte, envolvendo cerca de 500.000 operários e camponeses. Em alusão ao fato que lhe deu origem, esta greve ficou conhecida como a “greve dos ponteiros”, que é considerada o apogeu da combatividade operária na Itália do primeiro pós-

5. Idem, p. 333. Ver também EP 1, pp. 244, 272, 402. EP 2, pp. 45, 381.

6. TROTSKY, L. “Programa de transição – A agonia do capitalismo e as tarefas da IV Internacional”. In: *A questão do programa*. São Paulo: Kairós, 1979. Ver também, Idem. *A história da revolução russa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, vol. I, pp. 184-191; Idem. *As lições de outubro*. São Paulo: Global, pp. 73-74.

7. EP 1, p. 401.

9. Idem, p. 394. Ver também EP 1, p. 389. Nesse sentido, poderíamos dizer que as posições do Gramsci do *L'Ordine Nuovo*, assim como as posições de Marx, Lênin e Trotsky, representam a expressão teórica mais avançada da luta de classes que se desenvolvia em seus países e à escala mundial. Seguimos aqui a afirmação de Benoit, que disse que “*O capital*, enquanto crítica da economia burguesa, nada mais é do que a sistematização teórica da consciência de classe da classe operária, ou seja, da consciência desenvolvida pela e na própria luta de classes”. BENOIT, H. “Sobre a crítica (dialética) de *O capital*”. In: *Revista Crítica Marxista*, nº 8. São Paulo: Xamã, 1996, p. 42.

10. EP 1, pp. 395-396.



Facsimile do jornal L'Ordine Nuovo

guerra.¹¹ A greve geral durou 10 dias. Os operários, por sua vez, ficaram 30 dias paralisados. Nessa época, Gramsci afirmava que

a fase atual da luta de classes na Itália é a fase que precede ou a conquista do poder político pelo proletariado revolucionário, com a passagem para novos modos de produção e distribuição que permitam uma retomada da produtividade, ou uma tremenda reação por parte da classe proprietária e da casta governamental. Nenhuma violência será poupada no esforço de subjugar o proletariado industrial e agrícola a um trabalho servil.¹²

Gramsci observou ainda que

as massas proletárias italianas manifestaram sua solidariedade com os companheiros turinenses de vários modos: os ferroviários de Pisa, Livorno e Florença recusaram-se a transportar as tropas destinadas a Turim; os estivadores e marinheiros de Livorno e Gênova sabotaram o movimento portuário; o proletariado de muitas cidades fez greve, contra as ordens dos sindicatos.¹³

A direção do Partido Socialista Italiano traía abertamente os trabalhadores. Gramsci denunciou a traição, afirmando que “a greve geral de Turim e do Piemonte enfrentou a sabotagem e a resistência das organizações sindicais e do próprio Partido”.¹⁴ Acrescenta que enquanto “os capitalistas italianos

mobilizaram todas as suas forças para sufocar o movimento operário turinense [...], os operários sustentavam sozinho sua luta, sem nenhuma ajuda nem da direção do Partido Socialista, nem da Confederação Geral do Trabalho [CGL]”.¹⁵ E conclui:

os dirigentes do Partido e da Confederação ironizaram os trabalhadores turinenses e fizeram todo o possível para impedir que os trabalhadores e os camponeses italianos promovessem qualquer ação revolucionária, com a qual pretendiam manifestar sua solidariedade aos irmãos turinenses, levando-lhes uma ajuda eficaz.¹⁶

Trotsky concordava plenamente com as críticas de Gramsci. Ele afirmou que

em setembro de 1920, na ocupação das usinas e das fábricas pelos operários, a ditadura do proletariado tornava-se um fato e só restava organizá-la e tirar todas as conseqüências, [mas] a social-democracia teve medo e recuou. [...] Ela só se preocupava com uma coisa: retirar da linha de fogo os operários, a preço de concessões ininterruptas.¹⁷

Nesta época, depois de todas as traições da direção do PSI e da CGL, Gramsci passou a ter a convicção de que não havia outra saída a não ser a ruptura com o Partido Socialista e a construção de um novo partido. A crise da direção era tamanha que ele chegou a afirmar, em julho de 1919, que

se ocorresse hoje—nas condições atuais de organização proletária—um movimento de massas de caráter revolucionário, os resultados se consolidariam numa mera correção formal do Estado democrático, ou seja, desembocariam num aumento do poder da Câmara dos Deputados (através de uma assembléia constituinte) e na chegada ao poder dos embrulhões socialistas anticomunistas.¹⁸

Para Gramsci, o elemento que faltava para a tomada do poder pelo proletariado italiano era uma direção revolucionária.

O rompimento com o PSI e a fundação do Partido Comunista da Itália¹⁹

A partir de 1920, Gramsci e outros camaradas que militavam com ele no PSI, passaram a defender a fundação do Partido Comunista da Itália. Em julho de 1920 o Partido Comunista em formação já possuía cerca de 1.500 filiados, em torno do qual estavam organizados 28 núcleos com 10 mil sócios, além de 23 organizações juvenis, com 10 mil inscritos.²⁰ Os comunistas tinham a maioria no sindicato dos metalúrgicos.²¹

Num artigo de *L'Ordine Nuovo* publicado em 04 de setembro de 1920, Gramsci conclamou

os comunistas sinceros e desinteressados a desenvolver o trabalho necessário

18. EP 1, p. 263.

19. O Partido Comunista Italiano (PCI) nasceu com a denominação inicial de Partido Comunista da Itália. O PCI mudou de nome em 1991, tendo se transformado no *Partido Democrático della Sinistra* (Partido Democrático da Esquerda), que posteriormente mudou novamente o nome para *Democratici di Sinistra* (DS, Democráticos de Esquerda). Também tem sua origem no PCI o *Partido della Rifondazione Comunista* (PRC, Partido da Refundação Comunista) e o *Partido dei Comunisti Italiani* (PdCI, Partido dos Comunistas Italianos).

20. Idem, p. 386. Estes dados constam num informe enviado por Gramsci ao Comitê Executivo da Internacional Comunista, que foi publicado pela primeira vez em novembro de 1920, em russo, alemão e francês no órgão da Internacional (ano I, nº 14). Apareceu depois em *L'Ordine Nuovo* cotidiano, ano I, nº 73, em 14 de março de 1921. Uma tradução para o italiano, com a assinatura de Gramsci, foi posteriormente publicada, com o título “O movimento comunista torinese”, em *Lo stato operaio*, ano I, nº 6, agosto de 1927, p. 641-650. (*Lo Stato operaio* era a revista teórica do PCI no exílio, publicada em Paris). EP 1, p. 383, nota dos editores.

21. Idem, p. 392.

11. Idem, p. 496, nota dos editores.

12. Idem, p. 354.

13. Idem, p. 397.

14. EP 1, p. 397. Ver também: EP 1, pp. 260-261; 318-319; 348-349; 351; 355-358; 395; 397; 424-426; EP 2, pp. 27-29; 41-42; 49; 50;

15. Idem, p. 384. A CGL (*Confederazione Generale del Lavoro*) era a Central Sindical ligada ao PSI.

16. Idem, *Ibidem*. Ver também EP 1, pp. 395-396.

17. TROTSKY, L. *Revolução e contra-revolução*. Op. cit., p. 193.



Marcha dos fascistas em 1922.

para que, no mais breve tempo possível, seja constituída a fração comunista do Partido Socialista Italiano, a qual, para conservar a honra do proletariado italiano, deve tornar-se no Congresso de Florença, de nome e de fato, Partido Comunista Italiano, seção da III Internacional Comunista".²²

A ruptura com o PSI e a criação do PCdI ocorreu no XVII Congresso do PSI, cuja sede foi transferida de Florença para Livorno, realizado entre 15 e 21 de janeiro de 1921. Neste Congresso, a chamada fração de Ímola ou 'comunista pura', que reunia, sobretudo, os grupos de Bordiga e de *L'Ordine Nuovo*, obteve 58.783 votos; a corrente maximalista, liderada por Serrati e rebatizada para a ocasião de 'comunista unitária', obteve a maioria dos votos, 98.028; a ala reformista obteve apenas 14.695 votos. Como os maximalistas se recusaram a expulsar os reformistas, a fração de Ímola retirou-se do Congresso e, em 21 de janeiro, num outro local também em Livorno, fundou o Partido Comunista da Itália.²³

Em março de 1921, Gramsci afirmou que as massas "perceberão um dia que foram traídas e terminarão por se dirigir para o partido histórico, o Partido Comunista. Esperemos, porém, que já não seja demasiado tarde...".²⁴ Infelizmente, foi tarde demais. O próprio Gramsci já pressentia isso. No mesmo artigo, considerou que "a cisão de Livorno deveria ter ocorrido pelo menos um ano antes, a fim de que os comunistas tivessem tido o tempo necessário para dar à classe operária a organização revolucionária

própria do período revolucionário em que vivemos".²⁵

A direção do Partido Comunista não foi capaz de superar a crise da direção revolucionária a tempo de evitar a ascensão do fascismo, apesar de estar diante de uma situação revolucionária, apesar de já estar, segundo Gramsci, enraizada "nas massas a convicção de que o Estado proletário encarna-se num sistema de conselhos de operários, camponeses e soldados".²⁶ Falta, no entanto, segundo o próprio Gramsci, "uma concepção tática que garantisse objetivamente a criação deste Estado".²⁷

Como sabemos, o proletariado foi derrotado na Itália e o ex-socialista Benito Mussolini, que havia fundado em 1919 o *Fascio de Combattimento*, assumiu o poder em 1922, quando as milícias fascistas desfilaram na Marcha sobre Roma.

Em relação ao papel do Partido Comunista na ascensão do fascismo na Itália, Trotsky comenta que o partido "não tinha uma noção exata da extensão do perigo fascista, embalava-se com ilusões revolucionárias, foi irremediavelmente hostil à política de frente única, foi atingido, em suma, por todas as doenças infantis".²⁸ Ele ressalva que para um jovem partido de apenas dois anos isso não é nada surpreendente, sobretudo considerando que o fascismo italiano foi um fenômeno novo que estava ainda em vias de se formar. "Seria difícil [observa Trotsky] mesmo a um partido mais experiente, definir os seus

traços específicos".²⁹ Ele considera que Gramsci foi o único dirigente do Partido Comunista da Itália que admitia a possibilidade da tomada do poder pelos fascistas.³⁰ Como se vê, aqui se manifesta por parte de Trotsky uma proximidade política em relação a Gramsci.

Mussolini aniquilou os comitês de fábricas, prendendo e assassinando as direções operárias e comunistas. Cerca de quatro anos depois da ascensão de Mussolini ao poder, Gramsci foi preso, mais precisamente no dia 8 de novembro de 1926. Analisemos, então, as posições assumidas por Gramsci na prisão.

O Gramsci dos Cadernos do cárcere

Após ser preso pelo governo fascista de Mussolini, Gramsci passou a rever suas posições políticas fundamentais, sobretudo aquelas relacionadas à teoria da revolução permanente. No parágrafo 7 do caderno 13, escrito entre 1932 e 1934, Gramsci negou que fosse possível a aplicação da teoria da revolução permanente nos Estados modernos a partir do final do século XIX. Vejamos literalmente o que disse Gramsci:

*Conceito político da chamada 'revolução permanente', surgido antes de 1848, como expressão cientificamente elaborada das experiências jacobinas de 1789 ao Termidor. A fórmula é própria de um período histórico em que não existiam ainda os grandes partidos políticos de massa e os grandes sindicatos econômicos, e a sociedade ainda estava sob muitos aspectos, por assim dizer, no estado de fluidez.*³¹

Este estado de fluidez característico da época de Marx e Engels era devido, segundo Gramsci,

*ao maior atraso do campo e monopólio quase completo da eficiência político-estatal em poucas cidades ou até mesmo numa só (Paris para a França), aparelho estatal relativamente pouco desenvolvido e maior autonomia da sociedade civil em relação à atividade estatal, determinado sistema das forças militares e do armamento nacional, maior autonomia das economias nacionais em face das relações econômicas do mercado mundial, etc.*³²

22. Idem, p. 427.

23. Idem, p. 508, nota dos editores. Ver também EP 1, pp. 425-426.

24. EP 2, p. 51.

25. Idem, p. 49.

26. EP 1, p. 263.

27. Idem. Ibidem.

28. TROTSKY, L. *Revolução e contra-revolução*. Op. cit., p. 195.

29. Idem. pp. 195-196.

30. Idem, p. 195.

31. GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, vol. 3, p. 24. (De agora em diante, "CC" seguido do número do volume).

32. Idem. Ibidem.



Desfile militar do exército de Mussolini.



Hitler e Mussolini em junho de 1940.

Gramsci considera que no período posterior a 1870 todos estes elementos teriam se modificado em função da expansão colonial européia. Para ele, a partir dessa época, “as relações de organização interna e internacional do Estado tornam-se mais complexas e robustas”.³³ Por isso, a teoria da revolução permanente teria deixado de ser aplicável. Segundo Gramsci, “a fórmula da ‘revolução permanente’, própria de 1848, é elaborada e superada na ciência política com a fórmula de ‘hegemonia civil’”³⁴, ou seja, no campo da teoria e da prática política, “a luta pode e deve ser conduzida desenvolvendo-se o conceito de hegemonia”.³⁵

Gramsci faz uma ressalva em relação à América, onde, segundo ele, ainda

não havia sido “posta a questão fundamental da hegemonia”³⁶ pois aqui a estrutura dominaria mais imediatamente as superestruturas e estas seriam mais simplificadas e reduzidas em número. Ele afirma que na América a hegemonia ainda nasceria da fábrica, numa luta semelhante àquela que se travou na Europa no século XVIII.³⁷ A luta dos trabalhadores americanos estaria atrasada em relação à Europa, sendo conduzida “com armas tomadas do velho arsenal europeu e ainda abastardadas, que são, portanto, ‘anacrônicas’ em relação ao desenvolvimento das ‘coisas’”. O exemplo dado por Gramsci é o da luta sindical corporativa restrita a profissões qualificadas.³⁸

Mas o que teria levado Gramsci a abandonar a noção marxista de revolução permanente? Como vimos, Gramsci considerava que as condições para a tomada do poder pelo proletariado teriam se modificado profundamente desde a época de Marx. Nesse sentido, ele afirma, em outra passagem, que “no período até Napoleão III, as forças militares regulares ou de carreira constituíam um elemento decisivo para o advento do cesarismo, que se verificava através de golpes de Estado bem claros, de ações militares, etc.”³⁹ No mundo moderno, continua Gramsci, “as forças sindicais e políticas, com os meios financeiros incalculáveis de que podem dispor pequenos grupos de cidadãos, complicam o problema”.⁴⁰ O elemento novo seria a corrupção dos funcionários dos partidos e dos sindicatos de massa, o que eliminaria a “necessidade de ações militares em grande estilo, do tipo César ou 18 Brumário”.⁴¹

Com base nisso, Gramsci conclui que “a técnica política moderna mudou completamente após 1848, após a expansão do parlamentarismo, do regime associativo sindical e partidário, da formação de vastas burocracias estatais e ‘privadas’ (político-privadas, partidárias e sindicais)”.⁴² Segundo Gramsci, este fenômeno teria diminuído a necessidade da repressão direta por parte do governo, pois os partidos, os sindicatos e as associações profissionais—consideradas como organizações da sociedade civil—serviriam para bloquear a luta dos trabalhadores, agindo como uma espécie de amortecedor entre estes e o Estado.

Nesse sentido, ele afirma que “inteiros partidos ‘políticos’ e outras organizações econômicas ou de outro gênero devem ser considerados organismos de polícia política, de caráter investigativo e preventivo”.⁴³ Segundo Gramsci, a corrupção-fraude enfraquece e paralisa o antagonista ou os antagonistas através da absorção de seus dirigentes, seja veladamente, seja abertamente (em casos de perigo iminente), com o objetivo de lançar a confusão e a desordem nas fileiras adversárias.⁴⁴

Portanto, de acordo com Gramsci, os instrumentos de investigação e repressão das massas populares teriam se sofisticado, os quais, associados à corrupção das direções dos trabalhadores, corresponderiam a novas formas

pensamos, em sentido oposto à Gramsci, que as condições da luta de classes na América estão *além* da Europa. A este respeito, ver BENOIT “O Programa de Transição de Trotsky e a América”. In: *Revista Crítica Marxista* nº 18. São Paulo: Revan, 2004.

39. Idem, p. 77.

40. Idem. Ibidem.

41. Idem. Ibidem.

42. Idem, pp. 77-78.

43. Idem, p. 78.

44. Idem, p. 95.

33. Idem. Ibidem.

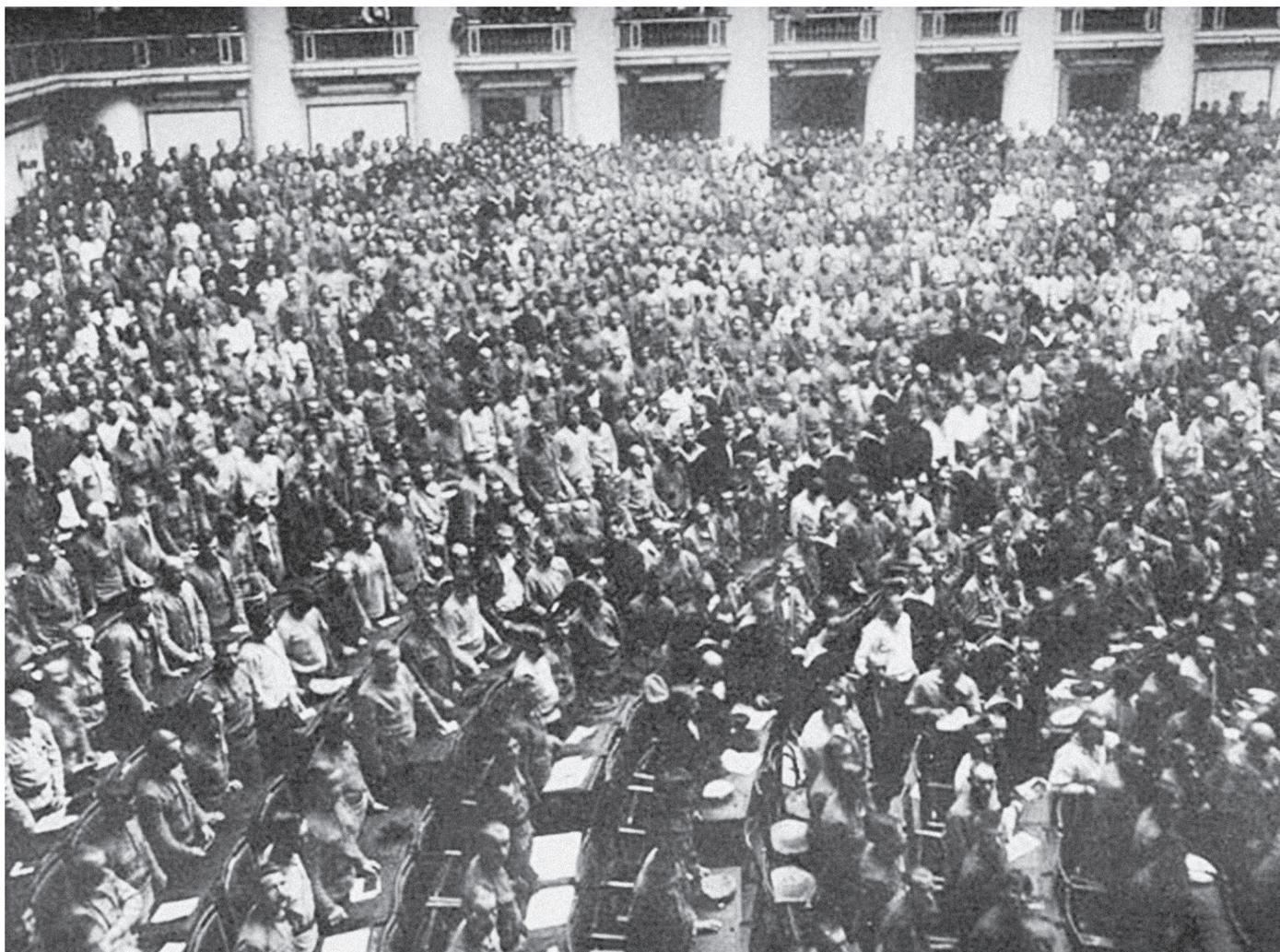
34. Idem. Ibidem. Ver também CC 3, p. 39.

35. Idem, p. 53.

36. CC 4, p. 248.

37. Idem, pp. 247-248.

38. CC 4, p. 248. Seguindo a interpretação de Benoit,



Os soviéticos: para além das formas burguesas de poder político

de bloqueio da luta dos trabalhadores. As direções das massas trabalhadoras passaram a agir como controladores de seus supostos representados.

Sem dúvida, esta constatação a respeito da degeneração das direções sindicais é bastante pertinente. Atualmente são freqüentes os escândalos divulgados pela imprensa envolvendo dirigentes sindicais de diferentes países.⁴⁵ Mas se a constatação de Gramsci é correta, a conclusão extraída dela é questionável, pois, para ele, estas novas formas de bloqueio da luta dos trabalhadores justificariam a substituição da estratégia da revolução permanente pela da conquista da hegemonia civil. Segundo ele, essa nova situação impossibilitaria a construção de um duplo poder alicerçado nos comitês de fábrica e nos soviéticos. Esta estratégia política teria sido superada pela história. Nas palavras de Gramsci:

A fórmula da revolução permanente aplicada na fase ativa da Revolução Francesa teria encontrado um "aperfeiçoamento" jurídico-constitucional no

45. A esse respeito, ver DILLENBURG, F. "A situação dos Trabalhadores da Volks comprova: a destruição dos empregos e dos salários é um fenômeno mundial". *Revista Maisvalia*, São Paulo: 2007, nº 1, p. 52.

*regime parlamentar, que realiza—no período mais rico de energias "privadas" na sociedade—a hegemonia permanente da classe urbana sobre toda a população, na forma hegeliana do governo com consenso permanentemente organizado [...].*⁴⁶

Esse aperfeiçoamento se expressaria numa multiplicidade de sociedades particulares, como associações, órgãos de opinião pública, partidos, sindicatos. Estas sociedades não estariam baseadas na coerção, mas num contrato ou até mesmo na participação livre e voluntária. Quando uma ou mais destas sociedades particulares prevalecem relativamente ou absolutamente sobre as outras, estaria constituída a sociedade civil.

Portanto, a sociedade civil seria o aparelho hegemônico de um grupo social sobre o resto da população.⁴⁷ A sociedade civil se diferencia da sociedade política (parlamento, executivo, judiciário), o aparelho governamental-coercitivo, caracterizado por ele como o Estado em sentido restrito, próprio da época de Marx e Engels. Com o desenvolvimento da sociedade civil, o

46. CC 3, pp. 93-94.

47. Idem, p. 253.

Estado teria se ampliado, sendo o resultado da combinação da sociedade civil com a sociedade política, ou seja, a combinação do consenso e da força, o que ele chama de exercício "normal" da hegemonia.⁴⁸

O ponto de contato entre a 'sociedade civil' e a 'sociedade política', entre o consenso e a força é, na concepção de Gramsci, aquilo que se costuma chamar de "opinião pública". Nestas condições, "a força [aparece] apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos de opinião pública, como jornais, associações, partidos e Parlamento".⁴⁹ Na instância da sociedade civil ocorre, de acordo com ele, uma "luta pelo monopólio destes órgãos de opinião pública, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica".⁵⁰

Assim, segundo Gramsci, a luta de classes a partir do final do século XIX teria se transferido dos conselhos de fábricas à luta pela conquista da hegemonia nas organizações da sociedade civil. A conquista da hegemonia pelos

48. Idem, p. 95.

49. Idem. Ibidem.

50. Idem, p. 265.

trabalhadores nestes organismos possibilitaria a superação da dominação ideológica e o conseqüente desenvolvimento de uma nova visão de mundo, uma nova consciência, indispensável ao enfrentamento com a burguesia e à criação de uma nova civilização.

Como podemos ver, as posições de Gramsci dos *Cadernos do cárcere* representam uma profunda reviravolta política, expressa na substituição da teoria da revolução permanente pela proposta da conquista da hegemonia na sociedade civil. Trata-se, portanto, de dois programas distintos: o de Marx e Engels, aplicado por Lênin, Trotsky e pelo próprio Gramsci até 1926, que propõe iniciar a construção de uma dualidade de poder, isto é, um embrião do Estado operário ainda durante o regime burguês; e o programa do Gramsci dos *Cadernos*, que propõe a conquista de posições nas organizações da sociedade civil.

Cabe aqui a seguinte pergunta: estaria certo Gramsci ao afirmar que a situação social em meados do século XIX, isto é, o insuficiente desenvolvimento da sociedade civil e o caráter estritamente coercitivo do Estado, teriam impossibilitado Marx e Engels de elaborarem um programa baseado na conquista da hegemonia nos organismos da sociedade civil? Teriam sido as características da sociedade de sua época que os levaram a propor a construção de uma dualidade de poder a partir das fábricas? Ou, num sentido contrário do que afirma Gramsci, o programa de Marx ainda seria atual, por estar baseado na estrutura fundamental do modo de produção capitalista, não podendo assim ser superado enquanto persistir o capitalismo, independente das modificações que porventura ocorram na instância superestrutural? Para aprofundarmos esta problemática, analisemos o programa contido em *O capital* de Marx.

O programa contido em *O capital*

Seguindo a interpretação de Benoit⁵¹, pensamos que é possível encontrar em *O capital* um programa estratégico da revolução socialista mundial. A partir deste enfoque, identifica-se claramente a orientação dada por Marx, no final do capítulo IV, seção II do Livro I, no sentido de um caminho em direção ao interior das fábricas. Marx convida o leitor a abandonar—junto com o capitalista e o proletário que realizaram a compra e

venda da força de trabalho—a esfera ruidosa da circulação, “existente na superfície e acessível a todos os olhos, para seguir os dois ao local oculto da produção [...]”⁵²

No interior das fábricas, Marx propõe inicialmente a luta pela redução da jornada de trabalho, como aparece longamente no capítulo VIII, seção III do Livro I. Depois de descrever a luta da classe trabalhadora inglesa pela redução da jornada de trabalho, conclui Marx:

*Como “proteção” contra a serpente de seus martírios, os trabalhadores têm de reunir suas cabeças e como classe conquistar uma lei estatal, uma barreira social intransponível, que os impeça a si mesmos de venderem a si e à sua descendência, por meio de contrato voluntário com O capital, à noite e à escravidão. No lugar do pomposo catálogo dos “direitos inalienáveis do homem” entra a modesta Magna Charta de uma jornada de trabalho legalmente limitada que “finalmente esclarece quando termina o tempo que o trabalhador vende e quando começa o tempo que a ele mesmo pertence”.*⁵³

Segundo Marx, a luta pela redução da jornada de trabalho surge instintivamente das próprias condições de produção, em ambos os lados do Atlântico.⁵⁴ Como se vê, o problema para Marx não seria o de desenvolver uma nova “visão de mundo”, uma nova consciência, mas impulsionar a luta de classes por meio de reivindicações que correspondessem aos interesses imediatos do proletariado. Uma destas reivindicações seria a redução da jornada de trabalho. Uma segunda reivindicação é indicada por Marx logo a seguir, na seção VI de *O capital*. Aqui, Marx utiliza a seção inteira para mostrar a importância da luta pela manutenção do salário. Diz Marx:

compreende-se a importância decisiva da transformação do valor e do preço da força de trabalho na forma salário ou em valor e preço do próprio trabalho. Sobre esta forma de manifestação [o salário], que torna invisível a verdadeira relação e mostra justamente o contrário dela, repousam todas as concepções jurídicas tanto do trabalhador quanto

*do capitalista, todas as mistificações do modo de produção capitalista, todas as ilusões de liberdade, todas as pequenas mentiras apologéticas da Economia vulgar.*⁵⁵ (grifos nossos)

Assim, para Marx, as mistificações que dominam os trabalhadores são produzidas fundamentalmente pela forma salário. Nenhum modo de produção anterior havia conseguido produzir objetivamente tamanha mistificação em relação ao trabalho excedente produzido pelo trabalhador. Nesse sentido, Marx diz que

*na corvéia distinguem-se espacial e temporalmente, de modo perceptível para os sentidos, o trabalho do servo para si mesmo e seu trabalho forçado para o senhor da terra. No trabalho escravo, a parte da jornada de trabalho em que o escravo apenas repõe o valor de seus próprios meios de subsistência, em que, portanto, realmente só trabalha para si mesmo, aparece como trabalho para seu dono. Todo seu trabalho aparece como trabalho não pago.*⁵⁶

E continua Marx: “no trabalho assalariado, ao contrário, mesmo o mais-trabalho ou trabalho não pago aparece como trabalho pago. Ali a relação de propriedade oculta o trabalho do escravo para si mesmo; aqui a relação de dinheiro oculta o trabalho gratuito do assalariado”.⁵⁷

A conclusão tirada por Marx a seguir é claríssima. Ele diz que “dessa relação às avessas se origina necessariamente [...] a correspondente concepção às avessas, uma consciência transposta, que é ainda mais desenvolvida pelas transformações e modificações do processo de circulação propriamente dito”.⁵⁸

Portanto, a “concepção de mundo” às avessas do proletariado (para usar a terminologia gramsciana) é, segundo Marx, produzida objetivamente por meio da contradição estabelecida na relação de compra e venda da força de trabalho e no processo de sua utilização. Se o dinheiro é a forma mais ofuscante de mercadoria, conforme afirma Marx no capítulo I do Livro I de *O capital*⁵⁹, o salário é a forma de valor ou o valor de troca mais ofuscante entre todos os valores de troca do mundo das mercadorias.

55. Idem, vol. I, tomo 2, p. 130.

56. Idem. Ibidem.

57. Idem. Ibidem. No Livro III de *O capital*, Marx faz novamente esta distinção entre os dois modos de produção. Ele diz que “o modo de produção capitalista difere do modo de produção baseado na escravidão entre outras coisas pelo fato de que o valor, respectivamente o preço da força de trabalho, se apresenta como valor, respectivamente preço do próprio trabalho, ou como salário”. Idem, vol. III, tomo 1, p. 24.

58. Idem, vol. III, tomo 1, p. 34.

59. “O enigma do fetiche do dinheiro é, portanto, apenas o enigma do fetiche da mercadoria, tornado visível e ofuscante”. Idem, vol. I, p. 85.

51. BENOIT, H. Sobre a crítica (dialética) de *O capital*, Op. cit.

52. MARX, K. *O capital. Crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, vol. I, p. 144.

53. Idem, p. 238. Para mostrar que não se tratava de uma análise abstrata, mas sim da expressão viva da realidade interna das fábricas, Marx utiliza, no final desta passagem, assim como em várias outras no decorrer deste capítulo, o relatório de um inspetor de fábrica. Marx comenta que os inspetores de fábrica cumpriram um importante papel na denúncia das péssimas condições de trabalho existentes nas fábricas inglesas.

54. Idem, p. 237.

Assim, para Marx, a forma salário é o principal meio pelo qual o proletariado é dominado ideologicamente. O proletário pensa ser possível existir um salário justo. Esta é a maior ilusão que domina o proletariado, pois o salário nunca será justo, uma vez que ele pressupõe a apropriação privada de trabalho alheio não pago, isto é, pressupõe a produção da mais-valia. Esta ilusão é produzida objetivamente, na relação de troca e no processo de utilização da força de trabalho, e ocorre independentemente da ação dos organismos da sociedade civil ou dos órgãos de opinião pública.

Em outra passagem do Livro III, Marx ressalta novamente a incapacidade do capitalismo de manter as condições de vida da classe trabalhadora. Ele afirma que o desenvolvimento da força produtiva do trabalho provoca, por um lado, a criação de uma superpopulação relativa, isto é, um grande número de desempregados e, por outro, força a parte ocupada do proletariado a aceitar a redução do salário.⁶⁰

Assim, se seguirmos Marx, somos obrigados a concluir que o meio mais eficaz da direção revolucionária conduzir o proletariado a superar esta consciência transposta que lhe é própria no capitalismo é levá-lo a desvelar a incapacidade deste sistema em manter as suas condições atuais de vida, ou seja, manter o emprego e o salário nos níveis atuais. O que levou Marx a defender o programa baseado na dualidade de poderes partindo do interior das fábricas não foi, portanto, o insuficiente desenvolvimento da sociedade civil em sua época, mas a compreensão de que a contradição relacionada à produção e à apropriação da mais-valia é a contradição fundamental entre as classes no capitalismo.

A Internacional Comunista dirigida por Lênin buscava justamente este caminho, o caminho da aplicação tática do conteúdo programático estratégico contido em *O capital*. Nesse sentido, Benoit observa que no III e no IV Congressos da Internacional Comunista, realizados em 1921 e 1923, buscava-se desenvolver a noção de reivindicações transitórias que pudessem ser aplicadas por todo o proletariado mundial. No entanto, a Internacional não chegou a desenvolver suficientemente a noção de um programa internacional de caráter transitório. Somente anos mais tarde, em 1938, Trotsky chegaria a uma fórmula precisa de um sistema de reivindicações transitórias, recuperando o conteúdo programático contido em *O capital* e a experiência da Revolução Russa, assim como as discussões dos quatro primeiros congressos da Internacional Comunista.⁶¹ Nenhuma alte-

ração na instância superestrutural, como o desenvolvimento da sociedade civil ou a ampliação do Estado, justifica a defesa de um programa com conteúdo diferente daquele da dualidade de poderes.

Cabe fazer aqui uma ressalva em relação ao primeiro Gramsci. No início da década de 1920, na época em que Gramsci escrevia para o *L'Ordine Nuovo*, era muito difícil para uma jovem direção ainda em formação, como a direção do Partido Comunista da Itália, desenvolver a noção de reivindicações transitórias, pois nem sequer a direção da Internacional Comunista tinha conseguido desenvolvê-la. O problema é que Gramsci seguiu um caminho contrário após a prisão. Impressionado com as modificações superestruturais do capitalismo do século XX, procurou elaborar um novo programa que superaria o caráter supostamente anacrônico do programa proposto por Marx em relação às sociedades avançadas.

Conclui-se, portanto, que no período carcerário Gramsci se afastou do programa de Marx, de Lênin e de Trotsky. O distanciamento em relação a Trotsky fica ainda mais evidente quando conhecemos algumas passagens dos *Cadernos* nas quais Gramsci se refere ao revolucionário russo.

As posições de Gramsci a respeito de Trotsky

Vimos que as posições do primeiro Gramsci, aquele anterior à prisão, eram muito próximas das posições de Trotsky. Em 14 de outubro de 1926, dias antes de ser preso pelos fascistas, numa carta escrita em nome do *bureau* político do PCdI destinada ao Comitê Central do Partido Comunista da URSS, Gramsci considerou Trotsky um de seus mestres, admitindo que este havia contribuído muito para educá-lo para a revolução. Gramsci recomendou que a maioria do Comitê Central do PC da URSS ligada a Stalin evitasse medidas excessivas contra os membros da oposição.⁶²

No entanto, nos *Cadernos do cárcere* Gramsci afastou-se de Trotsky. Se isso já fica evidente nas passagens

citadas acima a respeito da revolução permanente e do programa, seu distanciamento em relação a Trotsky torna-se inquestionável ao lermos outros trechos dos *Cadernos*, como aquele do parágrafo 138 do caderno 6, escrito entre 1930 e 1932, onde afirma que “Bronstein [que é o sobrenome verdadeiro de Trotsky, usado por Gramsci para driblar a censura] pode ser considerado o teórico político do ataque frontal num período em que este é apenas a causa de derrotas”.⁶³

Roberto Massari observa que, neste ponto, Gramsci não faz mais do que confirmar sua confusão, pois justamente nesta época Trotsky lutava contra a política ultra-esquerdista do ataque frontal conduzida pela III Internacional stalinista na Alemanha. Trotsky defendia, ao contrário, uma frente única com a social-democracia contra o nazismo.⁶⁴

No final do parágrafo 24 do caderno 19, escrito entre 1934 e 1935, Gramsci faz outro comentário a respeito da teoria da Revolução Permanente exposta por Trotsky em 1905. Afirma que “a palavra de ordem ‘jacobina’ formulada em 1848-1849 [foi] retomada, sistematizada, elaborada e intelectualizada pelo grupo de Parvus-Bronstein, *revelando-se inútil e ineficaz em 1905 e depois*: tornara-se uma coisa abstrata, de laboratório científico”.⁶⁵ (grifo nosso)

Portanto, segundo Gramsci, as condições para a revolução socialista na Rússia não estavam suficientemente maduras em 1905. Mesmo sem perceber, essa observação não o coloca apenas contra Trotsky. Em 1882, Marx já havia indicado o amadurecimento das condições da revolução russa, afirmando que, “caso a revolução russa se torne o sinal de uma revolução proletária no Ocidente, de tal modo que ambas se completem, a atual propriedade comum da terra na Rússia pode servir de ponto de partida de um desenvolvimento comunista”.⁶⁶

Se as contradições entre as classes na Rússia permitiram que Marx indicasse

63. CC 3, p. 255.

64. MASSARI, R. “Trotsky e Gramsci”. In: *O outro Gramsci*. DIAS, E.F. et. al., São Paulo: Xamã, 1996, p. 151.

65. CC 5, p. 86. No parágrafo 16 do caderno 7, escrito entre 1930 e 1931, ele já havia feito uma afirmação nesta mesma direção. Ele disse que, “como tal [a teoria de Trotsky] não era boa nem quinze anos antes nem quinze anos depois: como sucede com os obstaculados [...] ele adivinhou no atacado, isto é, teve razão na previsão prática mais geral; como se se previsse que uma menina de quatro anos irá se tornar mãe e, quando isto ocorre, vinte anos depois, se diz: “adivinei”, mas sem recordar que, quando a menina tinha quatro anos, se tentara estuprá-la, na certeza de que se tornaria mãe”. CC 3, pp. 261-262.

66. MARX, K. & ENGELS, F. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998. (Prefácio à Edição Russa de 1882).

60. Idem. Vol. III, tomo 1, p. 192.

61. BENOIT, H, “Sobre o desenvolvimento (dialético) do programa”. In: *Revista Crítica Marxista*, nº 4, São Paulo: Xamã, 1997. Benoit comenta que no III Con-

gresso da Internacional Comunista falava-se ainda de reivindicações *parciais*. Somente no IV Congresso a Internacional chegaria à noção precisa de reivindicações *transitórias*, tendo retornado, no entanto, à noção não-dialética de reivindicações parciais a partir do V Congresso já dominado por Stalin, realizado entre 17 de junho e 8 de julho de 1924, após a morte de Lênin. Ver TROTSKY, L. *Programa de transição*. Op. cit.

62. EP 2, p. 392.

a possibilidade da revolução naquele país já em 1882, o que dizer de 1905? Ao ironizar Trotsky, Gramsci acaba ironizando Marx e mostrando sua ignorância.⁶⁷ Afinal, para Marx e Engels, desde 1847, as condições objetivas para a revolução socialista mundial já estavam maduras. No Manifesto comunista eles afirmaram que, assim como a sociedade feudal foi necessariamente despedaçada por bloquear o desenvolvimento das forças produtivas, ocorria com o capitalismo um processo semelhante:

A sociedade burguesa [diziam eles], que conjurou gigantescos meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que invocou. Há dezenas de anos, a história da indústria e do comércio não é senão a história da revolta das forças produtivas modernas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que condicionam a existência da burguesia e seu domínio.⁶⁸

Ao passar a bloquear o desenvolvimento das forças produtivas, o capitalismo criou, já em meados do século XIX, as condições objetivas para a revolução socialista mundial. Desde então, o que se viu não foi mais do que o bloqueio deste desenvolvimento. Cada avanço tecnológico desperdiça, por um lado, uma quantidade crescente de força de trabalho e, por outro, destrói e polui recursos naturais indispensáveis para a vida humana. A aplicação de técnicas menos destruidoras é impedida em nome da acumulação imediata de riquezas. O capitalismo se torna cada vez mais insustentável.

Noventa anos depois de Marx e Engels terem indicado a necessidade objetiva da revolução socialista mundial, Trotsky dava mais um alerta: as premissas objetivas da revolução proletária não estavam somente maduras, mas elas já começavam a apodrecer.⁶⁹ Atualmente, isso é mais visível do que nunca. As condições objetivas começam a ser destruídas pelo avanço da barbárie capitalista. Massas cada vez maiores de trabalhadores são lançadas no desemprego estrutural, destruindo sua capacidade de trabalho e, com ela, parte de seu potencial revolucionário. Resta cada vez menos tempo para o proletariado salvar a si próprio e a toda a humanidade.

Mas, afinal, diante disso, o que fazem as direções do proletariado? Baseados num empirismo grosseiro, as

supostas direções revolucionárias buscam incessantemente formular um novo programa, antes mesmo de sequer ter compreendido o velho programa contido em *O capital*. Portanto, se até hoje o proletariado ainda não tomou o controle das forças produtivas mundiais, se até hoje a grande massa de proletários do mundo todo ainda não expropriou esta ínfima minoria de expropriadores⁷⁰ que detém a propriedade da imensa maioria das forças produtivas do planeta, isso se deve à imaturidade das condições subjetivas, ou seja, à crise da direção revolucionária.⁷¹

Nesse sentido, a tentativa do Gramsci dos *Cadernos* de elaborar um novo programa baseado em meras mudanças superestruturais é mais uma manifestação da crise da direção revolucionária. O Gramsci dos *Cadernos*, este Gramsci que, aliás, está muito aquém de *O capital*, desvia, assim, milhões de militantes e ativistas no mundo inteiro da teoria programática revolucionária contida na obra madura de Marx, aquela que representa o caminho para compreender e *negar definitivamente* este bárbaro modo de produção. ■

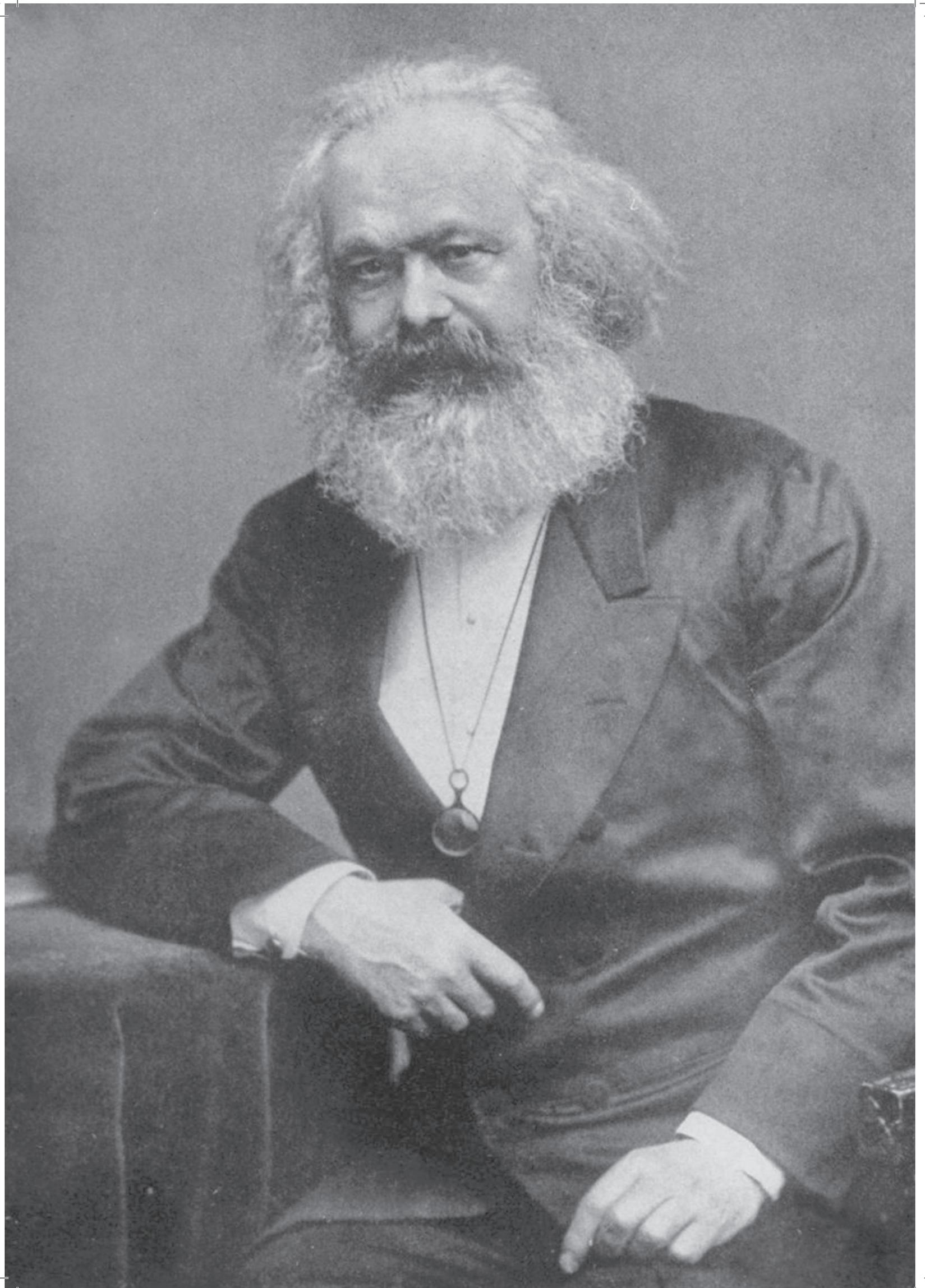
67. Em 1938, Trotsky denunciou aqueles que afirmavam que as condições históricas não estavam maduras para o socialismo. Para ele, isso era o "produto da ignorância ou de um engano consciente". TROTSKY, L. *Programa de transição*. Op. cit., p. 74.

68. MARX, K. & ENGELS, F. *Manifesto comunista*. Op. cit., p. 45.

69. TROTSKY, L. *Programa de transição*. Op. cit., p. 74.

70. Conforme diz Marx no final do capítulo XXIV de *O capital*: "Soa a hora final da propriedade privada capitalista. Os expropriadores são expropriados". MARX, K. *O capital*. Op. cit., vol I, tomo 2, p. 294.

71. Trotsky afirmou que "tudo depende do proletariado, ou seja, antes de mais nada, de sua vanguarda revolucionária. A crise histórica da humanidade reduz-se à crise da direção revolucionária". TROTSKY, L. *Programa de transição*. Op. cit., p. 74.



MARX E A ANTROPOLOGIA*

Hector Benoit

* Conferência apresentada no XXIII encontro da AN-POF, Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia, Canelas (RS), outubro de 2008.

Este texto pretende discutir até que ponto pode-se falar de uma teoria antropológica no Marx da maturidade. Procuraremos, para isso, discutir como aparecem certas generalizações sobre a história humana nos *Manuscritos de 1857/58* e em *O capital*. Para nós, tais generalizações de aspecto antropológico devem ser compreendidas no interior de abstrações metodológicas características à *lexis* ou *modo de exposição* do autor, sob o risco de re-lançar o pensamento do autor para o interior da metafísica.

Partiremos comentando a questão dos *Manuscritos de 1857/58*, conhecidos como *Grundrisse*. Nesse sentido, para discutir a questão de uma antropologia em Marx, é particularmente interessante o trecho conhecido como *Formen* (edições MEGA, páginas 378 - 415), ou *Formações Econômicas Pré-capitalistas*.

Ali, Marx descreve as transformações da humanidade desde a comunidade primitiva. Mostra ele que nas comunidades primitivas o trabalhador possui uma existência objetiva independente do seu trabalho. Numa dessas formas, os homens vêem os outros da comunidade como co-proprietários, encarnações da propriedade comum.

Numa outra forma, a forma germânica, o trabalhador é senhor da sua realidade, pois a apropriação da natureza se dá através das famílias ou das casas familiares que, em conjunto, constituem a comunidade. Os outros participantes da comunidade existem como proprietários a partir da família em sentido amplo.

Neste último caso, a propriedade comum que anteriormente a todos absorvia subsiste como *Ager Publicus* (terra cultivada em comum).

Em ambos os casos, diz Marx, na propriedade comunal e na pequena-propriedade familiar, os indivíduos não se

comportam como trabalhadores (*Arbeiter*), mas como proprietários (*Eingenthümer*) e membros de uma comunidade na qual trabalham. Seu propósito é a manutenção do proprietário individual e de sua família, bem como da comunidade como um todo.

Diz ele no terceiro parágrafo que o primeiro pressuposto dessa forma inicial de propriedade da terra é uma “comunidade saída da natureza”, a família, a tribo.

A seguir, passa Marx a descrever diversas formas de apropriação que rompem com a comunidade tribal comunitária, numa certa simultaneidade, mas ao mesmo tempo numa certa ordem:

1° — as formas asiáticas;

2° — a forma greco-romana;

3° — a forma germânica que, mesclada à greco-romana, desemboca no feudalismo.

Diz ele que, inicialmente, na comunidade primitiva, “o comportamento do indivíduo com as condições naturais do trabalho e da reprodução aparecem como condições que lhe pertencem, condições objetivas que são *para ele* corpo de sua subjetividade pré-existente como natureza inorgânica”. Ou seja, na comunidade primitiva a terra trabalhada, o fruto da árvore e mesmo um pedaço de pedra que possa ser usado como instrumento de trabalho, são extensão objetiva de sua subjetividade. Um pedaço de pau é extensão de seu braço e assim por diante...

Passagens como essas que agora resumimos podem levar a pensar que Marx está fazendo uma antropologia histórica, uma filosofia da história, ou mesmo uma ontologia do ser social, como desenvolveu Lukács em sua última obra, *Para uma Ontologia do Ser Social*.

Da mesma maneira, certas passagens de *O capital* permitem estas interpretações: Marx teria fundado uma

antropologia histórica ou mesmo uma filosofia da história ou, ainda, uma ontologia do ser social.

No caso de *O capital*, a passagem mais fundamental nesse sentido é a primeira parte do Capítulo V do livro I, que se intitula *Processo de Trabalho e Processo de Valorização*.

Sobretudo, um trecho dessa primeira parte do Capítulo V é significativo e utilizado para aquelas interpretações antropológicas, filosóficas ou ontológicas. Diz Marx:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais.

De fato, como nas *Formações Econômicas Pré-capitalistas*, parece que aqui teríamos um embasamento para uma antropologia filosófica ou uma ontologia do ser social.

Aqui, tratar-se-ia de uma teoria geral do trabalho humano, possuindo um *telos*, um fim, que o diferencia e separa definitivamente das operações da abelha e da aranha. Para Lukács, esta passagem é fundamental. Sustenta ele, na sua *Para uma ontologia do ser social*, que a categoria fundamental do homem é o trabalho, e o trabalho pensado como possuindo esse *telos*, esse fim, essa pré-ideação, em alemão *Vorstellung*.

Realmente, essa passagem, sobretudo, mas também aquelas das *Formações Econômicas Pré-capitalistas*, podem induzir a tais deduções: o Marx da maturidade possuiria uma antropologia filosófica, ou uma ontologia do ser social humano.

Nesse sentido, não haveria grande corte entre o Marx dos *Manuscritos de 1844* e aquele dos *Manuscritos de 1857/58*, assim como aquele de *O capital*.

De fato, as origens do projeto ontológico de Lukács, como se sabe, começa nos anos de 1930, quando, em Moscou, toma o primeiro contato com os *Manuscritos de 1844* e começa a procurar a suposta fundamentação ontológica do marxismo.

Ora, em sentido contrário, pensamos que o corte entre 1844 e 1845 (*Teses Contra Feuerbach*) é inquestionável!

Ainda entre setembro e novembro de 1844, no texto *A Santa Família*, Marx e Engels fazem referências a Feuerbach.

Ali existem trechos em que se endessa Feuerbach de maneira acintosa, mais que nos *Manuscritos de 1844*. Para citar apenas uma passagem: “Mas quem colocaria a nu o mistério da existência? Feuerbach. Quem aniquilou a dialética dos conceitos, essa guerra dos deuses conhecida somente pelos filósofos? Feuerbach e somente Feuerbach.” (MEWerke II, p. 98)

Muitas outras passagens poderiam ser citadas.

Mas, um pouco antes, em agosto de 1844, Marx escreve carta ao próprio Feuerbach na mesma direção. Nessa carta, dizia Marx: “Vós destes uma base filosófica ao socialismo e os comunistas compreendem, assim, vossos escritos. A unidade do homem com o homem, unidade fundada sobre a diferença real dos homens, o conceito de espécie humana, o conceito de espécie humana trazido do céu da abstração sobre a terra real...”

Ora, surpreendentemente, alguns meses mais tarde, Marx e Engels mudam radicalmente em relação a Feuerbach. Como escreveu Kostas Papaioannou, na sua introdução francesa aos

Manuscritos, “a veneração será substituída pela crítica e pela ironia, senão o simples denegrir”.

O que ocorreu no final desse segundo semestre de 1844?

Alguns autores que ressaltam a ruptura afirmam que a partir do final do segundo semestre de 1844, Marx se aproxima do movimento operário de forma mais direta!

Esse processo começa com a insurreição dos tecelões da Silésia, a respeito da qual Marx escreve o artigo *O Rei da Prússia e a Reforma Social* (ainda em agosto de 1844), publicado em Paris. Ocorre, também, o contato de Marx com o movimento operário francês, com o movimento comunista de Paris.

Esses fatos serão fundamentais. Eles colocam Marx diante da questão da *praxis* revolucionária das massas, colocam Marx diante da *praxis do proletariado*.

Antes, Marx via a prática como “algo baixo”, algo “judaico”. Isso aparece na *Questão Judaica* e mesmo nos *Manuscritos de 1844*. Nestes, chega a criticar “a vigarice do trabalhador” que quer aumentar o salário.

Escreve ele nos *Manuscritos de 1844*: “A relação normal não é a vigarice do consumidor, mas a recíproca vigarice do capitalista e do trabalhador.” (Ed. Martin Claret, SP, 2001)

Assim, entre agosto de 1844 e março de 1845, data das teses sobre Feuerbach, Marx se torna marxista. Assume a perspectiva da classe operária.

Será que em alguma passagem pós-1845 e pós-feuerbachiana Marx considerará que existe uma “vigarice recíproca” na relação entre o capitalista e aquele que vende a sua força de trabalho?

Certamente não!

O Marx pós-março de 1845, pós-feuerbachiano, rompe com “o homem” (singular) abstrato, com a procura da “essência” da libertação do homem.

A própria noção de “ser genérico” (*Gattungswesen*) desaparecerá na *Ideologia Alemã*. Marx não falará mais do *homem* em abstrato, mas sim *dos homens*, homens diferenciados e opostos em *classes sociais*, classes sociais *em luta!*

Os Manuscritos de 1857/1858

Como explicar, no entanto, aquelas passagens que recordamos dos *Manuscritos de 1857/58* que falam da natureza como extensão da subjetividade, como continuidade da subjetividade individual? Como explicar a seqüência de formações econômicas descritas naqueles manuscritos que apontariam para uma

antropologia histórica, ou mesmo dariam base para uma suposta ontologia do ser social?

Consideramos que as *Formações Econômicas Pré-capitalistas* estão, de fato, totalmente separadas dos *Manuscritos de 1844* e de qualquer abordagem antropológica ou ontológica.

Aquilo que Marx pós-1845 vai procurando, desde então, cada vez com maior precisão, é a *negação do modo de produção capitalista*. Assim, ele passa a estudar cada vez mais as determinações desse modo de produção, ou seja, do presente!

Entre essas determinações, e fundamentais, estão os pressupostos que levaram à gênese do modo de produção capitalista. Assim, nas *Formações Econômicas Pré-capitalistas*, Marx não faz história, filosofia da história, antropologia ou ontologia, aquilo que ele faz é a *negação do modo de produção capitalista pelo seu passado*, para determinar melhor a *negação possível em direção a um novo modo de produção*.

Nesse sentido, ele estuda os pressupostos do modo de produção capitalista e, estudando as *formações pré-capitalistas* que permitiram chegar ao capitalismo, ele nos mostra que tudo se resume na gradual *separação* entre os homens e as condições de sua reprodução, ou seja, na separação entre os homens e os meios de produção, criando finalmente a figura do *mercado*, local que passa a intermediar todo o processo de trabalho. Como ele chega a dizer: *tudo se resume em explicar a separação entre os trabalhadores e os meios de produção*. Essa separação seria a principal determinação que culmina com o modo de produção capitalista.

Assim, nos *Manuscritos de 1857/58*, Marx está falando e determinando o modo de produção capitalista pelas suas formações anteriores. Não está procurando nenhuma antropologia histórica ou ontologia do ser social, mas sim, como sempre pós-1845 e sempre mais, está voltado para o presente.

Similarmente, pensamos que no Capítulo V de *O capital*, naquela passagem que citamos, apesar de Marx escrever “o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza”, essa passagem, apesar de pronunciar “o homem” no singular, deve ser compreendida, mais uma vez, como recurso metodológico de abstração para análise e determinação do modo de produção capitalista—e não os primórdios de uma antropologia ou ontologia.

Vejamos o próprio desenvolvimento do Livro I de *O capital* e como essa passagem aparece no interior desse desenvolvimento dialético.

Marx estuda no capítulo I a Mercadoria, a forma elementar do modo de

produção capitalista, chega à forma Dinheiro, que seria o equivalente geral que permite o processo de troca estudado no capítulo II. No capítulo III, O Dinheiro ou a Circulação das Mercadorias, nos mostra como a fórmula propriamente do capital evolui de Mercadoria—Dinheiro—Mercadoria (M—D—M) até aquela desenvolvida no Capítulo IV, Dinheiro—Mercadoria—Dinheiro’ (D—M—D’). Como diz Marx, “esta é a fórmula geral do capital, como aparece diretamente na esfera da circulação”.

A seguir, no próprio Capítulo IV, ele estudará como é impossível explicar o surgimento do D’ na esfera da circulação! Para isso, para explicar o surgimento do D’, é necessário abandonar “a cena ruidosa existente na superfície e acessível a todos os olhos” (p. 144, Edição Abril, coleção Os Economistas), ou seja, abandona-se a esfera da circulação e do mercado para entrar na *esfera da produção*.

Eis que chegamos ao capítulo V, *Processo de Trabalho e Processo de Valorização*.

A primeira parte do capítulo chama-se *Processo de Trabalho*. Nesse momento, no começo do capítulo V, para determinar como ocorre o processo de valorização ou produção de mais-valia no capitalismo, Marx utiliza uma abstração metodológica. Passa a estudar, como diz ele, “o processo de Trabalho (...) considerado de início independentemente de qualquer forma social determinada”.

Trata-se, assim, de uma *abstração metodológica* para estudar depois o processo de valorização no modo de produção capitalista.

Eis então que vem aquela passagem sobre o trabalho pensado abstratamente como um processo teológico entre o homem e a natureza.

Ora, esta passagem é assim apenas uma *abstração metodológica provisória* que não pode ser *essencializada*, sob pena de retornarmos ao que Marx falava do *homem* no singular, sem postular claramente as classes sociais.

Tanto é assim que, ao final dessa primeira parte do capítulo V, ele escreve: “Voltemos ao nosso capitalista *in spe* [em aspiração]. Deixamo-lo logo depois de ele ter comprado no mercado todos os fatores necessários a um processo de trabalho, os fatores objetivos ou meios de produção e o fator pessoal ou a força de trabalho.

Passa então Marx, *fechando a abstração metodológica*, a estudar o processo de valorização, volta assim àquilo que é o seu objeto único: o modo de produção capitalista e sua negação.

Portanto, pensamos que no Marx da maturidade, cada vez mais, a questão central é determinar o modo de produção capitalista para produzir a sua negação.

Quando ele sai da análise do modo de produção capitalista, realiza sempre abstrações metodológicas que não podem ser essencializadas, sob pena de recairmos na metafísica dos jovens hegelianos e do próprio Marx pré-1845.

Nesse sentido, a leitura de Lukács, que busca nessas passagens uma ontologia do ser social; ou a leitura de todos aqueles que procuram uma filosofia da história ou ainda uma antropologia no Marx da maturidade, cai num grande engano, tomar abstrações metodológicas provisórias como proposições positivas, ou seja, essencializar abstrações metodológicas, dar-lhes autonomia, trata-se, em outras palavras, de hipostasear momentos que se dissolvem, trata-se de relançar o Marx da maturidade na metafísica do jovem Marx! ■



**КАЗАК,
ТЫ С КЕМ?
С НАМИ ИЛИ С НИМИ?**

O MARXISMO E O PAPEL DOS CAMPONESES NA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

Jadir Antunes

Este artigo pretende mostrar que os camponeses, na concepção de Marx, Lênin e Trotsky não constituem propriamente uma classe social, mas sim uma multidão heterogênea que delega às classes do proletariado ou da burguesia o papel de representá-la e dirigi-la na luta política.

Na primeira parte do artigo, mostraremos o caráter subsidiário e retardatário dos camponeses exposto na obra *O Dezoito Brumário* de Luís Bonaparte, de Marx. Segundo Marx, o regime de trabalho individual e isolado torna os camponeses naturalmente incapazes de se constituírem como classe social e se auto-representarem politicamente, precisando sempre de uma representação externa que dirija seus múltiplos e inconstantes interesses particulares.

Na segunda parte, mostraremos como a fórmula ditadura revolucionária democrática do proletariado e do campesinato, elaborada por Lênin em 1905 na Rússia revolucionária, se enredava em contradições e imprecisões exatamente por não considerar com toda profundidade essa caracterização do campesinato como massa dependente, realizada por Marx no início de 1852.

Na terceira parte, mostraremos como Trotsky, se apoiando radicalmente nessa caracterização de Marx sobre os camponeses, corrige e soluciona, a partir da noção de revolução permanente, as imprecisões da fórmula de Lênin. Corrigir e solucionar Lênin, na verdade, tem um sentido mais metafórico que real. Segundo o próprio Trotsky, Lênin nunca leu sua tese sobre a estratégia revolucionária para a Rússia, elaborada ainda em 1905. Segundo ele, é Lênin quem corrige a si mesmo no intervalo entre 1905 e 1917. Nesse intervalo de tempo Lênin percebe, a partir de sua própria experiência e do curso dos acontecimentos, a necessidade do proletariado se pôr

efetivamente à frente do campesinato como seu senhor e dirigente natural. O auge dessa compreensão se realizou em abril de 1917 com as famosas Teses de Abril, onde Lênin defendeu a palavra de ordem revolucionária de Todo poder aos soviets.

Marx e o camponês como massa subordinada

De fevereiro de 1848 a dezembro de 1851, as principais classes da sociedade francesa haviam se posto em luta aberta pelo controle do Estado. Ao final do processo, tanto a burguesia quanto o proletariado urbano estavam derrotados e em seu lugar governava o estrato mais baixo da grande e ilustrada sociedade francesa: o lumpem-proletariado organizado na Sociedade de Dez de Dezembro de Luís Bonaparte.

Marx explicava em *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* que a Sociedade de Dez de Dezembro era uma sociedade supostamente beneficente, surgida em 1849, dirigida por Luís Bonaparte e formada pela escória mais baixa da sociedade. Participavam dela, segundo Marx, arruinados e aventureiros, rebentos da burguesia, vagabundos, soldados desligados do exército, presidiários libertos, forçados foragidos das galés, chantagistas, saltimbancos, trapaceiros, jogadores, donos de bordéis, trapeiros, mendigos etc. Enfim, a sociedade beneficente de Bonaparte era composta pela ralé da sociedade francesa. “Sociedade beneficente, diz ironicamente Marx, no sentido de que todos os seus membros,

como Bonaparte, sentiam necessidade de se beneficiar às expensas da nação laboriosa”.¹

Marx descrevia o golpe de Estado desferido por Bonaparte em dezembro de 1851 como o resultado necessário da incapacidade demonstrada tanto pela burguesia quanto pelo proletariado para controlar o poder de Estado e governar a França a partir de seus próprios interesses de classe. Em meio ao vazio e à instabilidade de poder que se criaram durante o período de crise política, crise que surge em 1848 e se desenvolve até 1851, surgiram, por isso, as baionetas de Luís Bonaparte.

Marx se perguntava, então, em nome de quem Luís Bonaparte aplicou sobre o país o golpe de Estado que pôs fim à Segunda República? Em nome de que interesses a França ilustrada cedeu o poder de Estado para uma soldadesca ignorante que se deixava corromper com festas animadas por vinho e salsichões? Segundo Marx, foi assim que Bonaparte conquistou a simpatia dos soldados da Guarda Nacional.

Que classe da sociedade francesa Luís Bonaparte pretendia, dali em diante, representar no Estado? De acordo com a tese clássica de Marx e Engels exposta em *O Manifesto Comunista*, de 1848, todos os fenômenos políticos expressam sempre, mesmo que mediados por muitas formas e interferências externas, determinadas correlações de forças entre as diferentes classes da sociedade em luta pela defesa de seus interesses econômicos. De acordo com essa tese, todos os partidos e agrupamentos políticos com certa representatividade e programa definido representam sempre, em última instância, certos interesses de classe. Os partidos e agrupamentos políticos, assim como os governos que estes dirigem, de acordo com essa tese, não pairam no ar, acima das classes. O governo de Bonaparte, contudo, por ser um governo composto por quadros militares oriundos do próprio aparelho de Estado, por ser avesso à democracia representativa e às diversas formações partidárias, por não possuir uma relação direta com as diferentes classes da sociedade francesa, parecia negar essa tese.

Marx respondia essa questão, aparentemente contraditória, demonstrando que o golpe de Luís Bonaparte e seu governo ditatorial, apesar de aparentar flutuar acima de todos os interesses de classe da sociedade francesa, na verdade possuía raízes na estrutura econômica do país. Segundo Marx, Bonaparte não flutuava no ar. Ele representava a massa dos camponeses ricos, surgida com as leis de terras de Napoleão Bonaparte, mas que agora se encontrava



Napoleão III, 1863.

em rápido processo de empobrecimento e que, ainda na metade do século XIX, compunha a maioria da nação francesa. Bonaparte e a Sociedade de Dez de Dezembro representavam, diz Marx, “a dinastia dos camponeses, ou seja, da massa do povo francês”.²

Que relação, contudo, poderia ter Bonaparte e a Sociedade de Dez de Dezembro com a massa dos camponeses? Como poderia uma massa inteira de produtores, a maioria da nação francesa, que possuía na época em torno de 25 milhões de habitantes, se deixar dirigir politicamente pela camada mais baixa e deteriorada da população representada por Bonaparte, o príncipe do lumpemproletariado, como lhe chamava Marx?

Marx respondia dizendo que esta contradição deveria ser encontrada analisando-se a natureza do campesinato. O camponês, por sua própria natureza, dizia Marx, é incapaz de se auto-representar politicamente. Como massa atrasada, o campesinato necessita sempre ser representado por forças políticas exteriores ao seu meio. Sua dispersão pelo interior do território, seu isolamento econômico e sua vida puramente individual o incapacitavam para transformar-se numa força histórica capaz de representar-se a si mesmo na luta política com um partido e programa próprios e independentes das outras classes. Os camponeses, devido ao caráter de seu modo de produção, trabalham num sistema familiar e individual, onde cada lote de terra é cultivado de modo isolado e separado do cultivo de outros lotes por outros produtores independentes. “Os pequenos camponeses, dizia Marx, constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo

de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo”.³

O caráter isolado e autônomo do trabalho camponês e o vínculo direto entre trabalho e Natureza, mais do que ligarem as diversas famílias camponesas entre si num único e grande sistema cooperativo de produção, as isolam e as separam politicamente umas das outras. “Seu campo de produção, dizia Marx, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais”.⁴

A incapacidade natural do campesinato para superar politicamente suas divisões internas e seus interesses particulares e a necessidade de ser representado por um partido formado fora dele é expressão, por isso, do isolamento vivido nas relações econômicas. Desse modo, segundo Marx, os camponeses formam uma classe apenas num sentido negativo do termo, ou seja, os camponeses formam uma classe apenas por se diferenciarem e se oporem às classes sociais do proletariado e da burguesia. “Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras [como famílias quase auto-suficientes — J.A.], e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe”.⁵ Conforme palavras muito claras de Marx, os camponeses formam uma classe social apenas no sentido de classe-por-oposição, ou

1. Karl Marx. *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. In: *Karl Marx – Os Pensadores*. S.P: Nova Cultural, 1988, p. 44.

2. Idem. *Ibidem*, p. 74.

3. Idem. *Ibidem*, pp. 74 e 75.

4. Idem. *Ibidem*, p. 75.

5. Idem. *Ibidem*, p. 75.



Camponeses franceses em 1918.

classe-por-distinção. Ou seja, eles formam uma classe social apenas porque não cabem nas categorias de proletariado e burguesia e porque se opõem e se distinguem radicalmente delas, vivendo como uma massa heterogênea e dispersa e à margem da sociedade capitalista.

No inacabado capítulo 52 do Livro Terceiro de *O capital*, Marx deixa claro quais os setores da sociedade capitalista que cabem dentro do conceito de classe social. Segundo ele, o proletário, o capitalista e o proprietário de terras formam as três grandes classes sociais da sociedade capitalista. Cada um destes agrupamentos forma uma classe social porque seus diferentes indivíduos comungam a característica de viver das mesmas fontes de renda, respectivamente: da exploração de sua força de trabalho, do capital e da renda da terra. Marx explica em várias passagens do Livro Terceiro, especialmente naquelas que tratam da renda da terra, que os camponeses se caracterizam pela circunstância de existirem como proprietários independentes, isto é: independentes da relação capitalista de produção. Como tais, eles vivem à margem da sociedade capitalista e são continuamente arruinados por ela. Os camponeses não são um produto do desenvolvimento capitalista, mas, sim, um resíduo da decomposição da Idade Média europeia especialmente, formando uma camada social transitória e intermediária entre o servo-de-gleba e o proletariado.

A massa dos camponeses, por isso, forma uma classe social apenas num sentido muito fraco e genérico porque, por suas características e heterogeneidade, não cabe nem no proletariado, nem na burguesia e nem entre os proprietários de terras. Os camponeses formam uma classe social, desse modo, apenas no sentido de que pertencem a

uma massa de homens com um modo de vida e cultura distintos da massa de operários, capitalistas e proprietários fundiários. Por um lado, os camponeses se aproximam da classe operária na medida em que constituem parte da massa de produtores diretos da sociedade e vivem sob o domínio do capital. Porém, se distanciam dela na medida em que são proprietários da terra e dos instrumentos de trabalho e não vivem da venda da força de trabalho. Por outro lado, os camponeses se aproximam da classe capitalista na medida em que são proprietários e produtores de mercadorias. Porém, se afastam dela na exata medida em que se aproximam da classe trabalhadora. Por isso, os camponeses formam muito mais uma massa intermediária da sociedade, e não propriamente uma classe social com capacidade para se organizar coletiva e autonomamente frente aos interesses das classes burguesa e proletária. Por esse caráter intermediário, os camponeses são incapazes de se organizarem politicamente como classe e aparecerem diante da sociedade como seus verdadeiros representantes. Assim, dizia Marx, “na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe”.⁶

Por seu caráter heterogêneo e multifacetado, os camponeses formam muito mais uma *massa social* do que propriamente uma *classe social*, segundo a concepção de Marx. Para que certo agrupamento social possa existir como classe social, como é o caso do proletariado e da burguesia, é necessária certa unidade e uniformidade nas relações

de trabalho e convívio social, ausentes entre os camponeses. Diferentemente do proletariado que recebe geralmente um salário uniformizado nacionalmente e por isso vive em condições sociais semelhantes, e da burguesia que tem seu capital valorizado a partir de uma taxa de lucro igual válida para todos os ramos da produção, entre os camponeses as possibilidades de se prosperar nos negócios é muito heterogênea e disforme. Enquanto o proletariado vive da venda de uma única mercadoria, a força de trabalho, e por isso seus diferentes indivíduos partilham as mesmas relações com a burguesia, os camponeses se caracterizam por formarem uma massa de proprietários mais ou menos independentes que vive da venda das mais diferentes mercadorias e alimenta diferentes perspectivas em relação ao capitalismo. Enquanto o conjunto do proletariado tem sua vida regulada pelas oscilações no mercado de compra e venda da força de trabalho e do nível geral de salários, os camponeses têm suas vidas reguladas pelas oscilações nos mais diferentes mercados de mercadorias, especialmente no mercado de meios de subsistência. Enquanto o proletariado vive geralmente aglomerado em bairros da periferia dos grandes centros industriais e pratica um trabalho coletivo no interior das grandes fábricas, os camponeses vivem dispersos pelo interior do país e isolados uns dos outros pela propriedade privada e praticam um regime de trabalho individual.

Os camponeses formam uma massa muito dispersa de pequenos, médios e grandes proprietários. Entre os pequenos proprietários impera uma miríade de relações com a terra que vão desde a propriedade plena até a ausência completa de propriedade — como no caso dos sistemas de arrendamento. Entre os camponeses existem desde pequenos proprietários que trabalham exclusivamente com força de trabalho familiar até médios e grandes proprietários que empregam trabalho assalariado — seja regular ou sazonalmente. Muitos camponeses empobrecidos ainda dividem sua vida em trabalho na própria propriedade e trabalho sazonal assalariado para os médios e grandes proprietários da região. Assim, entre os camponeses impera muito mais a dispersão, o isolamento, a heterogeneidade e a fragmentação. Os camponeses, por estarem isolados e dispersos pelo interior do país, estão fora da política. Como para os gregos, Marx entende que a política é uma atividade de homens já reunidos pela cidade e não uma atividade isolada e dispersa como a do homem do campo. Por isso, os camponeses formam uma massa social que precisa ser dirigida pela cidade e suas classes sociais. Os camponeses em geral, por este motivo, “são incapazes de fazer valer seu interesse de classe

6. Idem. *Ibidem*, p. 75.

em seu próprio nome”.⁷ Os camponeses em geral, deste modo, “não podem representar-se, têm [necessariamente — J.A.] que ser representados”.⁸

É por isso que, na concepção de Marx, o campesinato foi representado na França de Luís Bonaparte por um estrato social que em nada se assemelhava ao seu modo de vida e de trabalho. O que havia de irônico na história política dos camponeses franceses da metade do século XIX era o fato de terem sido representados pelos amigos de Luís Bonaparte: o lumpem-proletariado e os soldados beberrões e comedores de salsicha da Guarda Nacional.

Por estar incapacitado ontologicamente de se converter de classe em si em classe para si mesmo, o campesinato será, necessariamente, uma massa representada que, por isso, delegará às classes da cidade o papel de dirigi-la. Os representantes políticos do camponês serão, por isso, segundo Marx, representantes surgidos de fora, da cidade, e com um vínculo meramente exterior com ele. Seus representantes devem, por isso, “aparecer como seu senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol ou a chuva”.⁹

O camponês representado por Luís Bonaparte no governo do Estado francês, contudo, não era mais o camponês revolucionário da época da revolução, mas, sim, o camponês conservador que, já dono de um pequeno lote de terra recebido do Imperador Napoleão, mais do que mudar o estado de coisas exigido pelas novas condições históricas do capitalismo pretendia apenas conservá-lo em seu benefício. A França das luzes, da filosofia e da grande revolução de 1789 foi, assim, através do golpe de Bonaparte, lançada ironicamente nas mãos da massa economicamente mais atrasada do país, nas mãos do camponês em processo de empobrecimento que pretendia somente deter o desenvolvimento capitalista a seu favor. “Bonaparte, por isso, dizia Marx, representa não o esclarecimento, mas a superstição do camponês; não o seu bom senso, mas o seu preconceito; não o seu futuro, mas o seu passado”.¹⁰

Segundo Marx, o campesinato, como camada intermediária da nação, se divide entre campesinato rico e campesinato pobre. A camada rica, por sua situação mais confortável no interior da sociedade, tende a encontrar nos partidos burgueses, ou em camadas da burocracia do Estado, como a militar, seus representantes e dirigentes naturais na luta contra o processo de empobrecimento capitalista. A camada empobrecida

tenderia, por sua vez, a delegar ao partido do proletariado a direção de suas lutas e interesses econômicos. Por isso, segundo Marx, o camponês francês rico, mas em processo de empobrecimento, pensara ter encontrado em Bonaparte seu senhor e dirigente enviado dos céus para lhe salvar. Os camponeses pobres e dispostos a mudar o estado de coisas em favor da maioria da nação, os camponeses de bom senso, por sua vez, dizia Marx, “encontram seu aliado e dirigente natural no proletariado urbano, cuja tarefa é derrubar o regime burguês”.¹¹

Teria Luís Bonaparte, porém, por representar o camponês decadente, realmente governado em nome dos interesses do campo? Teria ele instituído uma república democrática camponesa na França e resolvido o problema da histórica decadência da pequena propriedade? Marx afirma categoricamente que não! Apesar de representar os camponeses ricos em processo de empobrecimento, Bonaparte não governou para eles. Segundo Marx, não havia na França, nem poderia haver em qualquer outra parte do mundo, a possibilidade de se construir regimes de governos híbridos ou intermediários entre os governos da burguesia e da classe operária. Os camponeses, como camada atrasada e intermediária, e os partidos e organizações que lhes representam, só podem subordinar-se à classe capitalista ou ao proletariado. Bonaparte, por isso, apesar de apoiar-se nos camponeses e ser seu senhor e representante, acabava governando para a grande burguesia. Segundo Marx, a burguesia francesa — a alta aristocracia financeira, os industriais e os comerciantes — cansara-se da longa e monótona disputa entre seus partidos e Bonaparte na virada da primeira para a segunda metade do século XIX. Desejosa de ordem para poder enriquecer, a burguesia rapidamente rompeu com seus principais partidos instalados no Parlamento e aliou-se à Bonaparte em sua luta contra o proletariado. A burguesia francesa, segundo Marx, ao apoiar a ditadura de Bonaparte e o fim da República trocara seus interesses políticos e gerais de classe pelos mais sórdidos e mesquinhos interesses particulares. Bonaparte, apesar da retórica anticapitalista e de combater os partidos burgueses no Parlamento, apesar de prometer salvar os camponeses da falência e governar para toda a França, acabou sendo, no fundo, um governo burguês e contrarrevolucionário.

O Dezoito Brumário tem sido considerado, ao lado de *O capital*, uma das maiores contribuições de Marx para o entendimento da sociedade burguesa e dos modernos conflitos políticos. Mais do que isso, porém, ele teve papel decisivo nos debates sobre a questão do papel dos camponeses na luta contra



Lênin

o capitalismo entre os revolucionários russos no início do século XX. Podemos dizer, com segurança, que *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* foi uma das obras mais importantes e inspiradoras da revolução bolchevique de 1917.

Lênin e a fórmula algébrica da revolução

No final do século XIX a violência da história ocidental abalava a Rússia czarista. As novas forças produtivas surgidas com o desenvolvimento capitalista iniciado no século XVIII ameaçavam destruir as relações de servidão e pôr em seu lugar a forma assalariada do capitalismo europeu. No interior do marxismo, o problema da natureza da futura revolução russa e o papel a ser desempenhado pelo camponês, a maioria absoluta da população, tomara conta das discussões.

Em maio de 1905, os bolcheviques, liderados por Lênin, realizaram em Londres o III Congresso do POSDR (Partido Operário Social Democrata Russo). Na mesma época, os mencheviques, já rompidos com Lênin, realizaram em Genebra sua Conferência, onde defendiam as teses de Plekhanov. Em *Duas Táticas da Social Democracia na Revolução Democrática*, Lênin critica radicalmente a Conferência e expõe, ao mesmo tempo, as teses do Congresso para a iminente revolução russa.

Para os partidários de Plekhanov e da Conferência menchevique, a futura revolução teria necessariamente um caráter burguês. Isto é, ela necessariamente seria capitalista em seus fundamentos e estaria, assim, fora de qualquer

7. Idem. *Ibidem*, p. 75.

8. Idem. *Ibidem*, p. 75.

9. Idem. *Ibidem*, p. 75.

10. Idem. *Ibidem*, p. 76.

11. Idem. *Ibidem*, p. 78.

cogitação, como defendiam os populistas, a possibilidade de transformá-la numa revolução socialista. Para os conferencistas, a revolução não apenas seria burguesa em seu conteúdo como, ainda, seria dirigida diretamente pela burguesia. Ao proletariado, e mesmo aos camponeses, caberia um papel subordinado, o de atuar como aliado da burguesia na luta contra as forças reacionárias ligadas à nobreza e ao latifúndio. Para Lênin, essa tática dos conferencistas conduzia diretamente à “traição da causa do proletariado no interesse da burguesia” e convertia o proletariado num “miserável apêndice das classes burguesas”.¹²

A futura revolução russa poderia seguir um rumo diferente do rumo pretendido pelos conferencistas e pela burguesia russa porque, segundo Lênin, o proletariado, mesmo incipiente numericamente, poderia dirigi-la apoiado na enorme massa camponesa espalhada pelos campos do interior da Rússia.

Lênin concordava com certos aspectos das teses defendidas pelos conferencistas. Para ele, não havia dúvidas de que a futura revolução russa seria burguesa em sua essência. Contudo, discordava radicalmente da capacidade da burguesia para ser sua direção. Segundo Lênin, a burguesia russa estava mais interessada em pactuar com o czarismo do que em romper profundamente com ele. Sendo assim, a futura revolução burguesa na Rússia deveria se apoiar em outras forças políticas.

Lênin acreditava na possibilidade do camponês mais empobrecido dirigir politicamente a futura revolução ao lado do proletariado das grandes cidades. O resultado dessa aliança revolucionária entre o proletariado e o camponês empobrecido seria uma ditadura revolucionária democrática. Na discussão sobre a natureza da futura revolução russa, dizia Lênin, não cabia a questão da tomada do poder pelo proletariado. Para ele, “a questão posta na ordem do dia por todo o povo [em 1905] é... a substituição da autocracia czarista pela república democrática”.¹³

Seguindo as pegadas do mestre Plekhanov, Lênin não acreditava na possibilidade do proletariado tomar e sustentar o poder antes do desenvolvimento material e espiritual do capitalismo. “O grau de desenvolvimento econômico da Rússia... e o grau de consciência e de organização das grandes massas do proletariado... tornam impossível a imediata e absoluta libertação da classe operária”¹⁴, dizia Lênin contra as teses populistas e anarquistas que defendiam a revolução socialista para a Rússia de

1905. “E como resposta às objeções anarquistas de que adiamos a revolução socialista, diremos: não a adiamos, e sim damos o primeiro passo para ela através do único procedimento possível, do único caminho justo, que é o da república democrática”¹⁵, dizia ele. Na concepção de Lênin, o único caminho possível e justo para a revolução russa em 1905 seria o caminho da ditadura revolucionária democrática do proletariado e do campesinato.

A ditadura, na fórmula pensada por Lênin, expressava o fato de que a futura revolução deveria apoiar-se na insurreição e na força armada das massas. A democracia, por sua vez, representava o aspecto republicano, constitucional, pequeno-burguês (camponês) e não-socialista da revolução. A fórmula da revolução combinava, desse modo, tanto aspectos burgueses quanto não-burgueses, mas não ainda socialistas. A revolução deveria realizar tanto tarefas que cabem a uma revolução clássica burguesa, como o desenvolvimento das forças produtivas apoiadas no capital e a formação de uma república constitucional, quanto tarefas democráticas, como a reforma agrária e a expropriação do latifúndio. Por ser democrática, a futura revolução não poderia atacar as bases privadas da sociedade capitalista. A única propriedade que deveria ser atacada seria a da nobreza fundiária. A propriedade capitalista deveria ser, inclusive, estimulada e desenvolvida. “Esta ditadura será democrática, dizia Lênin, e não socialista, e portanto não poderá atacar (sem passar por uma série de graus intermediários de desenvolvimento revolucionário) as bases do capitalismo”.¹⁶

A futura ditadura democrática e revolucionária do proletariado e do campesinato na Rússia, não faria, segundo Lênin, mais do que: 1) instituir uma nova e radical distribuição da propriedade da terra em benefício dos camponeses, 2) instituir uma democracia republicana, 3) eliminar pela raiz a servidão do trabalho, 4) iniciar um melhoramento sério nas condições de vida da classe trabalhadora e 5) alastrar o incêndio revolucionário para toda a Europa desenvolvida. A revolução poria em ação, deste modo, dois programas diferentes. Por um lado, poria o Programa Mínimo como o único programa capaz de ser desenvolvido em benefício dos trabalhadores e o Programa Democrático, como o programa dos camponeses. Do ponto de vista do Lênin de 1905, o Programa Máximo da revolução, ou seja, a conversão da propriedade capitalista em propriedade socialista e a instauração da ditadura do proletariado, só seria posto após a realização desta primeira etapa, a etapa democrático-burguesa.

Na fórmula de Lênin caberia ao governo revolucionário operário-camponês realizar tanto tarefas burguesas quanto democráticas. Segundo essa fórmula, o dirigente natural da revolução, apesar de burguesa, seria o camponês. Ao partido do proletariado caberia o papel secundário de atuar como aliado do partido camponês no governo. Lênin confiava na força democrático-revolucionária do camponês russo. Para ele, “o camponês russo se converterá inevitavelmente, nestas condições, no baluarte da revolução e da república pois somente a ditadura revolucionária do proletariado e do campesinato poderá dar-lhe através da reforma agrária tudo o que deseja e o que sonha, tudo o que lhe é verdadeiramente necessário”.¹⁷ Na concepção de Lênin, “a classe operária não pode deixar de cooperar nisto [na luta pela reforma agrária — J.A.] com o campesinato”.¹⁸

A ditadura revolucionária democrática do proletariado e do campesinato seria, então, simplesmente uma revolução burguesa realizada pelo campesinato em aliança com o proletariado. “Os marxistas [diz Lênin, concordando com os mencheviques da Conferência], estão inteiramente convencidos do caráter burguês da revolução russa”.¹⁹ Dessa tese inquestionável e absolutamente verdadeira se “deduz que constitui uma idéia reacionária procurar a salvação da classe operária em algo que não seja um maior desenvolvimento do capitalismo”.²⁰ Desenvolvimento que seria garantido pelo campesinato e pelo proletariado no governo.

Dado, então: 1) que o proletariado era fraco numericamente e tinha tanto interesse quanto a burguesia em desenvolver o capitalismo, pois, desenvolver as forças produtivas capitalistas, a república e a democracia burguesa, seria desenvolver simultaneamente as futuras condições sobre as quais ele poderia levantar seu programa verdadeiro, o Programa Máximo da revolução socialista; dado 2) que os camponeses formavam a maioria absoluta da população russa e estavam interessados na revolução burguesa e no fim da servidão tanto quanto o proletariado; dado 3) que a burguesia estava impedida historicamente de levar sua própria revolução até o final, já que pactuava com o czarismo contra o movimento operário-camponês, a fórmula de Lênin determinava necessariamente, então, que, 4) a futura revolução só poderia ter um conteúdo democrático-burguês e uma direção operário-camponesa.

O proletariado, assim, segundo Lênin, atuaria a favor da burguesia na presente revolução unicamente com a intenção de expropriá-la futuramente. “Quanto mais completa e decisiva,

12. V. I. Lenine. *Duas Táticas da Social Democracia na Revolução Democrática*. In: *Obras Escolhidas*. S.P.: Editora Alfa-Omega, 1982, p. 440.

13. Idem. *Ibidem*, pp. 388 e 389.

14. Idem. *Ibidem*, p. 391.

15. Idem. *Ibidem*, p. 391.

16. Idem. *Ibidem*, p. 411.

17. Idem. *Ibidem*, p. 442.

18. Idem. *Ibidem*, p. 419.

19. Idem. *Ibidem*, p. 405.

20. Idem. *Ibidem*, p. 406.

quanto mais conseqüente for a revolução burguesa, tanto mais garantida estará a luta do proletariado contra a burguesia, pelo socialismo”²¹, dizia Lênin. Na fórmula de Lênin, não havia ainda em 1905 uma contradição absoluta entre burguesia e proletariado. A contradição que deveria ser extirpada pela raiz era a contradição existente entre proletariado, burguesia e campesinato, de um lado, versus nobreza fundiária e czarista, de outro.

Dada esta correlação histórica de forças, toda alternativa oposta à revolução democrático-burguesa seria ilusória e reacionária. “A transformação do regime econômico e político da Rússia no sentido democrático burguês, dizia Lênin, é inevitável e inelutável. Não há força na terra capaz de impedir esta transformação”.²² Dizia ainda Lênin que “em certo sentido [o do desenvolvimento das forças produtivas materiais e da democracia republicana — J.A.] a revolução burguesa é mais vantajosa para o proletariado do que para a burguesia”.²³

Essas teses de Lênin serão criticadas em seus fundamentos por Trotsky. Segundo este, Lênin, em 1905, errava em sua avaliação sobre o caráter da futura revolução russa por acreditar demasiadamente na capacidade do campesinato para se constituir como força política independente. Lênin errava, segundo Trotsky, por colocar muitas vezes o camponês, inadvertidamente, ora ao lado do proletariado e ora até mesmo à frente dele. Para Trotsky, os camponeses seriam, em qualquer parte e em qualquer situação, incapazes de se constituírem como força política autônoma. Os camponeses nunca poderiam estar ao lado, e muito menos à frente do proletariado. Os camponeses só poderiam, dado seu caráter atrasado, estar atrás e dirigido pelo proletariado.

Segundo Trotsky, Lênin corrigiu as imprecisões de sua fórmula ao longo do período que vai de 1905 a 1917. Essa correção apareceu claramente em abril de 1917, onde, nas famosas Teses de Abril, após retornar do exílio, defendeu a palavra de ordem revolucionária de Todo poder aos soviets, isto é, defendeu a ditadura revolucionária do proletariado com o apoio do campesinato para toda a Rússia. Prova dessa correção pode ainda ser encontrada em Como iludir o povo, discurso proferido em 1919, onde Lênin dizia claramente que o “o camponês, pela sua posição econômica dentro da sociedade burguesa, encontra-se em tal situação que seguirá, inevitavelmente, ou o trabalhador, ou a burguesia”. E concluía enfaticamente dizendo que “não há uma terceira via”.²⁴

Trotsky e o caráter permanente da revolução socialista

Trotsky se opunha às ilusões de Lênin acerca da possibilidade do campesinato se constituir em partido revolucionário com programa próprio e independente dos outros partidos e da possibilidade de uma ditadura revolucionária democrática do proletariado e do campesinato. Para ele, a futura revolução não poderia ser definida com a mesma rigidez empregada por Lênin. Para Trotsky, a futura revolução russa não seria exatamente burguesa, democrática ou mesmo proletária, mas seria sim, permanente. Por revolução permanente Trotsky entendia o processo ininterrupto de transformações revolucionárias que começava com a luta contra os proprietários de terras e se encerrava apenas com a tomada final do poder pelo proletariado. Para que a futura revolução russa tivesse esse caráter permanente, o proletariado não poderia, de modo algum, dividir o poder com os camponeses, como compreendia a fórmula de Lênin, nem muito menos se deixar dirigir por eles. Para que a futura revolução tivesse esse caráter permanente, o proletariado deveria, desde o começo da luta contra o latifúndio, ser o único e verdadeiro dirigente do processo. Os camponeses, na concepção de Trotsky e seguindo as lições de Marx, participariam da revolução como aliados do proletariado. “A teoria da revolução permanente significa que a solução verdadeira e completa de suas tarefas democráticas e nacionais libertadoras só é concebível por meio da ditadura do proletariado, que assume a direção da nação oprimida e, antes de tudo, de suas massas camponesas”²⁵, dizia Trotsky.

Para Trotsky, os camponeses nunca poderiam dirigir a revolução democrática, não poderiam nem mesmo dividir essa direção com o proletariado porque, segundo a concepção de Marx, como já mostramos, o campesinato é incapaz, por natureza, de se constituir em partido independente dos partidos burgueses ou operários. Para Trotsky, seguindo Marx, o campesinato, por constituir uma massa intermediária entre as duas principais classes do capitalismo, seguirá, sempre, ora a burguesia ora o proletariado. Dividir com o campesinato

a direção da futura revolução democrática, ou mesmo deixar a revolução inteiramente sob direção dele, seria abrir um flanco ao desenvolvimento de aspirações egoístas e pequeno-burguesas. Aspirações que encontrariam facilmente apoio entre a burguesia. A fórmula de Lênin, ditadura revolucionária democrática do proletariado e do campesinato, segundo Trotsky, errava por possuir um aspecto algébrico, isto é, indeterminado, por não definir com segurança o caráter oscilante do campesinato e por não colocar, desde o princípio, o proletariado como direção absoluta de todo o processo, inclusive e principalmente dos camponeses. Segundo Trotsky “o camponês segue o operário ou o burguês. Isso significa que a ‘ditadura democrática do proletariado e dos camponeses’ só é concebível como ditadura do proletariado arrastando atrás de si as massas camponesas”.²⁶

Um terceiro regime, o democrático, situado entre a ditadura burguesa e a ditadura do proletariado, dirigido pelos camponeses e com o auxílio do proletariado, como sugeria a fórmula indeterminada de Lênin, só seria possível “se pudesse existir um partido revolucionário independente que exprimisse os interesses da democracia camponesa e pequeno burguesa em geral e, com o auxílio do proletariado, fosse capaz de conquistar o poder e determinar o seu programa revolucionário”²⁷, dizia Trotsky. Possibilidade completamente eliminada pelo caráter retardatário e oscilante do campesinato.

Como já dissemos acima, na fórmula de Plekhanov e dos Conferencistas, a revolução russa seria não apenas burguesa como seria, ainda, dirigida e aproveitada exclusivamente pela burguesia. Ao proletariado e aos camponeses caberia o papel de atuarem como apêndices auxiliares da revolução. Na fórmula algébrica de Lênin, a revolução, como para os mencheviques, possuiria um conteúdo burguês, contudo, sua direção poderia ser dividida, desde o começo, entre o partido do proletariado e o partido camponês. A decisão sobre quais dos partidos assumiria verdadeiramente a direção do processo ficaria a cargo da correlação de forças. Decisão, portanto, que não poderia ser definida a priori. Para Trotsky, a revolução possuiria, desde o início, um conteúdo já operário e socialista que se desenvolveria ininterruptamente ao longo das lutas, sem se deter em nenhuma das etapas, seja burguesa ou democrática, como sugere claramente a fórmula menchevique e como parece sugerir certas vezes a fórmula indeterminada de Lênin. Para que a revolução possuísse esse caráter socialista desde o começo, o proletariado deveria assumir-se como direção

21. Idem. *Ibidem*, p. 406.

22. Idem. *Ibidem*, p. 410.

23. Idem. *Ibidem*, p. 406.

24. V. I. Lênin. *Como iludir o povo com os slogans*

de liberdade e igualdade. São Paulo: Global Editora, Setembro de 1980, p. 47.

25. Leon Trotsky. *A Revolução Permanente*. S.P.: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1979, p. 137.

26. Idem. *Ibidem*, p. 138.

27. Idem. *Ibidem*, p. 138.

dela, pondo-se à frente dos camponeses como o pai se põe à frente dos filhos e indicar desde cedo o caminho seguro a ser tomado.

O misterioso da fórmula de Trotsky se encontrava no fato de que, segundo as teses clássicas do marxismo da II Internacional, e mesmo de Lênin, o desenvolvimento histórico de uma nação se realiza sempre mediado por etapas determinadas que não podem ser arbitrariamente ultrapassadas. A tese da revolução operária de Trotsky na Rússia atrasada, semi-feudal e semi-asiática, com um proletariado fraco numericamente e uma imensa população camponesa, chocava-se, desse modo, com a teoria das etapas da II Internacional na medida em que parecia propor, arbitrariamente, saltar a etapa burguesa e democrática da revolução russa e convertê-la diretamente em revolução operária, aproximando-se, por isso, das teses populistas, muito combatidas por Plekhanov.

A teoria da revolução permanente não eliminava as etapas democráticas e burguesas, passando por cima das chamadas leis inevitáveis da história universal. Ao contrário, segundo Trotsky, ela seria a única capaz de realizar com toda profundidade essas etapas da revolução porque o campesinato, como classe oscilante e pequeno-burguesa, teria tanto interesse quanto a burguesia em parar a revolução numa etapa determinada do processo. A burguesia, por sua própria natureza, teria interesse apenas em realizar a revolução burguesa. De acordo com Lênin e Trotsky, a burguesia russa, dado seu caráter retardatário, não teria nem mesmo interesse em levá-la até o fim, parando em algum ponto do processo, aliando-se ao czarismo e aos proprietários fundiários. O campesinato, por sua natureza intermediária, uma vez posto no poder pela revolução, por temer o avanço da revolução e a socialização da propriedade, poderia retornar para trás e se aliar à burguesia na defesa da pequena propriedade e de seus interesses particulares. Por isso, na concepção de Trotsky, pôr o campesinato no poder, ou mesmo ao lado do proletariado, seria abrir o flanco da revolução às aspirações conservadoras da pequena burguesia. A única fórmula para que a revolução burguesa se convertesse em revolução operária, como desejava Lênin, seria pôr o proletariado na direção do processo e à frente dos camponeses desde o começo.

A revolução permanente não saltaria, assim, nenhuma etapa do processo, ela seria a única a realizar com a maior radicalidade todas as etapas da revolução socialista, isto é, seria a única a realizar tanto a revolução burguesa anti-feudal-asiática quanto a revolução democrática aspirada pelo campesinato, desembocando numa revolução operária e socialista. A revolução democrático-

burguesa transcreceria, assim, em revolução socialista. O termo transcreceria, diz Trotsky em *A Revolução Permanente*, não é dele, mas, sim, de Lênin. A revolução burguesa transcreceria em revolução socialista porque no curso ininterrupto do processo “a sociedade não faz senão mudar de pele, sem cessar”²⁸, diz Trotsky. A ditadura do proletariado tornar-se-ia, por isso, “a arma com a qual seriam alcançados os objetivos históricos da revolução burguesa retardatária”.²⁹

Cabe esclarecer que Trotsky e Lênin nunca debateram diretamente essas teses. Segundo Trotsky, Lênin nunca demonstrou ter lido diretamente seu trabalho *Balanços e Perspectivas*, de 1906, onde analisara o debate entre Conferencistas e Congressistas, debate exposto na obra *Duas Táticas da Social Democracia na Revolução Democrática*, de Lênin, publicada em 1905. *A Revolução Permanente*, trabalho de 1930 e publicado no exílio francês, não é exatamente um trabalho em que Trotsky tenha proposto somente demonstrar com mais exatidão suas diferenças com Lênin durante a revolução de 1905. Essa obra se propôs, muito mais, a demonstrar as falsidades e acusações grosseiras do stalinismo contra suas concepções. Nessa obra, Trotsky se empenhou, sobretudo, em demonstrar o quanto ele e Lênin, mesmo que militando em partidos diferentes, estavam muito próximos teoricamente sobre o sentido da futura revolução russa.

Segundo Trotsky, a única diferença que havia entre ele e Lênin nessa época na questão da estratégia da revolução, nunca debatida abertamente entre ambos, era a diferença de concepção acerca do papel do campesinato na futura revolução. Segundo Trotsky, a deficiência de Lênin nesse período resumia-se unicamente ao fato de ele não determinar com exatidão o papel central e dirigente do proletariado na revolução iminente. A diferença entre ambos resumia-se no seguinte, diz Trotsky: “Lênin, partindo sempre do papel dirigente do proletariado, insistia sobre a necessidade da colaboração revolucionária e democrática dos operários e dos camponeses”.³⁰ Trotsky, segundo ele mesmo, “partindo sempre dessa colaboração, insistia sobre a necessidade da direção proletária, tanto no bloco das duas classes como no governo chamado a pôr-se à frente desse bloco”.³¹

Stálin e seus lacaios acusavam Trotsky, contudo, de pretender saltar etapas, de desprezar o papel dos camponeses e, sobretudo, de não confiar na força revolucionária do proletariado

28. *Idem. Ibidem*, p. 24.

29. *Idem. Ibidem*, p. 21.

30. *Idem. Ibidem*, p. 69.

31. *Idem. Ibidem*, p. 69.

russo. A teoria de Trotsky não pretendia saltar nenhuma das etapas da revolução, como já dissemos, mas, sim, subsumir todas elas num único e mesmo processo ininterrupto de transformações revolucionárias, processo que partia da etapa burguesa e se encerrava com a ditadura do proletariado.

Segundo Trotsky, as teorias da II Internacional social-democrata, mais tarde absorvidas pelo stalinismo, “consideravam a democracia e o socialismo, em todos os povos e em todos os países, como duas etapas não somente distintas, mas também muito distantes uma da outra”.³² Enquanto a opinião dos partidos revisionistas considerava que o caminho para a ditadura do proletariado passaria por um longo período de democracia, “a teoria da revolução permanente proclamava que, para os países atrasados, o caminho para a democracia passa pela ditadura do proletariado”, dizia Trotsky.³³

Sobre a acusação de que a teoria da revolução permanente não confiava na força revolucionária do proletariado russo, Trotsky respondia que o proletariado russo só poderia se pôr como vanguarda da revolução ainda em 1905 porque a futura revolução não seria uma revolução nacional, mas, sim, internacional. A força revolucionária do proletariado não viria apenas da covardia da burguesia e da fraqueza do campesinato russo, mas viria, sobretudo, da força das revoluções socialistas vitoriosas no resto da Europa, especialmente na Alemanha. Só a revolução internacional poderia completar e consolidar a revolução russa como uma revolução operária.

Trotsky refutava toda exaltação ao proletariado russo porque se considerava inimigo de todo “messianismo nacional”, isto é, inimigo de todo tipo de reconhecimento de vantagens e qualidades peculiares a certos países capazes de lhes conferir um papel que os demais países não poderiam desempenhar. Para Trotsky, o papel de vanguarda do proletariado russo em 1905 estava condicionado pela possibilidade da revolução operária se disseminar para os principais países industrializados da Europa. Acreditar que a Rússia, pelas suas peculiaridades excepcionais, tais como extensão territorial e riquezas naturais abundantes, poderia desenvolver por si mesma o socialismo, independente da transformação socialista estendida a outros países, seria cair numa utopia nacionalista arcaica e retrógrada incompatível com o caráter internacional das forças produtivas desenvolvidas pelo capitalismo.

No caso da revolução proletária não conseguir se disseminar para outros países, no caso de ela se manter limitada

32. *Idem. Ibidem*, p. 23.

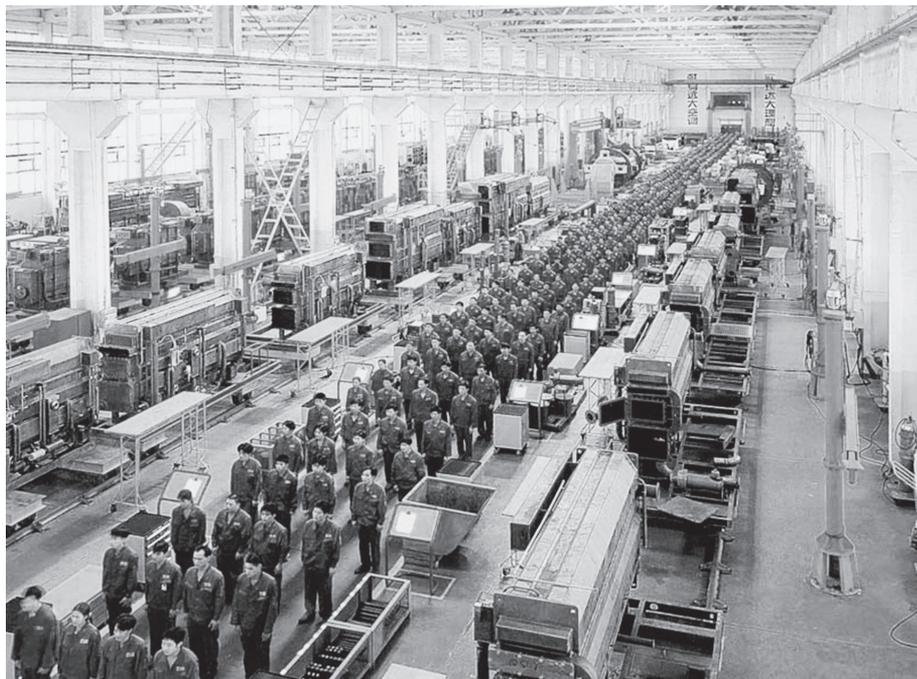
33. *Idem. Ibidem*, p. 24.

no interior de uma única nação, mesmo que esta nação fosse a poderosa Rússia de 1905, “as contradições internas e externas aumentam inevitavelmente e ao mesmo passo que os êxitos. Se o Estado proletário continuar isolado, ele, ao cabo, sucumbirá vítima dessas contradições”³⁴, profetizava Trotsky. O sucesso da revolução operária em um determinado país sempre dependerá, por isso, segundo Trotsky, do sucesso da revolução operária internacional.

A questão camponesa na IV Internacional após o assassinato de Trotsky

A partir dos anos 50 do século passado, a Teoria da Revolução Permanente de Trotsky começou a sofrer uma importante revisão surgida no interior da própria IV Internacional, fundada por ele em 1938. Segundo a Teoria da Revolução Permanente, a revolução realizada na Rússia em 1917 foi socialista apenas em seu começo, quando ainda era realizada pelos próprios operários e sob a direção de Lênin. Com a ascensão de Stálin ao poder a partir de 1924, ascendeu junto a ele uma série de camadas burocráticas e conservadoras que em nada se interessavam pelo caráter socialista da revolução. Por esse caráter burocrático e contra-revolucionário do regime stalinista, Trotsky propunha a necessidade de uma segunda revolução para a Rússia, agora dirigida contra a burocracia e o Partido Comunista.

Segundo Michel Pablo e Ernest Mandel, principais dirigentes da IV Internacional nos anos 50, a caracterização de Trotsky sobre a natureza contra-revolucionária da burocracia soviética deveria ser relativizada. Segundo suas previsões, nunca efetivadas, o mundo estaria, nessa época, na iminência de viver uma terceira guerra mundial entre o bloco capitalista liderado pelos EUA e o bloco socialista liderado por Moscou, de proporções catastróficas. Numa conjuntura de guerra entre esses blocos, a burocracia poderia adotar posições revolucionárias e ser obrigada, pela força objetiva da situação, a avançar a revolução socialista no interior da União Soviética e realizá-la nos países imperialistas, rompendo, assim, o pacto de convivência pacífica dos anos 40 firmado entre Moscou e o Imperialismo.



Exército de operários no interior de fábrica na China.

Segundo esse falso prognóstico, Pablo e Mandel relativizavam o papel conciliador e traidor dos partidos stalinistas e defendiam o chamado entrismo sui generis de todas as seções da IV Internacional nos partidos comunistas. De acordo com eles, impulsionados pela lógica objetiva do movimento revolucionário, os partidos stalinistas seriam obrigados a dirigir as novas revoluções que eclodiriam com a guerra. Segundo esses dirigentes, a tarefa de construir uma nova internacional revolucionária poderia ser dispensada, pois as futuras revoluções socialistas seriam dirigidas pelos partidos stalinistas. Aos trotskistas caberia o papel de atuarem como ala esquerda do stalinismo nessas revoluções.

Nahuel Moreno, outro importante dirigente trotskista desse período, não concordava com os prognósticos de Pablo e Mandel e a política de subordinação ao stalinismo. Contudo, nem por isso deixou de ser influenciado por essas concepções revisionistas, liquidacionistas e objetivistas da revolução socialista. Moreno defendia abertamente a necessidade de se revisar a Teoria da Revolução Permanente e o papel de vanguarda do proletariado na revolução socialista. Segundo ele, o proletariado poderia ser substituído como vanguarda da revolução democrática pelos movimentos camponeses, como ocorreu em Cuba em 1959. Apesar de Moreno não dispensar a construção da IV Internacional, como dispensara abertamente o pablismo, ele relativizava a importância e a necessidade dela para o triunfo da revolução democrática. Segundo ele, a história das revoluções do século XX havia contrariado as concepções de Trotsky, pois, a exemplo de Cuba, os camponeses teriam mostrado que poderiam dirigir revoluções democráticas vitoriosas mesmo na ausência do proletariado e

da IV Internacional. Segundo Moreno, as revoluções do século XX teriam sido inicialmente revoluções democráticas dirigidas pelos camponeses que logo se burocratizaram e interromperam o processo. Segundo ele, o partido operário revolucionário seria de importância crucial na fase de continuidade e desbloqueio da revolução, na fase de luta contra a burocracia, mas não na sua fase inicial e democrática, já que a história teria provado que Marx e Trotsky haviam errado em suas avaliações sobre o papel revolucionário dos camponeses.

Do mesmo modo que Plekhanov e os mencheviques, e mais tarde o stalinismo, essa teoria da revolução socialista era uma teoria claramente etapista, estanque e mecanicista e não uma teoria dialética da revolução, não uma teoria do transcrescimento da revolução democrática em revolução socialista dirigida diretamente pelo proletariado e seu partido revolucionário em um único processo, como conceberam Lênin e Trotsky.

Ao dispensar a necessidade de se construir partidos trotskistas que dirijam a revolução democrática, ao dispensar o papel da classe operária nessa fase da revolução, Moreno dispensava junto a necessidade de se agitar o Programa de Transição no meio do movimento operário. Com isso, o programa do morenismo descia ao nível do programa das organizações pablistas, centristas e reformistas do movimento operário. Moreno, assim, recuava a uma época anterior a Trotsky e a Lênin, à época da Segunda Internacional e sua divisão mecânica entre Programa Mínimo de caráter econômico para ser agitado no meio sindical e Programa Máximo a ser agitado em dias de festas no Parlamento.

Na fórmula da revolução pensada pelos mencheviques e por Plekhanov não havia a necessidade de se agitar um

34. Idem. *Ibidem*, p. 24.

programa revolucionário e de se criar um partido revolucionário de combate. Como a revolução seria dirigida pelos partidos burgueses, ao proletariado caberia apenas o papel de criar organizações de propaganda e de servir de ala esquerda da revolução burguesa. Na fórmula pensada por Lênin, como o proletariado deveria dirigir o processo, mesmo que ao lado dos camponeses, havia a necessidade de se criar um partido de combate e de agitação revolucionária, um partido centralizado e de quadros que organizasse a classe operária para a tomada do poder. Na fórmula da revolução permanente de Trotsky também havia a necessidade, assim como em Lênin, de se organizar os operários num partido de combate e de agitação revolucionária. Na fórmula de Trotsky, como já mostramos, a revolução só poderia adotar um caráter permanente com a condição de que o proletariado fosse sua direção desde o começo.

Na fórmula liquidacionista do pablismo, contudo, todas as lições de Trotsky foram ignoradas ou relativizadas. Como agora a revolução democrática poderia ser dirigida por partidos e organizações pequeno-burguesas, como esses partidos poderiam substituir o partido marxista e até mesmo cumprir parcialmente suas tarefas, que necessidade haveria de se construir partidos de combate como era o partido de Lênin? Na fórmula relativista do pablismo, essa necessidade ficaria adiada para a segunda etapa da revolução, a etapa socialista. Antes da etapa socialista, o trotskismo poderia ficar namorando as diversas organizações centristas e oportunistas do movimento operário e mesmo certas organizações nacionalistas e antiimperialistas, guerrilheiras e democráticas; poderia atuar como a ala esquerda dessas organizações, conclamá-las e ajudá-las a fazer sua tarefa: a de realizar a revolução democrática como etapa separada e independente da ditadura do proletariado.

O caráter oportunista de todas essas teses revisionistas do pablismo e do morenismo está hoje mais do que evidente, após o fracasso das revoluções cubana e chinesa (e suas versões guevarista, castrista e maoísta) e a plena integração de ambas à ordem capitalista mundial. Essas duas revoluções têm mostrado, após seu fracasso, que nenhuma força política pode substituir o proletariado na luta contra a ordem capitalista mundial.

A Teoria (clássica) da Revolução Permanente e o *Programa de Transição*, de Trotsky, assim como *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, de Marx, são obras hoje mais reais do que nunca. Mais reais inclusive do que nas próprias épocas de Marx e Trotsky, quando ainda havia no planeta países atrasados com uma imensa população camponesa e um baixo número de operários industriais.

Hoje, o proletariado constitui a maioria absoluta da população em todos os principais países do mundo e toda revolução anticapitalista pode e deve, por isso, ser conduzida diretamente por ele. Todas as classes e camadas de classes intermediárias têm desaparecido de nossa história recente pelo desenvolvimento implacável da acumulação capitalista. A destruição e ruína econômica dos camponeses como massa de produtores relativamente independentes, como previra Marx ainda no século XIX, é mais do que evidente no começo do século XXI. A pequena propriedade que ainda resta não é mais a mesma do século XIX. Ela está completamente integrada à acumulação capitalista mundial e funcionando como um departamento dela: o departamento produtor de meios de subsistência para as cidades.

A pequena propriedade que sobreviveu no interior do capitalismo está completamente submetida ao mercado e ao planejamento dos grandes conglomerados multinacionais. Os preços recebidos por esses pequenos produtores não são preços de mercado, mas, sim, preços planejados que não permitem nenhuma acumulação e ampliação da propriedade. A propriedade na maioria das vezes apenas formalmente pertence ao produtor, pois geralmente ela está penhorada como garantia junto aos bancos. A maioria dos filhos desses pequenos produtores abandona a propriedade depois de adultos para trabalhar na cidade como operário de fábrica. O nível de vida e conforto de uma família de pequenos produtores quase nunca ultrapassa o nível de vida de uma família de operários de uma grande indústria. O regime de trabalho familiar nessas pequenas propriedades dura sempre mais que oito horas diárias durante todo o ano. Esses pequenos proprietários geralmente estão submetidos ao planejamento e controle de grandes indústrias de alimentos, como os frigoríficos e abatedouros de frango e suínos, assim como as indústrias do vinho e do cigarro, entre tantas outras.

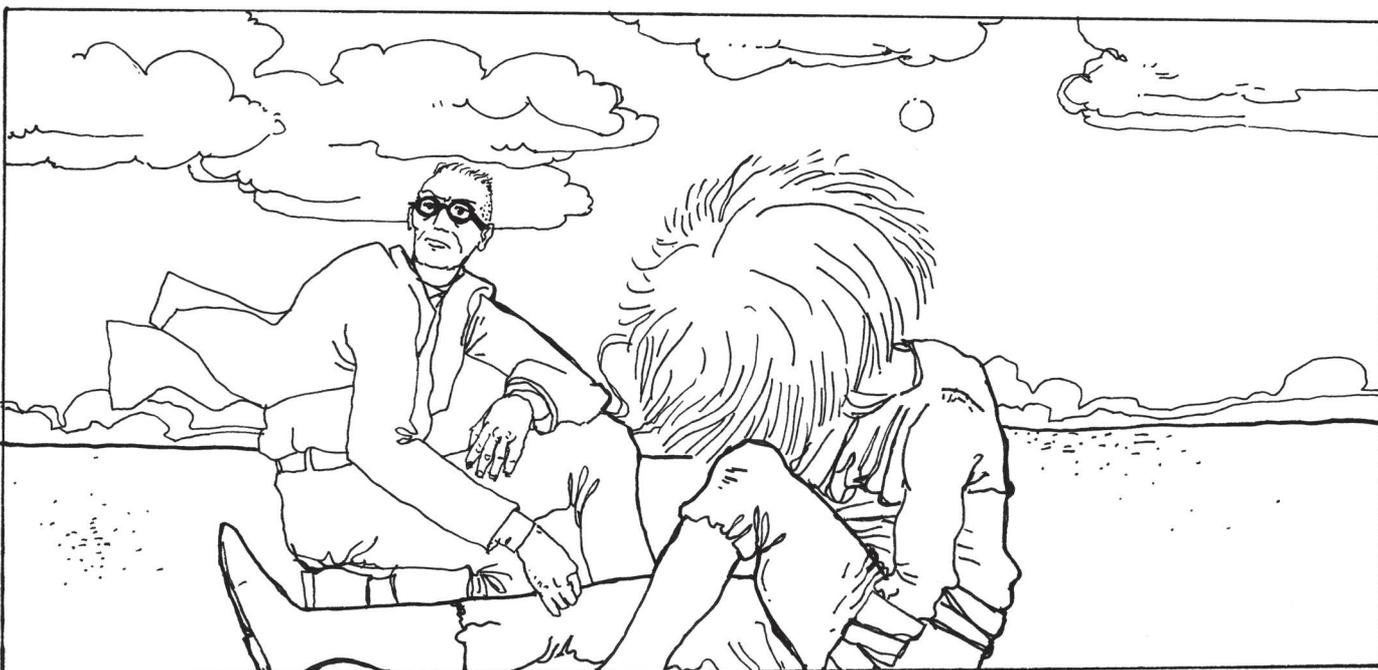
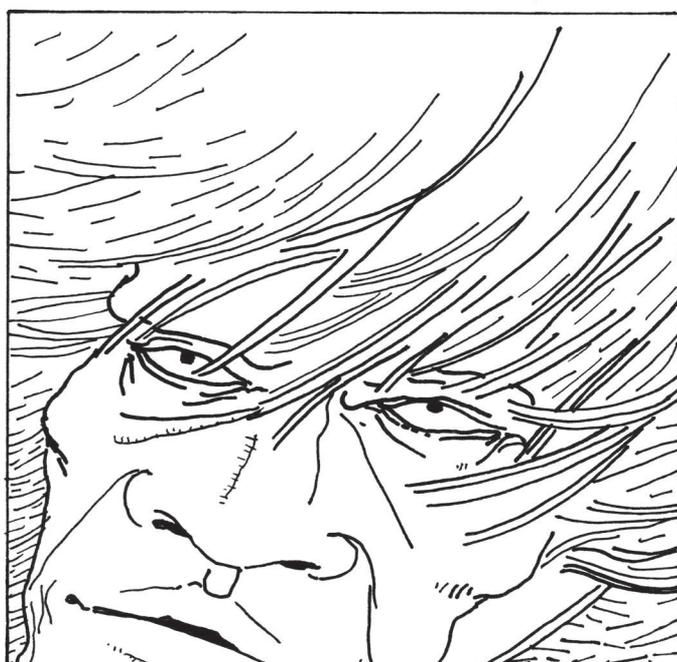
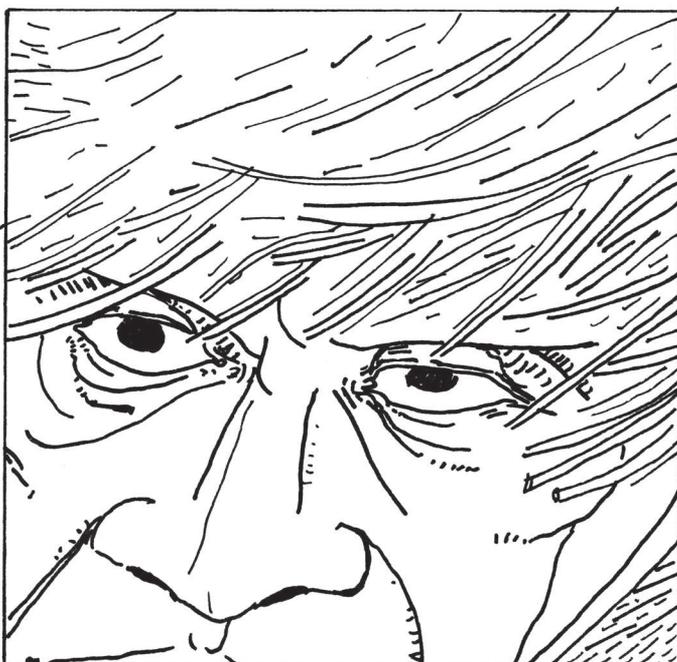
Esses pequenos produtores trabalham, geralmente, sob regimes de integração forçada com as grandes indústrias do setor, ficando impedidos contratualmente de venderem seus produtos para outras indústrias. Essas grandes indústrias operam em regime de monopólio, onde um único e grande comprador tabela e fixa os preços das mercadorias ao conjunto dos diferentes vendedores. Suas mercadorias, por isso, são geralmente vendidas abaixo do valor — como no caso do trabalhador que se obriga a vender sua força de trabalho sempre ao mesmo e único patrão. Por esse aspecto, esses pequenos proprietários na maioria das vezes não passam de assalariados disfarçados superexplorados pelo capital.

Hoje, mais do que em todas as épocas, se faz necessário a construção de partidos trotskistas de massas e a organização do proletariado como o único e verdadeiro sujeito da única e verdadeira revolução possível de ser realizada com sucesso: a revolução socialista permanente e mundial.

O movimento trotskista do século XX, liderado por Michel Pablo, Ernest Mandel e Nahuel Moreno, se caracterizou por ter buscado atalhos que facilitassem a atividade revolucionária. Esses atalhos implicaram sempre em ceder ao oportunismo pequeno-burguês e ao ecletismo sociológico as posições mais clássicas e revolucionárias do marxismo. Esses atalhos têm conduzido sempre o trotskismo ao pântano do centrismo e da traição revolucionária. A história do século XX, especialmente a história das revoluções cubana e chinesa e da adesão destas ao desenvolvimento capitalista, mostra claramente que não há atalhos para a revolução socialista. Ou ela é dirigida desde o começo pelo proletariado e pela IV Internacional (a verdadeira, criada por Trotsky em 1938, e não a degenerada pelo pablismo) ou ela se desintegra e rapidamente adere à ordem capitalista.

A construção, hoje, de uma verdadeira organização marxista e trotskista profundamente enraizada na classe operária, com radical influência de massas e verdadeiramente internacionalista, passa, sem dúvida nenhuma, pela recuperação das concepções clássicas do marxismo e do trotskismo revolucionário: as concepções de que só a classe operária é uma classe verdadeiramente revolucionária; a de que só ela e mais ninguém poderá conduzir a humanidade a um mundo novo e verdadeiramente humano; a de que só o *Programa de Transição* em sua concepção clássica é um programa revolucionário; a de que a Teoria da Revolução Permanente e *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* são mais atuais hoje do que em todas as épocas passadas. ■







EM BUSCA DE ELDORADO,
A CIDADE DO OURO,
OBU DEIXA O VELHO
CONTINENTE.
ERRANTE, DEPARA-SE
COM A IMENSIDÃO
DO SERTÃO, ONDE
REALIDADE E LOUCU-
RA CONVIVEM SOB
O SOL E O CÉU,
ENTRE SERTANEJOS
E JAGUNÇOS.

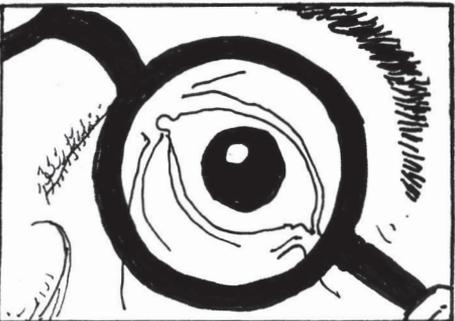
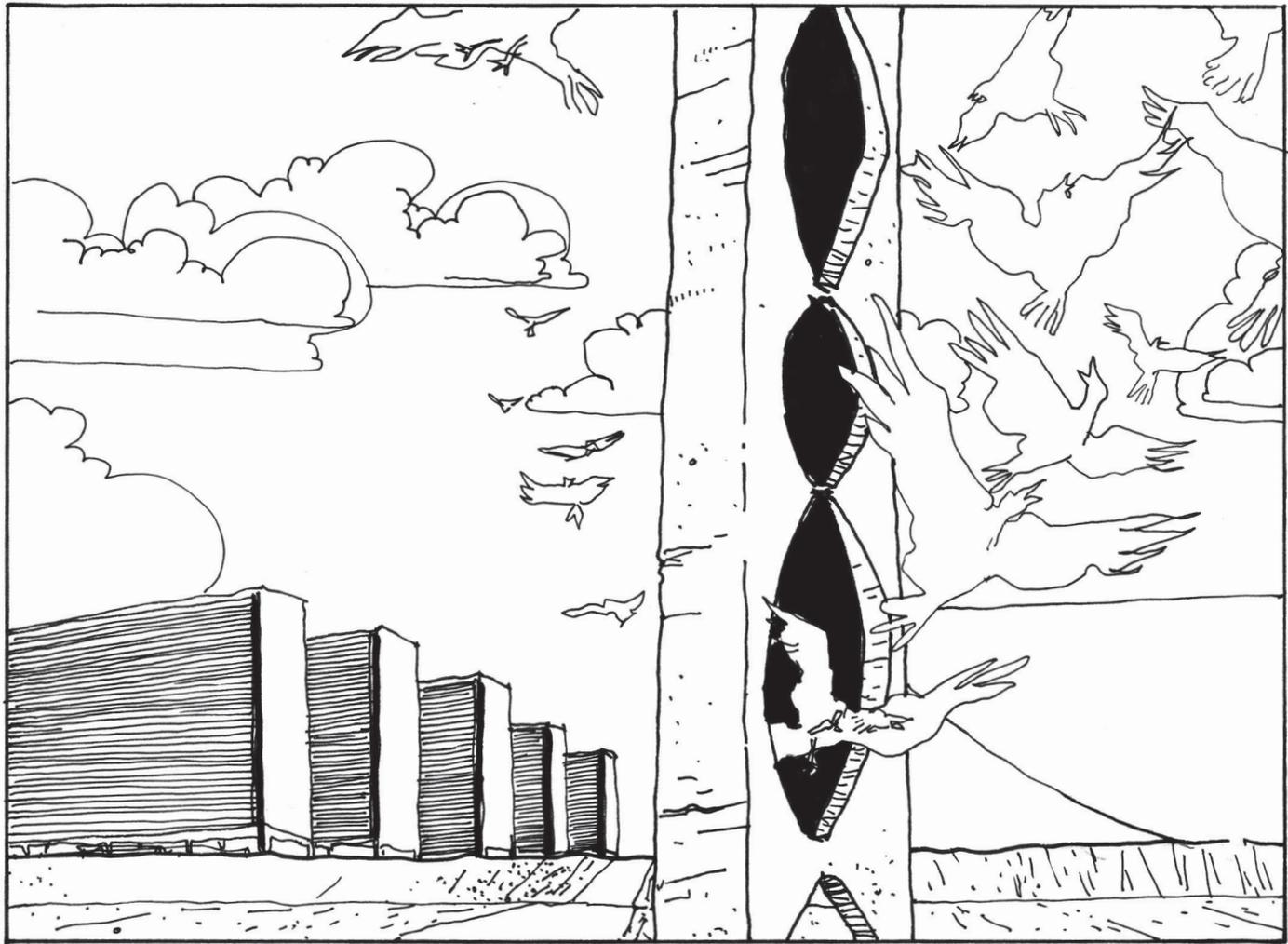
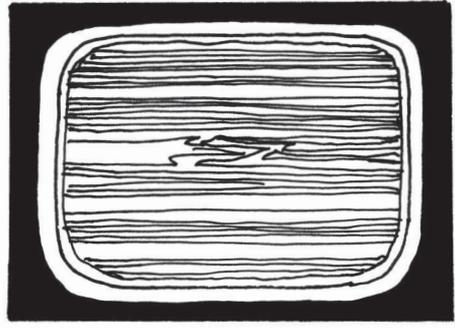
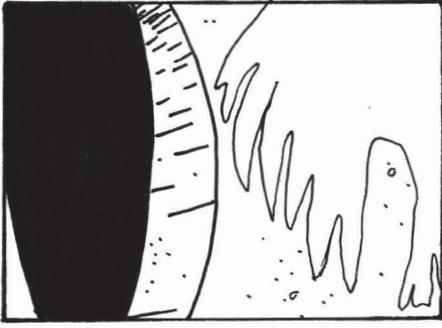
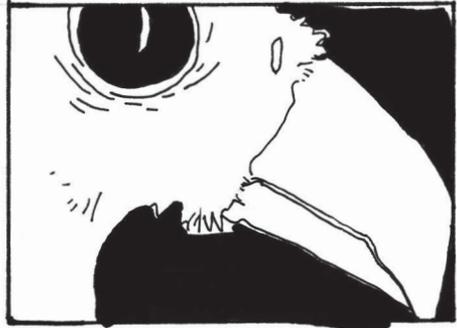
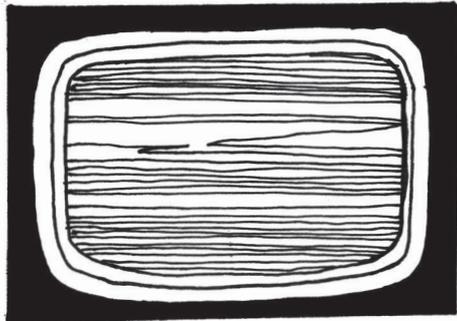
GUIADO PELAS PALAVRAS DO
HOMEM CENTENÁRIO,
OBU CHEGA FINALMENTE
AO QUE SE APRESENTA
COMO AS MURALHAS
DA CIDADE...

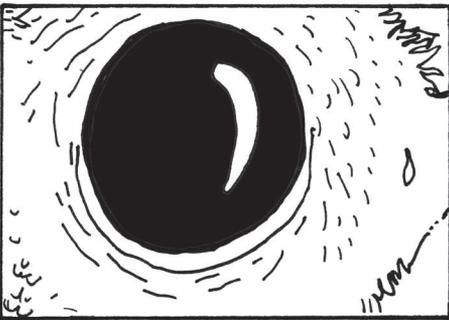
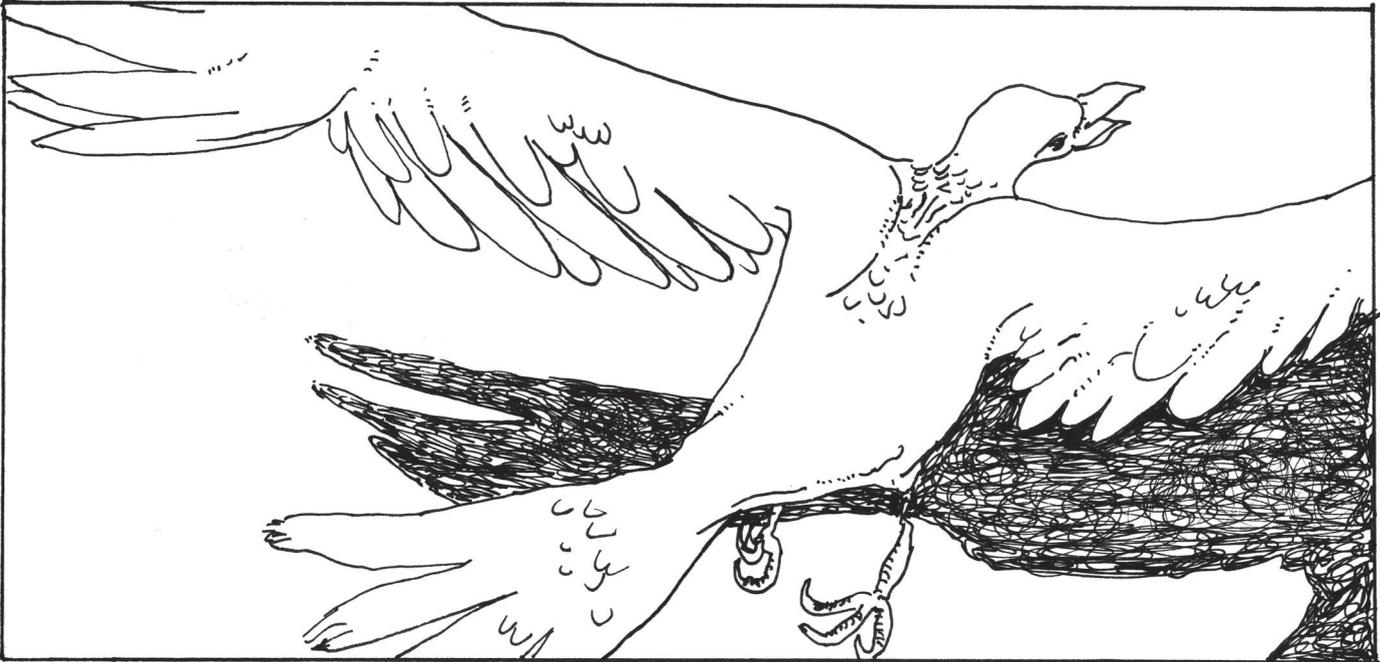
...GUARDANDO-AS OBU
ENCONTRA UM VELHO
CIDADÃO DE ELDORADO
QUE APÓS LHE REVELAR
NOVOS SEGREDOS DA CIDA-
DE SÓ PERMITE A OBU

PROSSEGUIR SE O VENCER
EM UM DUELO. OBU
FERINDO MORTALMENTE
O GUARDIÃO ATENDE
AO ÚLTIMO PEDIDO
DO VELHO COMBATENTE...

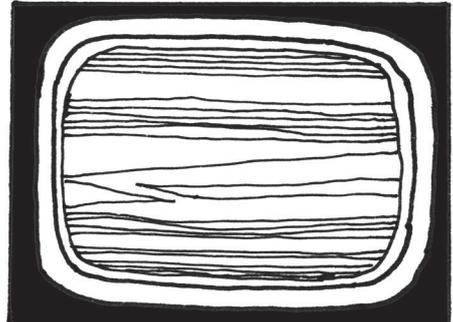
REVER A CIDADE QUE GUARDOU.
ASSIM SOB OS ÚLTIMOS RAIOS
DO SOL, OBU ENTRA
NA CIDADE IMAGINÁRIA,
ELDORADO,
MERGULHANDO
EM UMA ...

... TRISTE
NOITE
SEM FIM

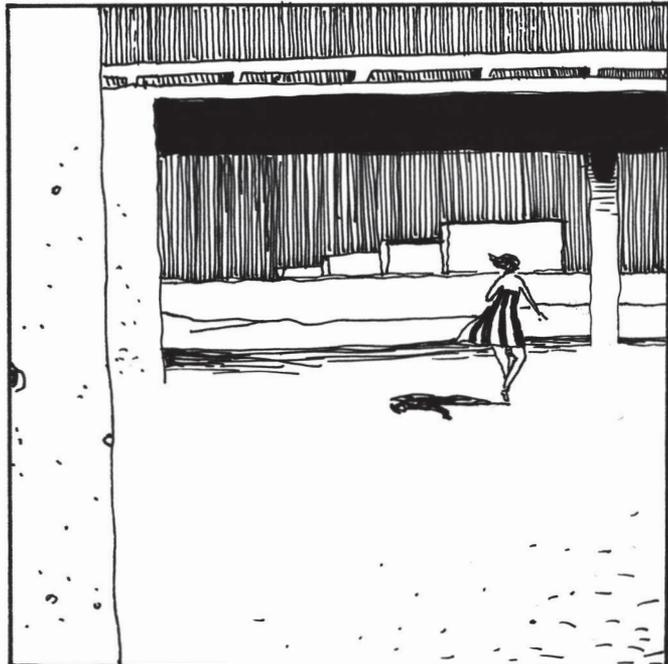
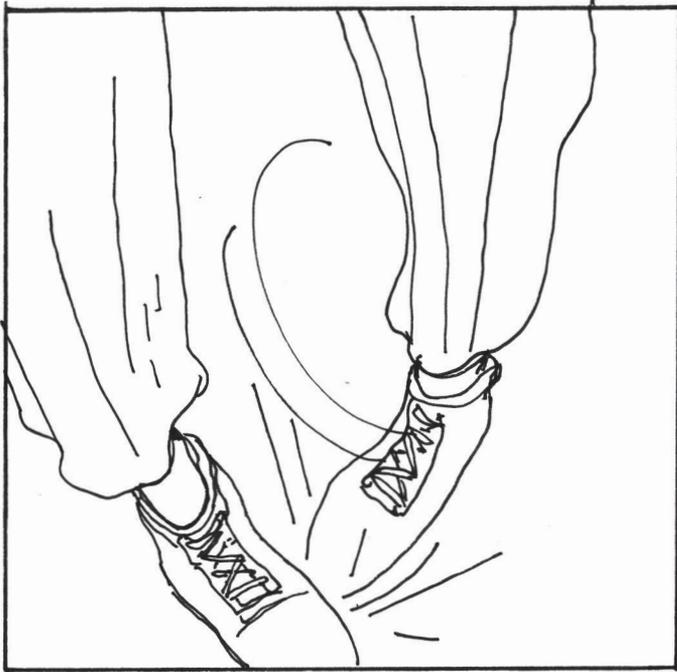


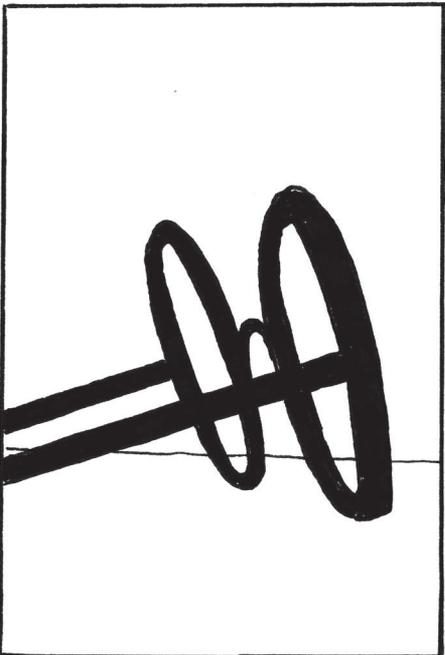
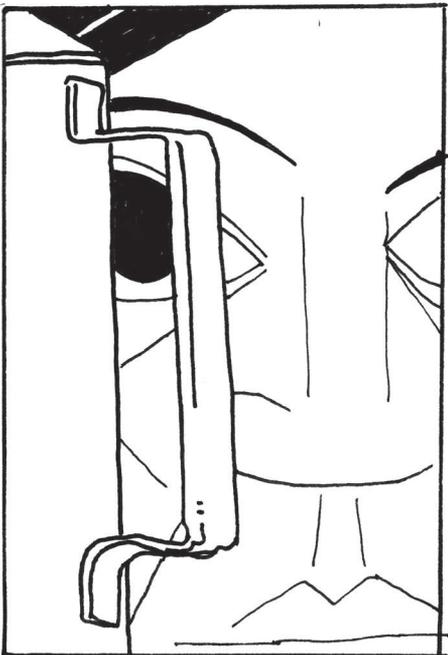
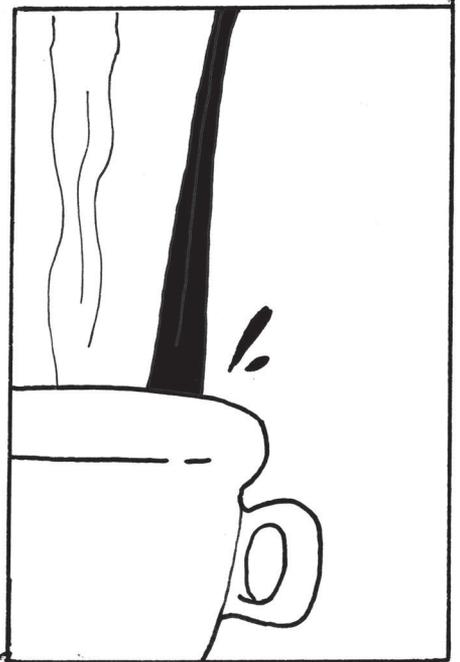
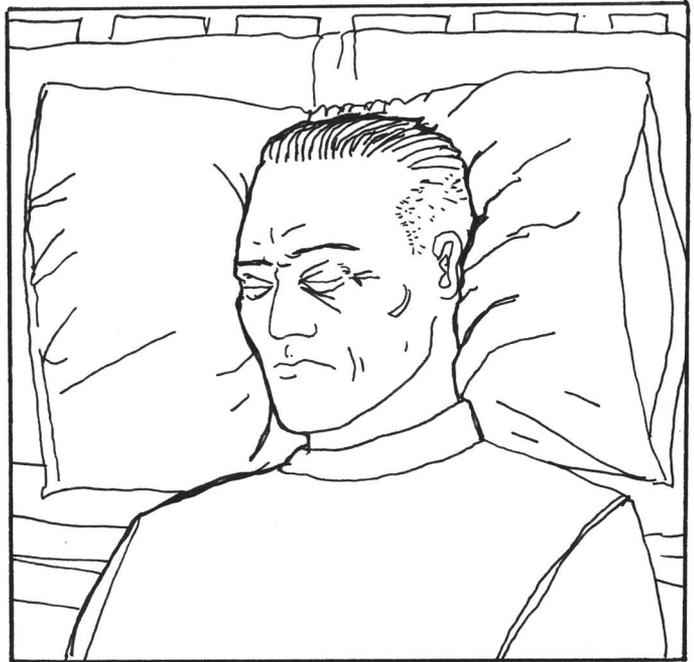


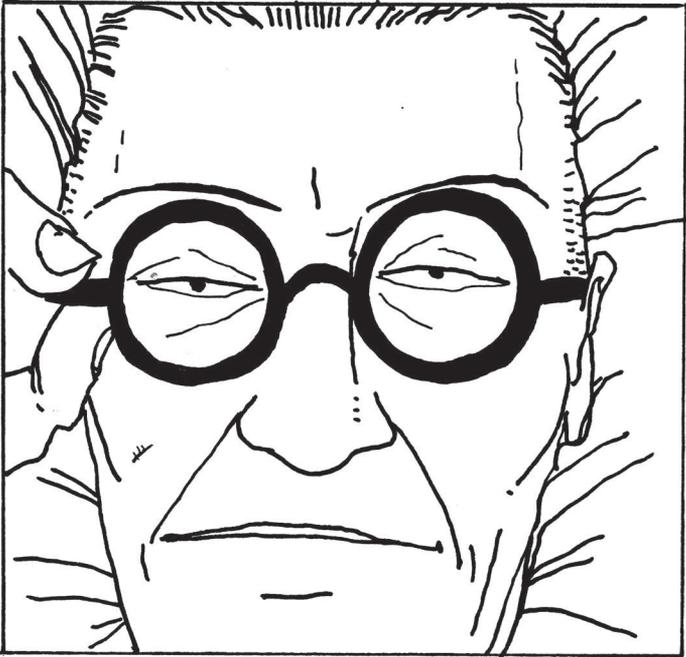
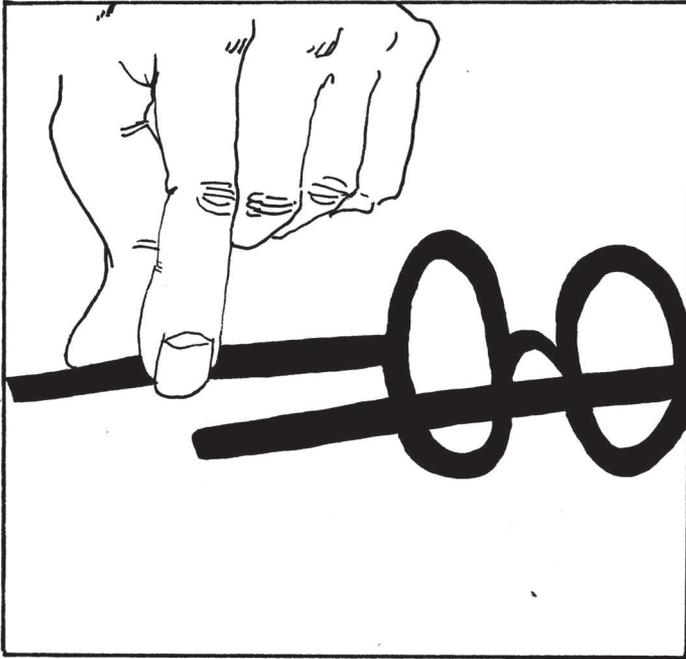
KRUA

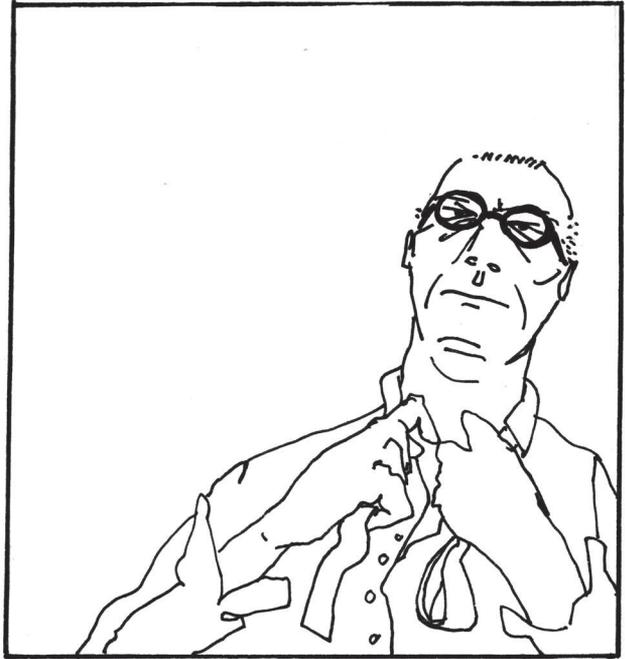


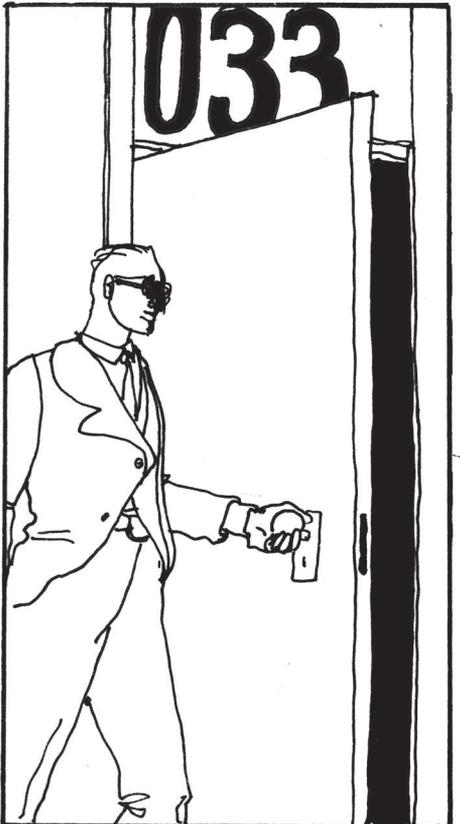
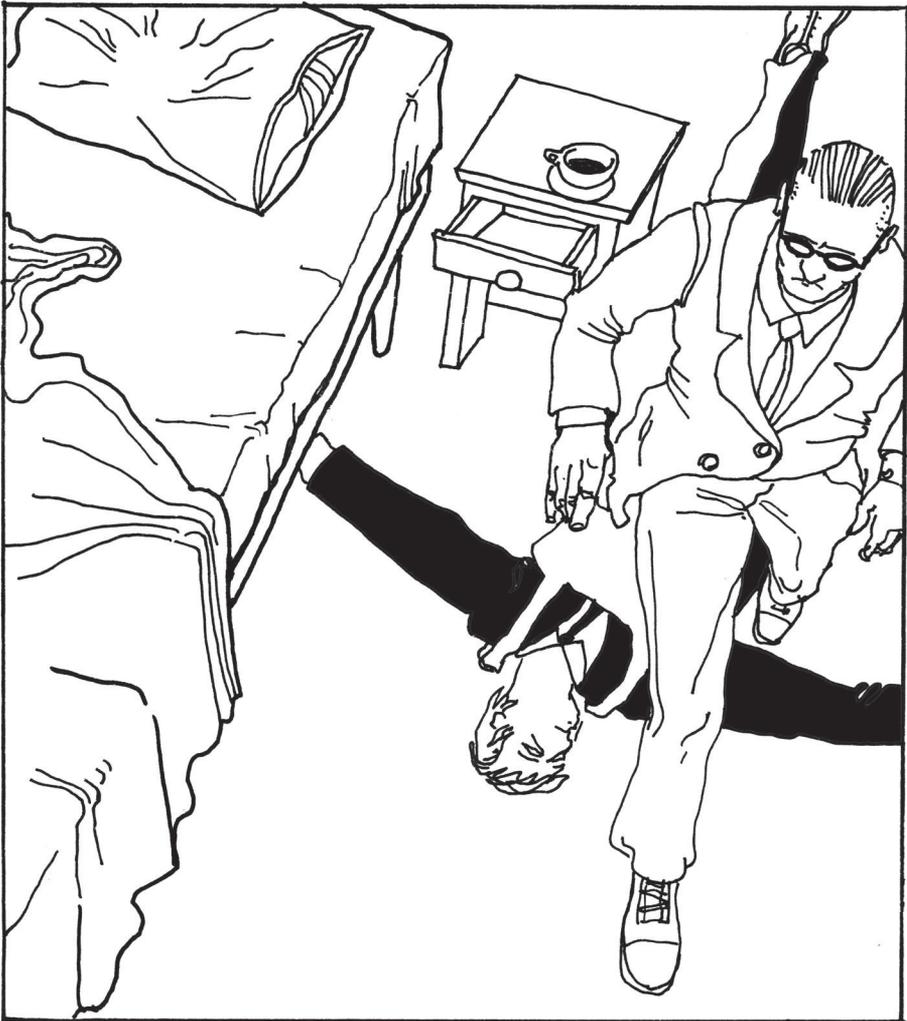
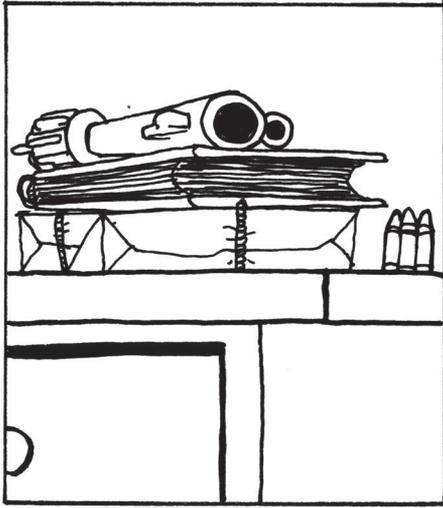
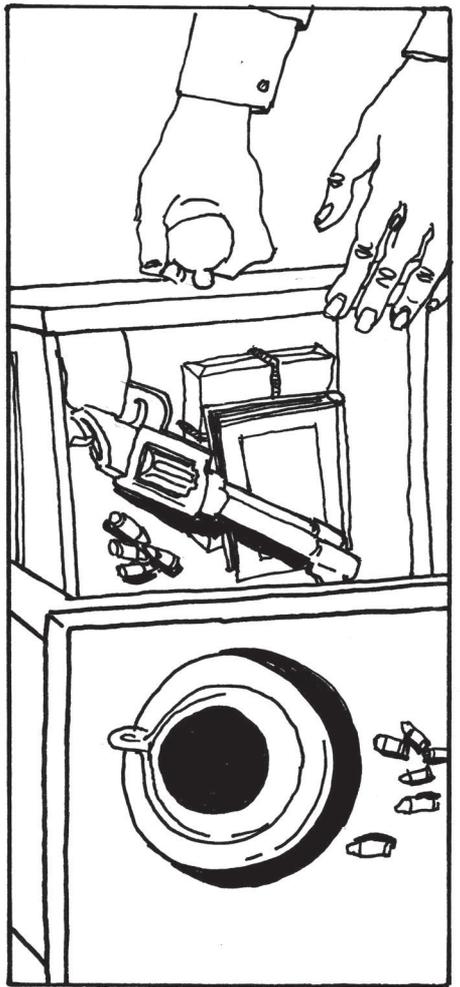
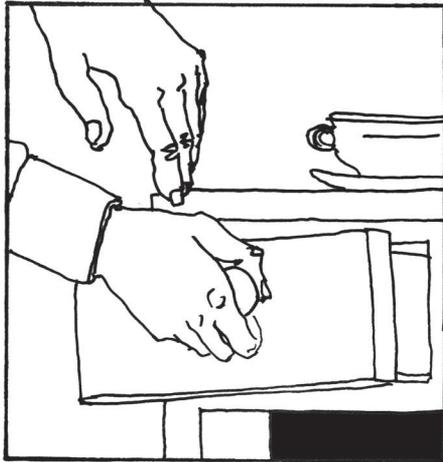
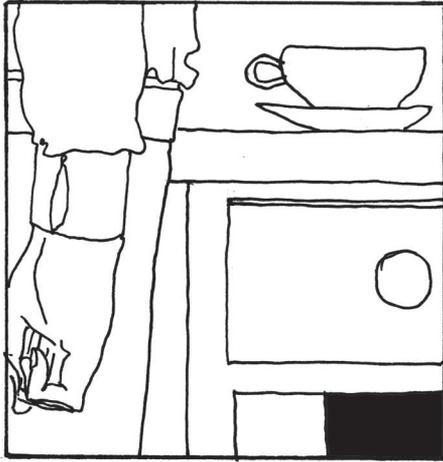


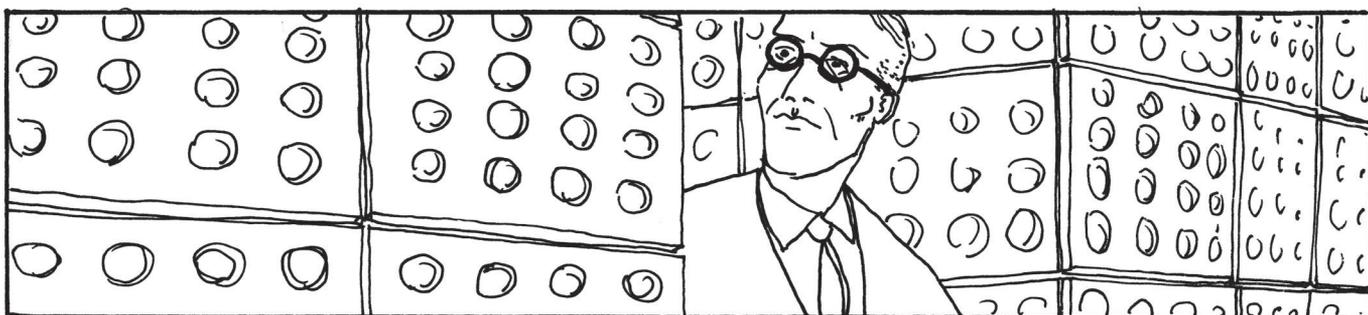
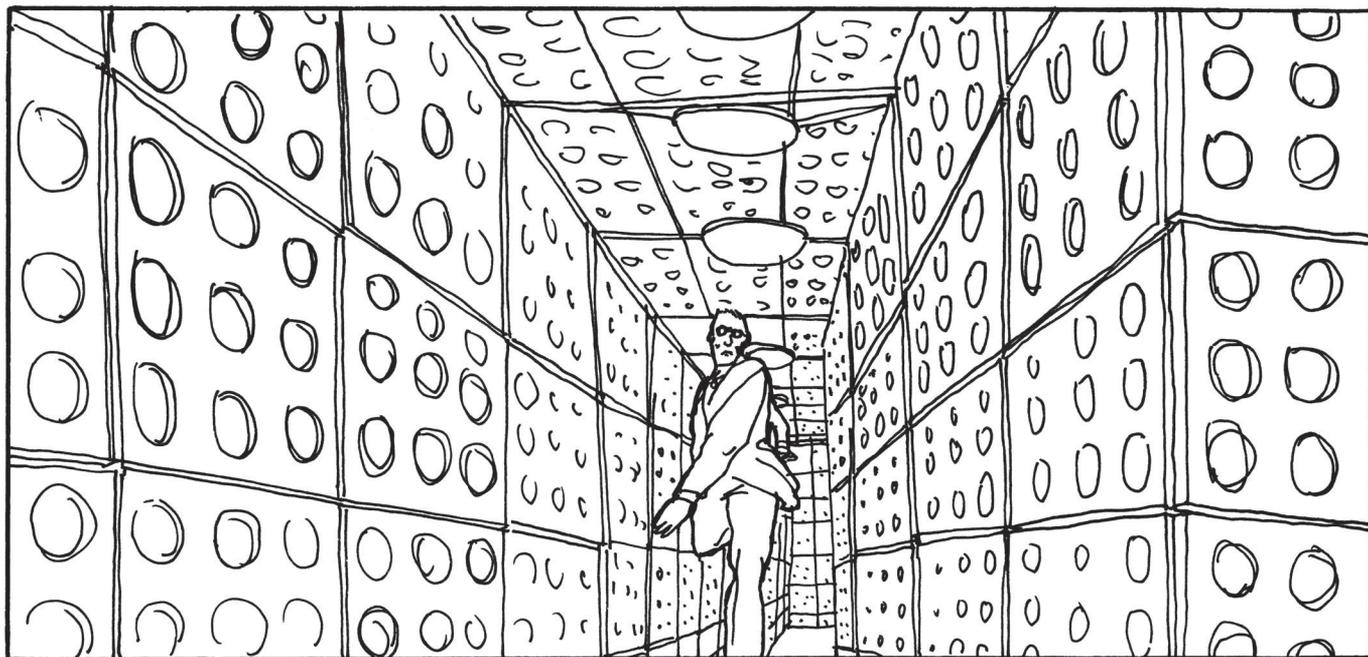


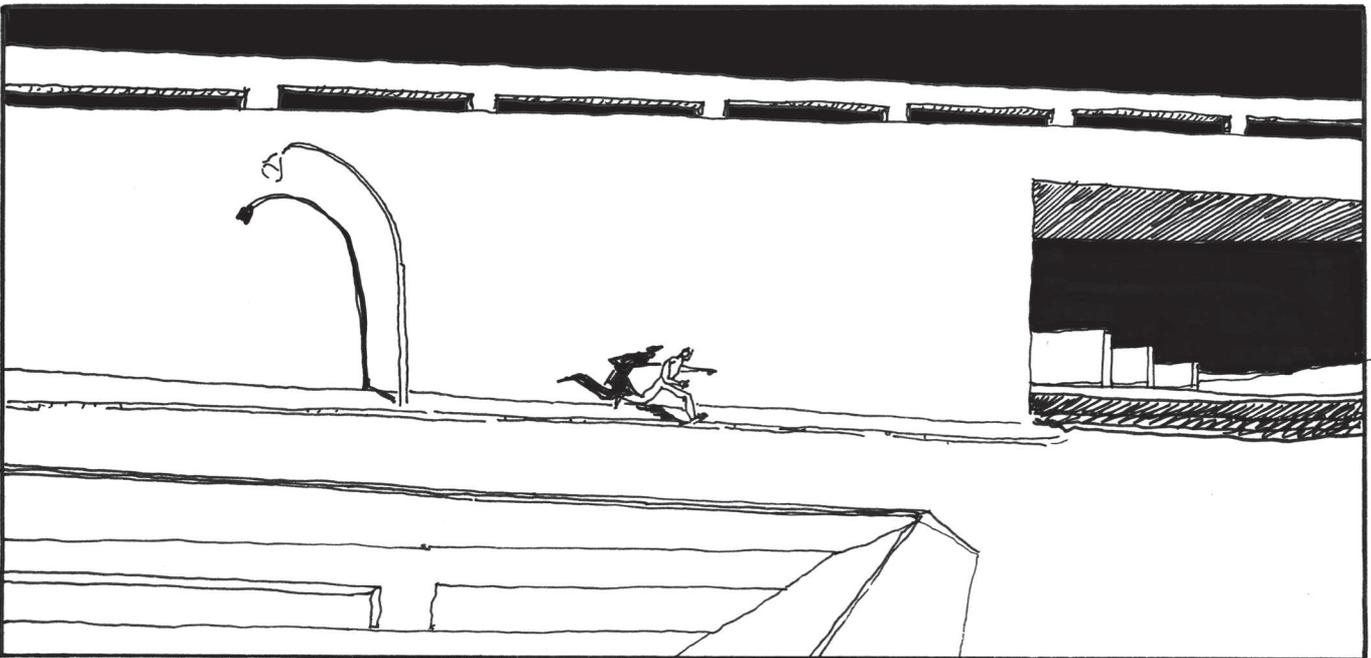
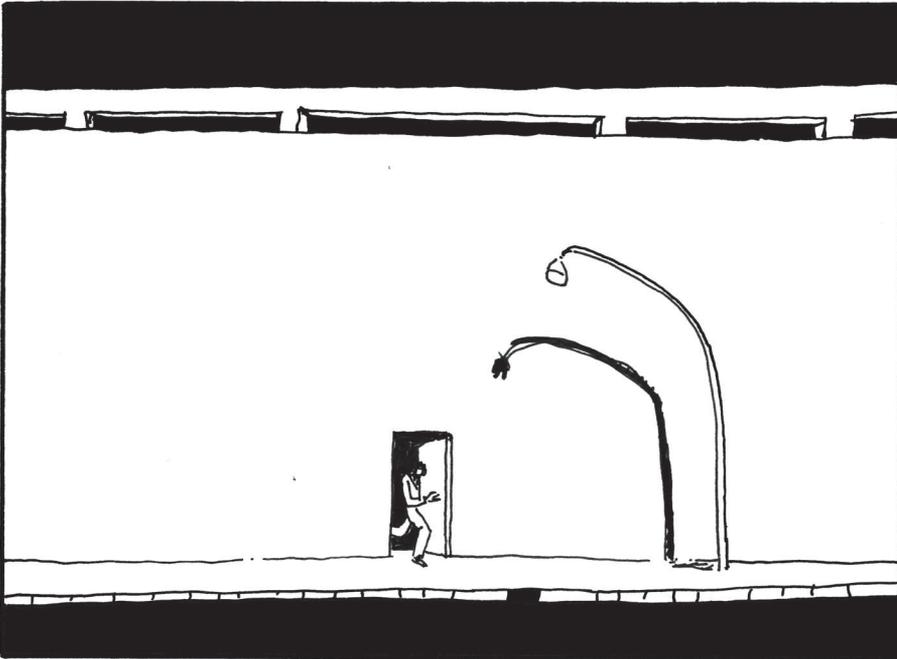
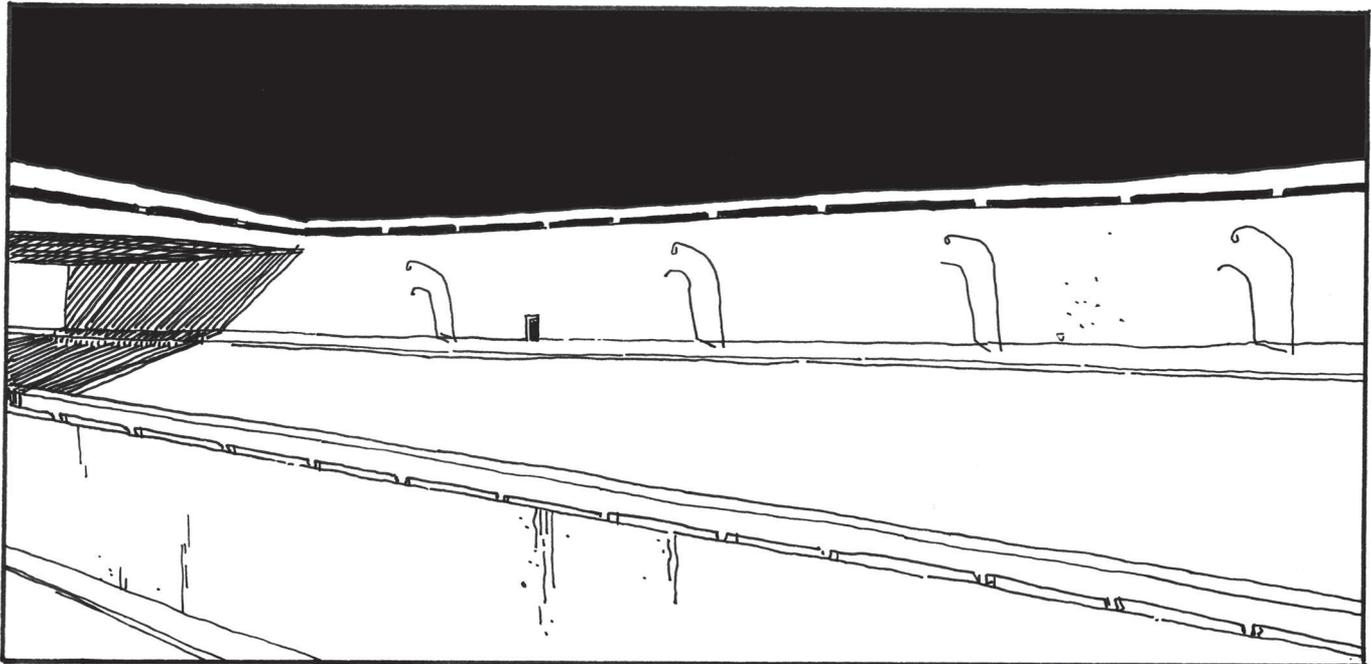


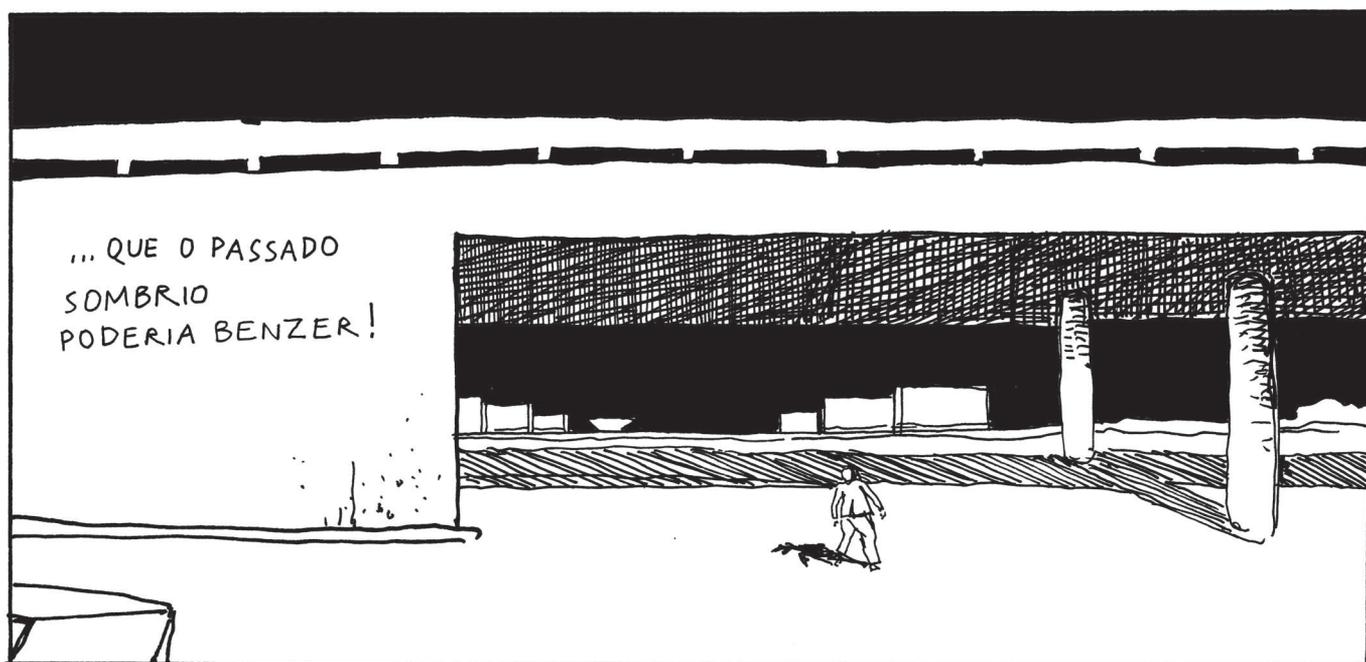
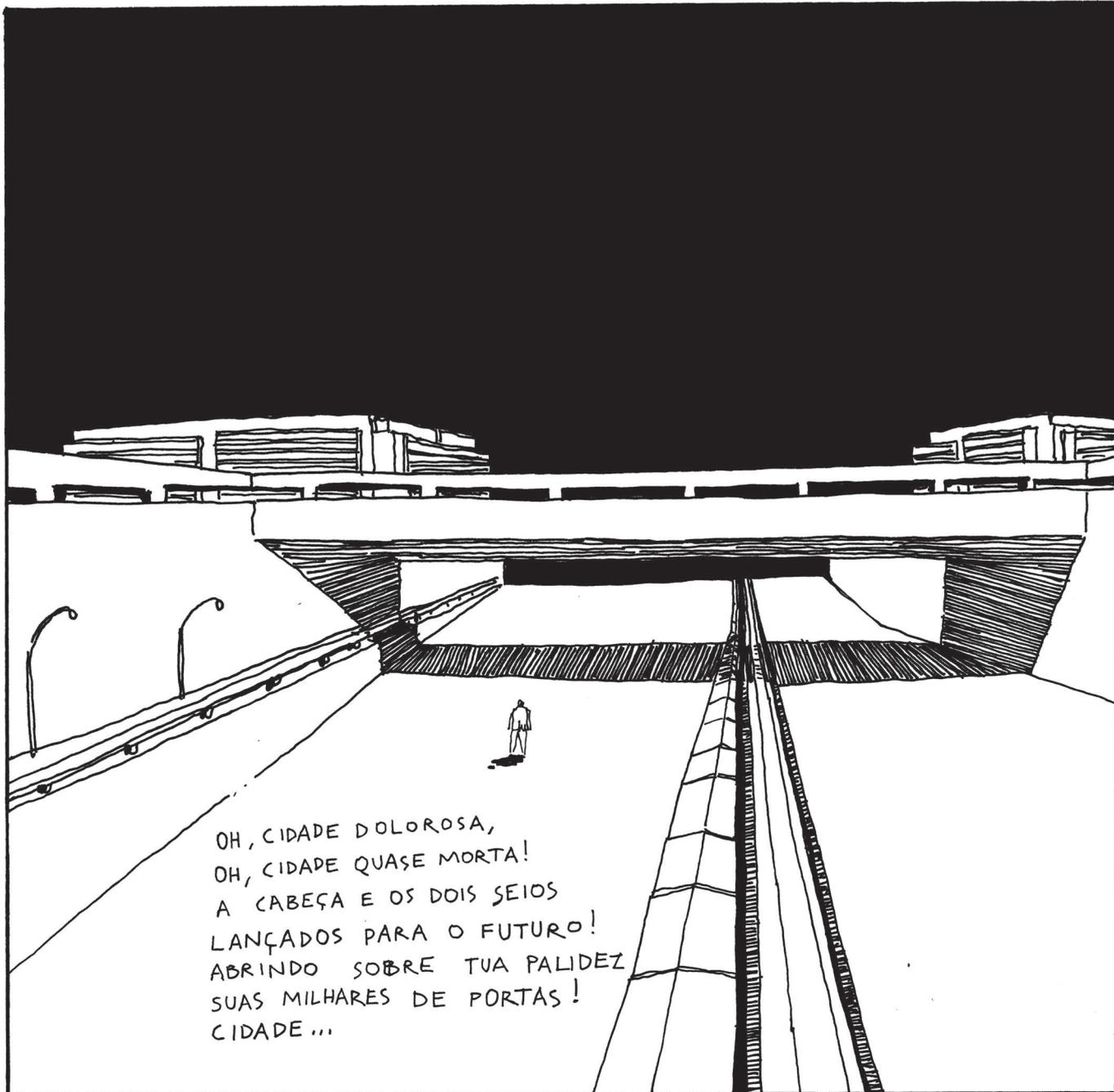


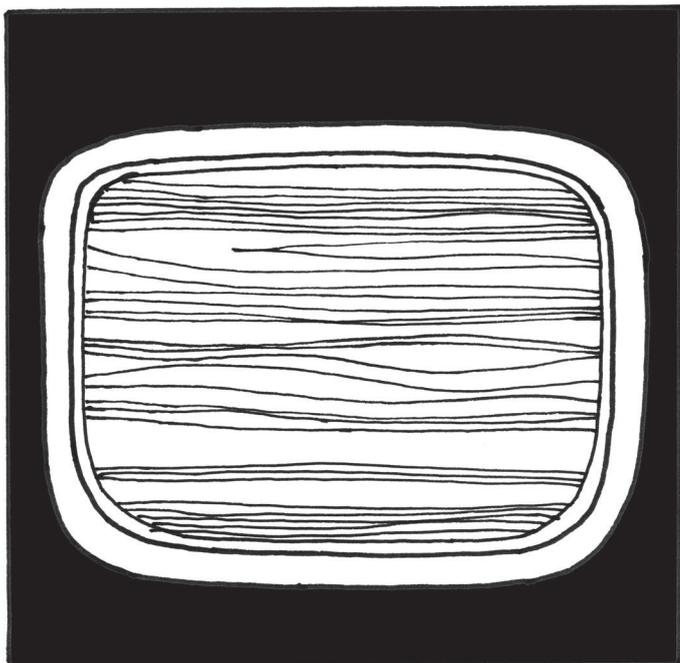
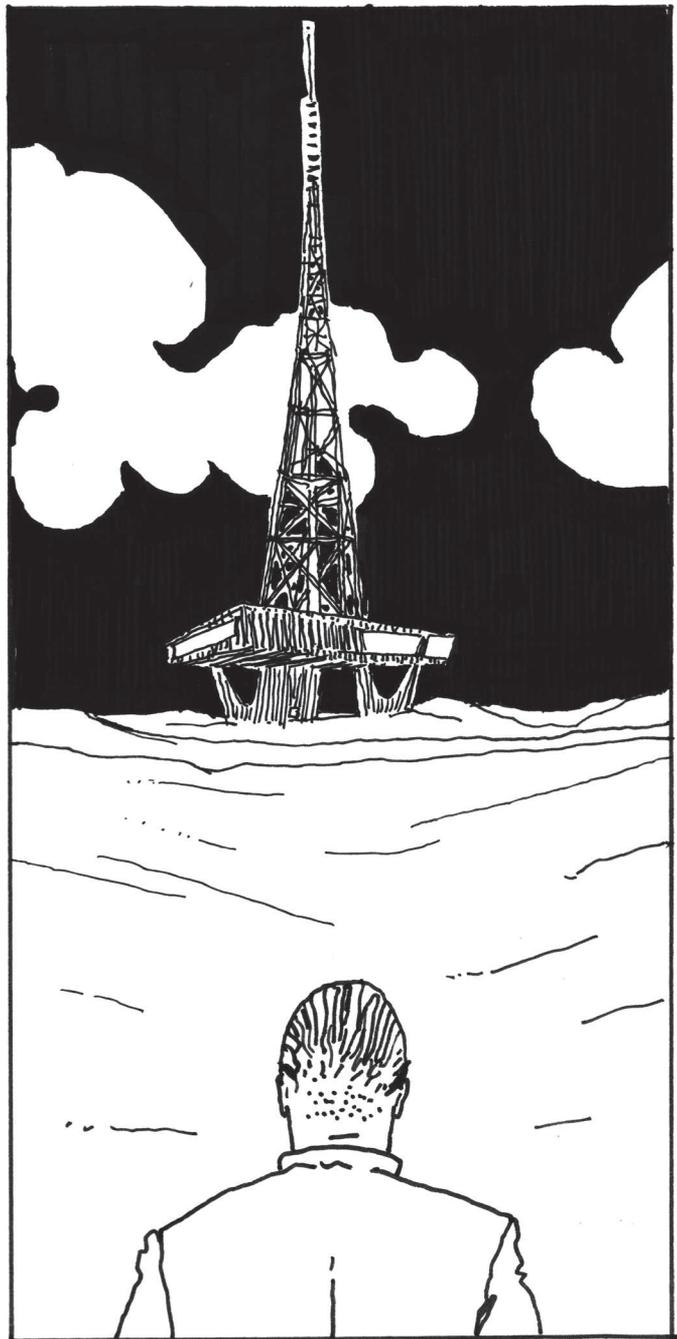


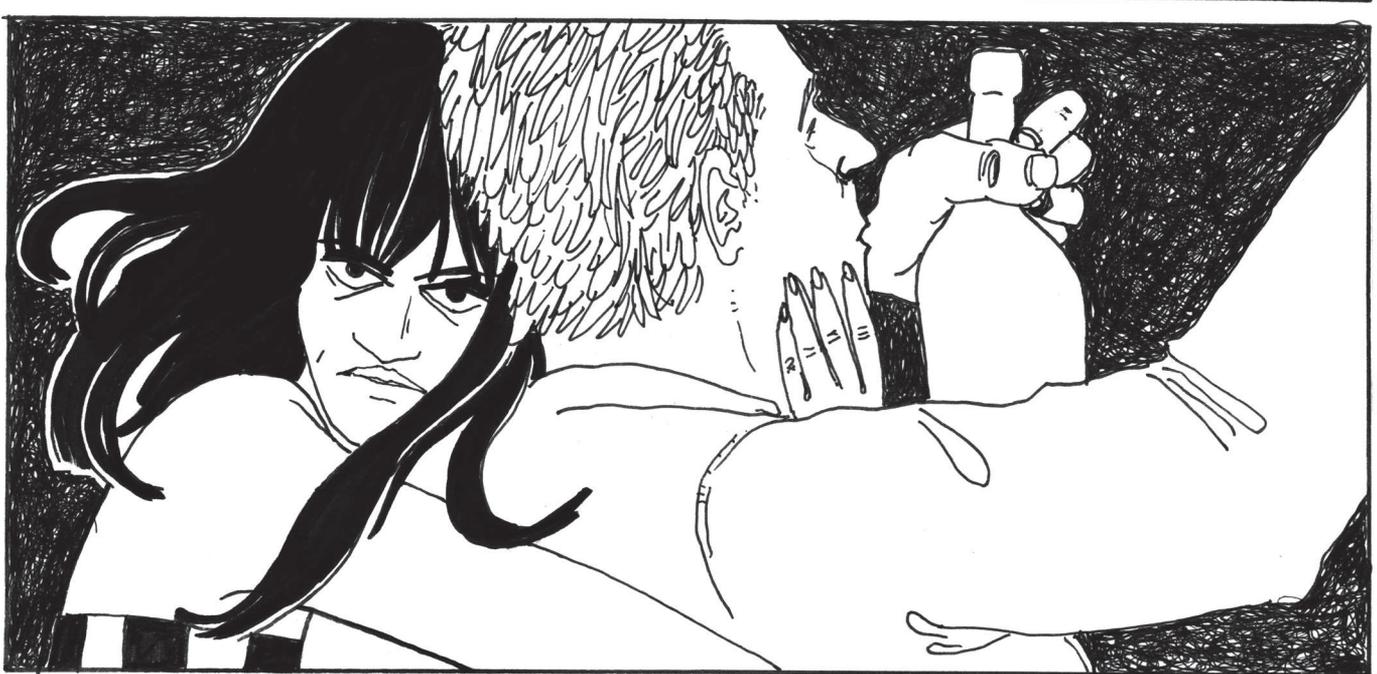
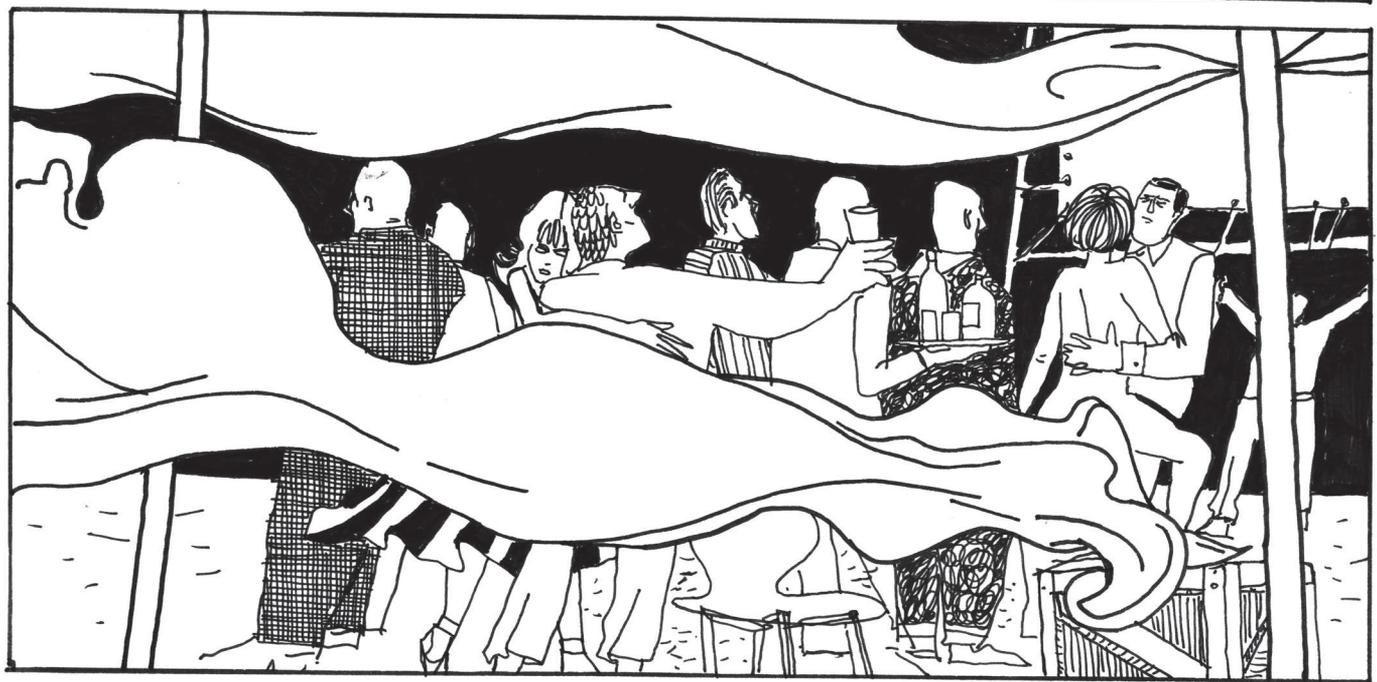
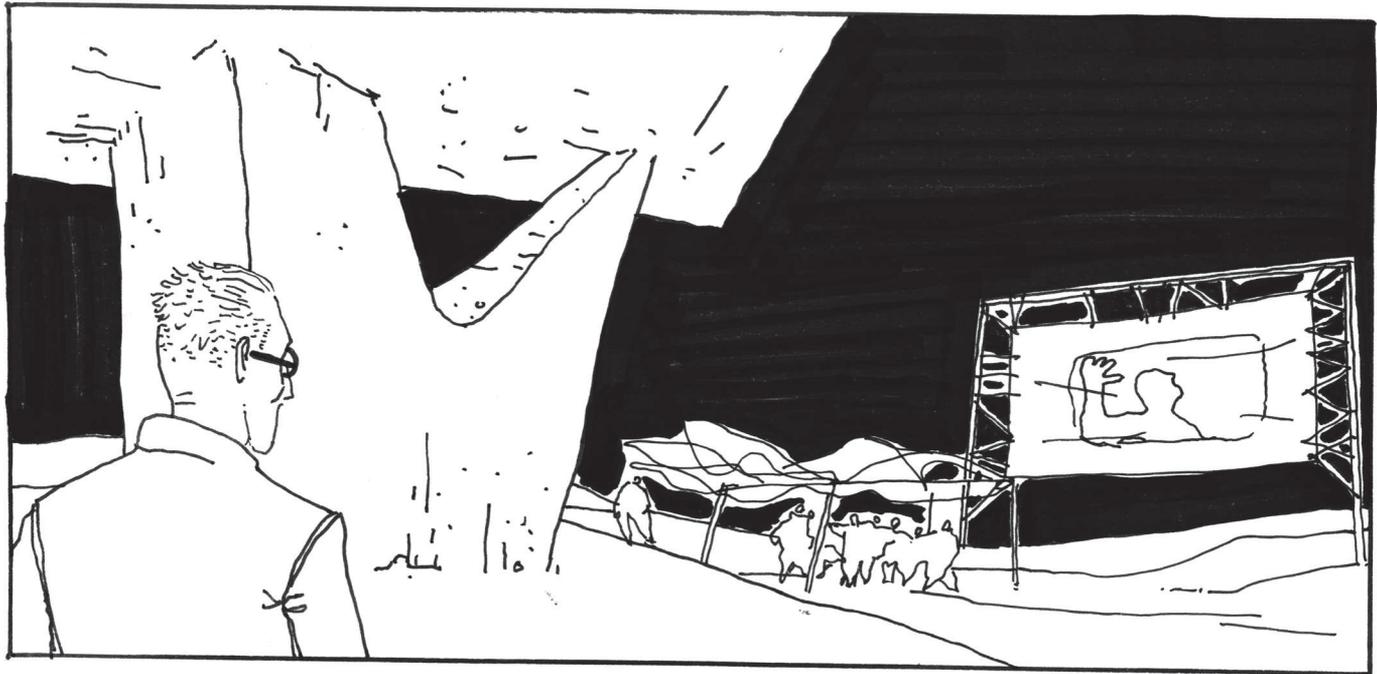


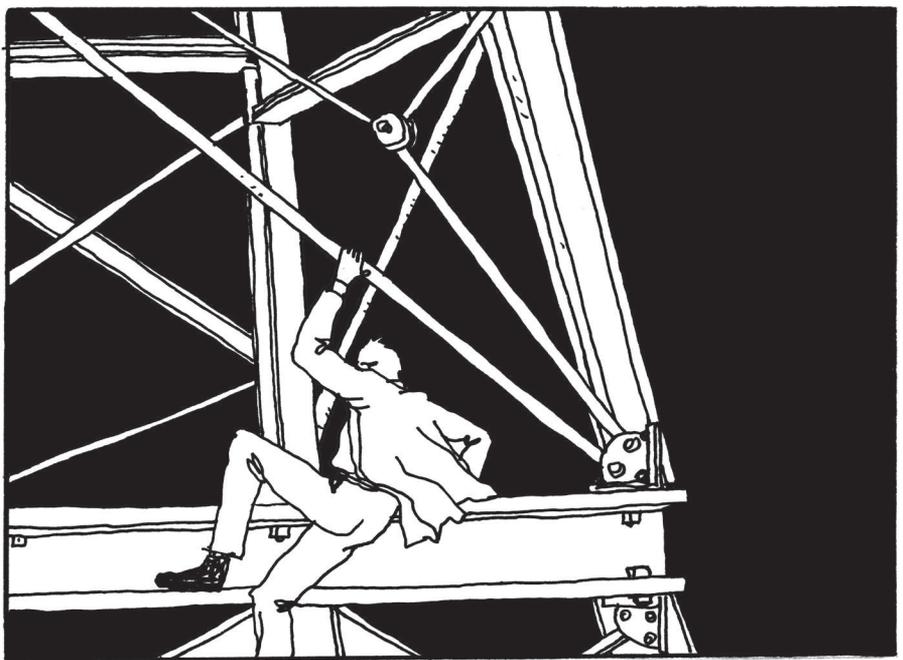
















NÃO, VENHO DOS
PAÍSES EXTERIORES,
SOU UM VIAJANTE,
CORBU OBU,
VENHO...



**PAÍSES
EXTERIORES!?**
DIGA-ME, ESTRAN-
GEIRO, COMO OS
HOMENS VIVEM
LA'?



FALE-ME,
ANTES, DESTE
LUGAR

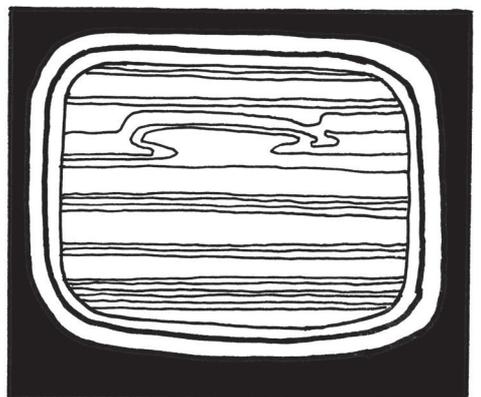
ELDORADO?



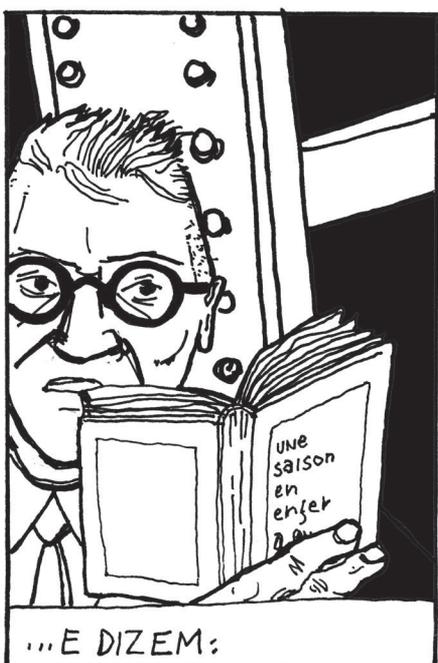
ELDORADO É UMA
CIDADE NASCIDA POR
MILAGRE EM MEIO
AO SILÊNCIO E A
DOR DO SERTÃO...



...ADMIRADA,
SR. OBU, PELAS
LEIS QUE A REGEM
INEQUÍVOCAS.



"A MÁQUINA DA ALMA
COM OS ANOS SE TRAVA..."



...E DIZEM:



-AO ARQUIVO!
ACABOU-SE! UM A MENOS"



ESTRANGEIRO,
VIM AQUI PREVINI-LO:

SEGUNDO AS LEIS QUE
REGEM ELDORADO, OS
LIVROS SÃO
OBJETOS PROIBIDOS!



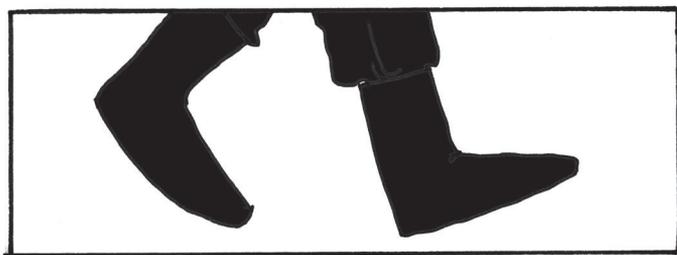
ENTREGUE O LIVRO PARA
MIM. DIREI QUE VOCÊ
DESCONHECIA AS LEIS,
LIVRANDO-O DE UMA EVEN-
TUAL PUNIÇÃO.



TRAGO DOIS LIVROS,
ESTE E MAIS UM,
COMO PRESENTE DE
UM FUNDADOR
DESTA CIDADE...
... NÃO POSSO
ENTREGÁ-LOS,
AINDA NÃO!

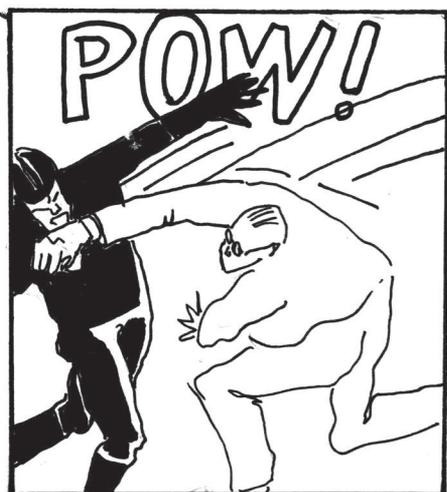
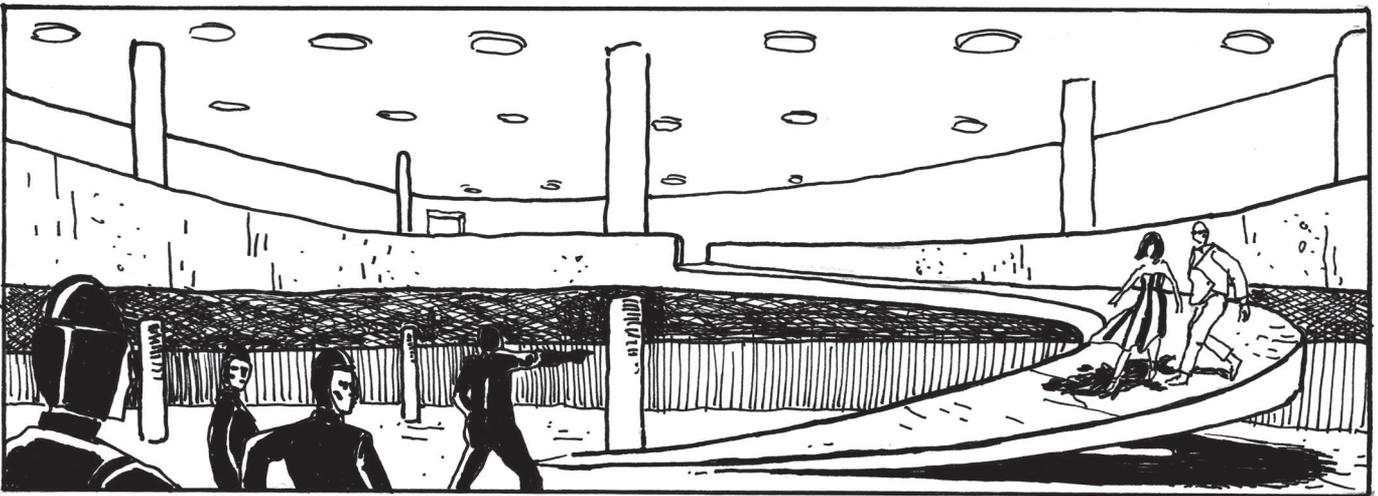
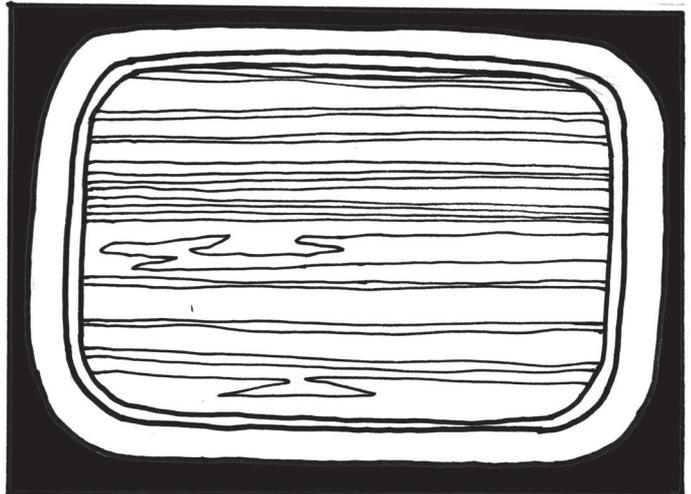
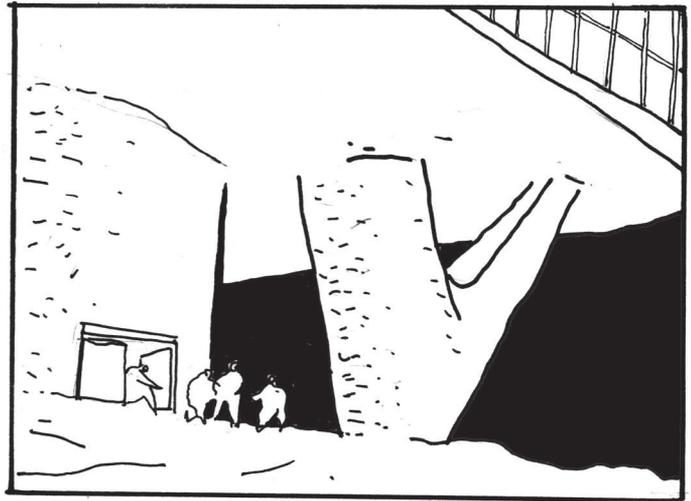


VOCE SÓ ESTA' PIORANDO AS COISAS!
OBU, NÃO SEJA ESTÚPIDO, ME DÊ
OS LIVROS, RÁPIDO!



OBU, FOMOS DESCOBERTOS!
VENHA, PRECISAMOS FUGIR...







VROUUUUUMM!!!



